

FERNANDO NOGUEIRA DA COSTA

Coletânea de Posts do Blog Cidadania & Cultura

À CRÔNICAS À ECONÔMICAS

Debater, Bater, Rebater e Combater



[HTTPS://FERNANDO
NOGUEIRACOSTA.
WORDPRESS.COM](https://fernandonogueiracosta.wordpress.com)

© Blog Cultura & Cidadania – 2019

Fernando Nogueira da Costa

COSTA, Fernando Nogueira da
Crônicas Econômicas: Debater, Bater, Rebater e
Combater.
Campinas, SP: Blog Cultura & Cidadania, 2019.
269p.

1 Economia Brasileira. 2. Teoria Econômica.
3. Abordagem Multidisciplinar. I. Título.

330
C837c

Sumário

PREFÁCIO	6
Parte I -	
DEBATER	9
CAPÍTULO 1 – Debate com Economistas Ortodoxos.....	10
Conflito Distributivo e Ideologia.....	10
É lógico? Sim, porque há muitas lógicas.....	12
Arte da Economia	15
Sobre Equilíbrio.....	19
Equilíbrio ou Caos?	21
Lei das Duas Taxas de Juros	24
Sobre Equilíbrio Monetário	27
Estabilizando o Sistema de Preços Relativos	30
Corrente Principal e Controvérsia Pluralista	33
Poupança: Economia Normativa Religiosa	35
Crítica Ultraliberal à Política Anticíclica de Crédito Farto e Barato	37
Descoberta do Óbvio	41
CAPÍTULO 2 – Debate com Defensores de Livre-Mercado.....	44
Fundamentalismo do Livre-Mercado.....	44
Preço e Moralidade	46
O Pensar, O Querer e O Julgar.....	49
Livre-Pensar – Livre-Iniciativa – Livre-Arbitrio.....	51
Filosofia Política Anglo-Saxônica	54
Liberais Norte-americanos comparada à Esquerda Latino-americana	58
CAPÍTULO 3 – Debate com Economistas Heterodoxos	61
Concepção Dialética da História.....	61
Redução da Jornada de Trabalho	64
Behaviorismo Radical.....	66
Metodologia da Economia Comportamental e Complexa.....	69
Indivíduos ou Sociedade.....	70
Individualismo Irracional e Loucura Coletiva.....	72
Rentismo versus Consumismo.....	75
Argumento para Debater, Bater, Rebater e Combater	77
Parte II -	
BATER E REBATER.....	80
CAPÍTULO 4 – Bater no Determinismo Histórico	81
Transição entre Modos de Produção.....	81
Trindade Impossível: Liberdade, Igualdade e Paternidade.....	84
A Ética Capitalista e o Espírito do Protestante	86
Capitalismo de Estado Empreendedor X Capitalismo Liberal de Bilionários.....	89
Variedades de Capitalismo.....	91
Reorientando a Dependência de Trajetória Caótica.....	93
CAPÍTULO 5 – Bater no Familismo Esnobe	97
Lógica do Mercado e da Família X Lógica Cívica.....	97
Só Negação da Política e Cidadão Contribuinte	99
Entrevista sobre Populismo	103
Repetições da História: Tragédias e Farsas.....	109
Família Patriarcal Brasileira.....	113
Poder no Brasil de Castas, Clãs e Oligarcas de Dinastias.....	115
Corrupção.....	121
Entrevista sobre Corrupção, Nomenclatura e Meritocracia.....	123
CAPÍTULO 6 – Bater na Desigualdade Social	126
Dependência de Trajetória: Enriquecimento ou Empobrecimento	126
Hierarquia entre Rendas das Castas.....	129
Da Sociedade dos Rentistas à Sociedade dos Executivos.....	131
Orgasmo das Castas dos Mercadores, Oligarcas e Justiceiros.....	134

Classificação das Castas de acordo com DIPRF	139
Castas em Ocupações Principais	142
CAPÍTULO 7 – Rebater Maus Comportamentos	151
Efemérides	151
Loucura Coletiva.....	153
Guerra Ideológica	156
A Roupas Nova da Mídia	158
Discurso de Ódio	161
Discurso de Ódio Antipetista	163
Retórica das Contrainformações	170
CAPÍTULO 8 – Bater no Projeto Neoliberal de País	173
Neoliberais no Poder.....	173
Socialdesenvolvimentismo ou Socialdemocracia a la brasileira	175
Social-Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: Convergências e Divergências.....	177
Razão Técnica X Razão Política	179
Capitalismo de Estado Neocorporativista em Governo Trabalhista	181
Projeto Social-Desenvolvimentista para o País em Longo Prazo	184
Parte III -	
COMBATER	187
CAPÍTULO 9 – Combater o Neoliberalismo	188
Pragmatismo contra Ideologia	188
Meritocracia contra Nomenclatura	190
À Procura de Homens de Bens	193
Debate Interditado e Índice dos Livros de Economia Proibidos	197
CAPÍTULO 10 – Combater a Política de Juros Disparatados	201
Pajelança	201
Tarefa de Sísifo	203
Conflito de Interesses.....	206
Reação à “Cruzada da Dilma” contra Juros Altos	209
Risco de Eutanásia dos Rentistas-Trabalhadores.....	213
Fundamentos Macroeconômicos para o Golpismo.....	216
Cidadania Financeira, Bancarização e Financeirização.....	221
BNDES: Entre o Desenvolvimentismo e o Neoliberalismo (1982-2004).....	226
CAPÍTULO 11 – Combater Câmbio Livre e Plena Abertura de Capital	230
Ataque Especulativo ou Terrorismo Psicológico.....	230
Maxidepreciação e Dependência do Petróleo	232
Reversão das Expectativas no Segundo Mandato da Dilma	235
CAPÍTULO 12 – Combater Choque Fiscal e Tarifário	239
Tática Fiscalista e Estratégia Social-Desenvolvimentista	239
Ajuste Fiscal sem Legitimidade Democrática	244
CAPÍTULO 13 – Debater Inovações Institucionais	246
Entrevista sobre a Independência do Banco Central	246
Autonomia Relativa do Banco Central do Brasil.....	250
Economês traduzido em Futebolês	255
Influência Política dos Banqueiros	258
Diferenciação entre Preços à Vista e a Prazo.....	261
Clube de Trocas e Autonomia.....	263
Bitcoin: Nova Forma para Velha Especulação.....	265
CAPÍTULO 14 – Debate entre Economistas	270
Dependência de Trajetória Caótica	270
Velha Matriz Neoliberal versus Nova Matriz Macroeconômica	272
Carta-Aberta a Porta-Voz da Direita	275
Diálogo entre Economistas	279
Capitalismo de Livre Mercado contra Capitalismo de Compadrio	282
Política Macroeconômica e Retomada do Crescimento	285
BIBLIOGRAFIA	289

SOBRE O AUTOR293

PREFÁCIO

Compartilho minhas reflexões sobre *Cidadania* (Economia, Política, Sociedade e Comportamentos) & *Cultura* (Arte, Cinema, Livros, Música, Futebol, Humor e Internet) com os seguidores e os leitores eventuais do meu blog.

Surpreendeu-me o número de visitas atingido (sete e meio milhões), cumulativamente, nove anos depois de meu filho me perguntar “se eu não queria fazer um blog”. Ele estava “blogando” para o Centro Acadêmico da FFLCH-USP, pois era seu tesoureiro. A data de 22 de janeiro de 2010 era importante para mim. Seria aniversário do meu pai já falecido. Herdamos e transmitimos noções de *Cidadania & Cultura* através de gerações.

A cidadania consiste não só na conquista de direitos civis, políticos, sociais e econômicos, além dos direitos de “minorias” e ambientais. Exige também uma prática cotidiana de cumprimento de deveres educacionais, culturais e comportamentais éticos e democráticos. Obter essa cultura é responsabilidade individual de cada cidadão, assim como atuar em defesa da democracia em um Estado nacional. E em defesa do Planeta.

Quando navego por meu blog eu me emociono como se folheasse um álbum de fotos com bons momentos da minha vida recente. Este blog é uma fonte compartilhada de reflexões, memórias, dados e informações. É para todos. Retribuo à sociedade, dessa forma, minha aprendizagem em ensino público gratuito. Ela me pagou os estudos.

É atividade de responsabilidade social. Ter blog, afinal, dá muito trabalho. Exige passar bom tempo escrevendo, porque ele precisa ter sempre novos posts para continuar sendo lido.

O blog *Cidadania & Cultura* compartilha interesses comuns com um público-alvo com formação universitária. Sei disso porque os acessos têm sazonalidade, caindo em período de férias escolares. Quase dois mil seguidores (metade da média diária de acessos) recebem aviso por e-mail de todas as postagens. Em respeito a eles – e em resposta ao eterno desafio de diminuir minha ignorância –, estudo e compartilho meu conhecimento. Mesmo após oito anos de trabalho individual, voluntário e gratuito.

Subitamente, em meados de 2017, tive a percepção de ter escrito cerca de um artigo original por semana desde o início de 2010. Tinha pelo menos 365 de minha autoria entre os 6.650 posts. Era como eu tivesse redigido um original todos os dias durante um ano.

Então, resolvi os reler, depurar e agrupar 165 deles como “crônicas econômicas”. Foi interessante rever meu processo de conhecimento recente. E torná-lo acessível aos meus colegas e amigos leitores apenas de papel impresso. O leitor do século XXI está superando, gradativamente, essa restrição. Nem todas as gerações adquiriram o hábito de leitura digital em *tablet*. Para atender à demanda de leitores de livros impressos, publiquei o livro *Métodos de Análise Econômica* pela Editora Contexto em 2018. Nele se encontram meus posts favoritos, todos revistos e atualizados.

Crônica é uma narrativa histórica. Acompanha os acontecimentos em ordem cronológica. A palavra crônica deriva do grego *chronos* com significado de “tempo”. Nos jornais e revistas, a crônica é uma narração curta escrita pelo mesmo autor e publicada em uma seção habitual do periódico. Nela são relatados fatos do cotidiano e outros assuntos temáticos.

Os cronistas procuram descrever os eventos relatados na crônica de acordo com a sua própria visão dos fatos. Através de frases dirigidas ao leitor buscam estabelecer um diálogo coloquial. As crônicas podem ser jornalísticas, humorísticas, históricas, descritivas, narrativas, dissertativas, poéticas e líricas.

Adoto mais a crônica argumentativa. Busco expressar o meu ponto de vista em debate público com relação a uma problemática da sociedade. Em alguns casos, a ironia e o sarcasmo são usados como instrumento para transmitir minha opinião ao abordar determinado assunto. Em geral, apresento uma visão crítica dos acontecimentos, polemizando com outras visões.

Um bom economista é capaz de fazer uma abordagem pluralista e não sectária. Possui conhecimentos e habilidades para trabalhar com conceitos de múltiplas teorias. Rejeita a condição de quem tem espírito limitado, estreito, de seita. O debate público, inclusive o intelectual, no País, necessita ultrapassar a atitude sectária. Abandonar a intolerância com ideias distintas. Conhecê-las e debatê-las de maneira civilizada.

Resgato aqui os posts atemporais, isto é, não datados ou relacionados só a determinada conjuntura. Podem sempre ser lidos para aprendizagem. Buscam ser inteligíveis inclusive pelo iniciante no estudo de Economia ainda leigo.

Leigo significa um indivíduo com pouco ou nenhum conhecimento em determinada matéria, no caso, Economia. O termo deriva do Latim “*laicus*”, cuja origem vem do grego “*laikós*”. É sinônimo de “laico”: *quem* (ou *o que*) não pertence ou não está sujeito a nenhuma religião.

Para os leigos não ficarem simplesmente “perdidos na selva”, isto é, na rede social, estas *Crônicas Econômicas* lhes darão um instrumento útil para leitura rápida. A

posologia é as ingerir como espécies de “pílulas de conhecimento” de acordo com as necessidades do paciente. A dosagem receitada é ler de maneira ordenada dentro da lógica de agrupamento por nível de abstração. Adota a metodologia dos três níveis do abstrato ao concreto. A cronologia do conhecimento parte da *abstração*, passa pela *evolução* e atinge a *regulação*. Podem também ser lidas ao acaso. São inteligíveis em si.

Organizei este livro com outros posts escritos de 2014 a 2017, agrupando-os em três partes. A primeira parte se refere à Teoria Pura. Nela se analisa os fenômenos econômicos puros, avaliando características e propriedades em separado. Segue uma parte sobre Teoria Aplicada, onde se desce para o nível médio de abstração. Nela há a reincorporação de áreas de conhecimento antes abstraídas para depurar aqueles fenômenos econômicos. A terceira parte reúne posts referentes à Arte da Economia ou Tomada de Decisões Práticas. Nela os capítulos estão com agrupamento temático por focos de debate: desde a montagem da equipe econômica até o uso de cada instrumento de política econômica.

Uso esse método de análise multidisciplinar e adoto um estilo de artigo de combate nas minhas *Crônicas Econômicas* sobre a política econômica. Escritas no “calor-da-hora”, elas registram essa história brasileira recente, quando política e economia se mesclam. Fiz uma revisão para deixar apenas as lições permanentes para o conhecimento de Economia essencial para todos cidadãos cultos.

Parte I - DEBATER

CAPÍTULO 1 – Debate com Economistas Ortodoxos

Conflito Distributivo e Ideologia

Presenciei um debate entre economistas recém-formados por escolas de Economia ortodoxa. Dois deles trabalham no mercado financeiro, uma fez pós-graduação no exterior e outro está em busca de emprego.

Falaram sobre conjuntura política e econômica. Impressionou-me mais como repetem o discurso pasteurizado de “economistas de O Mercado”. Estes produzem um empobrecimento das qualidades de autenticidade expressiva da *teoria econômica neoclássica*, misturando-a com o *neoliberalismo*, com o intuito de agradar ao público ou tornar sua mensagem mais chã.

Aberto o debate, não conseguiram dar uma resposta convincente a um estudante. Ele, simplesmente, perguntou: “o que ocorrerá após o ajuste fiscal? Quais são as perspectivas em longo prazo da economia brasileira?”. Deram a impressão de só conseguirem mimetizar o discurso convencional sobre política econômica em curto prazo. Ultrapassada a (má) conjuntura, as “livres-forças-do-mercado” tomarão as “rédeas-da-história”, conduzindo o nosso futuro ao melhor equilíbrio possível?!

Então, como não havia contraponto, não resisti a lhes perguntar: “qual é a ideologia de cada um de vocês? Quem se define a favor do livre-mercado ou da regulação governamental?”.

O primeiro, trabalhando no mercado financeiro, respondeu de forma resoluta: “sou neoliberal a favor da igualdade de oportunidades e, após a educação igualitária, de que a meritocracia seja respeitada”.

O segundo, buscando emprego, disse ainda ser muito novo para ter uma posição político-ideológica, embora simpatize com a síntese neoclássica.

O terceiro, especializando-se em econometria, assumiu a posição neokeynesiana.

Finalmente, a estudante com pós-graduação em Relações Internacionais, tentou ser diplomática e pragmática, achando a posição centrista ser a melhor para a obtenção de um equilíbrio.

Depois, um deles retrucou-me: “gostaríamos de saber, agora, qual a posição ideológica o senhor assume, professor”.

Respondi-lhe, de imediato, não me definir por ser um adepto fiel de alguma corrente da história do pensamento econômico. Sou iconoclasta o suficiente para não me definir como marxista, pós-keynesiano ou neoschumpeteriano. Meu entusiasmo atual está em estudar novas linhas de pensamento tais como a Economia Comportamental, Institucionalista, Evolucionária e Complexa. Acho equivocada o pensamento abstrato ser apresentado como ideologia política, ou pior, como um rótulo a ser adotado ou colocado.

Sendo um profissional, trabalhando no Brasil, acho mais adequado assumir uma posição no debate político, em nível mais baixo de abstração. Aqui o reducionismo coloca em debate duas grandes vertentes da história do pensamento econômico brasileiro: a *desenvolvimentista* e a *liberal*. No século XIX, esse bate-e-rebate ocorreu entre *papelistas* e *metalistas*. Superada a hegemonia liberal, na Primeira República (1889-1930), o industrial paulista Roberto Simonsen e o economista Eugênio Gudin, professor da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, protagonizaram o combate. Na pauta, estava a necessidade ou não do País investir na industrialização, recorrendo ao planejamento, ou seguir sua “vocação agrícola natural”.

As controvérsias entre “dirigismo” e “liberalismo” econômico se deram em torno dos benefícios da industrialização, em economia ainda essencialmente agrícola, face às vantagens comparativas propiciadas por uma especialização no âmbito da divisão internacional do trabalho. O bate-e-rebate prosseguiu entre o nacional-desenvolvimentismo com seu “protecionismo” e o liberalismo com seu “livre-cambismo”. Este impunha seletividade às “indústrias nascentes”. Evidentemente, tal querela inspira-se também no debate europeu sobre a participação direta do Estado na economia: o antigo mercantilismo ou o clássico *laissez-faire*.

Recentemente, o novo-desenvolvimentismo se distingue pela ênfase na política de desvalorização da moeda nacional como a estratégia crucial da política econômica em curto prazo. Sendo assim, acredita ser possível implantar aqui um modelo asiático de exportação. O social-desenvolvimentismo faz o contraponto crítico. Esse choque cambial resultaria em um choque inflacionário. Este corroeria os salários reais da base eleitoral do governo de origem trabalhista e seria inviável politicamente. Essa última corrente enfatiza a política social ativa não só como um dever de justiça social, mas também como um componente-chave da ampliação do número de consumidores no mercado interno brasileiro para atração de investimento direto estrangeiro.

A estratégia observada (e defendida) pelo social-desenvolvimentismo, para a década corrente, seria direcionada pelo investimento do setor produtivo estatal, associando os fundos de pensão patrocinados pelo setor público com o setor privado nacional e estrangeiro. O investimento autônomo seria crucial diante das condições recessivas da demanda externa em contexto de crise internacional. Em conjunto com o

gasto público orçamentário, operaria como indutor do gasto privado. Significaria adotar o olhar estadista “para enxergar mais adiante, além da demanda corrente”. O social-desenvolvimentismo não se restringe ao debate da política econômica em curto prazo. Destaca a importância de investimento em infraestrutura e logística, porém, não se reduz a esse o foco.

Em termos ideológicos, é evidente estarem os participantes desse debate econômico em posições de conflito. Há defensores do humanismo ou racionalismo esclarecido, do conservadorismo, do fundamentalismo religioso, do nacionalismo, e de ideologias utópicas como o socialismo, o ambientalismo, etc.

Temas menos debatido aqui são os dilemas republicanos entre liberdade, igualdade e paternidade. Os socialdemocratas autênticos de origem trabalhista tendem a pregar a igualdade de resultados, acreditando uma sociedade justa não deve ter grandes diferenças de renda ou riqueza. Portanto, estas devem ser fortemente tributadas.

O dilema da “trindade impossível” é uma sociedade livre permitir a transmissão de herança, então, a desigualdade de riqueza. Neste caso, a sociedade deixaria de ser igualitária e justa, pois alguns herdarão riquezas pelas quais jamais trabalharam.

Os liberais colocam mais ênfase na justiça social sob forma de igualdade de oportunidades. Dizem: se as pessoas podem subir na escala social, mesmo uma sociedade com grande diferença de renda e/ou riqueza ainda pode ser justa. Defendem a meritocracia.

O problema é como colocar igualdade na “linha-de-partida” da mobilidade social. A transmissão de herança patrimonial, cultural e educacional leva os filhos de pais mais ricos, saindo na frente, chegar antes à meta de sucesso profissional. Os economistas recém-formados por escolas de Economia ortodoxa descobrirão isso na prática ao longo de suas carreiras.

É lógico? Sim, porque há muitas lógicas...

Lógica é a parte da Filosofia focada nas formas do pensamento em geral. São elas a dedução, indução, hipótese, inferência etc. Trata também das operações intelectuais necessárias à determinação de *o que é verdadeiro* ou de *o que não é*. Lembrando Hegel: *a verdade é o todo*. O todo ninguém alcança ou abraça.

O conceito de lógica, qualificado por algum adjetivo, delimita o pressuposto de existência de um universo infinito de raios de ação. Aprende-se, formalmente, em tratados ou compêndios de lógica racional, uma maneira rigorosa de raciocinar. Os

iluministas e seus descendentes pressupunham essa racionalidade se tornar uma lógica implacável – e universal. Só.

O conceito de instituição foi estendido (e entendido) de modo a abarcar a forma pela qual costuma raciocinar uma pessoa ou um grupo de pessoas ligadas por um fato de ordem social, psíquica, geográfica, ou algum outro interesse comum. Em termos da Economia Institucionalista, refere-se às lógicas ligadas a um domínio de ação. Deduz-se assim a maneira pela qual necessariamente se encadeiam os acontecimentos, as coisas ou os elementos de natureza efetiva, buscando coerência ou fundamento nas decisões.

A hipótese institucionalista assume o encadeamento coerente de algum fenômeno socioeconômico obedecer a certas convenções ou regras. São os casos de planejamento, organização e encadeamento das instruções, assertivas, etc. Por meio de um algoritmo, viabiliza a implementação de um programa. Mas há também regras práticas informais.

Na realidade, há uma profusão de locuções qualificando as lógicas. Por exemplo, a lógica formal, a álgebra da lógica, a lógica das proposições (a parte da lógica formal investigativa do cálculo proposicional ou da lógica sentencial), a lógica das relações (a parte da lógica formal referente ao cálculo de predicados), a lógica dialética. Isto sem considerar a lógica feminina, bastante diferente da masculina. Para melhor ou para pior, cada gênero escolhe. Resultado racional: meio a meio. Resultado emotivo: algum gênero se superestima.

A lógica dialética se refere ao processo lógico desenvolvido por Georg W. F. Hegel (1770-1831). Nele, há uma progressão do pensamento pela passagem da afirmação (*tese*) à negação (*antítese*) e pela união dos contrários em momento superior (*síntese*). Por sua vez, esse processo dialético irá desenvolver-se em outras progressões, até identificar-se, no seu aspecto subjetivo, com a ideia absoluta e, no objetivo, com o cosmos. Os filósofos ou os cientistas atuariam de acordo com essa lógica hegeliana? Talvez, quem sabe? Em vez em quando, os idealistas...

Predomina uma lógica difusa. Considera os graus de aplicabilidade dos seus predicados. Reconhece uma proposição e sua negação partilharem de uma quantidade determinada de crédito.

Em Economia heterodoxa, passou-se a reconhecer a insuficiência da lógica formal. Esta é típica da tradição neoclássica, do estudo dos conceitos, julgamentos e raciocínios abstraídos dos objetos designados. E, pior, das leis do pensamento social. Existem tais coisas aritméticas na realidade?

Na lógica materialista e/ou empirista, ao contrário da lógica idealista e/ou formalista, estuda-se as formas e leis do pensamento sobre o mundo real. Sendo este O Todo, isto é, A Verdade, tem em vista determinar quais destas lógicas conduzem à verdade e quais ao erro. Lembrando novamente o Hegel: “a verdade é o todo”. E qual disciplina consegue abarcar O Todo? Dada a meta inalcançável, diluiu-se a missão em divisão de tarefas, surgindo as disciplinas. Para disciplinar os especialistas. E todos se esqueceram de O Todo.

A lógica polivalente pressupõe mais de dois valores de verdade. A lógica modal investiga as noções de necessidade e possibilidade contrariamente à simples afirmação ou negação.

Está cada vez mais claro, na disciplina da Economia, a insuficiência da lógica simbólica, adotada desde “a purificação da Ciência Econômica”. Isto ocorreu desde a depuração dos fatores psicológicos ou emocionais para tratamento do comportamento dos agentes econômicos.

A partir dessa abstração, almejando o status de Ciência Pura, ela se resumiu ao estudo das notações puramente formais consignadas aos conceitos. Visava estabelecer um sistema restrito de relações simbólicas capaz de exprimir a inclusão, a disjunção, a implicação e a transformação dos conjuntos de agentes. Enfim, a lógica matemática passou a reinar de modo absolutista na profissão de economista. Então, ela perdeu o pé com a realidade. Essa racionalidade o endoideceu.

Já a lógica transcendental, como a lógica kantiana, funda-se na análise crítica dos princípios puros do entendimento. Busca, especialmente, lhes interpretar a origem e a extensão, além, é lógico, o valor objetivo deste entendimento independente da experiência sensível. O idealismo repulsa o materialismo.

Logo, a pergunta-chave é: há lógica nessa Ciência do Raciocínio, isto é, a pura Ciência Econômica? Muitas... E são conflitivas e/ou inconsistentes entre si.

Sendo assim, em um conjunto interativo como é a Economia vista como Sistema Complexo, não haveria lógica única, não tem um fundamento unitário, um único motivo determinante de si própria. As lógicas individuais de ação muitas vezes não correspondem à realidade socioeconômica emergente, sendo incoerentes ou infundadas.

Então, usa-se a expressão Holismo. Representa as propriedades de um sistema, inclusive do composto por seres humanos. Elas não podem ser explicadas,

simplesmente, pela soma de seus componentes. O todo é superior (ou diferente) a essa agregação quantitativa transformadora da qualidade do conjunto.

O sistema como um todo – o meio-ambiente físico e socioeconômico – seleciona socialmente os comportamentos adequados a si próprio em certas circunstâncias. Embora com essa imposição de adequação ao meio-ambiente, é um corpo mutante não determinístico. Passa por permanente retroalimentação dinâmica na sequência avaliações individuais - decisões práticas - constituição do ambiente incerto.

O holismo não designa simplesmente um tipo de determinismo oposto ao do atomismo. Não se apresenta como espécie de Coletivismo Metodológico, ou seja, uma mera inversão do Individualismo Metodológico. Nesse sentido, rompe com o determinismo “totalitário” ou “coletivista”. Reconhece também o meio-ambiente físico e socioeconômico deixar margem para as inovações, as rebeldias, as criatividades, as rupturas, as trajetórias caóticas. Enfim, isso é o novo (e interessante) no velho mundo.

Arte da Economia

“Tal como a maioria dos assuntos aparentemente impenetráveis, a arte assemelha-se a um jogo; só precisamos conhecer as regras e os regulamentos básicos para que o antes desconcertante comece a fazer algum sentido”, afirma Will Gompertz, no livro *Isso É Arte?* (Zahar, 2013). A leitura de suas ideias estimulantes propicia uma reflexão inovadora.

Assim como na Arte da Economia, quando se trata de apreciar e usufruir a Arte Moderna e Contemporânea não é o caso de decidir se ela é em alguma medida *boa ou não*, mas compreender *como ela evoluiu*. “A arte ajudou a transformar o mundo e o mundo ajudou a transformar a arte. Cada movimento, cada ‘ismo’, está intricadamente conectado, um levando a outro como os elos em uma corrente. Mas todos eles têm suas próprias *abordagens individuais, estilos distintos e métodos de fazer arte*. São o ponto culminante de uma ampla variedade de influências: artísticas, políticas, sociais e tecnológicas” (Gompertz: 2013: 17).

A Academia formadora de economistas cumpre, de maneira ortodoxa, o dever auto imposto de proteger a rica herança neoclássica, mas torna-se irremediavelmente retrógrada quando se trata de abrir novas perspectivas. As correntes econômicas evoluíram assim como os movimentos artísticos. Alguns teóricos foram para a arte conceitual – e não voltaram...

Para esses teóricos, a arte está na *ideia*, não no *objeto histórico*. Se uma ideia for mais importante em relação à sensibilidade ao meio ambiente natural ou

institucional, privilegiam o raciocínio mental sobre a habilidade técnica de tomar decisões práticas. Obstruíram a evolução das Escolas de Pensamento Econômico da “corrente-principal” com dogmas. Economistas se tornaram amedrontados em buscar a contestação de ideias da maioria, porém falseadas pelo teste da realidade.

A postura desdenhosa em relação à habilidade técnica é a adoção da soberba como mecanismo de defesa psicológico. A arte da tomada de decisões práticas se emancipou do misticismo e da ideologia e permitiu florescer e desencadear uma revolução intelectual inspirada no iluminismo no século XVIII. Posteriormente, muitos teóricos da Economia não tiveram a capacidade de abandonar o império do racionalismo para se aproximar mais do conhecimento dos interesses diversos e das emoções insuperáveis na “hora da decisão”. Coube aos heterodoxos rever os conceitos para chegar a essa inovação.

O trabalho de um teórico não é proporcionar prazer estético – modeladores vivem para isto –, mas sim abstrair alguns elementos do mundo real e tentar compreendê-lo ou comentá-lo por meio da apresentação de ideias sem nenhum propósito funcional imediato além de si mesmas. O economista detentor de arte e/ou habilidade na tomada de decisões práticas, (in)formado por essas teorias, tem de baixar o nível de abstração para a realidade mais concreta, reincorporando os conflitos mundanos, antes abstraídos, para contemplar os interesses diversos com os efeitos decorrentes.

O *policy-maker* é o homem-que-vaga-pela-cidade: “observador, filósofo, *flâneur* – a multidão é seu elemento”. Dotando-se da capacidade de ver, possuir o poder de expressão, esse artista da Economia busca encontrar o permanente na vida social. Extraí-la do eterno transitório. O objetivo essencial dessa arte é captar o universal no cotidiano. O específico é seu aqui-e-agora: *o presente*. Necessita mergulhar no dia a dia da vida econômica: observar, pensar, sentir, registrar, por fim, decidir.

Impressionismo foi o mais famoso movimento artístico a ganhar forma desde o Renascimento. Nele, há muito pouco detalhe. Trata-se, na verdade, da impressão do visto pelo artista. *Neoclassicismo* é a mais conhecida corrente de pensamento econômico a ganhar forma desde o Iluminismo. Tem uma vaga impressão do mundo real.

A pintura impressionista é para ser experimentada e não somente olhada. De forma semelhante, exige-se da corrente neoclássica uma experimentação. O impressionismo era toscamente pintado, vivamente colorido, rapidamente executado, e tinha por tema a burguesia moderna. Este é o eterno tema do neoclassicismo: o burguês camuflado sob a roupagem do *Homo Economicus*.

A arte dos impressionistas tornou-se, no século XIX, a arte do mundo moderno. Paralelamente, a arte dos neoclássicos tornou-se a arte do mundo racionalista.

Nos anos 1880, a Ciência estava mudando a vida dos pintores. Tinha-se a esperança de tudo ser explicado pela Ciência, mesmo quando se tratava de ilustrar por meio da Arte. A Economia recebia o mesmo impacto. Buscava transformar a complexidade em simplicidade ao simplificar o complicado. Ao deslindar a confusão e a complexidade inerentes de seu objeto caminhou para sua unificação em um modelo abstrato. Nele, forma e função se combinam em estética harmonia. O realismo das hipóteses não importa.

Esse tipo de simplicidade o artista e o economista, ao longo de todo o século XX, esforçaram-se por atingir. Uma preocupação muito difundida no seio da vanguarda intelectual dos economistas é como criar ordem e progresso no mundo por meio de algo de característica tão ambígua quanto a Arte da Economia.

Para os neoclássicos, a Economia moderna precisava combinar o liberalismo dos velhos mestres da Economia Política clássica com o estudo da Matemática e da observação estatística tal como o empreendido pelos físicos. A Aritmética induziu muitos dos economistas a abandonar a arte figurativa. Acharam suficiente uma única equação sintetizar a realidade de forma independente do observador.

No entanto, uma equação não pode resumir o comportamento de um ser humano. Sempre faltará alguma coisa. Um modelo abstrato simula um instantâneo, retratado pela mente racional. Em contraposição, a observação comportamental é, de fato, a culminação de dias, semanas e, no caso de muitos economistas, de anos de contemplação de um único tema: a diversidade dos comportamentos humanos interativos e a auto-organização dinâmica sem autoridade central.

Esse resultado de vastas quantidades de informações armazenadas, experiências, anotações e estudos, finalmente, se revelou em uma obra de arte acabada. Em decorrência da natureza dos seres humanos, podemos todos olhar a mesma vista, mas não vemos exatamente a mesma coisa. Dotados de um simples modelo abstrato, do mesmo ponto de vista neoclássico, todos os economistas tiram sempre a mesma foto...

São vistas apenas as coisas aparentemente interessantes. São ignoradas as contrariedades. As misturas únicas de preconceitos, experiências passadas, gostos e conhecimento apriorístico a respeito de qualquer nova situação definem a maneira como muitos economistas interpretam o diante de si. A pressuposta objetividade do modelo neoclássico não supere a subjetividade dos interesses do tomador de decisões práticas.

Ver não é acreditar, é questionar. Essa intuição filosófica vinculou o fim da Idade da Razão iluminista tanto com o modernismo do século XX quanto com a arte do

século XXI. Ela mudaria a face da arte. A genialidade não é apenas simples, mas também assombrosamente óbvia.

O problema com a arte da modelagem neoclássica, baseada no referencial liberal clássico, é não representar o modo como realmente os diversos agentes veem a sociedade. Não é só de uma única perspectiva. É, pelo menos, das perspectivas de duas classes sociais, segundo os marxistas, ou de quatro castas (e inúmeras subcastas, fora os párias), segundo o *étos* de cada ocupação profissional.

Multiplicar as perspectivas representa o ganho da verdade. Aproxima-se do todo real.

O desafio atual da Arte da Economia é elaborar uma composição dos diferentes ângulos desfrutados por cada um dos agentes ao analisar uma cena social. Ela tenta transmitir uma outra verdade sobre o modo como assimilamos a informação visual. Se vemos um conjunto, não “lemos” exatamente o diante de nós como resultado de seres individuais. Registramos uma unidade singular: um agrupamento social, uma classe ou uma casta. O plano global de todo o quadro – o Sistema Complexo – é distinto de suas partes componentes em si, embora resulte das interações destas.

A combinação de olhares lançados sobre certo tema a partir de mais de um ângulo com a tentativa de unificar a composição leva ao aumento da quantidade de informação analítica fornecida. Ocorre em prejuízo da ilusão do espaço bidimensional dos tradicionais gráficos de correlações entre variáveis. Estas estão representadas em apenas dois eixos, por exemplo, valor-tempo ou valor-quantidade. Obscurecem-se as correlações espúrias com um terceiro elemento, fora da análise binária. Exigiria ao menos uma perspectiva tridimensional. Idealmente, chegar-se-ia ao *cubismo*.

Para os artistas hábeis na tomada de decisões práticas, os elementos individuais e as configurações do conjunto são como notas musicais. Eles as arranjam, meticulosamente, para produzir um som harmonioso – cada decisão conduz à seguinte, invocada em combinação com ela. Essa abordagem sinfônica requer bastante planejamento.

O artista econômico tem de se empenhar em criar uma composição rítmica e, ao mesmo tempo, racional. Os interesses dos agentes econômicos e o modo como eles se combinam, espelham e se complementam, mutuamente, devem ser todos cuidadosamente considerados. Não se deve poupar esforços em aplicar a Teoria da Aleatoriedade e a Ciência da Complexidade.

Os economistas neoclássicos não estão suficientemente objetivos. Falta-lhes rigor em sua busca de realismo. É necessário recorrer à Ciência da Complexidade em busca de ajuda para resolver a questão. Pode também voltar-se para a Natureza,

inspiradora da Economia Evolucionária. Observar as normas e os costumes da Sociedade influencia a Economia Institucionalista. E a Ciência da Mente Humana é incorporada pela Economia Comportamental.

Ainda estamos no início de nossa jornada em busca de acrescentar um novo elo à Arte da Economia. Produzida anteriormente com *academicismo* – adoção de ideias e atitudes especulativas sem efeito prático –, os economistas inovadores entreabriram, finalmente, a porta para o *modernismo*. Não será mais possível fechá-la. Afirma Will Gompertz, no livro *Isso É Arte?* (2013): “o grande poder das ideias vem de não ser possível desinventá-las”.

Sobre Equilíbrio

Equilíbrio tem como etimologia a palavra latina *aequilibrium, ãi*. Ele se refere ao “nível igual da balança”, ou seja, *aequus* + *libra* (balança). *Balanço*, por sua vez, em Contabilidade, é a demonstração sintética do estado patrimonial de uma empresa através do seu ativo, passivo, capital e patrimônio, por meio de seus investimentos e da origem do financiamento desses investimentos.

Em contabilidade, o *Método das Partidas Dobradas* é o sistema-padrão usado em empresas para registrar transações financeiras. Parte da premissa da condição financeira e os resultados das operações de uma empresa serem melhores representados por diversas variáveis chamadas Contas. Cada uma reflete um aspecto em particular do negócio como um valor monetário. Cada transação financeira é registrada na forma de *entradas em pelo menos duas contas*, nas quais, por definição, o total de débitos deve ser igual ao total de créditos.

Assim, toda transação de uma empresa está alterando o seu patrimônio, ou seja, “uma saída de valor corresponde a outro valor de entrada em seu lugar”. Em uma compra de um bem à vista, por exemplo, esse “haver” chega à empresa representado por uma conta contábil. É dada uma entrada no patrimônio por certo valor. Concomitantemente, outra conta contábil (o “Caixa”) será igualmente movimentada. Ela representa o numerário saído para cumprir o “dever”. Se a compra for a prazo, essa outra conta (Caixa) será substituída por uma conta representativa de uma obrigação futura. Esse registro contábil de “dever” é classificado como “Contas a Pagar”.

Portanto, a *partida dobrada* representa um registro, patrimonial ou de resultado do período. Representa “*algo vai simultaneamente a outro algo vindo*”. São lançamentos de débito e crédito, ou de haver e dever, de igual valor. Nas Contas de

Resultado, as Receitas serão “credoras” do patrimônio, e as Despesas, “devedoras” do patrimônio. Balanços contábeis se equilibram pelo lucro ou prejuízo.

Qual é a diferença entre um economista e um contabilista? Resume-se a uma palavrinha: *hipótese*. O contador registra as variações dos saldos entre os fins de período, isto é, do passado ao presente; o economista levanta *hipóteses* sobre o estado das variáveis econômicas do presente ao futuro. Por que este demonstra então um excesso de estado de confiança, tal como trabalhasse com balanços contábeis? Ele tem a onisciência a respeito de a economia alcançar uma ordem espontânea? Haverá um equilíbrio futuro, sabendo este se caracterizar pela incerteza?

Equilíbrio, em Física, é a condição de um sistema no qual as forças atuantes sobre ele se contrapõem de forma tal a não provocar nenhuma mudança em seu estado. Trata-se, então, da posição estável de um corpo, sem oscilações ou desvios. *Mutatis mutandis*, em Economia, seria o equivalente a alcançar uma postura ou posição estável, um aprumo ou posição “endireitada”... Epa!

Será possível, na sociedade humana, a igualdade de força entre duas ou mais pessoas, grupos, partidos, etc., em oposição? O *equilíbrio econômico* seria o estado da economia submetida a duas forças opostas iguais – e opostas – em relação quantitativa, por exemplo, entre a receita e a despesa. Então, *equilíbrio* seria uma situação imaginária onde todos os planos (ou decisões) dos distintos agentes econômicos estariam consistentes entre si e com a disponibilidade de recursos produtivos e ambientais.

Este estado (ou condição alcançada) teria de se manter constante, inalterado, para se manter a estabilidade dos preços relativos no mercado em longo prazo. Haveria, nele, uma distribuição de renda em proporção harmoniosa.

O confucionismo chinês tem essa meta de alcançar “uma sociedade harmoniosa”. Porém, é difícil viabilizá-la em uma sociedade antagônica, quando a minimização da remuneração do trabalho implica na maximização da renda do capital. O conflito distributivo é inerente à Economia de Mercado. Exigiria de todos os agentes econômicos moderação nas pretensões pecuniárias, comedimento, prudência, meio-termo, etc. Esta harmonia seria alcançada por estabilidade mental e emocional, autocontrole ou autodomínio geral. Nesse equilíbrio da estrutura social, os agentes econômicos manteriam entre si relações de conformidade com as regras estabelecidas.

Mesmo na eventualidade de ocorrência em nível nacional, restaria ainda o desafio do equilíbrio internacional, especialmente entre superpotências. Por parte de cada beligerante em potencial haveria a posse de um armamento nuclear suficiente para dissuadir os demais de deflagrarem um conflito.

Este *equilíbrio estático* seria equivalente na Física se alcançar a condição de um sistema mecânico no qual a soma vetorial das forças atuantes sobre ele se anula. Só seria *estável* aquele equilíbrio quando o sistema retorna ao equilíbrio original após uma ligeira perturbação. Seria um equilíbrio *instável* o sistema se afastar do equilíbrio original após uma ligeira perturbação. O mundo econômico, na realidade, se parece com isso?!

O *equilíbrio físico-químico* é o estado de um sistema cuja composição não varia, seja por ausência de reação, seja por existência de reações com a mesma velocidade em ambos os sentidos. O *equilíbrio térmico* é a condição de um sistema caracterizado pela igualdade da temperatura em todos os seus pontos e as fontes de calor com as quais ele se encontra em contato. Mais desafiante ainda é o *equilíbrio termodinâmico*. Ele é a condição de um sistema com a coexistência de três tipos de equilíbrio: o térmico, o químico e o mecânico. Novamente, o *equilíbrio econômico* seria a compatibilidade dos planos e/ou decisões de todos os agentes econômicos, entre si e com a disponibilidade de recursos produtivos, preservando o meio-ambiente.

É válido fazer analogias entre as metodologias de diversas áreas do conhecimento humano? Sim, a metodologia é o ramo da Lógica responsável pelo conhecimento dos métodos das diferentes ciências com essa finalidade. Então, no caso de Ciência Econômica, é a parte preocupada em estudar os métodos de análise aos quais ela própria recorre. Por extensão, é um corpo de regras e diligências estabelecidas para realizar uma pesquisa econômica ou examinar um pensamento teórico em foco.

Fica a pergunta-chave: no mundo real, é válido recorrer à *noção de “quase equilíbrio”* para se descrever o fato de um sistema se encontrar em estado próximo ao do equilíbrio idealizado?

Isso é mera apelação para um recurso retórico. Evita reconhecer o estado real da economia como o de *desequilíbrio*. Nele há assimetria, contraposição e fúria nos diversos conflitos de interesses entre agentes heterogêneos em suas forças econômicas antagônicas. Anunciar uma ordem espontânea conduzida pelo livre-mercado é mera ideologia dos economistas ortodoxos. Eles se transformaram em sábios-pregadores. Com esse credo tradicional se apresentam como descendentes da casta dos sacerdotes.

Equilíbrio ou Caos?

Equilíbrio é uma condição hipotética do mercado na qual a oferta é igual à procura. Expressaria a estabilidade do sistema de forças atuantes na circulação e troca de mercadorias e títulos. Um sistema econômico seria considerado em equilíbrio quando todas as variáveis permanecessem imutáveis em determinado período. Se as

condições de oferta e demanda mantivessem inalteradas, os preços tenderiam também a permanecer estáveis. Na realidade, condições “externas” (políticas e sociais) atuam sobre o equilíbrio de preços e acabam alterando essa idealizada estabilidade.

O “*equilíbrio geral*” supõe a análise de todas as variáveis relevantes para o problema em estudo, por exemplo, produção e preços de todos os setores de atividade. Dado o irrealismo dessas condições ideais – todos os agentes econômicos estarem com planos compatíveis entre si e com a disponibilidade de recursos produtivos e financeiros para realizá-los –, o “*equilíbrio parcial*” refere-se a dados restritos, por exemplo, a análise da evolução no preço de um produto, enquanto os outros se mantêm constantes.

Então, qualifica-se o equilíbrio como estável ou instável. Será *estável* se houver uma tendência para “o equilíbrio original” se restaurar, mesmo com ligeiras perturbações no preço ou na quantidade produzida. No entanto, se uma perturbação acidental dos preços ou das quantidades produzidas não gerar tais tendências, diz-se o equilíbrio ser *instável*. E se nunca houve esse “equilíbrio original”?

Durante a “guerra fria”, o mundo aparentava estar em “*Equilíbrio de Nash*”. Este é relacionado com a tomada de decisões antagônicas de dois competidores, no caso eram os USA e a URSS. Ambos se equilibram, mas por si prefeririam outras alternativas ou escolhas individuais, por exemplo, destruir o inimigo. Para conseguir um acordo sem risco de revanche, os concorrentes pela hegemonia mundial abandonam suas posições antagônicas e trabalham em um sentido cooperativo, ou pelo menos neutro, de forma tal um não atrapalhar o outro.

Duas potências atômicas, caso não se apaziguassem, corriam o risco de destruição mútua. E agora com nove Estados já tendo detonado armas nucleares? Há quatro (Índia, Paquistão, Israel e Coreia do Norte) não submissos ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear como os Estados Unidos, Rússia, China, Reino Unido e França.

A economia mundial demonstra estar em *caos* em vez de qualquer tipo equilíbrio. *Caos*, na tradição platônica, é o estado geral desordenado e indiferenciado de elementos, antecedente à intervenção do *demiurgo*. Este é o artesão divino ou o princípio organizador do universo. Sem criar de fato a realidade, modela e organiza a matéria caótica preexistente através da imitação de modelos eternos e perfeitos. Em síntese, o *caos* constitui *uma mistura de coisas em total desequilíbrio*.

Entretanto, na Física, *caos* é o comportamento de um sistema dinâmico. Evolui no tempo de acordo com uma lei determinista. Ele é regido por equações cujas soluções são extremamente sensíveis às condições iniciais. Quaisquer pequenas diferenças acarretam estados posteriores muito diferentes – o “*efeito borboleta*”. Mas o *caos*

primordial é um suposto estado de mistura e irregularidade dos elementos no espaço, antes de se separarem e ordenarem para formar o Universo.

Afastando-se da visão do *caos* como confusão, mistura confusa dos elementos, um inferno, em suma, onde predominam as trevas, não se entende o *caos* como o estado final. Não é o fim do mundo. É possível inspirar-se na visão do *caos* como uma dependência de trajetória para entender um Sistema Complexo como é a economia mundial. As fronteiras nacionais são criações arbitrárias face às geoeconômicas ou mesmo as geopolíticas, onde se impõem certas hegemonias hierárquicas de poder tácito.

Um Sistema Complexo resulta das interações entre agentes heterogêneos, entre si e com o meio-ambiente, seja o natural, seja o socioeconômico. Configuram-se propriedades emergentes das redes de relacionamento entre classes de comportamentos com a auto-organização sem autoridade ou planejamento central. Estabelecem-se regras de interações sem possibilidade de dedução precisa de seu determinismo caótico, mas com possibilidade de regulação e/ou reorientação dentro de certas margens ou limites de variação.

O analista atualizado coloca ênfase na dinâmica, variações ao longo do tempo, quer com dependência de trajetória, quer com retroalimentação. Observa as noções de aprendizado, adaptação e evolução com inovação ou ruptura. Dá importância à não linearidade, isto é, aos desvios, percalços ou complicações, apresentando outras escalas de descrição e análise, dada a redundância da escala 1:1 – “o mapa perfeito” (e inútil).

Construir boas ferramentas de visualização de redes de relacionamento, cadeias produtivas e interconexões internacionais ajuda a desvendar a Complexidade. Se focar apenas em uma ligação, sem observar o resto, ela na realidade fica menos previsível. Se considerar todo o Sistema Complexo avalia-se melhor as esferas de influência mais importantes. Muitas vezes é a particularidade de um nódulo a determinante crucial, dentro de diversas interconexões, para abranger toda a Complexidade. Em uma rede ordenada, deve-se focalizar cada *nódulo-chave*, então, olhar um grau, dois graus ou três graus além desse nódulo. Com isso, elimina-se boa parte do conjunto sistêmico fora da esfera de influência imediata.

Quais são os *nódulos-chave* fundamentais para destrinchar o aparente caos conjuntural da economia mundial? Primeiro, a tripla transição dos motores de crescimento da China, passando a ênfase da indústria para os serviços, de exportação para o mercado interno, e de investimentos em infraestrutura para consumo doméstico. Segundo, o decorrente colapso das cotações das *commodities*, destacadamente petróleo e minérios, mas também agrícolas, com impactos nos países emergentes exportadores. Terceiro, as políticas monetárias divergentes entre o afrouxamento monetário na Europa e Japão e a elevação do juro norte-americano, apreciando o dólar e depreciando as

demais moedas nacionais. Quarto, dada a desaceleração das economias emergentes e a busca por segurança e rentabilidade do capital, seu “repatriamento” da periferia para o centro. Retoma e consolida a hegemonia norte-americana.

Adeus, Brics? Adeus, pré-sal? Adeus, social-desenvolvimentismo? Adeus União Europeia? Adeus, mundo cruel... Aguardar – e quem sobreviver verá...

Lei das Duas Taxas de Juros

O Processo Cumulativo, elaborado teoricamente por Knut Wicksell, leva a uma situação insustentável. O investimento empreendido sob estímulo de uma taxa de juros “artificialmente” baixa se revela como fonte de prejuízos. Os *booms* terminam em liquidação e se traduzem em depressão. Na atmosfera de prosperidade, as dívidas acumulam-se.

A *inflação de crédito*, provocada pela baixa taxa de juros, só reverte se esta elevar-se em termos reais, ultrapassando significativamente a taxa de inflação. Inverte, assim, de maneira sustentável, a relação entre juros e preços. A inevitável liquidação das dívidas consiste no cerne da depressão.

A revolução introduzida por Wicksell no pensamento econômico foi justamente mostrar serem as taxas de juros relativamente baixas (e não relativamente altas sendo consideradas como custos) a origem primária ou antecedente da inflação. Ele não afirmou as taxas de juros baixas em valores nominais serem a causa da inflação, mas as baixas em relação à taxa natural.

Há defasagem temporal entre a baixa taxa de juros e o efeito inflacionário. A taxa de juros nominal é tanto menor quanto maior for a expansão de crédito no presente. Como o presente de hoje é o passado de amanhã, uma primeira lição wickselliana é: baixar juros nominais, apressadamente, acaba acelerando a inflação e, portanto, os juros futuros.

Outra lição wickselliana de bom senso diria ser vã a tentativa de adivinhar *a priori*, mesmo com o uso de sofisticados cálculos econométricos, qual é o valor da *taxa natural*. Ela seria “derivada da interação entre poupança e investimento”, na concepção neoclássica, e igualaria à *taxa de mercado*, referente à taxa observada de juros, se os bancos só canalizassem poupança para investimento. Ser o crédito for além da poupança pré-existente, será inflacionário de acordo com a Doutrina da Poupança Forçada.

Portanto, a taxa natural de juros é uma taxa *hipotética*, ou seja, *idealizada*. Corresponderia à necessária para levar o sistema ao *equilíbrio monetário*, em caso de igualdade com a taxa de juros do mercado.

Logo, o argumento teórico da “Lei das Duas Taxas de Juros” dispensa a tentativa prática de se usar econometria para medir produto potencial, taxa natural de crescimento, taxa natural de desemprego, NAIRU (acrônimo, em inglês, para *Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment*, ou, em português, Taxa de Desemprego Não Aceleradora da Inflação) ou quejandos. Sem essa mitificação muitos economistas ficam desocupados.

Taxa natural de crescimento, no modelo de Harrod e Domar, é aquela correspondente à taxa de crescimento da força de trabalho empregada. Mantendo fixos os coeficientes das funções de produção, de acordo com a visão da síntese-neoclássica, a taxa natural é a máxima taxa de crescimento sustentado da renda ou produto real. Ela é composta pela taxa de crescimento da população mais o progresso técnico em trabalho extensivo.

Taxa natural de desemprego, em contrapartida, corresponde ao nível de desemprego impossível de ser reduzido mesmo com a elevação da demanda agregada. De acordo com a abordagem da Curva Vertical de Phillips, qualquer tentativa de reduzir essa taxa resultaria em processos de aceleração inflacionária. Ela é também definida como o desemprego remanescente depois de ter sido alcançado uma situação diagnosticada como a de “pleno emprego”. Em outras palavras, nesta variável-meta não se emprega todo o mundo.

Essa proposição tem uma argumentação lógica. Em uma economia diversificada (e fechada), quando um setor produtor de bens intermediários chega ao pleno-emprego, ele não terá mais capacidade física de entregar os insumos demandados por setor produtor de bens finais. Logo, este não alcançará o pleno emprego, ficando com capacidade produtiva ociosa.

A Curva de Phillips, teoria até então aceita na sua forma original, assegura haver uma relação inversa entre inflação e desemprego. Quando um índice aumenta, o outro deve cair. No período de *estagflação*, entretanto, as economias desenvolvidas tiveram elevação simultânea dos dois indicadores.

O guru do monetarismo, Milton Friedman, questionou a constatação econométrica original do Arthur Phillips, o qual emprestou seu sobrenome à representação gráfica. Ele levantou a hipótese de as expectativas adaptativas dos trabalhadores não observarem os *salários nominais*, mas sim os *salários reais*, isto é, seu poder aquisitivo futuro. Então, suas demandas de reposição salarial seriam feitas

para compensar as taxas esperadas de inflação. Sendo assim, não haveria um *trade-off* ou uma troca conflituosa entre as mudanças na taxa nominal de salários e o nível de desemprego. Supunha este refletir a disposição dos trabalhadores se empregarem com certo salário – e não as decisões dos empregadores.

Se há indisposição dos trabalhadores reduzirem seus salários, a elevação da demanda agregada, devido ao aumento do gasto público, estimula os empregadores a contratar mão-de-obra, diminuindo o desemprego. Com o aumento do nível do emprego e o decorrente maior poder de barganha dos sindicatos, os salários aumentam. Supondo não ocorrer nenhum aumento da produtividade, os custos salariais maiores são repassados para os preços. Em seguida, os salários reais diminuem e, frustrados em seu poder-de-compra, os trabalhadores se recusam a trabalhar mais e o desemprego volta para o patamar anterior. Oh, mito!

Entretanto, permanece uma taxa de inflação superior naquele nível de desemprego natural. Aqueles trabalhadores empregados pleiteiam demandas salariais mais elevadas com base nas expectativas de futura elevação de preços. Se não se adotar uma política de combate à inflação, essa “taxa de inflação de equilíbrio” (sic) permanecerá. Caso contrário, a redução do emprego elevará a taxa de desemprego para um nível acima da taxa natural.

NAIRU é sigla em inglês para *Non-Accelerating Inflation Rate of Unemployment*. Traduz-se como *Taxa de Desemprego Não-Aceleradora da Inflação*. Apesar de nunca ter sido quantificado, esse conceito buscava explicar a estagnação nos anos 1970.

A NAIRU é a taxa de desemprego à qual é associada a inflação estável. Se U^* é a NAIRU e U a taxa de desemprego corrente, a teoria afirma:

1. se $U < U^*$ por algum tempo, as expectativas inflacionárias aumentam, e a inflação tende a se acelerar;
2. se $U > U^*$ por algum tempo, as expectativas inflacionárias caem, e a inflação tende a se desacelerar; e
3. se $U = U^*$, a taxa de inflação tende a permanecer a mesma, a não ser em caso de ocorrer um choque exógeno.

Para Edmond Phelps e Milton Friedman, a NAIRU é a *taxa de desemprego natural*, para a qual a economia converge. A NAIRU é associada a um *produto potencial* máximo. É o nível mais alto de produção sustentável no longo prazo. Desta forma, a Curva de Phillips assume a forma de uma reta vertical. A inflação se acelera quanto mais distante da NAIRU for o desemprego.

De acordo com a NAIRU, mesmo durante a ocorrência de produção máxima a economia pode apresentar *desemprego involuntário*. Essa ocorrência é explicada pela natureza do mercado de trabalho no qual o equilíbrio efetivo pode se dar com uma taxa salarial mais elevada, em vez do equilíbrio natural do mercado, graças ao poder de negociação dos sindicatos.

Em última instância, uma instituição do mundo real sempre atrapalha a concepção idílica de uma economia de livre-mercado. Esse mecanismo defensivo, em um mundo real onde há violentos conflitos de interesses, impede os preços flutuarem livremente como os teóricos economistas desejariam. Em vez de adequar sua teoria, eles propõem o inverso: *adequar o mundo à teoria*.

Sobre Equilíbrio Monetário

O *Equilíbrio Monetário*, livro de Gunnar Myrdal publicado em sueco, em 1931, e em inglês, em 1939, foi tentativa de reconstrução crítica da noção de “taxa de juros normal”, elaborada originalmente por Knut Wicksell, economista também sueco. Esse conceito deveria cumprir três diferentes condições para se atingir o Equilíbrio Monetário:

1. igualar à “taxa natural (ou real)”;
2. equalizar investimento e poupança;
3. preservar o nível geral dos preços estável.

Em seus desenvolvimentos da análise de Wicksell, os economistas da Escola de Estocolmo criticaram a consistência desta tríplice condição, conduzindo à reformulação ou mesmo ao abandono da noção de “taxa normal”.

Myrdal faz a distinção entre métodos *prospectivos* e *retrospectivos* de cálculo de valores econômicos, tais como investimento, renda e poupança, deduzida por diferença com o consumo. Adotou o *método dinâmico* – variações ao longo do tempo – na análise econômica.

Há dois métodos alternativos de definir estas quantidades:

1. quantidades definidas em termos de *ação planejada*, no início do período em questão, são referidas como *ex ante* – são *resultados esperados*;
2. quantidades definidas em termos de *medidas realizadas*, ao fim do período em questão, são referidas como *ex post* – são *categorias passadas*.

A priori, a decisão *ex ante* de investimento refere-se ao investimento planejado para período vindouro, incentivado por renda *ex ante* ou lucro esperado. A posteriori, o investimento, a renda e a poupança *ex post* já foram realizados, durante período passado. Assim, tornaram-se registros estatísticos. No caso da poupança, ela é um resíduo contábil entre o fluxo de renda e o de consumo nesse período considerado.

No cálculo *ex ante*, a questão não se refere aos resultados realizados, mas sim às expectativas, cálculos e planos dirigidos ao processo dinâmico futuro. Na contabilidade *ex post*, verifica-se a correspondência (ou não) entre o investimento esperado e o valor do investimento bruto realizado.

O problema a ser resolvido na Teoria Monetário-Financeira, para Myrdal, era: como a tendência à ruptura da equação investimento-poupança se desenvolve no balanço *ex post*?

A *Doutrina da Poupança Forçada* supõe a oferta de crédito quebrar o equilíbrio *ex ante* necessário entre o investimento e a poupança. Se esta for superada, devido à disponibilidade de *funding*, isto é, composição passiva para financiar o investimento, a demanda agregada ultrapassa a oferta agregada, provocando elevação no nível geral de preços. Isto corrói os salários reais, diminuindo o consumo, de maneira a “forçar a poupança” se equilibrar com o investimento realizado. Ao fim e ao cabo, superado o equilíbrio inicial, chega-se a um novo Equilíbrio Monetário de maneira perversa, ou seja, via mecanismo inflacionário.

O processo técnico da produção requer tempo. Durante este tempo, mudanças ocorrem sem serem antecipadas com absoluta certeza. Resultam em ganhos e perdas. Estes não são nem elementos de renda, nem tampouco valores de capital. São variações de preços em busca de um novo equilíbrio entre preços relativos.

O *Equilíbrio Monetário*, de acordo com o citado segundo critério de Wicksell, considerado válido por Myrdal, é entendido como a igualdade entre o investimento *ex ante* e a “disposição de capital livre”, ou seja, a soma da poupança com as variações do valor do ativo de capital antecipadas – ou capacidade de pagamento adiantada. Para o caracterizar, é necessário, então, o fluxo de investimento, estimulado pelas taxas de rentabilidade esperada, ou seja, a reação dos empresários ao lucro previsto, ser compatível com o volume de poupança esperada. Esta será, justamente, a parcela dessa renda não destinada ao consumo imediato. A poupança *ex post* possui caráter monetário como “sobra da renda não consumida”.

Myrdal procura caracterizar a condicionalidade do Equilíbrio Monetário, mostrando inclusive a possibilidade de divergência *ex ante* e resolução *ex post* entre o

investimento e a poupança. A alteração das expectativas ou da taxa de juros gera uma discrepância entre essas magnitudes agregadas.

A independência entre as decisões de investir e de poupar é plenamente possível em uma *Economia de Endividamento*. Os recursos financeiros suplementares, demandados pelos investidores, vão além de seu autofinanciamento com base em lucros retidos ou “poupança” da empresa não-financeira. Eles são supridos pelo sistema bancário. Este detém a capacidade de criação de crédito *ex nihilo*, sem, necessariamente, haver elevação da taxa de juros de mercado para captação de novos recursos. Ocorre pelo multiplicador monetário com seguidas rodadas de empréstimos criadores de depósitos.

Equilíbrio Monetário, portanto, ocorre apenas na rara circunstância das instituições financeiras fazerem, exatamente, a intermediação entre poupança e investimento – sem ter consciência disso. Só nessa hipótese de acerto casual da “canalização”, a oferta de moeda deixa de ser endógena, isto é, criada pelas forças do mercado, e inexistem o excesso de demanda agregada – e o conseqüente Processo Cumulativo inflacionário.

Ex post, a cada período contábil, a poupança e o investimento efetivamente realizados por definição são iguais. Essa igualdade é obtida através de ganhos e perdas não esperados pelos agentes econômicos. A renda real *ex post* e a sua parcela poupada pelos diversos agentes não é determinada em nível microeconômico, mas sim macroeconômico.

Nesse esquema teórico, é a poupança, contabilmente, ajustada *a posteriori* ao nível de investimento efetivado. Pode ocorrer frustração *ex post* de demandas e ofertas formuladas com base em antecipações não mutuamente consistentes, devido à descentralização, descoordenação e desinformações mútuas das decisões dos agentes econômicos.

Então, é possível questionar a coerência lógica do raciocínio de Myrdal sob o ponto de vista estritamente atomista. A investigação dessa coerência micro-macroeconômica é parte da agenda de pesquisa da Macroeconomia do Desequilíbrio, na qual se distingue entre demandas *nocionais* e *efetivas*.

A reformulação do conceito de Equilíbrio Monetário através do método *ex ante* e *ex post* por parte de Myrdal qualifica a teoria de Wicksell. Devido ao mercado de crédito e/ou de capitais, há a possibilidade de discrepância *ex ante* entre a poupança e o investimento. Os equilibristas acreditam em resolução desse desequilíbrio *ex post* de maneira inflacionária. Os realistas botam fé no crescimento da capacidade produtiva em tempo adequado para o atendimento de toda a demanda expandida por crédito.

Estabilizando o Sistema de Preços Relativos

A moeda creditícia é *não-neutra*. Ela pode ser passiva, quando sanciona as alterações do sistema econômico providas de mudanças de expectativas. Nesse sentido, a moeda creditícia, simplesmente, acomoda as decisões econômicas (de produzir, de investir, de consumir, de formar estoques, de fixar preços, etc.) tomadas no chamado setor real. Se o sistema bancário aumentar o volume de crédito através do incentivo à tomada de empréstimos pela diminuição da taxa de juros de mercado, ou vice-versa, pela elevação dos juros, as alocações reais serão afetadas.

O critério de *Equilíbrio Monetário*, no entanto, não determina o complexo sistema econômico como um todo. Na teoria de Gunnar Myrdal, esse conceito se refere somente aos agregados macroeconômicos.

Outros comentários críticos realizados por Myrdal a respeito da teoria de Knut Wicksell a enriquecem. Por exemplo, acha os elementos monopolísticos possíveis de serem prontamente incorporados.

O grande obstáculo para a análise prática, baseada nesta teoria, é geralmente apresentado pela diferença entre efeitos de “curto prazo” e de “longo prazo”. Trabalha-se com diferentes condições de crédito. Há ainda a dificuldade baseada no fato de não somente a política monetária, mas também todas as demais políticas econômicas – política fiscal, política cambial e política de controle de entrada e saída de capital – atuarem sobre a posição de Equilíbrio Monetário.

Isso destaca o problema surgido de “complicações internacionais”. A teoria de Wicksell é válida, primariamente, para “economia fechada”. É aplicável diretamente, em análise geral da economia mundial, somente se as fases do ciclo de negócios se sincronizam, justamente, em todas as partes do mundo.

Embora seja, obviamente, teoria muito formal, ela não contém elementos eliminadores da possibilidade de a reparar e adaptar em todos os pontos, em correspondência com os fatos observados. Por isso cientificamente é tão frutífera.

A terceira condição, para o Equilíbrio Monetário, no sistema de Wicksell, está relacionada com as condições do mercado de bens. A Taxa de Juros Normal é aquela taxa de mercado capaz de estabilizar o nível geral dos preços dos bens e serviços. No entanto, Myrdal mostrou as condições desse equilíbrio em si. Só permitem a estabilização do nível dos preços absolutos, se esse movimento for perfeitamente uniforme para diferentes preços, ou seja, sem a alteração do sistema de preços relativos.

Realisticamente, de acordo com Myrdal, essa hipótese é insustentável. Em primeiro lugar, há contratos de crédito, estipulando *taxa de juros fixas*, e outros contratos, com *taxas flutuantes* ou repactuadas de acordo com a taxa de mercado vigente. Eles se estendem ao longo do tempo. Em qualquer movimento do nível geral dos preços, não tendo sido antecipado com plena certeza por todos aqueles participantes na formação de preço, a distribuição de rendas e propriedades deve necessariamente mudar. Conseqüentemente, a demanda e a oferta de diferentes mercadorias variam, assim como suas relações de preços, inclusive a relação específica de preços relevante para se atingir Equilíbrio Monetário.

Mas há um elemento geral de *inércia* no ajustamento do sistema econômico às variações. Alguns preços reagem mais rapidamente e outros mais vagarosamente. Ademais, sob oligopólio, ou seja, em mercados com pequeno número de grandes competidores, preços existentes são, frequentemente, administrados pela política de manutenção de preços mesmo ocorrendo violentas mudanças na demanda.

Myrdal mostra, assim, a inércia na formação dos preços e a inflexibilidade de preços administrados, seja por oligopólios, seja pelo governo no caso de serviços de utilidade pública, como restrições impostas sobre o *sistema de preços relativos*. Uma política monetária adotada para preservar as relações de equilíbrio deve, então, compensar as variações dos *preços flexíveis* com o nível rígido dos *preços fixos*. Em outras palavras, mesmo ocorrendo um *choque inflacionário*, devido a um *choque tarifário* (variações arbitrárias de preços administrados), o combate se dá sobre os preços livres com controle recessivo da demanda agregada.

O Índice Geral de Preços avalia a evolução mensal da média ponderada dos preços dos bens e serviços de uma cesta básica de consumo, reavaliada em prazos largos através de Pesquisas de Orçamentos Familiares. Se os preços flexíveis se dispersam e alguns preços rígidos se mantêm, dedutivamente, essa média ponderada dos preços dos produtos básicos se eleva, pois não há possibilidade de movimentos compensatórios de altas e baixas.

No caso da hipótese de todos os indivíduos anteciparem todas as variações dos fatores primariamente determinantes de preços, e todos os efeitos dessas variações, os agentes econômicos tornam-se independentes dos fatores da inércia, dada a casual compatibilidade distributiva. Mas, na realidade, há sempre incerteza a respeito dos preços futuros. Todas as reações de formação de preços levam tempo. As condições de Equilíbrio Monetário fornecem, para Myrdal, em função dessas duas razões, apenas referências abstratas, isto é, teóricas, para a evolução do nível geral dos preços.

Rigidez menor dos preços de diferentes bens e serviços, e para os mesmos bens e serviços em vários mercados, depende de diferentes circunstâncias institucionais – lei,

convenção, hábitos de consumo, métodos de produção, padrões de propaganda, políticas de preços, todo tipo de elemento monopolístico, e várias outras circunstâncias. Elas determinam as condições de reação para preços em diferentes mercados. Essas condições estão relacionadas não somente com a oferta e a demanda, mas também com o preço de oferta e o preço de demanda.

Logo, o nível geral dos preços, sob o hipotético Equilíbrio Monetário, deve atender todas essas condições quase irrealistas. Só assim haveria o cumprimento das condições de equilíbrio das relações de preços com a menor possível variação dos preços rígidos.

Em sua investigação da terceira condição de Wicksell – preservar o nível geral dos preços estável –, Myrdal conclui, portanto, o Equilíbrio Monetário ser determinado pelas duas primeiras condições mais fundamentais, ficando essa terceira condição em segundo plano por causa da dificuldade de seu alcance no mundo real. A variação uniforme em todos os preços monetários não afetaria nenhum investimento nem perturbaria o equilíbrio no mercado de capitais se os agregados nominais variassem na mesma proporção.

Mas as variações nos componentes do nível geral dos preços não são uniformes. Na realidade, alguns preços monetários, como valores de capital, são altamente flexíveis, enquanto outros, especialmente salários, são muito rígidos. Estes últimos colocariam restrição sobre o sistema de preços relativos se acomodarem em determinada média geral dos preços.

Ao concluir a terceira condição ser privada de significado, para a determinação do Equilíbrio Monetário, Myrdal salienta, no entanto, ela ter a função prática de ser usada como indicador para política monetária. Objetiva restaurar eventual distúrbio. Isto não significa estabilização do nível geral dos preços, mas sim mitigação do ciclo de negócios, trazida pela adaptação dos preços flexíveis aos mais rígidos. Poderia ser alcançado de forma compensatória à estabilização do índice daqueles preços rígidos. Na prática, significaria manter estabilidade de salários, enquanto se movem os valores dos ativos do capital representados por preços livres.

Essa reconstrução por Myrdal das condições de equilíbrio de Wicksell parece realista e plausível, visto a maioria das firmas em uma economia contemporânea atuar nos mercados variando seus graus de imperfeição na competição, ou seja, em busca de controle da estrutura de mercado. Wicksell não tinha oferecido nenhuma explicação de como é alcançada a adequação dos *preços flexíveis* aos níveis dos *preços inflexíveis*, estabilizando o sistema de preços relativos. Coube à Escola de Estocolmo explicá-la.

Corrente Principal e Controvérsia Pluralista

A vanguarda intelectual em Economia é heterodoxa. Quando suas descobertas são realmente pertinentes, elas são incorporadas ao “*mainstream*”, isto é, à “corrente principal do pensamento econômico” como os economistas ortodoxos, arrogantemente, auto qualificam sua filiação?

Sendo assim, a Ciência Econômica não evoluiria por uma lógica imanente, mas sim sob a pressão – ou o açoite – da dissidência heterodoxa. Esta expande a fronteira dessa área de conhecimento. Logo, o debate pluralista é fundamental para a expansão do nosso conhecimento científico. Hipóteses são levantadas para serem falseadas, ou seja, submetidas ao debate intelectual e às constatações empíricas para verificar sua sustentação ou não. Caso caíam, levantam-se novas hipóteses.

Economistas bem formados devem ser plurais, conhecendo todas as contribuições das diversas linhas de pensamento sobre todos os assuntos. Para exemplificar isso, vamos examinar uma interessante evolução, supostamente, dentro da “corrente principal”. Não se trata de uma trajetória linear em direção a um equilíbrio convergente de todas as opiniões, mas sim de predominâncias periódicas de certas ideias, ou melhor, de alternâncias entre opiniões ou práticas dominantes. Os conflitos de interesses resultam em adoções de ideias e instituições distintas em cada fase do mundo real.

Knut Wicksell (1851-1926) desenvolve a Teoria Quantitativa da Moeda para sistema de crédito puro. Nele todos os pagamentos são efetuados por transferências de crédito bancário. Neste sistema, não há controle da quantidade da moeda senão pela taxa de juros. Esta é a reguladora monetária efetiva. Os bancos fixam as taxas de juros de seus empréstimos e atendem com oferta de moeda a demanda de crédito dos tomadores de empréstimos, submetidos à avaliação de risco, dispostos pagar tais juros.

Em termos de história do pensamento econômico, a passividade do sistema bancário, no esquema teórico de Wicksell, é semelhante à ideia da moeda endógena de alguns autores pós-keynesianos. Para ele, em sistema bancário desenvolvido, os distúrbios “reais” responsáveis por flutuações na renda conduz a variações na demanda por moeda. Elas são passivamente suportadas por variações na oferta monetária dos bancos privados. Isto se eles não vão de encontro à barreira de suas capacidades de empréstimos, estabelecidas por reservas exigidas pela Autoridade Monetária.

No caso de economia creditícia pura, onde o mecanismo equilibrador endógeno não atua, o Banco Central manipula a taxa de juros com o intuito de estabilizar o nível de preços. A abordagem de Wicksell se distingue da futura abordagem dos monetaristas, pois não são as variações na base monetária as fontes de distúrbio. Ele enfoca variações

no fluxo de crédito, intermediado pelos bancos, em vez de variações no estoque da moeda central. Revela a visão de um sistema bancário policêntrico como alternativa ao modelo monocêntrico dos monetaristas com apenas uma entidade central.

Em sua tentativa de reabilitar a Teoria Quantitativa da Moeda, Wicksell desfez a relação direta entre a quantidade em circulação da moeda e os preços. Sua abordagem através da oferta e demanda agregadas, desequilibradas via desajuste de juros, é o ponto de partida para explicar os movimentos do nível geral dos preços.

A Teoria Quantitativa explicava o nível de preços para o caso de oferta de moeda exógena com ajustamento endógeno da taxa de juros. Wicksell buscou explicar algo diferente: a taxa de variação dos preços para o caso de oferta de moeda endógena com taxa de juros exógena. Ele fornece a base teórica para o contemporâneo Regime de Meta de Inflação.

Leon Walras (1834-1910), o criador da Teoria do Equilíbrio Geral, vê a economia de mercado quase inteiramente sob uma *perspectiva da troca*. A metáfora do “leiloeiro walrasiano” expressa o tateio (*tâtonnement*) em uma série de trocas sem a perspectiva das relações de classe ou castas envolvidas. O numerário (moeda) só circula, para facilitar as trocas, quando os preços relativos já estão estabelecidos no livre mercado.

Milton Friedman (1912-2006) reapresenta a Teoria Quantitativa da Moeda. Caso o numerário seja demasiado, devido ao abandono do padrão-ouro e à adoção da moeda fiduciária emitida por governos, os preços se inflam nominalmente. Logo, defende adotar uma regra constitucional com a programação de uma taxa de crescimento dos meios de pagamento *pari passu* com o do produto real, para não perturbar o livre funcionamento das forças de mercado de acordo com o Modelo de Equilíbrio Geral na tradição neowalrasiana.

Qualquer ação discricionária da Autoridade Monetária – como a adoção “heterodoxa” de atitude passiva quanto à oferta de moeda endógena e rígida fiscalização administrativa, controles financeiros seletivos e/ou regulação macroprudencial sobre a atuação dos bancos – deveria ser evitada, segundo os monetaristas, para não haver abruptas oscilações na política monetária. Ela falha em não tolerar o diferimento entre as suas ações, provocadas por condições atuais, e os efeitos subsequentes sobre a economia em um futuro indeterminado. É necessária uma persistência na manutenção da meta sem contrair ou expandir a oferta de moeda a não ser acompanhando o crescimento do produto real.

Caso estivesse vivo Friedman, provavelmente, criticaria o atual Regime de Meta de Inflação. Ele propõe uma regra com o uso do instrumento de controle

monetário geral. No entanto, a Autoridade Monetária adota uma regra baseada em resultado (*meta ou fim*) em função do uso discricionário de um instrumento: a taxa de juros (*meio*). A manipulação da taxa de juros fica a critério do discernimento da diretoria do Banco Central. A regra torna-se, atualmente, um objetivo em longo prazo, cujo sucesso no alcance implica em liberdade de ação arbitrária no curto prazo.

Da mesma forma, Friedman discorda do esquema teórico de Wicksell servir como inspiração para arbítrio da Autoridade Monetária. Em decorrência do seu uso discricionário do instrumento taxa de juro, ela provoca conflito distributivo, concentrando renda no capital financeiro, riqueza na casta dos rentistas, e agravando o desequilíbrio social. Essa redistribuição contraria o credo liberal, pois deixa de ser feita pela suposta liberdade (e “neutralidade”) das forças do mercado como é apresentada no modelo de equilíbrio geral walrasiano. Eticamente, a diretoria do Banco Central deveria se declarar impedida pelo conflito de interesses: ela se beneficia com a alta taxa de juro em prejuízo do emprego dos trabalhadores.

Poupança: Economia Normativa Religiosa

A Pré-Reforma Protestante se iniciou com seguidores de Pedro Valdo, um comerciante de Lyon. Ele se converteu ao Cristianismo por volta de 1174. Ele decidiu encomendar uma tradução da Bíblia para a linguagem popular e começou a pregá-la ao povo sem ser sacerdote. Ao mesmo tempo, renunciou à sua atividade e aos bens, repartindo-os entre os pobres. Seus seguidores defendiam o direito de cada fiel de ler a Bíblia em sua própria língua, considerando ela ser a fonte de toda autoridade eclesiástica. Eles reuniam-se em casas de famílias ou mesmo em grutas, clandestinamente, devido à perseguição da Igreja Católica Romana. Negavam a supremacia de Roma e rejeitavam o culto às imagens. Deploravam essa idolatria.

Uma consequência colateral dessa Pré-Reforma é o fato de ela ter possibilitado um maior acesso à Bíblia, graças às traduções feitas por vários reformadores a partir do latim para as línguas nacionais. Sua leitura incentivou a alfabetização popular.

No século XIV, o inglês John Wycliffe, considerado como precursor da Reforma Protestante, levantou diversas questões sobre controvérsias quanto ao Cristianismo, mais precisamente a Igreja Católica Romana. Entre outras ideias, Wycliffe queria o retorno da Igreja à primitiva pobreza e solidariedade comunitária dos tempos dos evangelistas. Na sua visão, isso era incompatível com o poder político do papa e dos cardeais. O poder da Igreja devia ser limitado às questões espirituais, sendo o poder político exercido pelo Estado, representado pelo rei.

A Reforma protestante foi iniciada por Martinho Lutero no início do século XVI. Embora tenha sido motivada primeiramente por razões religiosas, também foi impulsionada por razões políticas e sociais. Entretanto, interessa aqui destacar a relação entre Protestantismo e a Economia.

Uma causa econômica para a aceitação da Reforma foi a pequena nobreza estar ameaçada de extinção, tendo em vista o colapso da economia senhorial. Então, desejava parte das terras da igreja. Almejava também ver-se livre da tributação papal. O papa, apesar de pregar a simplicidade, detinha a maior riqueza.

Práticas como a usura eram condenadas pela ética católica romana. Uma nova ética religiosa, adequada ao espírito capitalista, foi totalmente atendida pela ética protestante? Ela manteve a ideia de parcimônia ou de “auto sacrifício para chegar ao reino do céu”, não adotando a ideia do endividamento, isto é, do crédito remunerado por juros para dispor de capital de terceiros. Foi uma reação antissemita? Ou pregou o autofinanciamento pelo pouco desenvolvimento do sistema bancário, então, dominado por banqueiros judeus? Para manter o exclusivismo de seus seguidores, pregava a necessidade de eles acumularem reservas, previamente, para investir ou consumir pagando à vista? A competição entre igrejas é a explicação econômica?

Uma obra de referência para consultar e responder tais indagações é “*A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*”, com a qual Max Weber começou suas reflexões sobre a sociologia da religião. Na argumentação weberiana, a religião era uma das razões não-exclusivas do porque as culturas do Ocidente e do Oriente se desenvolveram de formas diversas. Ele salientou a importância de algumas características específicas do protestantismo ascético. Levaram ao nascimento do capitalismo, à burocracia e ao Estado racional e legal, com o monopólio da violência e da emissão monetária, nos países ocidentais.

Tomando como exemplo máximas colhidas de escritos de Benjamin Franklin, tais como “tempo é dinheiro” ou “dinheiro gera mais dinheiro” ou ainda “o bom pagador é dono da bolsa alheia”, Weber mostra o espírito do capitalismo não caracterizado pela busca desenfreada do prazer e pela busca do dinheiro por si mesmo. O espírito do capitalismo deve ser entendido como uma ética de vida, uma orientação na qual o indivíduo vê a dedicação ao trabalho e a busca metódica da riqueza como um dever moral.

Do calvinismo emana a tese da predestinação, dogma segundo o qual “apenas Deus escolhe, independentemente dos méritos do indivíduo, quem será salvo e quem será condenado”. Diante da angústia religiosa sofrida pelo indivíduo, o trabalho e o sucesso na vida econômica surgem como compromissos do crente e como indícios de certeza da salvação.

A *parcimônia* foi uma palavra-chave normativa-religiosa do capitalismo industrial implantado no Século XIX, na América do Norte, base para o racionalismo neoclássico conceber o comportamento idealizado do *Homo Economicus*. Pregava uma conformidade com a vocação natural de cada indivíduo, seja a do trabalho subordinado com vistas à poupança, seja a da acumulação de capital através do investimento e exploração da força de trabalho.

No entanto, a sociedade de consumo norte-americana se tornou um fenômeno massivo, diminuindo significativamente as diferenças entre padrões de consumo das classes sociais ao tornar acessível o trio educação-barateamento de bens de consumo duráveis-crédito. As oportunidades de educação como compensação para os soldados sobreviventes da II Guerra, associadas com um programa governamental de construção de casas nos subúrbios, significaram melhoria na qualidade de vida. Os pais dos *baby boomers* foram a primeira geração a ter acesso significativo ao crédito ao consumidor. Eles compraram sua moradia a prazo, seu carro a prestações, e seus eletrodomésticos a perder de vista...

A ética protestante, na concepção weberiana, teria dado origem ao espírito do capitalismo ao fornecer aos capitalistas “trabalhadores sóbrios, conscientes e extraordinariamente capazes, dedicados ao trabalho como fosse um propósito de vida desejado por Deus”, deixando de “trabalhar para viver” e passando a “viver para trabalhar”. Ela se esvaneceu com a fartura do crédito barato? A poupança gradual foi substituída pelo endividamento apressado? O adiamento do consumo para o futuro foi vencido pelo adiantamento do poder de compra para o presente? O consumismo foi democratizado pelo crédito massivo? Rompeu-se um pilar fundamental do protestantismo ascético: a poupança prévia aos gastos? Os economistas normativos – pregadores de *o que deveria ser* – reagem contra essa evolução histórica?

Crítica Ultraliberal à Política Anticíclica de Crédito Farto e Barato

Hayek, prócer da Escola Austríaca de pensamento econômico, critica a sugestão keynesiana de elevação da quantidade de moeda para baixar a taxa de juros. E por meio desta influenciar na demanda pelos bens de consumo, de um lado, e na expansão da capacidade produtiva de outro. Seu contra-argumento é o excesso de moeda tender a baixar o preço dos empréstimos, incentivando investimento sem sustentação perene, enquanto torna a poupança menos atraente e leva a aumento de preços dos bens de consumo. Adota a *doutrina da poupança forçada*.

A concessão de crédito ao consumidor, defendido pelos keynesianos como um medicamento para a cura da depressão, tem, nessa visão ultraliberal, efeito colateral muito contrário. Tal “demanda artificial” meramente adia o dia do ajuste de contas.

O único caminho para mobilizar todos os recursos disponíveis é não usar estimulantes artificiais — durante uma crise ou para a retomada do crescimento —, mas *deixar o tempo efetuar uma cura permanente*. Para Hayek, não há caminho curto e fácil para sair de uma recessão. É mais fácil pregar a fé em anticorpos com os quais o livre mercado restaurará por si só o equilíbrio da economia, em longo prazo, quando todos estarão empregados. *O que fazer? Nada a fazer, exceto evitar o viés da ação*. Tomar, então, calmante e chá de camomila. Ou rezar segundo o credo dele.

A Escola Austríaca nos faz lembrar aquela velha piada corporativa sobre uma maneira rápida de identificar se alguém é um economista. Pergunte ao sujeito qual é a diferença entre ignorância e indiferença. Se ele responder “Eu não sei e não quero saber”, pode estar seguro: ele é um economista. Agora só resta a questão de *o que fazer com ele...*

Nessa crença no “deixa estar” ultraliberal, tratar de sintomas de uma economia deprimida, investindo com dinheiro emprestado, só piora as coisas. Em vez disso, Hayek oferece um remédio natural: esquecer consertos rápidos, pois a verdade é que *apenas o tempo cura* uma economia de mercado em desequilíbrio.

Alerta para ter cuidado com doutores de fala macia, como os PhDeuses keynesianos. Eles oferecem cura rápida, porque eles são charlatães, vendedores de poções mágicas e curandeiros. Todo atalho leva apenas de volta ao começo. Não há opções agradáveis. Apenas o longo prazo fornece a verdadeira recuperação. O Mercado tem sua própria lógica e exige, em doses homeopáticas, uma série de negociações entre suas forças desiguais. Não é papel de tecnocrata oferecer banalidades porque ele, à diferença de militantes profissionais, não é um agitador político.

Para evitar as mais extravagantes oscilações de um ciclo de negócios, argumenta Hayek, os próprios bancos devem vigiar seus empréstimos. Banqueiros não precisam temer prejudicar a produção por demasiada precaução. A aversão ao risco dos bancos é, talvez, tudo aquilo possível de ser conquistado em termos de manter a política monetário-creditícia sob controle. Não é necessária nenhuma Autoridade Monetária, ou seja, o Banco Central é dispensável. Aliás, todo O Governo, exceto talvez a Segurança Pública.

Sob as condições existentes de abertura externa à globalização, ir além de evitar o crédito farto e barato está fora de questão para os ultraliberais. Isso só poderia ser tentado caso existisse uma única Autoridade Monetária para todo o mundo. A ação unilateral de um país está condenada ao desastre por causa da oscilação cambial da moeda nacional.

Embora a remoção da moeda como fonte de desequilíbrio seja importante, a Escola Austríaca, ao contrário da pregação monetarista, considerava uma política monetária restrita não ser uma panaceia. É uma ilusão supor sempre sermos capazes de eliminar inteiramente as flutuações cíclicas por meio da política monetária.

Hayek leva a análise de von Mises um passo adiante ao examinar as consequências de o crédito barato ser usado para investir em bens de capital. A baixa deliberada das taxas de juros e a provisão de dinheiro para investimento em desequilíbrio com a poupança estendem, anormalmente, o “período de produção”. Há um incentivo para a extensão do tempo necessário à produção desses bens de investimento.

O período de produção se torna tão longo de modo uma boa parte de bens de capital, em particular os “bens de ordem superior” – maquinaria para fazer bens mais distantes dos bens de consumo finais –, logo terem sua capacidade produtiva, ampliada “artificialmente”, abandonada ou não ocupada. Quando deixa de haver aquela maior demanda inicial, cai o desejo dos consumidores de comprar os bens finais no longo prazo de maturação necessário para se completarem os investimentos.

O nó da questão, de acordo com Hayek, está em, ao reduzir as taxas de juros, o Banco Central interferir na relação entre poupança e investimento. Ele e a Escola Austríaca pregam a possibilidade de, sem interferência governamental, todos os mercados ao longo do tempo, inclusive o mercado monetário, chegarem espontaneamente a um estado de equilíbrio. Nele, a oferta de bens pelos fabricantes e a demanda se igualam. Mantêm a fé (cega) na Lei de Say: a oferta cria a própria demanda se não há crédito além da poupança prévia, desequilibrando assim a demanda agregada face à oferta.

Hayek sugere o *mecanismo de preços relativos* refletir a tendência para o equilíbrio. Conserva a velha crença na ordem espontânea, sugerida pela *Fábula de Abelhas* de Bernard Mandeville, inspiradora de Adam Smith. Isso ocorreu na Inglaterra do século XVIII, quando a Lei da Gravidade, elaborada por Isaac Newton, dominava os espíritos antropocêntricos iluministas – e equilibristas.

Qualquer tentativa de alterar artificialmente os preços tem consequências terríveis, adverte a Escola Austríaca. Em sua opinião, mexer indevidamente com os preços relativos significa meramente desorganizar as forças do impulso restaurador em direção ao equilíbrio. Reduzir artificialmente as taxas de juros, ou seja, os preços dos empréstimos, só leva à inflação. Em contrapartida, elevar as taxas de juros artificialmente significa estimular uma contração da atividade econômica, caracterizando uma recessão.

Se administrado com extraordinária precaução e uma habilidade sobre-humana, o plano de dar uma infusão de dinheiro ao sistema econômico para provocar maior demanda pode, à primeira vista, em curto prazo, ser executado para prevenir crises. Entretanto, para Hayek, é mais provável, em longo prazo, tal manipulação da economia causar graves distúrbios e desorganização do sistema econômico como um todo. Para ele, toda a experiência de tais tentativas keynesianas para aliviar o desemprego com obras públicas de socorro e, assim por diante, é, à luz de sua análise ultraliberal, altamente questionável.

É melhor adotar uma atitude conformista com o desemprego, as fábricas ociosas e o desespero massivo com a Grande Depressão. Mesmo com o resultante dano político para a defesa do sistema capitalista. Pior é recuar em um verdadeiro princípio econômico, segundo o prócer da Escola Austríaca.

Hayek adota a pressuposição, defendida por economistas clássicos, de quando poupança e investimento se alinharem, perfeitamente, uma economia vai se estabilizar em um estado ideal de pleno emprego. No entanto, um real equilíbrio pode ser previsto apenas se as intenções de cada um dos participantes forem conhecidas. Mas isso é impossível tanto na teoria quanto na prática.

Ao negar a existência de um equilíbrio previsível no tempo certo e a validade de suposições a priori sobre as muitas escolhas humanas corretas e não corretas, constituintes das decisões em um mercado, Hayek descobriu novo método de análise econômica. Suposições a priori sobre comportamento da massa de agentes econômicos dependeriam de um conjunto ideal de condições. De acordo com elas, cada indivíduo possuiria conhecimento perfeito tanto das circunstâncias atuais quanto das futuras. Isto seria necessário para tomar uma decisão em um idealizado Livre Mercado.

Na realidade, esse mercado perfeito não existe. Decisões econômicas na vida real são tomadas por indivíduos baseados em um conhecimento parcial das condições correntes, combinadas com seu melhor palpite sobre o possível de acontecer mais adiante. Cada indivíduo chega a um conhecimento diferente (e, com frequência, contrário ao dos demais) sobre quais são aquelas condições. Alguns tomam as decisões corretas; outros, as erradas. Mas, juntas, as decisões se combinam para formar um quadro com movimento contínuo durante a operação do mercado.

Dada essa divisão do conhecimento, os reguladores, quando interferem no sistema de preços relativos, inevitavelmente, frustram os desejos, limitam a felicidade e restringem as liberdades dos indivíduos em nome dos interesses dos quais alegam agir. Os planejadores não são sobrenaturais, isto é, onipotentes e oniscientes.

Assim pensam os ultraliberais da Escola Austríaca. O programa econômico propagandeado por eles é privatizar tudo, exceto talvez o exército necessário para dar segurança pública à propriedade privada durante o longo ajuste depressivo. Só.

Descoberta do Óbvio

Quem lê e relê sempre os mesmos autores acaba por sofrer um retardamento mental em perceber ideias novas. Quando isso ocorre, crê ter feito uma descoberta. Mas é *a descoberta do óbvio*, ou seja, é uma redescoberta de fenômenos conhecidos pelos heterodoxos há muito tempo. Eles se pasmavam de os ortodoxos não saberem deles.

Estes cometem *o viés heurístico da auto validação*: a tendência do observador de procurar ou interpretar informações de forma estas apenas confirmarem preconceções próprias. Eles preferem ler autores ou conversar com pessoas adeptas de suas crenças ou hipóteses, independentemente de serem ou não verdadeiras. Praticam o contrário do método científico de buscar falsear hipóteses.

Publiquei em 1999 um livro intitulado “*Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*”. Ele chegou a ser finalista no Prêmio Jabuti no ano. Baseado em ideias defendidas em concurso para Livre-Docência, cuja banca era composta por Professores Titulares, inclusive com um ex-ministro da Fazenda, apresentei em seu primeiro capítulo fundamentos e conceitos básicos para elaborar uma Teoria Alternativa da Moeda (TAM). Uma década após, já na *Era Qualis*, quando se passou a valorizar mais pequenos artigos em vez de grandes livros, enviei para a *Revista Brasileira de Economia* um artigo rerepresentando essa TAM. Devolveram-me, sumariamente, alegando tal teoria não existir nos cânones ortodoxos. Ora, justamente por isso organizei seus axiomas...

Conformado em ser um autor invisível para a ortodoxia, retomo um fantasma para assombrá-la: postulados de uma TAM para os contrapor aos da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Os pontos críticos desta teoria estão nas suas premissas. Seus defensores ortodoxos acham imediatamente evidentes e as admitem como universalmente verdadeiras sem exigência de demonstração.

A TQM consiste de um conjunto de proposições inter-relacionadas ou postulados. Eles suportam a seguinte conclusão: quando a quantidade de moeda se torna abundante, seu valor ou poder de compra cai. Consequentemente, o índice geral de preços das mercadorias se eleva.

Como um recente debate monetário exclusivo entre economistas ortodoxos brasileiros demonstrou, mais uma vez, há, na teoria monetária, confusão entre

correlação e causalidade, identidade e funcionalidade, causa e efeito. Isso permite a simples inversão de argumento constituir, muitas vezes, verdadeiro “ovo-de-Colombo”, senão se cair em dilema “ovo-e-galinha”...

O *Postulado da Proporcionalidade* da TQM estabelece uma dada variação percentual no estoque nominal de moeda resultar em idêntica variação percentual no nível geral dos preços. A TAM contesta este postulado da Teoria Quantitativa da Moeda. Esta, erroneamente, assume a estabilidade na velocidade e em sua contrapartida, a demanda por moeda. De fato, a velocidade é volátil, variável imprevisível, influenciada por expectativas, incerteza e variações no volume de ativos substitutos da moeda. É afetada por mudanças institucionais ou nos comportamentos habituais dos agentes. A proposição de o montante do meio circulante retido variar amplamente, em curto prazo, equivale a renunciar à TQM. Esta acredita a elevação do nível geral dos preços ser, proporcionalmente, determinada pela expansão monetária.

O *Postulado da Causalidade* da TQM estabelece as variações monetárias precederem e causarem variações no nível de preços. Nesta relação de causa-e-efeito, a moeda é vista como a variável ativa e o nível de preços como a variável passiva ou dependente. Sua crítica exige a inversão na direção de causação. Em consequência, exige-se uma teoria “não estritamente monetária” dos preços, explicando o movimento destes a partir de decisões microeconômicas descoordenadas. O *mark-up* desejado *ex-ante* só é efetivado se o vendedor encontra um comprador com meio de pagamento, disposto a adquirir o bem ao preço oferecido. A moeda entra na explicação não como *causadora*, mas simplesmente como *sancionadora*. O valor do dinheiro comporta-se em razão inversa ao nível geral dos preços: cai quando ele se eleva, e sobe quando ele abaixa.

O *Postulado da Neutralidade* da TQM estabelece, exceto para períodos transitórios de ajustamento, variações monetárias não exercerem influência sobre variáveis econômicas reais, por exemplo, produto agregado, emprego, preços relativos, etc. Para criticá-lo, a TAM revela a moeda não ser simplesmente um “véu” a obscurecer os fenômenos realmente importantes. A moeda não é neutra e importa nas decisões, pois afeta nas motivações dos agentes econômicos. O predomínio de sua retenção provoca efeitos danosos do ponto de vista da realização da produção.

Como corolário da proposição quantitativista do estoque nominal de moeda ser o fator causal independente governante do nível geral dos preços, o *Postulado da Exogeneidade* da TQM refere-se à condição requerida desse fator não ser determinado pela demanda. Se a quantidade de moeda não for uma variável independente, mas em vez disso responder passivamente a mudanças antecedentes na demanda por ela, então os teóricos quantitativistas não podem alegar ela jogar o papel ativo iniciante na determinação do nível de preços. Portanto, a TAM mostra a interdependência entre a

oferta e a demanda por moeda. A oferta de moeda é endógena, isto é, determinada também por forças do mercado através de inovações financeiras.

O *Postulado da Teoria Monetária do Nível dos Preços* da TQM estabelece este nível ser influenciado, predominantemente, por variações na quantidade da moeda. A implicação é esta instabilidade do nível de preços derivar, principalmente, de distúrbios monetários em vez de causas não-monetárias originárias no setor real da economia. Contrapõe-se à essa visão mostrando os preços serem formados a partir de custos, inércia ou expectativas. Interagindo no mercado, os oligopólios levam à oscilação da dispersão dos preços relativos, afetando o índice geral de preços.

A crítica da TAM à TQM não é só factual, porque “apesar do afrouxamento monetário recente a inflação não explodiu, ao contrário, continuou excepcionalmente baixa”. Não comete o equívoco de generalizar uma experiência norte-americana como fosse uma teoria universal. Lá o Banco Central pode fazer uma política monetária frouxa, recomprando barato títulos de dívida pública emitidos para salvar seus bancos. Imprime papéis pintados de “dólar”, para fazer a monetização da dívida pública ou “afrouxamento monetário”, e o resto mundo os aceita em troca de mercadorias. Além disso, os títulos de dívida pública norte-americanos são absorvidos em reservas cambiais dos países emergentes como China, Japão, Rússia, Brasil, Petro-Estados, etc. Logo, o resto do mundo financia o imenso déficit comercial norte-americano.

“Os Estados Unidos não estão aqui”. Nem por isso o Tesouro Nacional não monetiza a dívida mobiliária brasileira, resgatando-a. A inundação de liquidez, não permitindo via seu gerenciamento a fixação da Selic-mercado no nível da Selic-meta, não levaria o real correr para o regaço do dólar? A dolarização da economia brasileira, ao estabelecer um sistema bi monetário, isto é, dólar como reserva de valor e unidade de conta, mas real como meio de pagamento, não provocaria uma hiperinflação?!

Todo o devaneio teórico de eventual dissidente da ortodoxia é para chegar a uma conclusão alcançada há muito tempo pelos economistas heterodoxos, mas os colegas ortodoxos não conheciam porque nos menosprezam. O juro alto não só agrava o desequilíbrio fiscal, como também no longo prazo acompanha a inflação alta. Juros é custo financeiro, mas também é custo de oportunidade. Afeta todas as demais rendas derivadas de câmbio, aluguel, salário e lucro. Determinante, em última instância, de consumo, investimento, gasto governamental e saldo exportador, em consequência, atinge também todos os setores produtivos. Embora a taxa de juro básica de referência seja determinada, discricionariamente, pela Autoridade Monetária, esta não é o demiurgo sobrenatural. Ela não atua como o princípio causal, com o sentido de criador, dotado de movimento próprio. Ela não tem a onipotência de organizar o Universo econômico... e a onisciência para baixar a taxa de inflação.

CAPÍTULO 2 – Debate com Defensores de Livre-Mercado

Fundamentalismo do Livre-Mercado

Estando voltado para o futuro, o racionalismo do mundo moderno dificulta-nos o entendimento das velhas formas de espiritualidade depositadas na fé em o livre-mercado nos levar, automaticamente, à uma ordem espontânea. Não o Dedo-de-Deus, mas sim a Mão-Invisível de O Mercado faria esse milagre econômico.

Imbuídos do espírito científico, achamos impossível compreender essa mitologia. Tendemos a ver a verdade como factual, histórica e empírica. Para levar essa fé liberal a sério, precisamos ter a prova de seus mitos históricos serem capazes de funcionar na prática com toda a eficiência tal como a modernidade espera.

Ao longo do século XIX e XX, um número crescente de economistas desenvolvimentistas, sobretudo nos países de capitalismo tardio, tinham a missão de tirar o atraso histórico. Para tanto, tiveram de abandonar a ortodoxia. Para quem acreditava em só a razão poder conduzir à verdade, esse posicionamento era consequente.

O *logos* racional não pode abordar questões transcendentais à investigação empírica. Confrontada com o subdesenvolvimento, a razão não pode se omitir com base na crença de o livre-mercado nos livrar desse mal, amém.

Existe, pois, um vácuo no centro da Ciência Econômica. Os subdesenvolvidos o sentiram já no primeiro estágio de desenvolvimento. Necessitariam de uma revolução científica para preenchê-lo. Muitos economistas perderam o rumo e correram atabalhoadamente para um nada infinito: foram buscar o título de PhDeuses nos *States*.

Outros, porém, superaram a perda da fé e se libertaram das restrições sempre impostas pela religião neoliberal. Tinham o dever de rejeitar a divindade – O Livre Mercado. Paradoxalmente, ele negava a liberdade.

Lá na pátria do fundamentalismo religioso, os PhDeuses foram doutrinados de modo a absorver a fé nos ideais do Iluminismo. Ainda anseiam por um futuro quando todos os animais humanos serão mais racionais e tolerantes. Em lugar de um Ente Mitológico distante e imaginário, veneram a sagrada liberdade do indivíduo. Criaram versões secularistas de espiritualidade. Com suas próprias disciplinas racionais e emocionais, propiciam-lhes percepção, transcendência e êxtase.

Entre dissidentes, porém, ainda há economistas desejosos de ser religiosos. Eles tentam desenvolver novas formas de fé. Seguem uma seita de louvadores de

Keynes. Pregam: aproximando-se Dele, estarás salvo, afastando-se criticamente Dele, estarás condenado por muitas gerações!

O fundamentalismo, seja dos adoradores de O Livre-Mercado, seja dos crentes de O Planejamento Central, é apenas um desses experimentos religiosos modernos. Teve certo sucesso em recolocar a fé na agenda internacional. Porém, perdeu alguns dos valores mais sagrados das crenças confessionais.

Os fundamentalistas transformaram o *mythos* de sua religião em *logos*, seja insistindo na verdade científica de seus dogmas, seja convertendo sua complexa mitologia em uma compacta ideologia. Misturaram, assim, duas fontes complementares e dois estilos de conhecimento. Os pré-modernos em geral achavam melhor não misturar. A experiência recente ratifica o acerto dessa prudente visão.

As verdades do Livre-Mercado são factuais e cientificamente demonstráveis para os fundamentalistas neoliberais. Para isso, produziram uma caricatura da religião e da ciência. Todos deixaram de lado ensinamentos de tolerância e compaixão e cultivaram *teologias de fúria*, ressentimento e vingança pessoal contra quem lhes opõe.

Às vezes isso leva uma pequena minoria a perverter a religião, usando-a para sancionar o homicídio profissional. Mesmo se a vasta maioria dos fundamentalistas se opõe a esses atos de terrorismo praticados pelas editorias das revistas qualificadas pelo *Qualis* e nas colunas monopolizadas da “grande” imprensa, elas tendem a ser *exclusivistas* e a condenar quem não partilha de suas ideias. O fundamentalismo dogmático leva ao sectarismo.

Entretanto, a fúria fundamentalista nos lembra da nossa cultura moderna. Ela nos impõe exigências difícilísimas. Embora tenha ampliado nossos horizontes, com frequência abalou nossa autoestima. Ao mesmo tempo, proclamou o Homem como a medida de todas as coisas e o liberou da humilhante dependência de uma divindade transcendente. Mas nossa visão racional do mundo real sofre do viés do antropocentrismo. Assim, tem dificuldade de revelar nossa fragilidade financeira e vulnerabilidade macroeconômica.

A visão antropocêntrica defende o mundo, assim como todas as coisas nele existentes, visar ao benefício maior dos animais humanos. Essa doutrina cria uma independência humana da figura divina – no passado algum deus sobrenatural, no presente O Mercado. Por muitos séculos esse credo insano foi (e continua) predominante em quase todo o mundo. Superestima a importância da humanidade em comparação com os demais componentes o Universo.

Copérnico nos relegou a um papel periférico no Universo. Kant declarou nunca podermos ter a certeza de nossas ideias corresponderem à realidade concreta. Darwin

provou sermos apenas animais humanos. Freud mostrou estarmos à mercê das poderosas forças irracionais do inconsciente às quais dificilmente temos acesso. Smith sugeriu, face a isso tudo, basta “liberar geral”. Uma divina mão-invisível nos guiará para uma ordem espontânea equilibrada. Viva a salvação pregada por O Economista!

Apesar do culto à racionalidade, explosões de desrazão, como as desregulações, o patrimonialismo em relação à coisa pública, a captura do Estado por uma coalizão de interesses patrimonialistas, rentistas e financistas, as desnacionalizações impatrióticas, as bolhas de ativos, etc. marcam a história neoliberal moderna. Sem as restrições de uma verdade mítica “superior”, a razão neoliberal pode se tornar demoníaca e cometer crimes econômicos tão grandes quanto as atrocidades perpetradas pelos fundamentalistas religiosos.

No passado, os velhos mitos, liturgias e práticas místicas da melhor fé conservadora forneciam os meios necessários para acessar as regiões mais profundas da psique. Abandonando-os, a razão liberal às vezes se perde em nosso admirável mundo novo.

No final do século XX, o mito neoliberal de a humanidade estar evoluindo para um estágio superior de maior esclarecimento e tolerância com a crescente desigualdade social parecia tão fantástica quanto qualquer um dos mitos milenaristas. Prometiam o profeta Adam Smith voltar para presidir o Juízo Final. Depois os neoliberais estabeleceriam o divino milênio – período de mil anos de paz e justiça – por seus próprios esforços nulos virtuosos. Para tanto, não fariam nada a não ser louvar toda glória do Livre Mercado. Aleluia!

Paródia a partir de: Karen Armstrong, no livro *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo; Companhia das Letras; 2001.

Preço e Moralidade

Segundo a corrente de pensamento dominante em Economia, o *preço justo* de qualquer coisa é apenas o *preço de mercado*. Supostamente, as pessoas estão dispostas a pagar apenas esse preço. Não há aspecto moral algum no estabelecimento desse preço. A precificação é o resultado direto da oferta e da demanda. Por ser uma troca voluntária, é suposta justa.

Quando os comerciantes cobram um preço acima das condições de pagamento dos consumidores, acabam por racionar o produto ao não atender à demanda efetiva.

Eles substituem aquele produto. Então, os comerciantes são forçados a baixar o preço. Nessa situação ideal, é simples assim o ajuste.

Os economistas idolatras de O Mercado consideram-no a única maneira de determinar preços. Nada tem um valor intrínseco. Essa ideia de O Mercado fixar os preços contrasta nitidamente com o ponto de vista de São Tomás de Aquino em sua *Suma Teológica* (1265-73), um dos primeiros estudos de O Mercado.

Para Aquino (1225-1274), monge erudito da Idade Média, o preço era uma questão profundamente moral. Ele admitia a ganância ser um pecado mortal. Mas, ao mesmo tempo, se um comerciante não tivesse o incentivo do lucro, ele deixaria o comércio. A infeliz comunidade seria privada de mercadorias necessárias.

A conclusão de Aquino foi o comerciante ter o direito de cobrança de um “preço justo”, o que inclui um “lucro decente”. Entretanto, exclui o “lucro excessivo”. Este é pecaminoso. Esse preço justo é apenas o qual o comprador concorda livremente em pagar, caso disponha de informações honestas. O vendedor não é obrigado a contar ao comprador, por exemplo, a possibilidade de baixar o preço brevemente, logo após um fornecedor entregar suas mercadorias mais baratas.

A questão do preço e moralidade continua na tradição religiosa da Economia Normativa – “*o que deveria ser*”. Por exemplo, discute-se hoje o “preço justo” do bônus dos CEOs (presidentes das corporações empresariais) e de executivos do mercado financeiro face ao valor do salário mínimo. Ora, a ideologia da meritocracia os defende bem.

Os economistas neoliberais defensores do Livre Mercado rejeitam qualquer interferência externa, seja sindical, seja governamental, para “corrigir” o valor de mercado. O preço deve ser fixado por “estimativa comum”, fundada na qualidade do bem e na abundância ou carência, expressa através do automatismo da oferta e da demanda. O erro seria impor restrições a tais preços por razões econômicas ou morais, tais como a “necessidade social”. Em última análise, “os preços são determinantes da necessidade”. Supõem ninguém necessitar de coisa alguma cara, mesmo sendo um bem essencial para sua sobrevivência. Haveria bens substitutos.

Passam-se os séculos e essa moralidade não se altera substancialmente. Há a percepção da “competição imperfeita”. Este é um eufemismo para designar o poder de barganha desigual de oligopólios ou monopólios. Em 1970, o economista norte-americano Eugene Fama (Prêmio Nobel de Economia em 2013) chega à conclusão da impossibilidade de vencer O Mercado com constância. Os investidores não conseguem adivinhar os preços futuros e superar, sistematicamente, o desempenho do índice médio

ponderado representativo do mercado de ações. É a chamada Hipótese do Mercado Eficiente.

Para Fama, todos os investidores têm acesso às mesmas informações divulgadas a todos concorrentes. Os preços das ações refletem por completo o conhecimento disponível no momento. Ninguém consegue adivinhar o conteúdo positivo ou negativo da próxima novidade a ser anunciada. Ela virá por um passeio aleatório (*random walk*), algumas vezes chamado de “caminhada do bêbado”.

As tomadas de decisões são descoordenadas, descentralizadas e desinformadas uma das outras, em vários passos consecutivos, cada qual em uma direção aleatória. Seria impossível alguns investidores terem lucro sempre maior ao dos outros, usando informações ainda indisponíveis. Usar informações privilegiadas (“*inside-information*”) é ilegal e passível de punição por parte da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

No entanto, a Hipótese do Mercado Eficiente, uma das três ideias-capitais das Finanças Racionais, sofreu crítica por parte das Finanças Comportamentais. Ela não leva em conta o viés heurístico de excesso de confiança dos investidores nem o “comportamento de manada” resultante do mimetismo deles. A exuberância irracional infla bolha de ações ou outros ativos como os imóveis. É autoengano imaginar “um novo mundo” como justificativa para “os novos fundamentos para determinar os preços”.

Originalmente, Fama desdenhava o risco de investidores desinformados desviarem o rumo do mercado ao fazerem as cotações ficarem “um tanto irracionais”. Eles sofreriam arbitragem por parte dos outros investidores bem-informados e racionais. Seriam expelidos de O Mercado. Após a crise financeira de 2008, reconheceu: “A volatilidade é sempre muito alta nos momentos difíceis. Isso é exatamente um mercado eficiente”. Ironicamente, acrescentou: “Eu achei 2008 uma grande experiência para validação da minha teoria. Mas fui a única pessoa no mundo a ver a coisa desse jeito”.

As bolhas econômicas surgem porque as multidões geram loucura coletiva. Em processo de retroalimentação, compram em excesso ações já caras demais. As cotações se tornam insustentavelmente altas. Quando se revertem as expectativas, percebem então os fundamentos empresariais, setoriais e macroeconômicos não justificarem tais cotações. Perde-se a confiança na continuidade da alta dos preços. O Mercado desaba.

Robert Shiller, outro ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2013, aplicou Psicologia Comportamental para mostrar o contrário da Hipótese do Mercado Eficiente. Os mercados muitas vezes comportam-se de modo irracional. Seu livro “*Exuberância Irracional*” foi publicado pouco antes do estouro da “bolha pontocom”,

em 2000. Na ocasião, ele advertiu para a emergência de uma bolha imobiliária nos EUA – isso muito antes de os preços dos imóveis a inflarem e desinflarem.

Há apenas uma justificativa para esses dois economistas com ideias antagônicas compartilharem um Prêmio Nobel. A Hipótese do Mercado Eficiente de Eugene Fama influencia decisões práticas. Continua sendo extremamente difícil para qualquer investidor conseguir um desempenho superior ao comportamento de O Mercado como um todo, durante anos a fio. Sua dedução estratégica é pragmática: *se não pode vencê-lo, alie-se a ele*.

O Pensar, O Querer e O Julgar

O pensar, o querer e o julgar são três atividades mentais básicas, cuja análise, segundo Hannah Arendt, permitiria *a compreensão da existência racional*. Segundo Celso Lafer, em “*A Política e a Condição Humana*”, Arendt, fiel às suas origens filosóficas, “tem a intenção de repropor, em termos contemporâneos, algo como as três críticas de Kant: a da *razão pura*, a da *razão prática* e a do *juízo*”. Em metodologia, designamos esses três níveis de abstração, respectivamente, de *Ciência Pura*, *Ciência Aplicada* e *Decisões Práticas*.

Immanuel Kant (1724-1804) operou, na Epistemologia, uma síntese entre o racionalismo continental europeu, onde imperava o *raciocínio dedutivo*, e a tradição empírica inglesa, valorizadora da *indução*. Ele elaborou o denominado *idealismo transcendental*: todos nós trazemos formas e conceitos *a priori* (aquelas ideias não vindas da experiência intrinsecas na nossa mente) para a experiência concreta do mundo, os quais seriam de outra forma impossíveis de determinar.

Kant define a palavra *esclarecimento* como a saída do homem de sua menoridade, responsabilidade a ser assumida por ele próprio. Ele define essa menoridade como a incapacidade do homem de fazer uso do seu próprio entendimento.

A permanência do homem na menoridade se deve ao fato de ele não ousar pensar. A covardia ou a preguiça são duas causas. Levam os homens a permanecerem na menoridade. Um outro motivo é o comodismo. É bastante cômodo permanecer na *área de conforto*. É cômodo existir pessoas e objetos para fazer tudo por nós, inclusive pensar e tomar decisões em nosso lugar. É mais fácil “deixar alguém fazer por mim” e evitar determinado esforço. Os homens, quando permanecem na menoridade, são incapazes de tomar suas próprias decisões e fazer suas próprias escolhas.

Kant sintetiza seu otimismo iluminista em relação à possibilidade de o homem seguir por sua própria razão, sem deixar enganar pelas crenças, tradições e opiniões

alheias. Nele, descreve o processo de iluminismo como sendo “a saída do homem de sua menoridade”. Ocorre quando o ser humano cresce e amadurece, tornando-se consciente de sua inteligência. Fundamenta, sob o conhecimento à priori, sua própria maneira de agir, sem a doutrina ou a tutela alheia.

Kant reconhece ser difícil para o homem, isoladamente, livrar-se dessa menoridade. Ao tentar sozinho terá inúmeros impedimentos, mas também seus tutores sempre tentarão impedir ele experimentar tal liberdade. São poucos aqueles capazes, pelo exercício do próprio espírito, libertar-se da menoridade.

Cornelius Castoriádis (1922-1997) foi um filósofo, economista e psicanalista francês, de origem grega. Em 1949, fundou, com Claude Lefort, o grupo *Socialismo ou Barbárie*, origem da revista homônima. Circulou até 1967. Autor de inúmeras obras de Filosofia Política, Castoriadis é considerado, especialmente, elaborador do conceito de *autonomia política*.

Na filosofia desenvolvida por Kant, a *autonomia* é usada como base para determinar a responsabilidade moral da ação de alguém. Autônomo, etimologicamente, refere-se a “quem estabelece suas próprias leis”.

Para Castoriádis, “falar de uma sociedade autônoma ou da autonomia da sociedade, não somente em relação a tal camada dominante particular, mas em relação a sua própria instituição, necessidades, técnicas, etc., pressupõe ao mesmo tempo a capacidade e a vontade dos humanos de se autogovernar”.

Ele questionava a possibilidade de uma transformação radical, revolucionária, da sociedade. Os humanos terão a capacidade e, principalmente, a vontade de se autogovernar? Querem, verdadeiramente, ser senhores de si mesmos?

Uma outra sociedade, uma sociedade autônoma, não implica somente a autogestão, o autogoverno, a auto-instituição. Ela implica uma outra cultura. Implica um outro modo de vida, outras orientações para a vida humana.

Castoriádis lançou questões profundas em debate com Daniel Cohn-Bendit, realizado em 27/02/80 na Bélgica. “Temos sinais precursores e prenunciadores desta criação cultural? As pessoas rejeitam o modo de vida capitalista? Veem nascer um outro modo de vida? Este prenuncia, prefigura algo de novo? Ele daria um conteúdo substantivo à ideia de autogestão, de autogoverno, de autonomia, de auto instituição? A ideia de autogoverno pode tomar sua plena força, atingir seu pleno apelo, se não for também levada por outros desejos, por outras ‘necessidades’ não satisfeitas no sistema social contemporâneo?”

A esquerda pressupõe a maioria ser contra o modo de vida contemporâneo: isto é verdade? Quando se questiona o modo de vida tradicional trata-se de superar não só o modo de produção, mas uma cultura de viver. Os conservadores podem ser a maioria.

Castoriádis indaga: “até onde pode ir o ‘direito’ (a possibilidade efetiva, legal e coletivamente assegurada) de cada indivíduo, de cada grupo, de cada comuna, de cada nação, de agir como bem entenda? Sabemos – nós o sabíamos desde sempre, mas a Ecologia nos relembra com força – estar embarcados na mesma canoa planetária onde a ação de cada um pode repercutir sobre todos?”

Como se pode conceber (o Pensar) uma sociedade fundada sobre regras universais substantivas? É, ao mesmo tempo, compatível com a maior diversidade possível de criação cultural (o Querer)? Também pode escolher outro modo de vida para atender suas necessidades (o Julgar)? Esta síntese ou conciliação não podemos tirar apenas da nossa cabeça e impô-la aos outros de maneira totalitária. Ou ela sai da sociedade democrática ou é melhor não sair.

Reconhecer este limite para o pensamento e para as ações políticas é proibirmos de repetir os filósofos políticos do passado. Eles deduziam diretamente do *Pensar* a prática de *Julgar* sem respeitar o *Querer* da sociedade. Isso não implica a renúncia do nosso próprio pensamento (*Pensar*), do nosso ponto de vista (*Querer*), da nossa própria ação (*Julgar*). Não aceitamos, cegamente, tudo desejado pela sociedade para história produzir.

Livre-Pensar – Livre-Iniciativa – Livre-Arbítrio

Há Economia de Livre Mercado ou Sistema de Livre Iniciativa quando os agentes econômicos agem de forma livre, com pouca ou nenhuma intervenção dos governos? Se não existe isso na realidade, trata-se de *uma abstração*, ou seja, *um livre mercado idealizado*, segundo a qual todas as ações econômicas individuais, voluntariamente, respeitam a transferência de dinheiro, bens e serviços, e alcançam uma ordem espontânea em nível sistêmico.

O cumprimento de contratos assinados é obrigatório, punível por lei caso não ocorra. Por via das dúvidas, a propriedade privada também é protegida pela lei – e garantida pela polícia. Em tese, nesse “livre mercado”, ninguém pode ser forçado a trabalhar para terceiros. O único risco da recusa é o da morte por inanição, caso não tenha nada a mais para vender além de sua força de trabalho.

O Mercado Livre é defendido pelos proponentes do liberalismo econômico ou do neoliberalismo contemporâneo. Diferentemente de uma Economia Planificada, onde

a produção econômica seria regulada pelo Estado, na Economia de Mercado Livre a maior parte da produção econômica seria gerada pela iniciativa privada. Indústria, comércio e prestação de serviços seriam controlados por empresários, ou seja, as empresas do setor privado deteriam a maior parcela dos meios de produção.

Dedução óbvia nesse caso: o emprego de mão-de-obra depende de iniciativas particulares dos empreendedores privados. Há independência entre oferta de empregos e demanda por ocupação. Aquela é a variável determinante, esta é a variável dependente.

Como as decisões de investimento e as decisões de buscar emprego são fruto de vontades (ou necessidades) independentes, a taxa de desemprego pode se elevar demasiadamente. Se a casta dos mercadores sequer entrega o pleno emprego para as castas dos sábios e dos trabalhadores formais, muito menos ocupa todos os párias, ou seja, os trabalhadores informais.

Então, pressionado pela sociedade civil, e mesmo pela sociedade política, o Estado, na vida real, acaba tendo o papel de regulamentação e fiscalização da Economia de Mercado, além de investir em setores prioritários como energia, segurança, educação e saúde, entre outros. Mas, aí, a casta dos mercadores, não cumpre seu compromisso social ao não gerar ocupações para todos. E ainda reclama da intervenção governamental no Livre Mercado! Porque tira-lhe parte de seu poder de barganha, isto é, o poder de impor baixos salários para explorar a força do trabalho sem nenhuma trava institucional.

Dois polos supostos opostos, países autodenominados de capitalistas e países automeados socialistas, ambos são inspirados por doutrinas ideológicas antagônicas. Hipoteticamente, elas dariam *coesão social*. Mas, para garantir esse “livre” pacto social, baseado no consenso, impõe-se uma *coerção violenta*.

Entre esses polos, encontra-se, de fato, *o que existe*: os sistemas econômicos mistos, seja Capitalismo de Estado, seja Socialismo de Mercado. Ambos buscam a “sociedade harmônica”, como gostam de dizer os chineses comunistas-confucionistas, na mistura dos diversos âmbitos do domínio do setor privado (“livre iniciativa”) e do setor público (empresas estatais).

O *Livre-Pensar – Livre-Iniciativa – Livre-Arbítrio* é apenas um encadeamento metodológico. O pensar, o querer e o julgar são três atividades mentais básicas, cuja crítica da *razão pura* (o conhecimento), da *razão prática* (a moral), e da *razão de julgar* (a decisão) permitiria a compreensão da existência racional.

Cabe pensar, livremente, sobre o Livre-Arbítrio. Qual é a relação entre indivíduos e sociedade, a Micro e o Macro? Ora, o pensar é livre, desinteressado?!

Livre-arbítrio é a expressão usada para significar a vontade livre de escolha, as decisões livres. Têm todas as pessoas o poder de escolher entre alternativas genuínas?

O livre arbítrio quer dizer o juízo livre. É a capacidade de escolha pela vontade humana entre o bem e o mal, entre o certo e o errado, conscientemente conhecidos. É uma crença doutrinária. Defende a pessoa ter o poder de decidir suas ações e pensamentos segundo seu autêntico desejo – e fé.

O determinismo sistêmico, seja em uma Economia de Livre Mercado, seja em uma Economia Planificada, não é compatível com o livre-arbítrio. Para os “incompatibilistas”, uma pessoa age livremente apenas se é a única causa originadora da ação. Eles admitem a antecedência de causas. Estas precedem as ações. Diferentemente da opinião dos deterministas, essas causas imediatas, apesar de necessárias, não são suficientes.

O agente, em última instância, é o causador da ação. Mas, genuinamente, poderia ter feito outra coisa? Para uma escolha ter sido verdadeiramente livre, o agente teria a capacidade de agir de outra maneira.

Há uma visão intermediária, na qual o passado condiciona, mas não determina, as ações. As escolhas individuais são um resultado entre vários resultados possíveis, cada um dos quais é influenciado, mas não determinado pelo passado. A dependência da trajetória não é absolutista.

Mesmo se o agente microscópico exerce a vontade livremente, na escolha entre opções disponíveis, ele não é a única causa originadora da reação macroscópica, pois ninguém pode, individualmente, desempenhar ações sistêmicas. Se ele pode escolher opções entre as quais dispõe de informações, ele não pode escolher uma opção da qual não tem a mínima ideia de seu efeito sistêmico. Nessa visão holística, escolhas presentes podem apenas limitar escolhas futuras.

O pensamento ideológico, no entanto, configurou o futuro de maneira determinista, seja a ordem espontânea, seja a ordem planificada. Para predizer o futuro bastaria ter informação suficiente desde o passado até o presente. Essa visão simplória do passado como guia do futuro encorajou as pessoas a se verem dotadas de livre-arbítrio a respeito de seu futuro. É uma ilusão ideológica.

No “emergentismo”, reconhecido na Ciência Cognitiva e na Psicologia Evolucionária, o livre-arbítrio é a geração de diversos quase-infinitos possíveis. Complexos comportamentos podem emergir das interações de um conjunto finito e determinado de regras e parâmetros. Mesmo com a imprevisibilidade do comportamento coletivo emergente a partir de processos determinados, mas interativos,

conduz a uma percepção de livre-arbítrio no presente, embora essa liberdade, verdadeiramente, não exista quanto ao futuro.

Em um exemplo metafórico, xadrez é um jogo rigorosamente determinado nas regras e parâmetros. Ainda assim, com suas estritas e simples regras, o jogo de xadrez gera uma grande variedade de jogadas por parte de jogadores equivalentes, tornando seu resultado imprevisível, mentalmente, desde seu início.

Por analogia, os emergentistas sugerem a experiência do livre-arbítrio emergir da interação de regras finitas e parâmetros determinados. Mas geram comportamentos infinitos e imprevisíveis. Eles enxergam a economia como um Sistema Complexo não convergente, necessariamente, para um equilíbrio. A imagem conceitual mais adequada é de uma dependência de trajetória caótica. Ela se afasta das condições iniciais, aliás, desconhecidas. Cabe regulá-la, orientá-la, incentivá-la, porém sem a vã esperança de equilibrá-la.

O comportamento social pode ser modelado como um processo emergente de Economia Complexa a partir de DDDD – Decisões Descentralizadas, Descoordenadas e Desinformadas entre si, seja no presente, seja quanto ao resultante futuro incerto? Se não pode, a percepção de posse do livre-arbítrio é mera cortesia ilusória em compensação do engano a respeito da possibilidade de uma suposta ordem espontânea resultante de todas as decisões individuais. Os diversos auto-interesses não são conduzidos por uma “mão invisível” de O Mercado para essa ordem, nem tampouco por “mão visível” de O Estado totalitário para uma ordem planejada.

A dialética autorregulação-regulação-desregulação não é finita. Ela se prolonga no futuro, de maneira pendular, de acordo com a alternância democrática-eleitoral no poder estatal. Sem democracia, resta o totalitarismo a ser derrubado pela busca da liberdade pessoal ou, pelo menos, de sua ilusão. *Ideologia, eu quero uma para viver..*

Filosofia Política Anglo-Saxônica

Há certa dificuldade em entender porque os liberais norte-americanos compõem a esquerda nos Estados Unidos, diferentemente dos neoliberais daqui assumidamente direitistas. Eles se aliam aos democratas, aninhando-se no Partido Democrata. Os republicanos foram progressistas no Século XIX. Relembre a batalha do presidente republicano Abraham Lincoln para a extinção da escravidão. Tornaram-se conservadores. No caso dos membros da tendência *Tea Party*, adeptos da política imobilista de paralisar um governo democrata, em nome do Estado mínimo, são ultraconservadores.

Diferentemente da esquerda de cá, a de lá tem como bandeiras-de-luta a defesa do individualismo, da liberdade de escolha por parte de cada cidadão, e da propriedade particular. Isso vai contra a tradição marxista euroasiática, herdada pela brasileira, de lutar pela coletivização dos meios de produção. Mas a nova esquerda questiona a revolução por um novo modo de produção e reflete a respeito do reformismo por um novo modo de vida.

Cabe certo historicismo para entender a origem dessa filosofia política norte-americana. As ideias políticas liberais apareceram na luta contra as monarquias absolutistas por pressuposto do Direito Divino dos reis, derivadas da concepção teocrática do poder. O liberalismo consolidou-se com os acontecimentos de 1789, na França, isto é, na Revolução Francesa. Esta derrubou o Antigo Regime e, junto com ele, a ideia da predestinação divina do Monarca.

Entretanto, na Inglaterra, o liberalismo tinha já se consolidado em 1688, com a chamada Revolução Gloriosa, um evento-chave para a aprovação pelo Parlamento da *Bill of Rights*. Este tornou impossível o retorno de um católico à Monarquia. Acabou com as tentativas de instauração do absolutismo monárquico nas ilhas britânicas, ao circunscrever os poderes do rei. No restante da Europa, foi preciso se alastrar as ideias da Revolução Francesa de 1789. Nos Estados Unidos, consolidou-se antes, em 1776, com a Guerra pela Independência, aliados com os inimigos franceses, contra a Monarquia Absolutista inglesa.

Tais acontecimentos ficaram conhecidos como *Revoluções Burguesas*, isto é, mudanças na estrutura econômica de propriedade, na sociedade e na política, efetuadas por uma nova classe social dominante, a burguesia. Nessas três revoluções burguesas houve uma “contrarrevolução na revolução”. Este foi um movimento popular radicalmente a favor da democracia igualitária. Porém, após cada revolução, recebeu “uma ducha de água-fria” para aplacar sua ira aguerrida. Usando as classes populares como “bucha-de-canhão”, a burguesia derrotou a realeza e a nobreza, e passou a dominar o Estado. Sendo assim, julgou terminada a tarefa de mudanças. Virou reacionária.

Uma explicação encontrada para esses acontecimentos é o seguinte. “As classes populares não possuíam teorias políticas de tipo filosófico e científico. Para explicar o mundo em que viviam e o mundo que desejavam dispunham de uma única fonte: a Bíblia. (...) As classes populares revolucionárias dispunham, portanto, de um imaginário messiânico e milenarista – isto porque o Reino de Deus na Terra duraria mil anos de felicidade, abundância e justiça” (CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo; Ática; 1995. p. 405).

A Independência das 13 Colônias Britânicas na América do Norte foi influenciada por muitos autores do Iluminismo, movimento filosófico de crítica ao poder dos reis em Monarquias Absolutistas europeias, inclusive de explorar as colônias do Novo Mundo como seus monopólios. Entre os filósofos iluministas, John Locke (1632-1704) foi um dos mais importantes para os colonos americanos.

Filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social, Locke rejeitava a doutrina das ideias inatas. Para ele, todas as nossas ideias tinham origem no percebido pelos sentidos. A filosofia da mente elaborada por Locke é frequentemente citada como a origem das concepções modernas de identidade e do “Eu”. Definiu o conceito de identidade pessoal através da consciência de “si mesmo”.

Dedicou-se também à Filosofia Política. Durante a revolução inglesa, criticou a tradição do direito divino dos reis. Reconheceu a vida política como uma invenção humana, completamente independente das questões divinas. Suas ideias ajudaram a derrubar o absolutismo na Inglaterra.

Para Locke, todos os homens, ao nascer, tinham Direitos Naturais – direito à vida, à liberdade e à propriedade privada. Desenvolveu a ideia de um Estado liberal de base contratual, tendo como objetivo garantir esses direitos. Se os governos não respeitassem a vida, a liberdade e a propriedade, o povo teria o direito de se revoltar. As pessoas podiam contestar um governo injusto e não aceitar suas decisões. Muitos ingleses emigraram para as colônias britânicas norte-americanas com essas ideias do filósofo iluminista.

É interessante contrastar suas ideias com as de Edmund Burke (1729-1797). Este foi um filósofo e político anglo-irlandês conhecido por suas posições economicamente liberais e politicamente conservadoras, assumidamente um “libertário de direita”. Era favorável ao atendimento das reivindicações das colônias americanas, à liberdade de comércio, era contra a perseguição dos Católicos, entre outras bandeiras de luta. Chegou mesmo a denunciar as injustiças cometidas pela administração inglesa na Índia.

No entanto, Burke se opôs à Revolução Francesa de 1789: “um edifício erguido sobre mentiras e violência”. Para ele, a *democracia da maioria* era “capaz de expressar as mais cruéis opressões sobre a minoria”.

Ele tinha desprezo pelos filósofos iluministas, em especial Rousseau e Voltaire. Classificava-os como “audaciosos experimentadores da nova moral”. Burke advogava a Teoria da Soberania do Povo, embora sustentada na ideia de a razão e a teoria não serem referências válidas por si mesmas para a vida das sociedades. A história é feita de um

longo depósito de tradições, de prudência, de moral, incorporadas nos usos e nas civilizações, e não de elaborações intelectuais, como querem os filósofos. Burke negava então as Constituições serem produzidas pela razão iluminista. Para ele, uma Constituição só podia surgir graças à experiência acumulada durante séculos.

Apreciava a Constituição britânica, cuja sabedoria profunda, segundo ele, “não reside em um certo universo de regras e princípios gerais, mas em uma vasta e sutil harmonia de costumes, de preconceitos, de instituições concretas e estruturadas no decurso dos séculos”. Essa antítese entre as constituições norte-americana, francesa e inglesa é o pano de fundo no qual Burke projeta os principais temas de uma filosofia do conservadorismo. Burke é considerado pelos republicanos como o pai intelectual do conservadorismo anglo-americano.

Na Inglaterra, o surgimento da luta pela Monarquia Constitucional ocorreu com a Magna Carta de 1215, ainda hoje com alguns itens vigentes. Esses artigos dizem respeito a Direitos Humanos, reivindicados em época de servidão aos senhores feudais e com a subordinação dos varões à nobreza.

Aqui, no Brasil, há um certo atraso histórico quanto à cidadania. Nesse sentido, não há porque ser conservador. Ser cidadão brasileiro representou conquistar direitos civis, como ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei, com um ou dois séculos de atraso, com a extinção da escravidão e a proclamação da República, em 1888-89, em relação às conquistas inglesas (1688), norte-americanas (1783) e francesas (1789) nos Séculos XVII-XVIII.

Somente um século depois, com a Constituinte de 1988, após 1/3 do período republicano com ditaduras (1930-1945 e 1964-1984), verdadeiramente, conquistamos direitos políticos: eleger a direção da sociedade, votar, ser votado, associar-se em sindicatos e partidos, liberdade de expressão, etc.

Na transição do Século XX para o XXI, começamos a conquistar direitos sociais à educação, à saúde, à aposentadoria, à segurança pública. No Século XXI, nosso grande desafio está sendo conquistar direitos econômicos: ao trabalho, ao salário justo, a uma renda mínima, acesso aos bancos, isto é, a crédito e produtos financeiros e, principalmente, à democracia da propriedade. O conservadorismo brasileiro é anacrônico.

Anacronismo consiste em um erro cronológico. Ocorre quando determinados conceitos, objetos, pensamentos, costumes e eventos são usados para retratar uma época diferente da qual vieram. Ele é caracterizado pelo desalinhamento e falta de correspondência entre as particularidades das diferentes épocas. Fatores próprios de

cada tempo – passado, presente e futuro – são, erroneamente, misturados em uma mesma narrativa histórica.

Liberais Norte-americanos comparada à Esquerda Latino-americana

O filme norte-americano de 1949, *The Fountainhead* (no Brasil, *Vontade Indômita*), é dirigido por King Vidor (1894-1982) e tem roteiro adaptado do livro homônimo de 1943 pela própria autora, a filósofa russa-americana Ayn Rand. Em uma cena de julgamento no tribunal, Howard Roark, personagem-protagonista inspirado no revolucionário arquiteto norte-americano Frank Lloyd Wright, expõe, convicentemente, a doutrina do *Individualismo*, conforme a filosofia conhecida por *Objetivismo*, criada por Ayn Rand.

“Nenhum criador foi impulsionado pelo desejo de satisfazer seus irmãos. Seus irmãos odiaram o presente oferecido por ele. Sua verdade era seu único motivo. Seu trabalho era seu único objetivo. Seu trabalho, não o de seus manipuladores. Sua criação, não os benefícios derivados dela por outros. A criação dava forma à sua verdade. Ele sustentava a verdade sobre todas as coisas e contra todos os homens. Ele foi em frente, mesmo como outros em desacordo com ele... com sua integridade como sua única bandeira. Não serviu a nada e a ninguém. Viveu para ele mesmo... e somente vivendo para si mesmo foi capaz de conseguir as coisas constituintes da glória da humanidade. Essa é a natureza da realização”.

Ele ressalta: “O homem não pode sobreviver, exceto através de sua mente. Ele vem à Terra desarmado. Seu cérebro é sua única arma, mas a mente é um atributo do indivíduo. Não existe cérebro coletivo. O homem pensa, deve pensar e agir por si mesmo”.

Faz uma série de contrapontos entre o criador e o parasita. “O criador requer a independência. Ele não serve, nem governa. Ele trata com homens pela troca livre e pela escolha voluntária. O parasita procura o poder. O parasita prende todos os homens juntos, numa ação comum... e numa escravidão comum. Ele clama o homem ser somente uma ferramenta para o uso de outros... deve pensar como eles pensam, e agir como eles agem... vivendo na abnegação, na triste servidão a qualquer um, exceto a si mesmo”.

Ayn Rand critica o altruísmo, isto é, a ideia de amor desinteressado ao próximo, ou a abnegação. Esta é a ação caracterizada por desprendimento. A superação das tendências egoísticas da personalidade é conquistada em benefício de uma pessoa, causa ou princípio. Essa dedicação extrema trai a autoestima. Ama-se ao outro por suas

virtudes e não por auto sacrifício. Quem quiser ser amado, tem de se fazer por merecer a atração do outro.

O *objetivismo* critica a renúncia ascética à própria vontade em função de anseios místicos ou princípios religiosos. Essa *abnegação* implica no sacrifício voluntário dos próprios desejos, da própria vontade ou das tendências humanas naturais em nome de algum imperativo ético.

Já o *altruísmo*, segundo o pensamento de Auguste Comte (1798-1857), é considerado a tendência ou inclinação de natureza instintiva. Incita o ser humano à preocupação com o outro. Comte alerta, não obstante sua atuação espontânea, esse instinto deve ser aprimorado pela educação positivista, evitando-se assim a ação antagônica dos instintos naturais do egoísmo.

O *individualismo* é a doutrina moral, econômica ou política valorizadora da autonomia individual em detrimento da hegemonia da coletividade despersonalizada. Busca a liberdade e satisfação das inclinações naturais. É usada como arma retórica, no debate ideológico, a adjetivação pejorativa de *individualista*. Esta é a tendência ou atitude de quem revela pouca ou nenhuma solidariedade e busca viver exclusivamente para si. Ela se confunde com o *egoísmo*. Não faz parte da reflexão filosófica sobre individualismo.

No entanto, a partir dessa definição filosófica do individualismo, quando a desagrega em seus componentes econômico e político, percebe-se distintas concepções por parte da esquerda norte-americana e da esquerda europeia-brasileira.

- Esta critica o individualismo na teoria econômica liberal, tendência argumentativa defensora da superioridade da liberdade individual na iniciativa econômica em contraposição à ineficácia da ingerência estatal.
- Aceita o individualismo do pensamento político liberal norte-americano, perspectiva segundo a qual a liberdade individual deveria prevalecer sobre o autoritarismo estatal.
- Ambas, a esquerda norte-americana e a europeia-brasileira, rejeitam o pensamento anarquista individualista, tendência intelectual condenadora de todas as formas organizadas de poder ou autoridade, por terminarem restringindo a soberania e a liberdade absoluta do indivíduo.

A divergência se dá porque o liberalismo, doutrina cujas origens remontam ao pensamento de John Locke (1632-1704), é baseada na defesa intransigente da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra ingerências excessivas e atitudes coercitivas do poder estatal. No entanto, a esquerda latino-

americana contesta a aplicação das doutrinas do liberalismo clássico à economia, denominado de *neoliberalismo*. Este se expressa por:

1. preferência por mercados competitivos,
2. livre jogo das forças econômicas no regime de livre concorrência,
3. repulsa a qualquer forma de intervenção do Estado na vida econômica, e
4. obediência ao princípio de a lei da oferta e da procura ser a única a influir sobre a produção, o consumo e o mecanismo dos preços.

Por que o social-desenvolvimentismo critica a doutrina neoliberal? Por causa do desafio de tirar o atraso histórico da região latino-americana face ao capitalismo maduro como o dos Estados Unidos. Este já se encontrava na era monopolista quando o Estado desenvolvimentista teve (e tem) de intervir na economia e regular a vida econômica para alcançar o objetivo de dar “salto de etapas”. Busca a fronteira do conhecimento e competitividade internacional com vistas à superação das barreiras protecionistas colocadas por aqueles países de capitalismo maduro. Eles subiram antes – e “chutaram a escada”.

CAPÍTULO 3 – Debate com Economistas Heterodoxos

Concepção Dialética da História

O economista historicista busca sempre contar histórias. Adota um método superficial de análise ao misturar alguns fatos, generalizações de baixo nível de abstração e teorias de alto nível abstrato. Então, ele adiciona ainda algumas pitadas de julgamentos de valor em uma narrativa imaginada ser coerente.

O desafio para muitos economistas é explicar como se supera (ou superou-se) o atraso histórico de países de “capitalismo tardio”. Alguns já respondem à questão na própria definição deste. Como ele se industrializou na fase monopolista do capitalismo dos países de industrialização originária (Inglaterra) e de industrialização retardatária (Estados Unidos, Alemanha e Japão), então, o caminho único e inevitável, destino da humanidade, seria a industrialização.

É uma visão parcial e determinista do futuro essa predominante na mente de muitos economistas desenvolvimentistas. O anti-rentismo leva ao esquecimento de algo fundamental. Conjuntamente com o capitalismo industrial, há a necessidade da plena implantação do capitalismo financeiro, para se alcançar certa autonomia relativa. E buscar evolução científico-tecnológica.

“O que acontece na história é o resultado da ação humana, mas não a execução de algum plano humano” disse Adam Ferguson, filósofo escocês, em 1793. Naturalmente, ele estava sob o impacto da Revolução Inglesa (1642-1688), da Norteamericana (1776) e da Francesa (1789). Isso foi dito antes dos planos de ação coletiva dos socialistas, surgidos no século seguinte, e muito antes do sucesso da Revolução Soviética em 1917 e da Revolução Chinesa em 1949.

Desde então, a ideia de “tomar as rédeas da história” e reorientá-la de acordo com “soluções para atender objetivos superiores” dominou “corações e mentes” da esquerda ou de nacionalistas. Eles desejavam “dar salto de etapas históricas” em seus países, mas se desconheciam a dependência de trajetória. Brotou daí a incapacidade de “entender o futuro como história”, isto é, como resultante de uma pluralidade de ações, inclusive nas áreas financeira e tecnológica, e não só do processo de industrialização.

A cadeia lógica das transformações econômicas se prolonga em direção ao futuro. Sendo assim, o presente deve ser entendido como história e o futuro também, embora ainda não exista história do futuro. Todas as opções e decisões cruciais implicam em mudança de rota histórica e procuram novos caminhos para a história. Mas só ganham existência real se são formuladas e socialmente reconhecidas como

próprias de um “sujeito revolucionário” (partido político, grupo ideológico, classe social). Ele tem de possuir inserção no sistema, força, influência, e capacidade de liderança de ação coletiva, isto é, de fazer política. Pode tomar o Poder, seja através de um golpe de Estado, seja via eleitoral em um regime democrático.

“Só completaram o difícil trajeto do papel à realidade aqueles programas e proposições sugeridos pelas próprias dificuldades encontradas pelo sistema econômico em evolução”. Meu ex-professor Antônio Barros de Castro afirmou isso, em 1969, fazendo uma reflexão crítica à “razão iluminista” de muitos intelectuais brasileiros. Eles faziam uma análise histórica parcial dos problemas socioeconômicos e daí, sem nenhuma coerência lógica e viabilidade política, propunham uma total ruptura com o vindo do passado até o presente com um “Plano Brasil” para o futuro. Este era apenas baseado na pretensa sabedoria teórico-técnica superior do(s) autor(es). Nunca convenceram a nenhum sujeito coletivo.

O momento quando se apresentam essas opções de mudança de rota também é chave. A resistência à introdução de mudanças é mais tênue nas *encruzilhadas históricas*. Estas são atingidas somente quando a evolução histórica cruza os *problemas sociais* com os *problemas econômicos*. Os problemas sociais não impedem a expansão econômica do sistema capitalista. Porém, suas resoluções dão maior sustentabilidade ao seu crescimento.

A partir da razão pura, os adeptos Método Dedutivo-Lógico deixam-se dominar pelo “vício ricardiano” e propõem, diretamente da Ciência Abstrata, uma Economia Normativa: “*o que deveria ser*”. Os adeptos neoclássicos pregam um equilíbrio geral dos preços relativos. E os marxistas não se afastam de sua metodologia dialética ao pregar sempre “a Revolução Socialista aqui e agora”?!

A visão de O Todo é necessária para enxergar e encaminhar uma solução a um problema. Hegel dizia: “a verdade é O Todo”. Não o enxergando, pode-se atribuir valores exagerados a verdades limitadas, prejudicando a compreensão de uma verdade geral. Esta é sempre provisória, nunca é uma verdade definitiva e acabada, caso contrário a dialética estaria negando a si própria.

Nunca temos a certeza se estamos trabalhando com a totalidade correta. Porém, a teoria dialética chama a atenção para as sínteses, identificando as contradições concretas e as mediações específicas. Elas constituem os elementos componentes de cada totalidade complexa. Os conflitos entre opostos são reconhecidos pela dialética como o princípio básico do movimento do sistema complexo.

Karl Marx e Engels defenderam o caráter materialista da dialética. Engels resumiu a dialética em três leis. A primeira lei é sobre *a passagem da quantidade à*

qualidade. Varia no ritmo e/ou no período. A segunda é *a lei da interpenetração dos contrários*. Trata-se da ideia de “tudo tem a ver com tudo”. Os lados opostos são, na verdade, uma unidade, na qual um dos lados prevalece. A terceira lei é *a negação da negação*. Nela, a afirmação e a negação são superadas. Porém, a dialética não se deixa reduzir a essas três leis.

Lênin dizia ter aplicado esses conhecimentos na prática da estratégia de vanguarda quando liderou a tomada do poder na Rússia. Isso não é “mito-fundador”? Esse salto de etapas entre modos de produção do feudalismo russo para o do socialismo realmente existente, totalitário e não utópico, não foi uma total deformação da concepção marxista da história?

O método dialético incita a rever o passado à luz dos acontecimentos atuais. Ele questiona o presente em nome do futuro. O que está sendo feito em nome de “o que ainda não é” ou de “o que deveria ser”. Com isso não se abandona o Método Histórico-Indutivo? Não se esquece de praticar a Economia Positiva, primeiro, detectar “o que é”? As pesquisas dos dados e fatos, fornecidos pela experiência sensível, não seriam os instrumentos adequados para a tentativa da descoberta da verdade? Os historiadores marxistas não passaram a investigar “o que deveria ter acontecido” em vez de “o que de fato aconteceu”?

Alternativamente, podemos enxergar as interações de todos os direitos e deveres da cidadania como condicionantes do crescimento econômico sustentado com inclusão social em um ambiente de plenas liberdades democráticas. Defendemos a hipótese das interações entre esses componentes de um Sistema Complexo se alterarem ao longo do tempo. Propiciam a emergência da democracia socioeconômica e política.

Propiciarão uma transição para um novo *modo de vida*, não apenas um outro *modo de produção*, as interações entre:

- *direitos civis* (garantia da liberdade religiosa e de pensamento, o direito de ir e vir, o direito à propriedade, à liberdade contratual e de escolher o trabalho, à justiça para salvaguardar todos os direitos),
- *direitos políticos* (direitos eleitorais ou possibilidade de votar e ser votado, direito de livre associação em partidos, sindicatos, etc., e direito de protestar),
- *direitos sociais* (direito à educação básica, à saúde pública, a programas habitacionais, ao transporte coletivo, à previdência, ao lazer, a julgamento imparcial, etc.),

- *direitos das minorias* (direito dos consumidores, dos idosos, dos adolescentes, das crianças, dos deficientes, dos homossexuais, das diversas etnias, dos animais, da ecologia ou meio ambiente, etc.), e
- *direitos econômicos* (direito ao salário mínimo com poder aquisitivo real, à estabilidade no emprego, ao acesso à bancos e crédito pela cidadania financeira, à aposentadoria digna, à tributação progressiva, etc.).

Por exemplo, o direito à diminuição da jornada de trabalho para quatro dias por semana. Com essa conquista social, não viveríamos à espera do tempo vazio do lazer passivo e da aposentadoria, mas sim usufruiríamos do tempo liberado de trabalho alienante para uma vida ativa de outra natureza.

Redução da Jornada de Trabalho

Fiquei feliz por encontrar no livro de Renato Janine Ribeiro, ex-ministro da Educação, *A Boa Política: Ensaios sobre a Democracia na Era da Internet* (São Paulo; Companhia das Letras; 2017), exatamente a mesma ideia defendida por mim. Quando uma ideia é racional, no caso baseada na Teoria do Valor-Trabalho, qualquer inteligência pode chegar a ela. Em todo tempo e lugar ela é apropriada, se for abstrata. Caso seja concreta ou prática, cabe aqui-e-agora.

A conta feita é a seguinte. Em um ano há 365 dias e, durante suas 52 semanas, há 252 “dias úteis”, descontando 102 dias de fim de semana e 9 feriados.

Descontando 22 dias úteis de férias, sobrariam $230 \times 8 \text{ horas} = 1.840$ horas de trabalho por ano. Considerando 30 anos de trabalho, são 55.200 horas trabalhadas na vida ativa.

Se a Reforma da Previdência aumentar cinco anos de vida ativa, serão mais 9.200 horas de trabalho até se aposentar, totalizando 64.400 horas, pagando mais contribuições, mas tendo menos “vida inativa” até o falecimento. Os trabalhadores só perderão.

Contrapartida para a expansão dos anos de trabalho: negociar 48 semanas \times 36 horas (quatro dias com nove horas de trabalho) = 1.728 horas anuais. Considerando 35 anos de trabalho, seriam 60.480 horas trabalhadas na vida ativa. Então, elevaria em 5.280 horas a carga de trabalho anterior, mas os trabalhadores teriam mais um dia livre na semana.

A dedução utópica, isto é, crítica à realidade atual, é a seguinte. Com menos um dia sem trabalho alienante, os trabalhadores terão três dias para lazer criativo, ou seja, para criar um produto de trabalho com o qual se identifica. Um exemplo é fazer um curso de extensão para alavancagem da carreira profissional. Outro: praticar um *hobby* propício à demonstração de sua habilidade pessoal, seja como artesão, seja como esportista. Dessa forma, cada trabalhador-artesão se identificará com o resultado final – e será feliz.

Em termos marxistas, a ideia é dividir a mais-valia relativa. Ela aumenta durante a 4a. Revolução Industrial. Senão, apenas os acionistas estariam se apropriando dela. Os verdadeiros produtores nada receberiam. Os trabalhadores trabalhariam mais anos, para elevação da contribuição previdenciária, mas com menor jornada semanal.

Janine Ribeiro lembra: “até 1989, quando se falava em tempo de trabalho, pretendia-se reduzir as horas de trabalho por semana. Esse foi um grande projeto social”.

No passado, uma série de lutas de trabalhadores conseguiu a estabilização da jornada de trabalho em oito horas diárias. No século XIX, chegou a alcançar 16 horas por dia!

Porém, daí não se avançou desde a década de 20 no século XX. Só a França sob um governo socialista pretendeu chegar a 35 horas semanais, mas parou antes disso, devido à alternância democrática de poder. Os socialdemocratas necessitam ainda aprender governar para a maioria e não apenas para a casta dos mercadores.

Outro tabu religioso quebrado foi devotar ou sábado ou domingo à reza com proibição de qualquer trabalho. Em um mundo laico, há trabalhadores dispostos a trocar um dia “útil” por outro no final da semana. Para o trânsito urbano é até melhor essa dispersão, por exemplo, com o comércio abrindo aos domingos. Assim, os comerciantes ganham um extra e compensam esse dia de trabalho em outro dia durante a semana.

Graças à informatização, por que não transferir parte dos ganhos de produtividade para os trabalhadores? “As lutas sociais fizeram com que a substituição do trabalho bruto pelas máquinas reduzisse a duração desse trabalho, contudo, o aprimoramento de sua produtividade graças à informática não trouxe o mesmo efeito”, diz Janine Ribeiro.

A pergunta feita por ele é a mesma minha: “se um trabalhador agora faz em uma hora o que antes fazia em duas, por que precisará trabalhar duas horas?”

Sumiu da discussão pública a ideia de redução dos dias de trabalho e entrou a de aumento dos anos de trabalho, ao longo da vida, devido à elevação da longevidade

humana e consequente crise do regime de repartição da Previdência Social. O argumento se monta em cima do cálculo atuarial. Ele é lógico, porém, *contra fato há outro argumento*: com elevação da produtividade trabalharemos mais horas por anos, mas podemos trabalhar menos horas (36) por semana.

“O discurso dos anos a mais de trabalho substituiu, sem jamais contestá-lo explicitamente, o das horas a menos de trabalho”. A conta elementar, apresentada antes, pode revelar ser possível a geração de equivalentes em horas ou anos de trabalho. Logo, é possível discutir esse ponto como condição para a Reforma da Previdência Social: mais anos em troca de menos dias de trabalho por semana.

Ceteris paribus, isto é, tudo mais (inclusive a produtividade) constante, se uma pessoa trabalhasse quatro dias por semana durante a sua vida mais produtiva, seria como ficasse devendo um dia por semana após ter-se aposentado. Assim, depois da aposentadoria com trinta anos de trabalho (caso das mulheres) ou menos de trinta e cinco anos (caso dos homens), essa pessoa iria uma vez por semana à empresa a fim de transmitir sua experiência aos jovens.

No mundo real (e dinâmico), isso significaria, durante a vida ativa, um terceiro dia de trabalho não alienante por semana. O trabalhador teria três dias de trabalho criativo – não para “descansar”, isto é, comer-beber-dormir e/ou se abestalar em frente à TV – e quatro dias de trabalho para seu produto. Este, depois de vendido, seria desfrutado apenas pelo “patrão” – ou acionistas. A concentração de renda e riqueza aumentaria.

Trabalhando o equivalente a quatro dias por semana, *ceteris paribus*, 80% do tempo de trabalho atual, as pessoas garantiriam até 91% da produção. O último dia de trabalho, em geral, sexta-feira, é de produtividade menor se comparado aos dias iniciais da semana. O trabalhador alienado – não é besta – toma uma cachaça/caipirinha no almoço de sexta-feira, “para abrir o apetite para o final-de-semana”. Em outras palavras, “a produtividade chega a um pico antes das oito horas diárias ou dos cinco dias úteis, passando depois a declinar”.

Enfim, caberá propor essa negociação: 65 anos como idade mínima para se aposentar tendo como compensação 4 dias com 9 horas de jornada de trabalho por semana. Toda a sociedade ganhará!

Behaviorismo Radical

B. F. Skinner foi o maior expoente do *behaviorismo*. Apresentava argumentos baseados em resultados coletados mediante metodologia científica, portanto, baseados

em evidências comprováveis. Seu trabalho contribuiu para a Psicologia romper com suas raízes filosóficas introspectivas e se firmar como uma disciplina científica independente.

Os processos da mente estavam fora de sua área de interesse e análise. Considerava-nos inteiramente subjetivos e não tendo existência separados dos corpos. Para Skinner, a pesquisa psicológica deveria ser feita com base em comportamentos passíveis de observação e não a partir de pensamentos impossíveis de serem observados e medidos.

Skinner não refutava a possibilidade de estimular uma resposta condicionada com treinamento repetitivo, mas considerava esse um caso experimental específico. Nele havia a introdução artificial e deliberada de um estímulo condicionador. Para ele, as consequências de uma ação espontânea eram mais importantes para a formação do comportamento. Em vez de focalizar qualquer estímulo precedente ou coincidente, observou o comportamento ser aprendido, primordialmente, a partir dos resultados das ações. O sucesso ou o fracasso influenciam a próxima ação.

O ramo da Psicologia de Skinner é denominado de “behaviorismo radical”. Apesar de não negar a existência de processos de pensamento e estados mentais, para ele, a Psicologia deveria se interessar apenas pelo estudo das respostas físicas a condições e situações existentes.

Ele ressuscitou o debate filosófico entre determinismo e livre-arbítrio. Este “livre-arbítrio”, em sua opinião, não passava de uma ilusão. A seleção baseada em resultados controla inteiramente nosso comportamento e, portanto, nossa vida. Tentativas de escapar dessa condição estão fadadas ao fracasso e ao caos.

O behaviorismo radical foi muitas vezes erroneamente relacionado à corrente filosófica europeia do positivismo lógico. Afirmações e ideias só têm significado se puderem ser comprovadas por experiências reais. Na verdade, o pensamento de Skinner tem muito mais em comum com o pragmatismo norte-americano. Este mede a importância ou o valor das ações por suas consequências.

Na década de 1960, o foco da Psicologia deixou de lado o estudo do comportamento para se dedicar aos processos mentais. Seguiu-se, porém, um ressurgimento do behaviorismo através de uma abordagem cognitivo-comportamental do psicólogo israelense-americano Daniel Kahneman (Prêmio Nobel de Economia em 2002), em parceria com Amos Tversky.

A difundida tese de as pessoas decidirem com base em estatísticas e probabilidade não era verdadeira na prática. As pessoas fundamentam suas decisões em “regras de bolso”, exemplos específicos ou pequenas amostras. Por consequência desses

vieses heurísticos, os julgamentos podem ser muitas vezes equivocados, pois se baseiam em informações vindas à mente com facilidade, e não de acordo com probabilidades reais.

Kaneman e Tversky perceberam um padrão nesse método de resolver problemas com base em experiência. Tendemos a superestimar a probabilidade de coisas com pouca chance de acontecer, mas recém estampadas em manchetes escandalosas, e a subestimar a probabilidade daquilo com muita chance de ocorrer. Justamente por serem fatos corriqueiros não são noticiados. Esses achados fomentaram a Teoria da Perspectiva – ou do Prospecto, isto é, de *o que se espera* – e levaram à criação de um campo de estudo associado à Psicologia: a Economia Comportamental.

Para o filósofo grego Aristóteles, três coisas nos motivam: o apetite dos sentidos, a raiva e o desejo racional pelo útil. No século passado, concebeu-se o comportamento humano determinado por quatro impulsos primários: fome, sede, sexo e evitar dor. Relacionavam-se com os instintos humanos de sobrevivência, reprodução e proteção. Competição não estava ainda sendo considerada como um instinto básico.

A Teoria da Escolha está baseada na ideia de levar as pessoas a identificar o desejo para se sentir realizadas. Agimos de modo a aumentar o prazer e diminuir a dor. Queremos pensar e nos comportar do jeito a nos propiciar o melhor sentimento. Todo o prazer e a dor deriva de nossos esforços para satisfazer cinco necessidades geneticamente codificadas: sobrevivência, amor e pertencimento, poder, liberdade e diversão.

A satisfação de uma dessas necessidades é definida como resultante de um comportamento prazeroso. Se não se alcança esse objetivo, é motivo de sofrimento. Apenas por meio de interações humanas satisfazemos essas necessidades. Quando lutamos para sobreviver, a ajuda de outra pessoa pode nos salvar. Para sentir amor e pertencimento, precisamos ter ao menos um bom relacionamento. Para sentirmos um mínimo de poder, alguém tem de nos ouvir. Para sentirmos livres, desvinculamo-nos do controle dos outros. Embora possamos nos divertir sozinhos, é muito mais fácil nos divertir com outras pessoas. Por todos esses motivos, somos, por natureza, seres sociais.

Os behavioristas, inicialmente, acreditavam o comportamento ser ditado apenas pelo ambiente natural, familiar, social, econômico, mundial, etc. Depois, evoluíram para a defesa de o comportamento ser resultado tanto do indivíduo quanto do ambiente. O “campo” é o meio psicológico no qual o indivíduo ou um grupo coletivo estão inseridos em determinado momento. A Teoria do Campo explora as forças de atração (impulsionadoras) e de repulsão (inibidoras). São fatores influentes em qualquer situação.

Para um processo de mudança ser bem-sucedido, ao líder do movimento social não basta apenas ter um entendimento completo e holístico da situação. Ele deve levar em conta as diversas influências em jogo, tanto as da mente dos indivíduos quanto as encontradas no ambiente em questão. Só compreendemos um sistema quando tentamos transformá-lo.

Metodologia da Economia Comportamental e Complexa

John Locke é protagonista do empirismo. Para ele, as pessoas nascem sem ideia inata, como supunha o racionalismo, e aprendem pela experiência ou tentativa e erro. É o marco inaugural do behaviorismo.

Locke tratou da “da identidade e diversidade”, apresentando sua visão de identidade pessoal. Faz uma distinção entre a identidade do átomo, a do conjunto de átomos e a das coisas vivas. Cada átomo individual é o mesmo no tempo. Permanece como tal mesmo enquanto o tempo passa. Assim, não haveria nenhum problema sobre a identidade dos átomos. Já massas de átomos são individuadas por seus átomos constituintes independentemente da forma como eles são organizados.

O atomismo grego define os menores componentes da matéria como corpúsculos indivisíveis em movimento em um vazio infinito. Mais adiante, os filósofos gregos substituíram o indeterminismo do movimento dos átomos pelo determinismo. O cosmo, isto é, o mundo e todas as coisas, inclusive a alma, são formadas por um turbilhão de infinitos átomos de diversos formatos. Jorram ao acaso e se chocam. Com o tempo, alguns se unem por suas características. Muitos outros se chocam sem formar nada, porque as formas não se encaixam ou se encaixam fracamente.

Posteriormente, houve o abandono da ideia de turbilhão de átomos ao reconhecer o peso dos átomos. Este os leva a percorrer linhas retilíneas paralelas, tal como objetos em queda livre. Ocasionalmente, cada átomo exhibe, espontaneamente, um desvio mínimo da linha reta, indeterminado e imprevisível. Isto explicaria o choque e o encontro entre os átomos. Essa ideia de afastamento das condições iniciais é retomada pela Teoria do Caos.

A tradição neoclássica walrasiana adotou três premissas para idealizar o Modelo de Equilíbrio Geral: racionalismo, atomismo e informações perfeitas. A flexibilidade dos preços, deduzida do atomismo, foi questionado pela diversidade de poderes de mercado dos agentes econômicos apresentada nas Teorias de Concorrência Imperfeita. O monetarismo destacou a defasagem de informações através de expectativas adaptativas. O novo-classicismo substituiu-as por expectativas racionais. O

novo-keynesianismo identificou a assimetria de informações e a rigidez de preços via contratos, custo de menu, relações de clientela, etc.

As Finanças Racionais, assim como todas essas correntes do pensamento dominante, mantiveram a premissa da racionalidade dos agentes econômicos. Esse pressuposto foi criticado pelas Finanças Comportamentais. Seus testes colocaram em dúvida a adoção por todos eles do critério de fluxos de caixa descontados para a escolha dos investimentos e do cálculo das covariâncias dos ativos para a diversificação de riscos, além da Hipótese do Mercado Eficiente.

Apenas essa corrente comportamental parte do pressuposto de irracionalidade, demonstrando os investidores basearem suas decisões em regras práticas, tendo crenças enviesadas. Sofrem inconsistência de raciocínio de acordo com a forma como o problema é apresentado. Esses vieses heurísticos e “os enquadramentos” desviam os preços de seus fundamentos. Esses desvios não são apenas pequenas anomalias randômicas corrigidas por arbitragem. Logo, o mercado é ineficiente no apreçamento.

Indivíduos ou Sociedade

Para a esquerda pré-libertária, o coletivo sempre deve predominar em relação ao individual. Cabe pensar mais devagar sobre questões contemporâneas. Deve prevalecer o direito de manifestação de vândalos ou a segurança pública e da propriedade? O das corporações ou o do futuro do país e da maioria da população? O voluntarismo de um punhado de protetores de animais ou as pesquisas científicas em benefícios de todos? Quais situações justificam prevalecer o interesse coletivo face ao particular?

John Davis, em *The Theory of the Individual in Economics: Identity and Value* (2003), se deu conta de como as ideias sobre a natureza do indivíduo evoluíram, historicamente, na Economia Ortodoxa e na Economia Heterodoxa. No seu entendimento, cada tradição começa com uma concepção do indivíduo por natureza essencialmente metafórica.

A concepção dos *indivíduos atomizados* está nas ideias retiradas da visão filosófico-teológica de Descartes, enquadradas no contexto de pensamento da Ciência Mecânica de Newton. A concepção do *indivíduo integrado* depende de uma imagem de indivíduos localizados de alguma forma dentro de redes de relacionamentos sociais.

No entanto, como as metáforas e os contextos geralmente evoluem após a sua aparência inicial, essas duas metáforas e os contextos de cada uma delas também claramente evoluíram. No caso dessas duas concepções de agentes econômicos –

atomísticos ou *incorporados* –, entretanto, dada importância central destas noções dentro das circunscrições de seus contextos conceituais, parecem ter mantido suas vidas metafóricas.

Esta persistência metafórica, por sua vez, significou uma tensão conceitual. Há produção de metáforas quando se combinam significados a partir de um certo contexto com os de outro. Elas têm desempenhado um papel importante na evolução dos quadros teóricos de *indivíduos atomizados ou incorporados*. A evolução de ambas teorias econômicas, a ortodoxa e a heterodoxa, pode ser vista como uma luta por parte de seus respectivos proponentes para ajustar cada vez mais as ideias metafóricas com os novos contextos onde estão inseridas.

No *caso da concepção atomista do indivíduo*, a ideia do indivíduo com uma interioridade subjetiva não podia ser facilmente conciliável com uma compreensão da Economia como *um sistema causa-e-efeito*.

No *caso da concepção de indivíduo incorporado*, a ideia do indivíduo estando sempre incorporado dentro das estruturas sociais não podia ser facilmente reconciliada com *a ideia de ser um indivíduo autônomo*.

Assim, a evolução de ambas as concepções envolve uma crítica recorrente à metáfora central.

Na *concepção atomista do indivíduo*, a aplicação da ideia de “mão invisível”, desde o primeiro esforço de Smith, envolveu-o na lógica de causa-e-efeito para tratar das interações externas dos indivíduos uns com os outros no mercado. Em seguida, os marginalistas fizeram uma extensão da mesma lógica para a mente no desenvolvimento da Teoria de Escolha. Finalmente, houve a eliminação completa da subjetividade em caracterizações funcionalistas do indivíduo na economia *mainstream*.

Na *concepção do indivíduo incorporado*, a hesitação inicial dos envolvidos se deu sobre o alcance e a extensão das *explicações holísticas do mundo*. Em seguida, tentaram investir os indivíduos em algum tipo de *agência*. Finalmente, ocorreu o início de esforços para compreender os indivíduos através de *seus processos psicológicos reflexivos*.

Essas duas evoluções nas ideias tiveram destinos bastante opostos quanto ao tratamento de indivíduos. Isto porque *a concepção atomista* equiparada à pessoa com interioridade subjetiva teve o efeito de remover a base sobre a qual os indivíduos foram conceituados como únicos e independentes. Era a suposição de todos se homogeneizarem como homens econômicos racionais. Em contrapartida, devido à *concepção do indivíduo incorporado* ter começado como uma consideração holística de

indivíduos efetivamente perdidos “dentro” das estruturas sociais, ela teve o efeito de separar a conceituação de indivíduos relativamente independentes e descoordenados.

A ironia nisso tudo é, por um lado, *a tradição liberal*, com raízes históricas no pensamento político e ético sobre os direitos humanos e a liberdade individual, acabou por fracassar em sua tarefa de desenvolver um apoio científico para as decisões das pessoas por causa de suas origens particularmente metafóricas. Nessa tradição, a Ciência foi vencida pela Ética.

Por outro lado, *a tradição holística*, com raízes no pensamento político e ético sobre as necessidades e direitos de grupos inteiros e classes de pessoas, parece ter produzido uma concepção de indivíduos separados e independentes, dentro de um mundo social cada vez mais denso. Revisa a maneira como as relações entre estrutura e agente devem ser explicadas. Nessa tradição, a Ciência pode ser compatível com uma Ética promotora da integridade dos indivíduos.

O objetivo de Davis foi, primeiro, traçar essas evoluções conceituais opostas. Elas caracterizam as duas principais tradições de pensamento sobre os indivíduos na Economia. O quadro amplo, englobando esse par de histórias, no entanto, aproxima-se apenas superficialmente.

A longa história do conflito entre *individualismo metodológico* e *holismo metodológico* é uma parte muito importante da competição histórica igualmente longa, desde o Iluminismo, entre visões concorrentes de *indivíduos* e da *sociedade*. Nessa história, Economia não se encontra além da Política, nem se destaca da Ética.

Assim, a mais completa história da evolução dessas duas tradições de pensamento é a própria história do mundo moderno confrontado com a luta entre a organização da sociedade e o lugar dos indivíduos dentro dela.

Individualismo Irracional e Loucura Coletiva

As correntes de pensamento econômico auto classificadas como da “linha principal” [*mainstream*] adotaram, acriticamente, a premissa de as pessoas serem em essência seres racionais e egoístas. Com essa metodologia, homogeneizou-se os diversos comportamentos com fossem unicamente o tipificado como próprio do *Homo Economicus*, o superdotado de um comportamento racional.

Nesse raciocínio, não se leva em conta, por exemplo, o altruísmo. Ele é um tipo de comportamento encontrado nos seres humanos e outros seres vivos. As ações cooperativas de um indivíduo beneficiam outro. É sinônimo de filantropia. No sentido

comum do termo, é muitas vezes percebida, também, como sinônimo de solidariedade, componente da ideologia da esquerda enfática quanto ao instinto humano da proteção social.

A palavra “altruísmo” foi cunhada em 1831 pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857) para caracterizar o conjunto das disposições humanas (individuais e coletivas) capazes de induzirem os seres humanos a se dedicarem aos outros. Esse conceito opõe-se, portanto, ao egoísmo. Este acentua as inclinações, específica e exclusivamente, individuais, particularistas ou privatistas.

Contrária ao altruísmo, a filosofia e as obras de ficção elaboradas por Ayn Rand (1905-1982) enfatizam, sobretudo, as noções de individualismo iluminista, egoísmo racional, e liberalismo econômico. Ela pregava:

1. o homem deve definir seus valores e decidir suas ações à luz da razão;
2. o indivíduo tem direito de viver por amor a si próprio, sem se sacrificar pelos outros e sem esperar outros se sacrificarem por ele;
3. ninguém tem o direito de usar força física para tomar dos outros algo valioso ou de impor suas ideias sobre os outros.

O conceito do *altruísmo* tem a importância filosófica de referir-se às disposições naturais do ser humano. Este pode ser bom e generoso, naturalmente, sem necessidade de intervenções culturais como religião ou crença. Nada tão distante da concepção idealizada do *homo economicus*...

Essa ideia supõe todo indivíduo ser capaz de tomar decisões para maximizar seu bem-estar, baseado em uma avaliação ponderada de todos os fatos. Opta por aquilo de maior utilidade ou satisfação com o menor esforço para o obter.

A crença central de Adam Smith (1723-1790) era a interação econômica humana ser ditada sobretudo pelos interesses pessoais. Ao tomar decisões racionais, cada agente econômico procura maximizar seu lucro, ou seja, julga pelo critério de seu auto interesse, e não por benevolência, pouco se importando com os sentimentos dos demais agentes. Mesmo assim, em economia de livre-mercado, “a mão invisível do mercado impõe ordem”.

Vem dessa postura a recorrente palavrinha-chave do discurso yuppie: eficiência. Os indivíduos se motivam com o desejo de conquistar o melhor bem-estar possível, gastando ao mesmo tempo o mínimo esforço possível para atingir essa meta. Esta finalidade é particular ou privada, e não coletiva ou social.

Então, os economistas ortodoxos adotam a Teoria da Escolha Racional. Consideram racionais as ações realizadas em razão de um cálculo ponderado do custo e do benefício da realização do objetivo, desconsiderando o fato de algumas metas serem bastante irracionais em longo prazo ou sob um ponto de vista coletivo.

Porém, fora dessa abstração idealizada, o mundo real é complexo demais para se cotejar e avaliar todos os fatores relevantes necessários para calcular os custos e os benefícios de cada ação. Na realidade, na maioria das vezes, pensamos e decidimos, rapidamente, com base na experiência específica, no hábito rotineiro, em regras práticas com vieses heurísticos.

Os economistas comportamentais estudam como as pessoas comuns, descendentes do *Homo Sapiens*, ao fazerem escolhas, agem diferentemente do *Homo Economicus*. Acrescento o *Homo Pragmaticus*, o especulador profissional tomador contumaz de decisões financeiras práticas.

O economista norte-americano Herbert Simon (1916-2001) achava só a racionalidade não justificar as decisões. Como demonstraram Amos Tversky (1937-1996) e Daniel Kahneman (1934-), quando se tem de tomar uma decisão, cujo resultado futuro é incerto, as pessoas não calculam ganhos e perdas com probabilidade matemática. Elas são mais influenciadas por aversão à perda ou medo do arrependimento e pelo modo como a questão de apresenta, isto é, o efeito enquadramento. A racionalidade de teorias econômicas ortodoxas é seguida apenas pelo idealizado *homo economicus*.

Simon lançou a ideia de “racionalidade limitada”. Segundo a qual, decisões ruins vêm de limitação de capacidade de processamento de todas informações não imediatamente disponíveis. Alan Greenspan em sua juventude era um dos pupilos de Ayn Rand. Ele se tornou presidente do Banco Central dos Estados Unidos. Então, lançou mão do termo “exuberância irracional” para designar a recorrente ocorrência de bolhas de ativos (formas de manutenção de riqueza) na economia de mercado liberalizada.

Ilusões Populares e a Loucura das Massas não se refere aos protestos das multidões pelas ruas do Brasil. É o título de um livro escrito pelo jornalista escocês Charles Mackay, em 1841, considerado um clássico estudo psicológico dos mercados e do comportamento irracional das pessoas em “manada”. O livro trata de alguns exemplos famosos de especulação financeira. Segundo o autor, ao agir de forma totalmente irracional, em espécie de *delírio econômico coletivo*, as multidões podem jogar nas alturas os preços de determinado produto, cujo episódio final é uma queda abrupta. *Ato seguinte ao do estouro da bolha, a multidão vê seu dinheiro evaporar!*

Sob forma de bolhas econômicas, *as multidões compostas de seres individuais supostamente racionais geram loucura coletiva*. A plebe rude, em turba, é ignara...

Rentismo versus Consumismo

Os desenvolvimentistas e os ecologistas não se entendem? O *desenvolvimentismo*, de maneira contumaz, critica o rentismo. O *ambientalismo*, por sua vez, condena o consumismo. Os “ismos” denotam comportamentos exacerbados. O “meio-termo” sinalizaria bom-senso, tolerância, equilíbrio? A manutenção do *status quo* com um equilíbrio instável, porque injusto socialmente, não seria defendido por outro “ismo”: o *conservadorismo*?

O rentismo é rejeitado por crescimentistas, em princípio, porque visaria apenas ao rendimento financeiro propiciado pela aplicação de capitais. Evidentemente, é uma visão superficial, impressão à primeira vista. Se as aplicações financeiras constituem composição passiva para financiamento do desenvolvimento, não há porque os desenvolvimentistas as exonerarem. Mas o fazem! Por que?

Há um fundamentalismo religioso não percebido pelo próprio condenador. A Igreja Católica condenava o usurário por adquirir rendimento sem nenhum trabalho – e até dormindo. Contrariava a Palavra de Deus, no livro do Gênesis, capítulo 3, versículo 19: “comerás teu pão com o suor do teu rosto”. Assim, o usurário toma de seu devedor não algo de seu direito, mas apenas o tempo. Este pertenceria a Deus. Disso não deveria tirar nenhum proveito. Também no Islã, o Sagrado Alcorão diz: “2:278 – Oh, crentes, temei a Allah e abandonai o que ainda vos resta da usura, se sois crentes”.

Assim, as Leis sobre a Usura, nas nações católicas, tiveram origem em um preconceito religioso contra o recebimento de juros sobre o dinheiro. Nas nações maometanas, é formalmente vedado receber juros. Até hoje as Finanças Islâmicas se abstêm rigorosamente da cobrança de juros.

Quando os trabalhadores deixaram de ser escravos ou servos, tornando-se assalariados, buscaram investir, mensalmente, as eventuais sobras do seu salário, para, inicialmente, adquirir um imóvel para residência, depois, adquirir outro com finalidade de aluguel, ou então fazer aplicações financeiras. Tornam-se, automaticamente, *rentistas*. A esquerda deve condená-los ao inferno?

Evidentemente, os aposentados são rentistas. Usufruem do pecúlio acumulado a partir do desconto em sua renda mensal, durante anos, como contribuição da Previdência Social e/ou Complementar. Ganham o direito de auferir uma renda vitalícia.

Há ainda trabalhadores-rentistas. Obtêm renda de propriedades herdadas, adquiridas através de investimentos de seus antepassados. Por trás dessa legítima aquisição do direito à renda, está o direito à propriedade e seu usufruto.

Na fase de acumulação de recursos e planejamento de sua aposentadoria, os trabalhadores-investidores, em geral, acham ser capazes de obter aposentadoria confortável, mas não sabem quanto vão precisar aplicar, periodicamente, para alcançar esse conforto esperado. Como não conseguem saber de quanto vão precisar, mas confiam, cegamente, no sucesso – “se Deus quiser” –, costumam aplicar menos do necessário para uma boa vida. Esse fenômeno é considerado “miopia”, pois faz eles não conseguirem enxergar distante, ou seja, o problema criado para seu próprio futuro.

A falta de recursos para o futuro é consequência da falta de planejamento e controle dos trabalhadores-consumidores. As necessidades presentes de consumo conspícuo e/ou esnobes têm mais força face à necessidade de investir para o futuro longínquo. As pessoas sentem a necessidade de satisfazer seus desejos em curto prazo (consumo) e apenas pensam em satisfazer suas necessidades futuras (aplicação). Os trabalhadores-investidores capazes de aplicar para o futuro conseguem fazê-lo porque separam seus recursos em diferentes contas mentais. Separam os tipos de recursos destinados à aplicação e ao consumo.

Já a regra perversa dominante na mente dos trabalhadores inativos é: se para consumir é necessário se utilizar de capital, é preferível cortar o consumo. Essa regra comportamental é muito diferente da atitude perdulária antes adotada, quando seria o tempo de acumulação. Os indivíduos capazes de planejar sua aposentadoria investem em ativos geradores de renda, por exemplo, aluguéis de imóveis. Mantêm assim seus níveis de consumo intactos. Já aqueles indivíduos incapazes de planejar sua aposentadoria, por não se prevenirem com a aquisição de ativos propiciadores de renda, por exemplo, ações distribuidoras de dividendos, apresentam quedas importantes em seus hábitos de consumo. Reduzem assim, drasticamente, seu padrão de vida.

Os ambientalistas costumam criticar os desenvolvimentistas pela doutrina macroeconômica keynesiana. Ela considera um consumo crescente e ininterrupto como vantajoso para a economia. Os verdes condenam a prática de “comprar em demasia”, denunciando o consumo ilimitado de bens duráveis, especialmente de artigos de luxo supérfluos. Deveriam denunciar também o consumo delirante de bens de consumo não duráveis. Leva ao alcoolismo ou à obesidade.

Os ecologistas pregam parcimônia. Os desenvolvimentistas rogam pela ganância. Rezam para o “espírito animal” impulsionar os empreendedores para os gastos em investimentos. Uns não querem a adoção do consumo conspícuo, outros não desejam a vida financiada por “investimentos improdutivos”.

Novamente, aparece nesses posicionamentos atitudes fundamentalistas, moralistas e normativas. A Lei do Mercado se choca com a Lei da Entropia: “todo processo produtivo dissipa energia não recuperável”. Os ambientalistas avaliam o padrão consumista de mais de 300 milhões de norte-americanos não ser possível se alastrar para todos os 7 bilhões de habitantes do planeta. Isso seria insustentável.

Malthusianismo ou Lei dos Rendimentos Decrescentes? Segundo esta Lei, *ceteris paribus*, quando se utilizam unidades adicionais de trabalho a produção total aumenta, mas a partir de certo ponto a produção marginal tende a decrescer, devido à utilização de fatores menos eficientes para atender a procura crescente. Sublinhamos: “quando a quantidade de todos os demais fatores de produção se mantém constante”. Isto é verdade sob o ponto-de-vista planetário, ou seja, além das fronteiras nacionais? A evolução tecnológica não é dinâmica?

Argumento para Debater, Bater, Rebater e Combater

Assisti *workshops* com 60 apresentações durante três dias. Estas maratonas são organizadas com 12 sessões de duas horas cada, duas em cada turno, com cinco expositores por “mesa”. Lá para as tantas, o expectador não retém mais as inúmeras “ideias-chave” e passa a observar apenas a “corrida-contra-o-tempo-de-20-minutos”. O fundista conseguirá ou não? O juiz-cronometrador será rigoroso ou tolerante?

Adiada a absorção do conteúdo para se ler depois do seminário, em resumos ou *PowerPoints* apresentados, resta a reflexão sobre a forma de apresentação dos colegas. Em alguns casos, ficamos solidários com as queixas dos alunos quanto às aulas expositivas. Em outros, ficamos admirados.

Qual é a forma ideal de apresentação? Como a organizar de maneira lógica, permitindo fácil compreensão para qualquer ouvinte? É simples dividi-la em três partes. Primeiro, *diga o que vai dizer*. Depois, *diz*. Para finalizar, *recapitule o que disse*. Só.

Há um plano para expor qualquer assunto em público – ou escrever uma tese. Levante a sua hipótese original. Apresente possíveis argumentos prós e contras. Enalteças os prós. Refute os contras. Deduza sua hipótese ter se transformado em uma tese. Isto enquanto ninguém o convencer do contrário.

Argumentar é discutir, mas, principalmente, é raciocinar, deduzir, concluir, tirar ilações. Quando você discute com alguém, a argumentação é a busca da razão com a qual os dois aceitam. Ajuda-os a descobrir ou se aproximar da verdade almejada por ambos. Para isso, é fundamental o respeito mútuo.

Consequentemente, a argumentação é um método através do qual o indivíduo pode avaliar os problemas sociais se lhe dizem respeito. É um meio de criar hipóteses e deduzir conclusões. É uma técnica de emitir opiniões com o objetivo de defender uma determinada posição. É um instrumento poderoso de análise e crítica de todos os meios de troca de opiniões.

Aprender como se deve defender uma tese, capaz de resistir às análises da lógica e às evidências dos fatos, por escrito ou oralmente, não é apenas exigência da formação acadêmica, mas é o cotidiano da política e dos negócios. Argumentação é a arte influenciar os outros através da evidência e da lógica. Desta definição inferem-se os dois elementos onipresentes à argumentação. O primeiro é a certeza manifesta pela Evidência. O segundo é a coerência do raciocínio dada pela Lógica.

A escolha de um tema para posicionamento pessoal deve se guiar, em primeiro lugar, por ser passível de evidência. Deve ser motivo de controvérsia, caso contrário, a unanimidade de aceitação torna desnecessária a argumentação, pois o consenso é o túmulo da opinião. A importância ou o interesse do tema justificará sua discussão.

Em qualquer discussão, os argumentos precisam ter concisão, clareza e força. Concisão aliada à precisão e exatidão é brevidade. Clareza é a transparência de linguagem. Força é o impacto da frase.

Os argumentos se sustentam através de evidência e raciocínio. As evidências são os fatos, os exemplos, as estatísticas e os testemunhos. O raciocínio é o processo de extrair inferência dessas evidências, ou seja, é fazer uso da razão para conhecer e julgar a relação entre elas. Podem considerar-se quatro tipos de raciocínio: indução, dedução, relações causais, analogia.

Há uma distinção filosófica entre empirismo e racionalismo. Os empiristas recorrem à associação de ideias ou eventos para levar à aprendizagem. Realçam a importância das experiências sensoriais. Segundo os racionalistas, a razão humana é a fonte essencial do conhecimento. O enfoque racionalista destaca mais os problemas de organização, compreensão, interpretação e significado do compreendido.

O racionalismo tem se reduzido a modelagem abstrata de um equilíbrio geral idealizado. O empirismo, por sua vez, busca o associacionismo de números, apresentando infinitos *PowerPoints* com gráficos expressando tendências das séries estatísticas temporais anuais ou mensais. Muitas vezes, as enfadonhas leituras de séries temporais são substituídas pelo relato de uma série de acontecimentos recentes. As palestras improvisadas resumem-se a uma retrospectiva da memória recente, isto é, de fatos recém registrados.

Fazer uma retrospectiva é restringir-se à exposição na qual se apresentam somente as obras de um autor, de uma escola de pensamento, de uma época, com perspectiva histórica, mostrando a respectiva evolução. Admiro mais a ousadia dos palestrantes dispostos a fazer uma análise prospectiva. Procuram prever a evolução futura da sociedade brasileira. Substituem a contabilidade dos fatos registrados do passado ao presente por hipóteses a respeito do possível de ocorrer no futuro. Arriscam-se ao enfrentar a incerteza. São corajosos.

Um sambinha do Paulinho da Viola sumariza o Argumento:

*“Tá legal,
Tá legal, eu aceito o argumento,
Mas não me altere o samba tanto assim (...)
Sem preconceito ou mania de passado
Sem querer ficar do lado de quem não quer navegar*

*Faça como um velho marinheiro
Que durante o nevoeiro
Leva o barco devagar”*

Parte II -
BATER E REBATER

CAPÍTULO 4 – BATER no Determinismo Histórico

Transição entre Modos de Produção

Os *modos de produção*, de acordo com a concepção marxista, são formados pela interação entre o conjunto das *forças produtivas* e o conjunto das *relações de produção*, em certo *estágio de desenvolvimento*. Eles designam as condições técnicas e sociais constituintes da estrutura de um processo historicamente determinado.

Marxistas dizem: “os homens ao produzirem bens materiais criam um regime para a sua vida”. Uma questão-chave contemporânea é: se retiramos essa restrição – “*produção de bens materiais*” – e se vivemos já um estágio de desenvolvimento onde predomina a *produção de serviços desmaterializados*, entramos na transição para um novo modo de produção?

O *modo de produção* também é um determinado *modo de vida*. Iniciamos já o processo de superação do “modo de vida norte-americano” (*american way of life*)? Essa expressão era usada como peça publicitária, durante a Guerra Fria (1949-1989), para mostrar as diferenças da qualidade de vida entre as populações dos blocos capitalista e socialista (“realmente existente”: SOREX).

Naquela época, a ideologia popular americana adotava a ideia de qualquer indivíduo, independente de sua herança, poder aumentar significativamente a qualidade de sua vida no futuro através de determinação, força da vontade e trabalho duro por conta própria. Ideologicamente, o *american way of life* pregava a superioridade do individualismo, da livre iniciativa e do consumismo face ao coletivismo, à estatização dos meios de produção e do comunismo.

Uma das particularidades dos modos de produção consiste na sua *transformação permanente*. Seu desenvolvimento (e conseqüente alteração) determina a modificação do regime social no seu conjunto.

Essa evolução dos modos de produção explica-se pelo desenvolvimento das forças produtivas levar a uma contradição com as relações sociais de produção. Estas se revelam como um obstáculo ao pleno desenvolvimento daquelas. Por exemplo, considerando alguns tipos historicamente mais significativos de modos de produção, houve os seguintes. Um rural primitivo, destinado à satisfação direta das necessidades dos produtores (*autossustentância*), com a venda ou troca de eventual excedente. Outros (*escravista* ou *servil-feudal*) destinados a manter uma classe dominante através da entrega regular de trabalho compulsório e tributos. Depois surgiu o modo de produção

capitalista, baseado na produção urbano-industrial de mercadorias e na exploração da força de trabalho assalariada para a obtenção da mais-valia.

Pergunta-se: vislumbramos já outro modo de produção, quando predomina amplamente a produção de serviços? Esta se define pela relação direta (e presencial) entre o produtor e o consumidor. No entanto, na atual *Era da Cibernética*, a produção compreende a comunicação e o controle de máquinas robóticas, indivíduos e grupos sociais através de analogias com as máquinas eletrônicas.

A Cibernética estuda o tratamento da informação no interior destes processos automáticos. Sob o ponto de vista da transmissão da informação, a distinção entre máquinas e seres humanos é mera questão de semântica. A introdução da ideia de retroação rompe com a causalidade linear e aponta para a ideia de círculo causal (tipo Web 2.0) onde o prestador de serviço age sobre o usuário demandante. Este, em retorno, age sobre o ofertante. Tal mecanismo de autorregulação permite certa autonomia de um sistema, seja um organismo, seja uma máquina ou mesmo um grupo social.

A cibernética é estudada tanto para o planejamento das economias como para o desenvolvimento de maquinarias industriais e bélicas. Esses fenômenos são partes integrantes do novo processo produtivo via robótica industrial e serviços de controle remoto. Provocam uma mudança estrutural da economia.

A fase de formação de um novo modo de produção constitui um período de conflitos entre o “velho”, expresso no fenômeno da “desindustrialização”, e o “novo”, visualizado na larga predominância de serviços urbanos na agregação de valor. Os modos de produção rurais e industriais ainda existentes enfrentam cada vez maiores dificuldades em manter sua estrutura econômica. Tentam reorganizar-se face à influência dos novos modos de produção via automação e controle remoto de serviços.

Surgem realidades diferentes com novas formas de posse dos meios de produção, por exemplo, via arrendamento ou compartilhamento. Há também alteração dos modelos redistributivos ou de relações de trabalho, mudanças na composição das classes ou grupos sociais.

Quando o novo *modo de produção cibernético* assume um papel preponderante em determinada sociedade, é acompanhado pelo declínio relativo dos modos de produção antes existentes. Estes rurais e industriais continuam a subsistir onde ainda não surgiram as condições econômicas e sociais para originar a mudança tecnológica. As posses nos modos de produção manifestam-se de maneira diferente nas várias regiões e mesmo nas maneiras de fazer *agrícola*, haja visto a maquinaria moderna de altíssima produtividade por trabalhador, e *industrial*, tal como nas fábricas robotizadas.

Elas produzem um automóvel por minuto. O modo de produção dominante assume a determinação dos processos, das relações e das instituições fundamentais.

É possível já o reconhecimento do novo modo de produção com a análise dos dados e informações distinguindo-o quantitativa e qualitativamente? Não há outro nível de desenvolvimento das forças produtivas, alterando a formação dos trabalhadores, os instrumentos e as técnicas antes adotadas? Não mudaram as relações entre os membros da sociedade e o papel de cada classe social no processo produtivo? Não está mais dispersa a propriedade acionária dos meios de produção e os direitos de cada acionista sobre eles?

O objetivo da atividade econômica, no caso predominante de prestação de serviços, se destina a satisfazer mais as necessidades e os interesses dos produtores diretos e dos consumidores. Os não produtores e os mercadores se restringem à apropriação dos excedentes gerados na produção material. Na esfera da circulação ou troca de propriedades privadas sobre os ativos, os financistas captam parte significativa do valor agregado.

A ordem de grandeza, a forma, a utilização e a apropriação do produto do processo de trabalho entre os membros da sociedade se alterou em referência à redistribuição da renda do trabalho. Porém, a taxa de crescimento da renda do capital supera a da renda total, agravando a concentração da riqueza. Na dificuldade de obtenção de igualdade de resultados, busca-se a igualdade de oportunidades para assegurar a reprodução social. Socialismo será quando ocorrer esta e comunismo quando ocorrer aquela?

Ou a transição para um novo modo de produção cibernético pressupõe uma ação consciente ao mesmo tempo no nível da sociedade civil organizada (famílias, associações, cooperativas, etc.), do movimento dos trabalhadores sindicalizados, das forças políticas e do Estado, para esses diversos componentes interajam entre si e daí emergir um novo modo de vida com maior bem-estar social? A progressiva conquista social de direitos (e cumprimento de deveres) da cidadania em conjunto com o aumento da produtividade é a chave para essa mudança? Reformista ou revolucionária?

A ideia da revolução, para transição entre modos de produção, está superada por esse meio processual? Dialeticamente, quando a *quantidade* se transforma em *qualidade*, perceberemos nosso ingresso em um novo modo de produção – e de vida?

Trindade Impossível: Liberdade, Igualdade e Paternidade

O paradoxo fundamental da Política, segundo Steven Pinker (autor do livro “*Anjos Bons da Natureza*”), é: “o amor dedicado por pais a seus filhos torna impossível uma sociedade ser, ao mesmo tempo, justa, livre e igualitária”.

Se é justa, as pessoas com maior competência, se esforçando mais, e até mesmo contando com eventos aleatórios favoráveis, acumularão mais dinheiro e propriedades.

Se é livre, elas os transmitirão a seus filhos. Não há amor mais incessante quanto o amor mútuo entre pais e filhos.

Mas, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária e justa, pois alguns herdarão riquezas pelas quais jamais trabalharam.

Dessa “trindade impossível” surge, então, o dilema entre liberdade, igualdade e paternidade. Diferentemente do lema da Revolução Francesa – “*Liberté, Igualité, Fraternité*” – a paternidade acaba predominando sobre a fraternidade com concidadãos na transmissão da riqueza. Em vez de distribuí-la, após a morte, a quem menos têm, a opção preferencial é doá-la a quem mais ama. Este é escolhido como quem mais necessita de si, isto é, da herança dos antecedentes responsáveis por ter o colocado no mundo.

Os socialdemocratas europeus tendem a ser mais igualitários, enfatizando a igualdade de resultados. Em uma sociedade justa, pregam não haver grandes diferenças de renda e/ou riqueza. No entanto, em uma sociedade livre e paternalista há a transmissão de herança, logo, a desigualdade de riqueza.

Culturalmente, os liberais norte-americanos e os confucionistas chineses colocam mais ênfase na justiça social sob forma de igualdade de oportunidades. Se as pessoas podem subir na escala social, uma sociedade com grande diferença de renda ou riqueza ainda pode ser justa. Ambos defendem a meritocracia.

O aprendizado junto com a seleção por mérito é a chave para se avançar em uma sociedade confucionista justa e harmoniosa. Sem o amor pelo aprendizado, amor pela bondade vira tolice; amor pelo conhecimento, especulação frouxa; amor pela honestidade, candura pernicioso; amor pela franqueza, juízo equivocado; amor pela ousadia, insubordinação; amor pela força de caráter, intratabilidade.

Esse DNA chinês se reafirmou após a derrocada da “revolução cultural contínua” de Mao Tsé-Tung. No socialismo de mercado chinês, impede-se a liberdade de doação aos “pequenos imperadores”, isto é, os legados da Lei do Filho Único?

Liberais norte-americanos consideram a medida mais importante, em uma meritocracia, a mobilidade relativa entre as gerações. Mesmo em uma sociedade capitalista liberal com igualdade de oportunidades, a posição dos pais na escala da renda deveria ter pouco impacto sobre a de seus filhos.

Em país cujo governo está mais interessado em igualdade de oportunidade comparada à igualdade de renda, a implantação da educação em massa tem sido apresentada como a mudança mais transformadora. Essa política era apontada como a principal causa do estreitamento da desigualdade, em meados do século 20, ao impulsionar a mobilidade social. Isto até Thomas Piketty destacar a inédita destruição de riqueza ocorrida entre 1914 e 1945, período entre guerras mundiais e com a maior depressão econômica da história do capitalismo, além da hiperinflação na Alemanha derrotada.

Para garantir resultados igualitários, muitos países europeus governados por partidos socialdemocratas de origem sindicalista construíram Estados de Bem-Estar Social. Concederam generosos benefícios para desempregados, subsídios para crianças, complementação do rendimento, grandes transferências governamentais de renda básica com contrapartida em frequência escolar, ou seja, implantaram educação pública gratuita de boa qualidade em massa, além de saúde pública. Esses benefícios sociais, acompanhados de o sistema de impostos progressivos, se tornaram nesses países os instrumentos mais importantes para reduzir a desigualdade de renda. No entanto, não afetaram tanto a desigualdade de riqueza.

No Brasil, esse esforço de mobilidade social, inclusive com política afirmativa e compensatória de cotas na tentativa de alcançar maior igualdade de oportunidades, tem alcançado bons resultados em escala massiva. Mas, analisando o futuro esperado de acordo com as tendências demográficas, segundo o IBGE, a população jovem diminuirá em termos absolutos de 51 milhões, em 2000, para 28 milhões de pessoas, em 2050, e a população idosa de 60 anos ou mais aumentará, respectivamente, de 14 para 64 milhões. Aumentará a longevidade (“esperança de vida”) e, gradualmente, se fechará a janela de oportunidade propiciada pelo atual “bônus demográfico”.

Por isso, o regime de repartição adotado pela Previdência Social, quando a geração de trabalhadores ativos sustenta a de inativos, será estruturalmente deficitário com o crescimento da população não economicamente ativa (estudantes e aposentados) em relação à população ativa. As aposentadorias e a pensão por morte, em 2018, não podem ser inferiores ao salário mínimo R\$ 954,00, nem superiores ao teto do INSS de R\$ 5.645,80, cerca de seis salários mínimos. Mas 84% dos beneficiários recebem até dois salários mínimos.

Em março de 2017, havia cerca de 19,209 milhões de aposentados incluídos entre os 33,843 milhões beneficiários da Previdência Social. Destes, só 240 mil recebiam mais de cinco salários mínimos mensais. Porém, 7,4% dos trabalhadores (em uma população ocupada de 90 milhões) ganham mais de cinco salários mínimos. Então, necessariamente, essa parcela tem de se tornar “investidora e/ou rentista” de Previdência Complementar, em regime de capitalização, para manter o mesmo padrão de vida na fase inativa.

Dado o ciclo de vida financeira – fase de estudante - fase de acumulação - fase de gasto em saúde - fase de testamento –, e considerando o amor paternal, provavelmente, as riquezas pessoais acumuladas serão doadas para os herdeiros. Haverá mais casais com um único filho. Como marido e esposa trabalharão, a renda familiar será maior e o gasto menor. Acumularão mais e deixarão maior herança. Logo, a tendência histórica é de se elevar a concentração da riqueza.

A Ética Capitalista e o Espírito do Protestante

Dado o declínio religioso na Europa, onde o ateísmo tende a superar o cristianismo, seja o protestantismo no norte europeu, seja o catolicismo no sul-mediterrâneo, Níall Ferguson (*Civilização*; 2012: 316) pergunta:

1. Como próprio Max Weber havia previsto, o espírito do capitalismo estava fadado a destruir sua origem ética protestante, assim como o materialismo corrompeu o ascetismo original dos devotos?
2. O desenvolvimento econômico foi hostil à fé religiosa?
3. Foi a transformação do papel da mulher e a degradação da estrutura familiar, explicações para a diminuição do tamanho das famílias e o declínio demográfico do Ocidente, a explicação para a descrença?
4. Ou veio do conhecimento científico – a “desmitificação do mundo”, especialmente, pela Teoria da Evolução de Darwin – o falseamento da história bíblica da criação divina?
5. A melhoria na expectativa de vida tornou a vida após a morte um destino mais distante e menos alarmante?
6. Foi o Estado de Bem-Estar Social “um pastor secular” responsável pela população do berço ao túmulo?

7. Ou o cristianismo europeu foi morto pela auto-obsessão crônica da cultura moderna?

Para Freud, a religião não poderia ser a força por trás das conquistas da Civilização Ocidental porque era, essencialmente, uma ilusão ou uma neurose universal, concebida para evitar as pessoas darem vazão a seus instintos básicos, em particular, seus desejos sexuais e impulsos violentos e destrutivos. Sem religião, haveria o caos, porque não haveria a conformidade com a desigualdade social e/ou a linha de produção alienante. A religião não só proibia a promiscuidade sexual e a violência desenfreada. Também conciliava os homens com a crueldade do destino mortal e os sofrimentos e as privações da vida cotidiana. Freud tinha pouca esperança da humanidade poder se emancipar totalmente da religião, menos ainda na Europa.

As religiões políticas totalitárias, como o fascismo italiano, o nazismo alemão ou o stalinismo soviético, foram incapazes de controlar os instintos primitivos descritos na Teoria da Religião de Freud. A reação inicial face ao estupro e ao assassinato em massa, ocorridos na II Guerra, foi restaurar a religião real para usar seus confortos tradicionais na lamentação das violentações e dos mortos.

“Nos anos 60, entretanto, uma geração jovem demais para se lembrar dos anos de genocídio e guerra total procurou uma nova saída pós-cristã para seus desejos reprimidos. As próprias teorias de Freud, com sua visão negativa da repressão e sua simpatia explícita pelo impulso erótico, sem dúvida foram parcialmente responsáveis por incitar os europeus a saírem das igrejas e entrarem nos *sex shops*” (Ferguson; 2012: 318).

Os anos 1960 abriram caminho para uma anticivilização pós-freudiana, caracterizada por uma celebração hedonista dos prazeres individuais, uma rejeição da teologia em favor da pornografia e uma renúncia da Paz virtual em favor de filmes e videogames ultraviolentos. Ocorreu uma “banalização da guerra”.

Cabe o dualismo simplista para explicar uma hipotética divisão da Civilização Ocidental a leste com uma Europa sem deus e a oeste uma América temente a deus? Nos Estados Unidos todas as inúmeras igrejas estão envolvidas em uma competição acirrada por almas. Antes, os indivíduos competiam uns com outros para mostrar quem era verdadeiramente devoto. Hoje, a competição entre igrejas é tão intensa a ponto de incorporarem uma mentalidade comercial para atrair e manter fiéis. O Espírito Santo se mistura ao espírito do capitalismo quando passam as caixas de coleta de dízimo ou esmola.

Ferguson apresenta a principal diferença entre o protestantismo europeu e o norte-americano. Enquanto a Reforma foi nacionalizada na Europa, com a criação de

igrejas estatais, nos Estados Unidos sempre houve uma separação estrita entre a religião e o Estado laico. Esta permitiu uma competição aberta entre várias seitas protestantes. Em sua visão neoliberal, “essa talvez seja a melhor explicação para a estranha morte da religião na Europa e seu vigor permanente nos Estados Unidos. Na religião, assim como nos negócios, os monopólios estatais são ineficientes. (...) Em geral, a competição entre seitas em um mercado religioso livre encoraja as inovações concebidas para tornar mais gratificante a experiência do culto e da filiação à igreja. É isto o que mantém viva a religião nos Estados Unidos”. Os shoppings religiosos com shows de música (e consumismo alimentar) dão satisfação à comunidade.

O problema é a transformação da religião em uma satisfação na busca por lazer significa o afastamento dos norte-americanos da versão weberiana da ética protestante. Nesta, a gratificação adiada era o corolário da acumulação de capital. Para Ferguson, “a redução da poupança se revelou uma receita para crise financeira. (...) Foi uma crise provocada no mundo ocidental em consequência do excesso de consumo e do excesso de alavancagem financeira”.

Ferguson continua, assim, acreditando no mito da Poupança, divulgado pela Economia Normativa Religiosa. “No Oriente se poupa muito mais que no Ocidente. (...) O que é menos observável é que o aumento da poupança e dos negócios na Ásia veio de mãos dadas com o efeito colateral mais surpreendente da ocidentalização: o crescimento do cristianismo, sobretudo, na China”.

Esse reducionismo é um absurdo, pois deixa em segundo plano a execução de todos os planos estatais do Socialismo de Mercado. Ignora desde as reformas de Deng Xiaoping até os investimentos diretos estrangeiros com transferência de tecnologia como contrapartida do acesso ao gigantesco mercado interno chinês. Lastreados por títulos de dívida pública, oferecem baixo risco soberano. A capacidade de expandir o crédito por meio de diversas instituições bancárias e não bancárias levou os ativos totais do sistema financeiro estrito a saltar de US\$ 3,3 trilhões em 2003 (204% do PIB) para US\$ 25,0 trilhões em 2013 (270% do PIB).

Além desses fatores econômicos muito mais relevantes, na China, há larga predominância do ateísmo ou do confucionismo face à pequena parcela da população protestante. *The World FactBook* da CIA informa as seguintes religiões entre os 1.355.692.576 chineses: Budistas, 18.2%; Cristãos, 5.1%; Muslim 1.8%; Regionais < 1%; Hindu < 1%; Judaica < 1%; outras, 0.7% (inclusive taoístas); não filiados a nenhuma igreja: 52.2%. O Estado chinês é, oficialmente, *ateísta*.

Não. Nem os Estados Unidos entraram em crise por excesso de crédito para satisfazer o consumismo, nem a China cresceu por causa da religiosa poupança.

Capitalismo de Estado Empreendedor X Capitalismo Liberal de Bilionários

Entre os 1.426 bilionários no mundo, existem 46 brasileiros, segundo a *Forbes*, acumulando uma fortuna em torno de US\$ 190 bilhões. Um ranking alternativo, o *World Ultra Wealth Report 2012-2013*, estima 49 bilionários brasileiros totalizando US\$ 300 bilhões. Há 4.640 ultra-milionários, isto é, brasileiros com alto patrimônio líquido (acima de US\$ 30 milhões cada) e/ou renda anual de mais de US\$ 20 milhões com o total de ativos avaliado em US\$ 865 bilhões. A riqueza é altamente concentrada em todo o mundo.

Para a análise do sistema capitalista contemporâneo, apenas alguns dos nomes da lista de bilionários – entre os quais diversos líderes do setor de tecnologia – são grandes empreendedores. Outros são oligarcas e alguns são só “bem-nascidos”, isto é, herdeiros. Muitos desses poucos “donos do capital” tornaram-se rentistas, mas não mais administram, diretamente, os grandes empreendimentos. Os fundos de pensão, acumuladores de capital de origem trabalhista, orientados por estratégia estatal, de certa forma, estão os substituindo.

A lista dos mais ricos inclui ainda gente possuidoras de negócios com empreendedorismo, inovação e crédito. Esta é a “Santíssima Trindade do capitalismo liberal clássico”, de acordo com Joseph Schumpeter.

Evidentemente, a categoria dos bilionários *self-made man*, isto é, “subiram pelo próprio esforço” não inclui ricos russos, brasileiros e de todos os outros países onde se enriqueceu graças ao neoliberalismo, isto é, ao processo de privatização das empresas estatais realizado nos anos 90 sem pulverização de suas ações no varejo. Foi fortuna adquirida mais por oportunismo e proximidade com o “governo pró mercado” em vez de ser por competência. No Brasil, foi até cunhada a expressão “tucanato da privatária” para ilustrar essa gente enriquecida nos idos do governo FHC.

Carlos Slim, o homem mais rico do mundo, teve sua grande oportunidade ao adquirir a companhia mexicana de telecomunicações Telmex, em processo de privatização realizado em 1990. Conseguiu isso graças às suas conexões políticas.

Na história econômica mundial recente, depois da “privatária”, paradoxalmente, renasceu um Capitalismo de Estado mais pujante. Na última década, por exemplo, a Rússia experimentou notável fortalecimento do poder do Estado. Ele parecia prestes a se desmanchar no período de “privatização selvagem” de Boris Yeltsin. O Kremlin acabou por transformar empresas dispersas em campeãs nacionais como a *Aeroflot*. Esta reabsorveu as viações aéreas separadas nos anos 1990. A *Russian Technologies* englobou centenas de estatais, muitas tendo pouco a ver com tecnologia.

O governo também renacionalizou indústrias privatizadas na década de 1990. O Estado russo mais uma vez fiscaliza os altos níveis da administração empresarial, porém, desta vez por meio de ações, em vez de ser diretamente.

O Kremlin também estabeleceu controle sobre os oligarcas russos, transformando empresas supostamente privadas em órgãos do Estado. A violência instila obediência. Periodicamente, o Estado russo exhibe sua força aos oligarcas. Eles, obsequiosamente, assumem a conta de obras públicas e mantêm-se afastados da política.

Os oligarcas do setor privado foram substituídos no coração das empresas por “burogarcas” do setor público, a maioria deles ex-oficiais da KGB de laços estreitos com Vladimir Putin. Passaram a última década a acumular poder, embora não participações nos negócios. Essas pessoas formam o conselho da “*Rússia Inc.*”, “empresa” chefiada por Putin. Está dominada pela antiga KGB e dedicada a controlar os ativos mais lucrativos, do petróleo e gás à energia nuclear, diamantes, metais, armamentos, aviação e transporte.

Evidentemente, o Capitalismo de Estado não é sempre igual em todos os tempos – e lugares. Todos os chefes das 50 e poucas principais empresas da China têm uma “linha direta vermelha”, permitindo conexão instantânea (e criptografada) com o alto comando do Partido Comunista. *The Economist* classifica a China como “Estado do Partido”. Exerce “um grau de controle sobre a economia que não tem paralelo no resto do mundo do capitalismo de Estado. O Partido Comunista Chinês tem células na maioria das grandes empresas – no setor privado assim como no estatal que possuem seus próprios escritórios e arquivos sobre os empregados. Ele controla a nomeação dos capitães de indústria e, nas empresas estatais, até dos *office-boys*. Promove reuniões que eclipsam os Conselhos e, frequentemente, passa por cima das decisões tomadas por eles, particularmente na nomeação de pessoal. Costuma envolver-se no planejamento de negócios e trabalha com a administração para controlar a remuneração dos funcionários”.

A senadora pelo estado do Tocantins, Kátia Abreu, atua em defesa dos interesses dos agropecuaristas do Centro-Oeste. Para ela, “o Brasil pratica uma espécie de *capitalismo envergonhado*. Aceitamos a economia de mercado, mas não por seus méritos naturais, e, sim, como um mal necessário. No nosso imaginário cultural, o Estado é mais útil e melhor do que as corporações privadas. O lucro, por sua vez, não é a remuneração do risco e da capacidade de empreender, mas algo que se extrai em virtude de poder ou privilégio. Afora nossos déficits logísticos e o baixo grau de escolaridade de grande parte da população, essa mentalidade de desconfiança em relação a empresários e produtores explica muito da falta de competitividade de nossa

economia. Afinal, é dela que provem a obsessão por regular os menores detalhes das atividades das empresas” (Folha de S. Paulo, 18/05/13).

É possível um contra-argumento. Embora tenha ocorrido enorme redução do peso do Estado na economia brasileira, promovida pelas privatizações neoliberais dos anos 90, elas foram realizadas à *la brasileira*, isto é, com o apoio crucial de fundos de pensão paraestatais, patrocinados pelas três maiores empresas estatais: Petrobras, Banco do Brasil e Caixa. Posteriormente, com as vitórias eleitorais do Partido dos Trabalhadores e aliados, tendo entre seus militantes sindicalistas dirigentes desses fundos de pensão, o Estado brasileiro recuperou sua capacidade de coordenação da negociação do financiamento dos grandes projetos. Dessa feita, conciliou os interesses estratégicos nacionais com os trabalhistas, privados nacionais e estrangeiros. Minha hipótese era estar se configurando o Capitalismo de Estado Neocorporativista no Brasil. Porém, a realidade após o golpe semi-parlamentarista em 2016 parece falsear essa hipótese ao criminalizar todas as políticas desenvolvimentistas. Aguardemos a história do futuro.

Variedades de Capitalismo

Schumpeter, segundo a biografia “*O Profeta da Inovação: Joseph Schumpeter e a Destruição Criativa*”, escrita por Thomas K. McCraw (2012: 768), apontava a possibilidade do capitalismo assumir formas muito distintas em diferentes países. O capitalismo promovia formas democráticas e representativas de governo, mas não as exigia. A distinção entre as diferentes *variedades do capitalismo* tornou-se particularmente evidente na Alemanha de 1930, quando os nazistas preservaram exteriormente a forma de economia de mercado, ao mesmo tempo eliminando os direitos individuais sob um governo totalitário.

Nos países democráticos, enquanto isso, surgiu a “sociedade de economia mista”, na década de 1930, e depois os governos assumiram papel regulador mais forte e começaram a construir Estados de bem-estar social [*welfare states*]. O capitalismo é um sistema econômico e social ainda mais flexível do esperado por Schumpeter com muitas possibilidades de combinação entre os setores público e privado.

Caracterizava-se no Brasil a emergência de um Capitalismo de Estado Neocorporativista, baseado em quadripartição do capital: público, privado nacional, estrangeiro e trabalhista. No sistema neocorporativista, os interesses gerados na sociedade civil são organizados em números limitados de “grupos de produtores”, seja em sindicatos dos trabalhadores, seja em associações empresariais.

O capitalismo competitivo não se estabeleceu, plenamente, em escala planetária, pelo contrário, revigorado processo de competição entre capitalismo está evidente. Há luta de capitalismo contra capitalismo. Esta pluralidade de capitalismo, plena de implicações teóricas e políticas, propiciou a emergência de programa de pesquisa classificado sob a rubrica “variedades de capitalismo”.

Esta abordagem das “variedades de capitalismo” pode ser caracterizada como interdisciplinar, mas com largo campo de estudos econômicos heterodoxos. A questão-chave é: há um único capitalismo ou uma variedade significativa de capitalismo pode coexistir mesmo no longo prazo?

Na realidade, não se verifica a convergência progressiva das rendas per capita apontada pela teoria ortodoxa. O comportamento estratégico dos agentes econômicos nunca esteve de acordo com alguma forma transcendental de racionalidade mercantil. Pelo contrário, foi contingente, de acordo com as condições políticas e institucionais prevalentes. Estas são submetidas às formações historicamente específicas. Frente à inexistência de uma única racionalidade de mercado, predomina o modelo de mercado coordenado. As firmas podem escolher, “racionalmente”, entre diversas estratégias, mas dentro de ambiente regulado, cujas diferentes instituições incentivam ou sustentam diferentes padrões de comportamento econômico. Concebem-se as grandes corporações como instituição social.

Apesar do avanço da globalização em direção a contexto político supranacional, modelos coordenados ou liberais não regulados delinearam a geoeconomia multinacional. As unidades analíticas da variedade econômica, variação institucional, e coesão intra modelos, permaneceram nacionais. As características econômicas institucionais são nacionalmente designadas. Seja liberal, seja regulado, ambos os modelos são criações sociais e fortemente condicionados por instituições ancoradas nacionalmente.

Em vez de focar os diferentes graus de resistência institucional e nacional à globalização econômica, colocou-se atenção sobre a organização (formal ou informal) de interesses empresariais e sua interpenetração com estruturas governamentais, país por país. Na literatura sobre “capitalismo comparados”, concebe-se o processo de transformação, tais como a abertura de mercado ou a mudança tecnológica, advindo de “fatores exógenos”, associados e mediados politicamente por ajustamentos “internos” com os sistemas institucionais nacionais.

No estágio atual de desenvolvimento da *abordagem das variedades de capitalismo*, a metodologia convencional é de “nacionalismo metodológico”, embora esteja sendo colocada sob questionamento. A típica abordagem coloca atenção quase exclusivamente sobre o nível nacional de agregação espacial. Cada nação tende a

desenvolver estilo de capitalismo culturalmente distinto. Cada Estado incorpora uma única configuração de poder e autoridade refletida na criação e operação de suas instituições intermediárias. Cada capitalismo tem sua própria configuração de mercado, Estado e outras instituições para a coordenação econômica e a governança dos setores de atividades. Os analistas acabaram por particularizar cada capitalismo, como fosse nacional ou étnico, tal como o capitalismo norte-americano, o europeu, ou o japonês, etc.

Para Schumpeter, a iniciativa individual constituía a chave do crescimento econômico em qualquer país. Ele foi um arauto precoce da ligação entre o capitalismo e a liberdade pessoal. Esta criava maiores oportunidades para o empreendedorismo.

Em grande medida, os Estados Unidos alcançaram sua posição como economia hegemônica no mundo porque, desde o início, puderam contar com um forte espírito de iniciativa. As colônias formadoras os Estados Unidos foram povoadas sobretudo por europeus empreendedores nos séculos XVII e XVIII.

Uma vez instaurado plenamente, segundo Schumpeter, um sistema capitalista não melhorava, primordialmente, a vida dos reis, senhores da guerra e aristocratas, mas sim a das pessoas comuns. Distribuía, entretanto, de maneira desigual os seus frutos, com processo cumulativo de enriquecimento.

Não tinha ilusões sobre o capitalismo, mas tampouco duvidava de seu próprio veredito: nesse sistema, a geração de riqueza econômica melhorava a vida do indivíduo comum. Isto superaria os efeitos negativos de longe. Ele não distingue as conquistas sociais de direitos humanos universais em simultâneo ao processo capitalista. Tanto a política, quanto a economia, ambos elevam, progressivamente, o padrão de vida das massas.

O mundo só poderia beneficiar-se plenamente do capitalismo se as pessoas entendessem como ele funciona. Este é um dos motivos pelos quais Schumpeter passou tanto tempo tentando apreendê-lo e explicá-lo.

Reorientando a Dependência de Trajetória Caótica

O mundo está em um aparente caos. Este é um suposto estado de mistura e irregularidade dos diversos componentes do planeta, antes de se ordenarem para formar o Universo. Mesmo em caos é possível observar as configurações das propriedades emergentes de redes de relacionamento entre classes de comportamentos dos agentes. Há certa auto-organização sem autoridade ou planejamento central.

Não resta apenas o niilismo. Não cabe a redução ao nada, o aniquilamento total, a não existência. Este ponto de vista considera as crenças e os valores tradicionais infundados. Não há qualquer sentido ou utilidade na existência humana. Representa um total e absoluto espírito destrutivo, em relação ao mundo circundante e ao próprio eu.

Por exemplo, não se pode crer o projeto de poder do Estado Islâmico (EI) ser o vencedor contra tudo e todos. Seu objetivo estratégico de hegemonia desestabilizaria os países islâmicos, propiciando o avanço do extremismo religioso e político em Estados não laicos. Criaria uma guerra entre as civilizações orientais e ocidentais, estimulando a radicalização das comunidades islâmicas.

A Rússia ataca rebeldes sírios, para manter o governo aliado na Síria, estratégia de que os Estados Unidos discordam. Então, limitam-se a ataques aéreos pouco eficazes contra o EI. A Turquia se opõe à consolidação de um território autônomo curdo – relativo ao Curdistão, região do atual Iraque –, embrião de um país próprio. O Iraque, país dividido entre sunitas e xiitas, encontra-se diante do risco da própria dissolução.

A sunita Arábia Saudita e aliados do Golfo Pérsico combatem o avanço do Irã xiita e as fontes não convencionais de petróleo, seja extraído do xisto, seja do pré-sal. O *dumping* com petróleo barato os inviabiliza?

No Oriente Médio, assim como na Venezuela, Rússia e em outros países exportadores de petróleo e demais commodities, a queda das cotações enfraquece as “práticas populistas”. Tudo favorecendo ao povo em vez das elites e angariando apoio eleitoral para a continuidade, é condenado sob esse rótulo esnobe. Isso ampliará as tensões políticas?

Os atentados terroristas do EI e a diáspora síria na Europa derrubarão os governos europeus adeptos da política de aceitação de refugiados? O aumento do xenofobismo e da intolerância étnica, inclusive com o retorno à milenar política de guetos, elevará o recrutamento de combatentes nas comunidades islâmicas, marginalizadas na “terra dos infiéis”?

O Acordo de Schengen eliminou as fronteiras internas no bloco europeu. Vários países, agora, estão reinstituindo o controle das fronteiras nacionais contra as correntes migratórias, desagregando a União Europeia na prática do livre fluxo de gente. O turismo na França, no Egito e na Tunísia sofreu o impacto do medo de terrorismo.

O candidato republicano vencedor na última eleição à Presidência dos Estados Unidos adotou um intolerante discurso anti-islâmico. Foi apoiado pela tendência ultraconservadora *Tea Party* por seu programa governamental de barrar a entrada de muçulmanos na outrora “Terra da Liberdade”.

As fronteiras nacionais são criações arbitrárias face às geoeconômicas ou mesmo as geopolíticas, onde se impõem certas hegemonias hierárquicas de poder tácito. A fronteira entre a economia e outras áreas de conhecimento também é artificial.

Por exemplo, os impactos da quarta revolução industrial, juntando uma série de novas tecnologias, desde inteligência artificial a drones, implicam em crescente robotização. Indústrias e serviços cada vez mais automatizados com robôs e computadores substituem várias atividades humanas. Hipoteticamente, os beneficiados serão países com mercado de trabalho flexível e mão-de-obra qualificada. A abundância de mão-de-obra pouco qualificada deixará de ser uma vantagem.

Tornar-se-á um peso com o fim do bônus demográfico e o envelhecimento da população. O déficit da Previdência Social será crônico. O regime de repartição não se sustenta mais com a diminuição relativa da geração ativa face à inativa, principalmente quando a geração *baby-boom* alcança a fase de aposentadoria. As menores “gerações pós-pílula” vão para o arriscado regime de capitalização em Previdência Privada Complementar. Com Bolsas de Valores tão voláteis não há como garantir benefícios definidos. Só as contribuições serão definidas em alto patamar.

Países com a moeda nacional atrelada ao dólar sofrem pressões competitivas adicionais. O custo do serviço da dívida corporativa, tomada quando o dinheiro estava “farto e barato” nos Estados Unidos, se eleva com a depreciação das moedas e a elevação do juro norte-americano.

Face à essa dependência de trajetória caótica, a política monetária sozinha vai consertar o mundo?! A abordagem estruturalista sempre foi mais consistente comparada à monetarista. Entretanto, reformas estruturais e investimentos em longo prazo levam mais tempo em relação ao suportado pela conjuntura política.

A inteligência binária enxerga como única alternativa aos empréstimos fartos e baratos, para impulsionar a demanda agregada, a política fiscal de corte de impostos e tarifas. Porém, como os gastos com benefícios previdenciários aumentam os déficits orçamentários, os governos não terão como cortar tributos ou gastos em resposta à desaceleração econômica. O ajuste fiscal recessivo só alcança o ajuste externo, devido à queda da importação.

Fora isso, resta o “velho diagnóstico” de o problema não ser a falta de demanda, mais sim a necessidade de ajustar o lado da oferta. Isto significaria atender à demanda com o fechamento de empresas com excesso de capacidade ociosa, esperar a redução de estoques de imóveis encalhados, dar baixa de dívidas não pagas, tentar aprovar reformas trabalhistas e previdenciárias, adequar os direitos à nova realidade de crise. Face à concentração de riqueza, é difícil o convencimento social e político a

respeito dessa necessidade de mais sacrifício econômico com a “queima do capital excedente”. Esta pauta conservadora neoliberal onera mais o emprego e a renda dos trabalhadores em relação à renda e riqueza dos capitalistas.

CAPÍTULO 5 – BATER no Familismo Esnobe

Lógica do Mercado e da Família X Lógica Cívica

Os diálogos entre Mario Sergio Cortella e Renato Janine Ribeiro, reproduzidos no livro “*Política: para não ser idiota*” (2010), são inspiradores para se rever alguns conceitos. Um deles é o de *idiota*. Eu o uso de maneira contumaz para classificar o “interniota”, isto é, aquele frustrado sem consciência do mal contra si e aos outros quando se aproveita do recurso do anonimato para navegar na Web 2.0 injuriando as ideias alheias. Com sua agressividade acaba por desestimular uma plataforma social com potencial de discussão civilizada e educativa.

Cortella ensina o conceito original de *idiota*. A expressão *idiótes*, em grego, indica o sujeito com vida exclusivamente privada e recusa à política. Cabe a retomada desse conceito para designar quem vive fechado dentro de si e só se interessa pela vida no âmbito pessoal-familiar. Um lugar-comum é dizer: “Não me meto em política”.

Outro conceito relevante é o de Política como ação coletiva não só para conquistar direitos e proteção social, mas também para a defesa de interesses particulares. Janine comenta haver atualmente “certa convergência de conceituação entre Política e Democracia”.

De fato, ambas passam pela fala, pela conversa, pelo diálogo. Elas se opõem às ditaduras porque nestas não há liberdade de expressão. Mas, nesse sentido estrito, o conceito não caberia em regimes escravocratas, ou seja, durante a maior parte da história da humanidade. Na República Romana, por exemplo, mesmo excluindo as mulheres, os estrangeiros e os escravos, haveria política entre as facções de senadores. Essa longa tradição não se mantém ainda hoje. A política do Congresso não permanece restrita aos deputados e senadores. Há a manutenção da “política de coronéis e seu curral eleitoral paroquial”. Pouca importância os oligarcas regionais dão à satisfação de seus eleitores a não ser nos dois meses de campanha eleitoral, quadrienal no caso de deputados, e a cada oito anos, dos senadores.

Quando Cortella e Janine conversam a respeito do desinteresse pela política a reflexão recai sobre o falso moralismo com o diagnóstico simplista: “boa parte das pessoas está enojada pela descoberta ou pelo avanço da corrupção”. Aliás, eles reconhecem ser discutível se ela realmente aumentou ou apenas se tornou mais visível.

De fato, muitas pessoas se sentem assim em relação a um determinado modo de fazer “politicagem” – política de interesses pessoais, de troca de favores, ou de realizações insignificantes. Não corresponde à ideia mais abrangente de Política. Há

conexão entre Liberdade, Democracia e Política. O idiota não é livre porque só toma conta da própria vidinha. Na realidade, só é verdadeiramente livre quem se envolve na vida pública, ou melhor, na vida coletiva.

Há convergência entre liberdade política e liberdade pessoal. Esta se tornou possível com o avanço da noção de indivíduo desde a Renascença. Contudo, o individualismo se transformou em obsessão em vários momentos. É especialmente evidente na substituição do substantivo *indivíduo* pelo adjetivo *individual*, qualificando a busca daquilo exclusivo.

A Política deve vista como ação e/ou convivência coletiva. Se cada um morar em sua própria *domus*, ou seja, em sua casa, nós só temos *con-domínios*. Viver é conviver, morando em casa ou prédio, seja na cidade, seja no país, seja no planeta. A vida humana é condomínio. E só existe Política como capacidade de convivência, exatamente, em razão desse condomínio. Daí o indivíduo idiota pergunta: “Mas, e meu direito de fazer ruído na minha casa até a hora desejada por mim?”.

Essa lógica do proprietário, isto é, “do meu”, significa “eu faço o desejado na minha (e com a minha) propriedade, sou livre porque paguei por isso”. Ora, afirma Cortella, “esse exercício da liberdade como soberania é algo próximo da ideia da *idiótes*”. Ninguém é soberano em uma *Res-pública*. Entretanto, o indivíduo idiota afirma: ‘Eu sou soberano sobre mim mesmo’. “Mas ser soberano sobre si mesmo não é Política”. É apenas justificativa para o individualismo egoísta.

Alguns idiotas entendem Liberdade e Direito como uma propriedade ou como um objeto de consumo. Tentam entender o mundo a partir de uma visão consumista. Tendem a pensar a posse de direitos de propriedade sem obrigações. O consumismo chegou ao ponto de até entender o Direito, Dever e Liberdade enquanto objetos de consumo e/ou propriedade.

Atentemos para os verbos usados na expressão “temos de enobrecer (ou enriquecer) a nossa capacidade de convivência”. Significam: nós, os proletários, cuidando só da nossa prole, temos de viver a Política, isto é, a ação coletiva de convivência, como os nobres ou os ricos. Nesse sentido, a Política seria uma atividade “nobre” ou “rica”. Não apenas para cuidar dos próprios interesses particulares, mas sim do Reino ou da Nação. Nós, os cidadãos, temos de apropriar da Política para cuidar da defesa dos interesses coletivos da Sociedade.

Cada lógica de ação – um conceito de inspiração weberiana referente à lógica institucional – pode ser definida como um sistema de regras socialmente compartilhadas de pensamento e comportamento. Envolve a definição de um domínio ou esfera de ação, incluindo suas fronteiras e as pessoas, seus papéis ou posições, os agentes coletivos e os

objetos pertencentes a esse domínio. Associados aos papéis ou posições há objetivos ou obrigações.

Destacam-se entre as lógicas de ação a lógica do mercado, da família e a cívica, correspondentes aos mais importantes domínios de provisão econômica. A provisão é o ato ou efeito de prover. O provimento refere-se a um conjunto de artigos de consumo e uma reserva pecuniária necessários à manutenção de uma comunidade, uma família ou uma pessoa durante certo período.

Diferentes lógicas de ação coexistem ou podem ser contrapostas umas às outras. Isso gera um tipo de complexidade ao misturar Política e Economia. Existe um asco pela Política porque ela é associada à política partidária dos acordos espúrios e da corrupção. Predomina nesse enojamento a crítica à instituição parlamentar misturar a lógica do mercado ou mesmo a da dinástica à lógica cívica referente ao cidadão como elemento integrante do Estado.

No nepotismo – favoritismo para com parentes dentro do poder público – até netos de políticos profissionais se sentem na obrigação de seguir a carreira do avô. É como apenas eles – e não o civil comum – tivessem a “nobre” vocação para a “velha política”.

Só Negação da Política e Cidadão Contribuinte

Os diálogos entre Mario Sergio Cortella e Renato Janine Ribeiro, reproduzidos no livro *“Política: para não ser idiota”* (2010), lembram: no passado, havia algo de sagrado nas reuniões políticas. A ideia de uma *“ekklesia”* (o vocábulo grego para reunião, o qual deu origem à palavra *“igreja”*) referia-se a uma comunidade de fé, uma assembleia como *“eclésia”*. A política era vista como a arte de nos fazer humanos.

O viés da confirmação é o erro de pensamento cometido quando filtramos novas informações contraditórias com nossos pontos de vista de maneira a manter nossas crenças intactas. Cada vez ficamos mais em comunidades de pessoas parecidas conosco.

Então, a dificuldade a enfrentar é conseguir estabelecer um laço social entre todos os membros da sociedade, pelo menos um laço social forte a ponto de permitir o exercício mesmo da democracia. Porque, se nos reunirmos só com quem pensa igual a nós, não desenvolveremos as potencialidades da democracia, do convívio e do aprendizado com quem é diferente de nós. O laço social ficará frágil. Aliás, como já está no Brasil.

Cidadania não se esgota na democracia como ato de votar e ser votado. Para um norte-americano, cidadão é quem pode votar e ser votado, tem seus direitos e deveres, entre os quais, pagar impostos. Para os brasileiros em geral, quando falam, na política, em cidadania plena, estão só referindo ao direito de escola de qualidade, atendimento de saúde adequado, possibilidade de trabalho digno, etc., para todos, sem contrapartida. Em resumo, nós mesclamos a noção de cidadania apenas com direitos humanos e sociais. Não referimos só aos direitos civis ou políticos e nem citamos os deveres correspondentes.

Para os brasileiros, de acordo com os diálogos entre Mario Sergio Cortella e Renato Janine Ribeiro, o Estado deve dar aos cidadãos determinadas coisas, e não pensam no cidadão construir certo Estado produtor de tais coisas. Para os norte-americanos, a noção de ser cidadão porque paga impostos é fundamental, ao passo que, para nós, falar em ser contribuinte sem sonegação causa certa vergonha. No Brasil, temos dificuldade em construir uma ideia de cidadania cujas bases econômicas estejam no pagamento de impostos. Parece coisa de mau gosto. Melhor é sonegar. Só negar a política.

Os brasileiros, de maneira geral, tentam encontrar outro fundamento para a cidadania não envolvendo o pagamento de impostos. Qualquer indivíduo seria cidadão, naturalmente, apenas por nascer ou viver no território nacional. Tal condição não estaria ligada a uma contrapartida sob a forma de pagamento ao Tesouro Nacional.

O problema dessa concepção, aparentemente generosa, é não corresponder aos direitos certas obrigações, entre as quais, o pagamento de impostos. O sustento do Estado depende dos cidadãos.

Os diálogos entre Mario Sergio Cortella e Renato Janine Ribeiro advertem: “daí muitos pensam que o dinheiro público pode ser gasto a rodo, como se não tivesse dono, como se não tivesse custo”.

Desde a primeira Era Neoliberal (1988-2002), quando se falou em reforma tributária, no Brasil, a intenção foi a de diminuir a tributação e não de ordená-la para se alcançar maior justiça social. Associações patronais, ligadas às elites, consideram o “caixa dois” quase obrigatório. Argumentam se o imposto for totalmente pago, não conseguirão obter lucratividade justa. Nesse caso, o negócio é inviável e o mais correto é fechá-lo.

É raciocínio similar ao do consumidor imaginar poder comprar um automóvel de luxo importado caso não tivesse de pagar impostos. Autoengano, literalmente. Na nação sem Estado arrecadando impostos e, por consequência, ausente a segurança pública, predominaria a selvageria. Ele não poderia trafegar com esse carro atraente.

Sonegadores são formadores da opinião pública sugestiva da presença do Estado como um arrecadador de tributos ser ofensiva. Seria espécie de espoliação. Os reacionários dizem: “há pouco retorno pelos impostos pagos, ainda temos de pagar por serviços privados”. Ora, essa é a opção de quem deseja distinção. Esse “retorno” sempre estará abaixo das imensas expectativas imaginárias de O Estado tudo poder, mesmo sem a arrecadação de impostos. Esse discurso inconsequente completa-se resumindo tudo a apenas má vontade política e/ou à carência de competência.

Muitos cidadãos desavisados confundem ineficiência da máquina estatal com delinquência estatal. Esta não está necessariamente ligada à capacidade de ação pública. Ela, geralmente, é consequência de má-fé por parte de corruptores e corruptos. Quanto a isso, cabe investigação de órgãos públicos como a Polícia Federal, MP e o TCU. Necessita de orçamento. Dispensa-se perseguição e prejulgamento político.

O Brasil não é um dos países de maior nível de tributação, ele está no pelotão intermediário, abaixo dos europeus, especialmente os nórdicos. Estes têm o maior IDH. Entre o estado de mal-estar nos vizinhos das Américas e o estado de bem-estar social na Europa, é preferível esta última civilização lá, não? Em vez da ânsia colonizadora de “fazer a América”, isto é, enriquecer rapidamente a qualquer preço aqui, não?

É muito questionável esse lugar comum auto justificador da sonegação de impostos com a alegação de “os cidadãos não terem um retorno correspondente ao que pagaram”. Basta imaginar a insegurança da sociedade brasileira sem a saúde pública, a educação pública, a segurança pública, a construção de habitações populares, os programas de transferência de renda, a previdência social, etc. O cidadão brasileiro deve ter consciência do retorno em políticas públicas na proporção inversa de sua sonegação.

Esse mesmo cidadão supõe poder cobrar uma eficácia estatal quando ele próprio não o sustenta como contribuinte, em última análise, responsável pelo Estado. É como se o Estado fosse uma coisa e o cidadão comum fosse outra, havendo uma separação completa entre a sociedade política e a sociedade civil.

A eliminação da corrupção no Brasil é uma questão de educação, isto é, “caberia à escola formar os jovens para não serem corruptos” é o lugar-comum dito. A resposta é: “há um jeito mais fácil de extinguir a corrupção. Como, para existir corrupção, tem de haver um corrupto e um corruptor, e como o corruptor, de maneira geral, é aquele que tem dinheiro para corromper, basta então que este indivíduo rico não corrompa aos mais pobres”.

Os impostos diretos e progressivos recaem sobre a propriedade (IPVA, ITCMD, IPTU, ITR) e a renda (IRPF). Os impostos indiretos e regressivos recaem sobre o consumo: ICMS, IPI, etc. IOF tributa operações financeiras. Embora a maioria

da população tenha renda isenta, ela a gasta em consumo. Daí a dedução de ela ser gravada com “uma tributação proporcionalmente maior para sustentar a máquina estatal”. Menos, menos...

Rozane Bezerra de Siqueira, José Ricardo Bezerra Nogueira e Evaldo Santana de Souza, pesquisadores da UFPE, criticam a visão comum segundo a qual o sistema tributário brasileiro é regressivo. Ela é reforçada por estudos equivocados: de um lado, subestimam a renda informal dos mais pobres e, de outro, subestimam os tributos pagos pelos mais ricos. Buscando corrigir esses vieses, eles estimam a distribuição da carga tributária com base na POF 2008-09 e na PNAD 2009. Os resultados indicam o sistema tributário brasileiro incidir de forma quase proporcional sobre as famílias em diferentes classes de renda, e, portanto, é aproximadamente neutro do ponto de vista distributivo.

A parcela de contribuição para a receita tributária é muito próxima da parcela de participação na renda para todos os décimos. Apenas no caso do último décimo a contribuição para arrecadação (41,7%) é superior à participação na renda ajustada (35,7%). Esse décimo superior paga 28,6% dos tributos indiretos, mas paga 67,6% dos tributos diretos, entre eles, 40,7% da contribuição previdenciária e 91,6% do IRPF. Esses resultados, segundo os citados autores, sugeririam o sistema tributário brasileiro não ter um efeito significativo sobre a distribuição de renda entre as famílias. Menos, menos...

Natureza da Ocupação	Rendim. Tribut.	Rendim. Tribut. Exclus.	Rendim. Isentos	Rendim. Totais em %	Rendimento Per Capita Anual em % do Capitalista
Aposentado, militar refor. ou pens. prev. com moléstia grave	28%	9%	64%	100%	53,6%
Aposentado, militar res. ou refor., pens. prev., exc. cd. 62	59%	11%	30%	100%	42,4%
Beneficiário de pensão alimentícia	69%	7%	24%	100%	26,0%
Bolsista	16%	3%	81%	100%	25,4%
Espólio	22%	22%	56%	100%	37,1%
Natureza da ocupação não especificada anteriormente	53%	9%	38%	100%	31,8%
Inválido	0%	0%	0%	0%	0,0%
Casta dos Inativos	54%	11%	35%	100%	40,2%
Capitalista que auferiu rendim. de capital, inclus. aluguéis	30%	19%	51%	100%	100,0%
Proprietário de empr. ou firma indiv. ou empregador-titular	25%	12%	64%	100%	57,4%
Microempreendedor Individual - MEI	63%	3%	34%	100%	12,4%
Casta dos Mercadores	26%	12%	62%	100%	55,2%
Empregado de empr. púb. ou soc. de economia mista municipal	80%	8%	12%	100%	37,8%
Empregado de empresa setor privado, exceto instit. financ.	75%	11%	14%	100%	33,4%
Empregado empr. púb. ou ec. mista est. e DF, exc. inst. fin.	77%	10%	13%	100%	52,1%
Empregado empr. púb. ou econ. mista fed., exc. inst. financ.	77%	9%	14%	100%	65,8%
Empregado de instituições financeiras públicas e privadas	69%	17%	15%	100%	56,1%
Empregado ou contratado de organismo internacional ou de ONG	68%	8%	24%	100%	37,2%
Casta dos Trabalhadores	74%	11%	14%	100%	36,8%
Membro ou servidor público da admin. direta estadual e do DF	80%	7%	13%	100%	49,5%
Membro ou servidor público da administração direta federal	76%	9%	15%	100%	79,6%
Membro ou servidor público da administração direta municipal	85%	7%	9%	100%	31,6%
Servidor público de autarquia ou fundação estadual e do DF	81%	7%	12%	100%	42,6%
Servidor público de autarquia ou fundação federal	78%	8%	14%	100%	56,9%
Servidor público de autarquia ou fundação municipal	84%	7%	9%	100%	31,3%
Casta dos Governantes	80%	8%	12%	100%	44,4%
Casta dos Guerreiros Militares	84%	6%	10%	100%	38,4%
Casta dos Sábios Profissionais liberais ou autônomos sem vínculo de emprego	53%	7%	40%	100%	36,6%
Total das Castas	59%	10%	31%	100%	42,1%

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

No entanto, considerando os dados da tabela acima, pode-se deduzir outro olhar para as ocupações de capitalistas e empresários. Eles se beneficiam dos privilégios dos rendimentos isentos: lucros e dividendos (32%), doações e heranças (11%), micro e pequenas empresas (11%), etc. As principais tributações exclusivas são: 13º. salário (31%); rendimentos de aplicações financeiras (30%); ganhos de capital (12%), PLR – Participação em Lucros e Resultados (9%), etc.

Consolidou-se no país, na Era Neoliberal (1988-2002 e 2015-2017), a ideia de um lado existir a sociedade, um pelotão homogêneo de gente, e, de outro lado, o Estado extorsor. Não teria nada a ver com ela. Ora, quem elege o governo e o parlamento não é responsável?!

A sociedade com uma economia de mercado não tem essa homogeneidade defendida por ultraliberais: todos contra o Estado. Ela é composta por antagonismos, sendo importantes as disputas a respeito de quantos impostos cada qual deve pagar e quem mais se beneficia do dinheiro público.

Os eleitores brasileiros necessitam ter a consciência de, em um regime democrático, serem eles próprios quem escolhe o governo e os parlamentares. Embora estes tenham golpeado a Presidenta eleita pela maioria deles. O desafio é escolher bem em quem votar, para os eleitos terem inclusive a iniciativa de uma Emenda Constitucional para delimitar os privilégios dos magistrados. Só então os eleitores conscientes sentirão ser responsáveis pela escolha eleita. Assim, por exemplo, escolherão o programa governamental contra o desmanche do Estado social-desenvolvimentista.

Entrevista sobre Populismo

Fui entrevistado por jornalista do Instituto *Humanitas* Unisinos – IHU, ligado a Universidade Unisinos, no sul do País. A pauta da revista, em um número temático, era “*a razão populista*” de *Ernesto Laclau* (06/10/1935 -13/04/2014). Ele foi um cientista político argentino, pesquisador e professor da Universidade de Essex na Inglaterra, considerado pós-marxista. A intenção era compreender melhor o conceito de populismo reapresentado por Laclau e refletir como a partir dele é possível compreender as questões de nosso tempo no Brasil e na América Latina.

Perguntas:

1) Como compreende o conceito de populismo, de Ernesto Laclau? E como esse conceito pode ser operado no campo da Economia?

Para Ernesto Laclau a flexibilidade com do conceito ser aplicado a situações as mais contraditórias, tanto à direita, como à esquerda, revela a dificuldade de entender o populismo. Comumente, entende-se como “populista” a situação quando o povo estabelece conexão direta com uma liderança, desestabilizando a democracia representativa. Para ele, o populismo não é uma ideologia nem uma conduta irracional, mas segue uma lógica específica, relacionada às identidades coletivas e às demandas sociais. Ele valoriza os momentos de organização e atuação política do povo.

Para Laclau, a razão populista é o fundamento mesmo da ação coletiva popular. Por isso, ela recusa argumentos a favor do fim da política, seja apregoar uma revolução total, seja reduzir a política à mera administração das coisas públicas. Nesse sentido, o populismo constitui o alerta quanto aos interesses dos defensores da Economia de Livre-Mercado predominarem acima dos interesses populares. A economia tem de estar voltada para alcançar um Bem-Estar Social e não, exclusivamente, para atender à ganância individualista. O instinto de proteção dos seres humanos deve superar o instinto de competição. A cooperação altruísta contribui mais para o desenvolvimento socioeconômico e humanista.

2) Como conceber uma política econômica a partir desse conceito de populismo? Quais as experiências mais próximas disso se tem ou teve no mundo? Moeda social e bancos de gestão colaborativa se associam a essa perspectiva?

Qualquer instrumento de política econômica ao colocar o benefício coletivo acima da satisfação individual de membros da elite econômica costuma ser taxado, sumária e pejorativamente, como “populista”. Por exemplo, os pregadores de um choque cambial para dar competitividade internacional aos industriais brasileiros, reconhecem estes não conseguirem obter produtividade capaz de possibilitá-los a oferecer preços mais baratos em suas exportações. Entretanto, dizem ser “populismo cambial” o que seus críticos defendem: manter uma taxa de câmbio não inflacionária. Taxam de política cambial “populista” a voltada para “manter os salários reais artificialmente elevados”. Com ela, alegam, a indústria utilizar tecnologias no estado da arte mundial é inviável. Quem não é competente não se estabelece...

Não percebem os reagentes à terapia apregoada. Um choque cambial, provocado por variação discricionária no sistema de preços relativos, causaria conflito distributivo. Outras rendas perderiam posições relativas à dos exportadores e demandariam reposição inflacionária. O conseqüente choque de custos se somaria ao custo dos insumos importados. Ao fim e ao cabo, em processo de retroalimentação inflacionária, não há nenhuma garantia do incentivo ao lucro dos industriais exportadores se manter incólume. E um governo com hegemonia trabalhista consideraria inviável politicamente “dar-um-tiro-pé”, isto é, tirar poder aquisitivo real de sua base eleitoral.

Moeda social e bancos de gestão colaborativa não se associam a essa perspectiva “populista”. São fatores apenas de desenvolvimento local. Não têm impacto macroeconômico.

3) Quais os pontos comuns e dissonantes entre o populismo (de Laclau), desenvolvimentismo e lulismo? E quais os limites desses conceitos?

Laclau diz: “a necessidade de um cimento social que una os elementos heterogêneos outorga centralidade ao afeto na constituição social”. A gente faz política – ações coletivas – com amigos ou companheiros de quem gostamos ou temos um amor comum por determinada causa. A maior felicidade surge dos relacionamentos com outras pessoas, ou seja, com a família, o(a) companheiro(a), os filhos e os amigos. Em segundo lugar, está o sentimento de fazer algo de útil ou altruísta. Esse laço social pelo afeto une os populistas, desenvolvimentistas e lulistas.

A subestimação do populismo implica na subestimação da política *tout court*. Daí a afirmação liberal de a gestão da comunidade caber a um poder administrativo, cuja fonte de legitimidade é o conhecimento apropriado pela casta de sábios a respeito de uma “boa” comunidade. Para os neoliberais, resume-se à predominância do livre-mercado favorável à casta dos mercadores-industriais-financeiros.

Francisco Weffort, ex-professor da FFCHL-USP e ex-Secretário Geral do PT, partido renegado, em 1994, para ser Ministro da Cultura de seu ex-colega Fernando Henrique Cardoso (FHC), começou a publicar artigos contra o Populismo, em setembro de 1963. Criticava o apoio das massas populares ao governo reformista de Jango (João Goulart), seis meses antes do Golpe Militar de 31 de março de 1964! Há mais de meio século, essa crítica acadêmica uspiana contaminou os marxistas brasileiros. Eles almejavam uma luta de classes mais acirrada no Brasil – e não uma conciliação nacional.

O também ex-professor da FFCHL-USP, FHC, quando assumiu a Presidência da República, na Era Neoliberal, anunciou pretender acabar com todo “o entulho [populista] varguista”. O *Éthos* paulista da “Revolução de 1932” leva a elite socioeconômica/intelectual paulistana ao antivarguismo e antipopulismo. Esse seu esnobismo contra o trabalhismo “se moderniza” no antilulismo e antipetismo.

Em 1978, Weffort publicou o livro “*O Populismo na Política Brasileira*”, coletânea de seus ensaios da campanha acadêmica contra esse fenômeno político latino-americano. Apresenta o populismo como ideologia reveladora da “ausência total de perspectivas para o conjunto da sociedade”. Isto porque a massa galvanizada “entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes”. Curiosamente, o tucanato esnobe se atou

aos interesses golpistas, predominantes entre 2013 e 2018, em um “abraço de afogados”...

4) A inclusão pelo consumo corrompe o conceito de populismo segundo Laclau? Quais os riscos e os limites de uma política econômica baseada no consumismo?

O populismo tende a negar qualquer identificação ou classificação com a dicotomia direita/esquerda, isto é, individualistas competitivos versus igualitários altruístas. Entretanto, estes rótulos ideológicos são insistentemente sobrepostos a ele. Fala-se, atualmente, em um “populismo de direita” de caráter protecionista contra os imigrantes e, supostamente, a favor dos empregados nativos.

Trata-se de um *movimento multiclassista*, embora esse nem sempre possa ser considerado populista. Por isso, a esquerda marxista, privilegiando só a luta de classes, o rejeita, mesmo se um líder carismático atender aos interesses populares com uma política social ativa.

O populismo muitas vezes inclui componentes contrastantes, tais como a reivindicação da igualdade de direitos políticos e da participação universal das pessoas comuns, mas com algum tipo de autoritarismo. Em geral, está sob uma liderança carismática, cujo culto à personalidade merece críticas.

Ele compartilha também as demandas socialistas ou, pelo menos, a demanda por justiça social, uma vigorosa defesa da pequena propriedade, a defesa nacionalista de recursos naturais do País, e a negação da importância da classe face às castas de natureza ocupacional. Ele é acompanhado pela afirmação dos direitos das pessoas comuns (“párias”) de enfrentarem os interesses de castas privilegiadas, habitualmente consideradas “inimigas do povo e da nação”.

Os preconceituosos, tendo “a vida ganha”, criticam “a inclusão pelo consumo”. Os “populistas” (sic) retrucam ser este um direito a ser plenamente conquistado pela cidadania brasileira. Não pode haver “cidadãos de 2ª. categoria” excluídos do mercado de consumo. A revolução “comunista” chinesa significou, na prática, uma revolução consumista mundial ao baratear e popularizar bens de consumo durável antes considerados “bens de luxo e/ou capitalistas”.

É um erro econômico desprezar a expansão do mercado interno pelo consumo. Atrai investimentos diretos estrangeiros, gerando empregos e multiplicando renda. A retomada do crescimento depende do mercado interno e do crédito ao consumidor. Com o grau de urbanização brasileira (85% da população mora em cidades), os Serviços produzem $\frac{3}{4}$ do PIB. Na realidade, quase toda a população – a quinta maior do mundo –

necessita encontrar ocupação e obter renda para consumir, se quisermos ter um crescimento sustentado em longo prazo.

5) Uma política econômica de inspiração populista é capaz de fazer frente à lógica da “financeirização” no nosso mundo de hoje? Por quê?

Todas crenças religiosas medievais contra a usura persistem até hoje, inclusive entre ateus materialistas. Infelizmente, muitos destes aderiram ao mesmo preconceito. Onde a lei, no caso das finanças islâmicas, ou os escrúpulos de consciência, seja no cristianismo, seja no judaísmo, impedem emprestar dinheiro a juros “aos irmãos de fé” (e somente a eles), o capital pertencente a pessoas não engajadas no comércio está perdido para fins produtivos. A economia do endividamento supera a economia da parcimônia.

Ora, a alavancagem financeira gera uma economia de maior escala nos negócios e maior rentabilidade. É viável se a taxa de juro não se apropriar de toda a rentabilidade acrescida com o uso de capital de terceiros. O empréstimo tem um custo de oportunidade para os emprestadores ao transferir o uso de seu capital. Por isso, deve ser remunerado.

Os investimentos financeiros dos “rentistas” – “gente do mal” segundo os maniqueístas – são necessários como passivos carregadores dos empréstimos nos ativos bancários. A elevação destes gera renda e emprego. Sua queda provoca depressão.

A abertura de contas bancárias, de 88 milhões em 2002 para 223 milhões em 2016, deu *acesso popular à cidadania financeira*. Os trabalhadores com salário acima do teto do INSS necessitam ser rentistas para manter o padrão de vida durante a longa fase inativa de aposentadoria.

Assim, seria um erro político típico da esquerda extremista assustar os onze milhões rentistas dos segmentos do varejo tradicional e de alta renda. São investidores em fundos e outros produtos financeiros. Constitui esquerdismo infantil essa ameaça de quebra de contratos financeiros (“*desfinanceirização*”), dada a importância do *funding* em títulos e valores mobiliários para lastrear as operações de crédito, inclusive as realizadas por bancos públicos.

Antes, predominava uma sociedade rural com riqueza em ativos imobiliários e o rentismo parasitário em renda da terra. Depois, tornou-se uma sociedade urbana com menor desigualdade pelo surgimento de uma classe média, composta inclusive por operários especializados. A sobra de renda do trabalho acumulada sob forma de ativos financeiros, mais líquidos em relação aos ativos imobiliários, propicia a manutenção das condições de vida durante a maior fase inativa dos seres humanos. E fornece fontes de financiamento para a alavancagem financeira.

6) Como o senhor vem analisado as políticas econômicas brasileiras e as opções feitas desde os governos Lula até o atual momento político? Como conceber um quadro de recuperação econômica sustentável, capaz de reduzir de fato as desigualdades do Brasil?

Nós, “populistas” (sic), necessitamos trocar ideias sobre um possível *programa eleitoral* à espera de um candidato de oposição. Desta vez, temos a vantagem de usar as lições da experiência social-desenvolvimentista brasileira para superar as negativas, retomando tudo aquilo positivo entre 2003 e 2014, por exemplo, uma política social ativa, e avançando.

Nossa linha-de-partida é uma verificação política pragmática: sem maioria qualificada no Congresso Nacional não se conseguirá a reversão da PEC dos gastos fiscais. Esta pretende imobilizar quaisquer experiências de atuação anticíclica do Estado brasileiro contra a atual Grande Depressão econômica. Na verdade, esta é a prioridade número um: retomar um crescimento sustentado da renda e do emprego. Ao eleitorado com 14 milhões de desempregados, cujo multiplicador afeta pelo menos 60% dos domicílios brasileiros, interessa isso antes de tudo. O programa econômico de oposição se dedicará, prioritariamente, a lhes oferecer ocupações – e não a cortar direitos trabalhistas como o governo neoliberal faz atualmente.

Quanto à política econômica em curto prazo, caberá um realinhamento gradualista, isto é, sem choques, de preços relativos (câmbio, juros, tributos, lucros e salários) favorável à retomada do crescimento. Ele deverá ser realizado sem “esmagamento de lucros” por custos e nem “estreitamento do mercado interno” por carência de demanda agregada.

Será oportuna uma depreciação competitiva da moeda nacional, a ser feita de maneira gradual. Exigirá, simultaneamente, progressiva diminuição da taxa de juro básica real para o patamar 2% aa. E a reoneração da folha de pagamentos na área fiscal.

Prioritária será a reestruturação tributária com o fim da isenção de (e a elevação da tributação progressiva sobre) renda de Pessoa Física recebedora de lucros e dividendos propiciada pela Lei 9.249 de 26/12/1995. Em compensação, para ampliar a massa de lucros através de maior mercado de consumo popular, caberá tentar aprovar o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) em escala nacional em lugar da tributação sobre bens e serviços (ICMS/ISS). Esta é repassada via preços, de maneira regressiva, isto é, os mais pobres pagam mais em relação a suas menores rendas.

Inovações financeiras recentes – mudança no crédito rotativo e diferenciação de preços a vista e a prazo – podem ser aprofundadas. O sistema brasileiro de pagamentos via cartões, distribuídos irresponsavelmente sem avaliação de riscos, infla o

custo de vida e merece uma revisão. Um desafio será a securitização do crédito imobiliário com compartilhamento de risco pelo avaliador original da operação, outro será a expansão do crédito estudantil securitizado, ou seja, descontado em folha de pagamento.

Quanto à composição de uma Diretoria do Banco Central do Brasil mais plural, será necessário quebrar um tabu, incorporando economistas desenvolvimentistas e não só “representantes de O Mercado”. Juros no Brasil é uma variável determinante de outras variáveis, mas determinada de maneira arbitrária e disparatada em relação ao resto do mundo. É urgente o fim da caracterização da Autoridade Monetária como uma instituição econômica extrativista. Esta espolia renda da maioria trabalhadora em favor de uma minoria rentista, impondo-lhe a característica inclusiva de fomentar a atividade econômica empregadora. É imperativo o mandato dual para limitar seu arbítrio entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego.

Em síntese, não haverá condução adequada da política econômica, tanto referente aos encargos financeiros do endividamento público, quanto na tendência à apreciação da moeda nacional, enquanto o juro for uma variável sob o livre arbítrio do Banco Central sem coordenação com os demais instrumentos. A descoordenação provoca a disparidade entre a taxa interna e a externa e eleva o cupom cambial.

7) Deseja acrescentar algo?

Ernesto Laclau revê o populismo em chave bem diversa do menosprezo e desdém em geral atribuído a ele por acadêmicos esnobes brasileiros. Estes têm a atitude de quem despreza o relacionamento com gente humilde e imitam, geralmente de maneira afetada, o gosto, o estilo e as maneiras de pessoas de prestígio ou alta posição social, assumindo ares de superioridade exacerbada a propósito de tudo. Para o pesquisador argentino, a prática política representa uma articulação profunda por mudanças institucionais e teve papel preponderante na consolidação da democracia na América Latina.

Repetições da História: Tragédias e Farsas

“A história aparece como tragédia e se repete como farsa”, escreveu Karl Marx no livro “*Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*”, em 1852. Estudamos História para iluminar o entendimento do presente ou para nos servir como guia a seguir no futuro desconhecido?

A heurística – a arte de inventar ou fazer descobertas – mostra pessoas fazendo seus julgamentos baseadas na similaridade entre situações atuais e outras situações

vividas ou protótipos daquelas situações. Essa ligação heurística conduz-nos a acreditar em qualquer novo evento “parecer igual” a alguma experiência prévia e confundir “aparência” e “realidade”. Porém, “semelhança com a verdade não é a verdade”.

Por exemplo, o populista de direita, Jânio Quadros, era avesso a partidos. Elegeu-se como deputado estadual, deputado federal, prefeito da capital paulista e governador estadual e presidente da República por coalizões improvisadas, sem se ater a nenhuma agremiação, sem ligar para nenhuma ideologia política. Confiava mais no instinto e no talento cênico. Seus discursos giravam em torno de dois temas de eterno apelo eleitoral: *o combate à corrupção e a má qualidade da gestão pública*. Ele cultivava a imagem de administrador incorruptível. O moralismo era inculcado como fosse a única “regra do jogo” a ser seguida por todos os políticos. Há eleitor até hoje só cobrando isso.

Na campanha para presidente, Jânio se apresentou como o candidato solitário contra a coligação de partidos poderosos, o defensor dos interesses dos mais pobres: transporte coletivo, escolas, hospitais. Na prática presidencial, obedecia apenas ao *instinto populista*, ocupando-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo exercido. Não descentralizava o Poder Executivo para se cuidar de “detalhes”. Combinou iniciativas simpáticas à esquerda – como a condecoração a Che Guevara – com medidas simpáticas aos conservadores moralistas – como o aumento do horário de expediente do funcionalismo e a proibição do lança-perfume, do desfile de maiô nos concursos de miss, da briga de galos, e das corridas de cavalos em dias úteis!

Ao renunciar, subitamente, imaginava ter cacife para pedir um voto de confiança à sua permanência no Poder. No entanto, já tinha brigado com quase todos os parlamentares e políticos aliados. Jânio avaliava Jango Goulart, herdeiro do *getulismo*, ser inaceitável para a casta dos guerreiros. Imaginou os militares, os governadores e, principalmente, o povo, irem às ruas para chamá-lo de volta ao Palácio. Ele aceitaria, mas com a condição de poder governar sem muita interferência do Congresso e dos partidos. Ficou surpreso por ninguém lhe pedir sua volta.

Diante do risco de guerra civil, políticos mais sensatos trataram de costurar um acordo de *conciliação*: Jango assumiu, mas o poder da presidência foi diluído com a implantação do *regime parlamentarista*. O próprio presidente rompeu o acordo no ano seguinte. Antecipou o plebiscito sobre o sistema de governo, previsto para ocorrer em 1965, e venceu facilmente. Trinta anos depois (1993), em novo plebiscito, o parlamentarismo foi novamente rejeitado. O povo brasileiro não confia em congressistas semi parlamentaristas. Eles se comportam como tivessem o poder existente no

parlamentarismo para derrubar governantes eleitos pelo regime presidencialista. Infelizmente, o eleitor confia mais em pessoas em vez de instituições.

Depois de ficar isolado à direita e à esquerda, Jango enveredou por uma desastrosa estratégia populista no fim de seu período no poder. Decidiu passar por cima da política convencional e falar diretamente com o povo ao prometer lançar seu governo na campanha pelas reformas de base: reforma agrária, urbana, tributária, educacional, bancária, administrativa, a estatização das refinarias de petróleo e o controle da remessa de lucro das multinacionais. Buscava ocupar a liderança do *movimento nacional-reformista*.

Uma atitude conciliadora teria lhe permitido completar o mandato? Provavelmente não, dados os ódios e ressentimentos da casta dos guerreiros-militares a fermentar desde a Era de Getúlio Vargas. As famílias Goulart e Vargas eram vizinhas e amigas em São Borja, no Rio Grande do Sul. Ao retornar à presidência pelo voto direto em 1951, Getúlio levou o jovem Goulart, então com 32 anos, para o governo. O critério brasileiro do *Homem Cordial* na *escolha afetiva* de “alguém da cozinha do Palácio” para ser seu sucessor foi adotado por Getúlio, assim como Lula o adotou na escolha da Dilma como sucessora. No Brasil, segue-se a indicação de “cacique político” e não se adota as “eleições primárias” dentro dos partidos. No máximo, a cúpula partidária sacramenta a candidatura.

O vice-presidente em exercício, José Sarney, foi taxativo na primeira reunião ministerial da Nova República, em março de 1985: “*é proibido gastar*”. Ele leu o discurso ditado ao sobrinho Francisco Dornelles pelo presidente eleito indiretamente (contra Paulo Maluf) pelo Colégio Eleitoral, Tancredo Neves. O sobrinho como ministro da Fazenda era uma típica escolha de clã dos Neves. Dá para imaginar o familismo do governo dinástico caso esse conservador não tivesse morrido.

Em 1989, os eleitores brasileiros – de outra geração mal-educada a respeito do passado – havia três décadas não elegiam um presidente por voto direto. O último fora Jânio Quadros, em 1960. Duas décadas de ditadura militar e mais o impopular governo José Sarney, com a politicagem explícita do PMDB oligárquico, a corrupção e a hiperinflação, ajudaram a reforçar a aversão popular aos políticos mesquinhos e personalistas.

Collor se apresentou como um “estranho no ninho” da política tradicional e “sem rabo preso” com os partidos. O candidato batia em Sarney e corria como o povo desejava. Escondeu ser herdeiro de uma dinastia política da oligarquia alagoana – um típico *playboy* das “carteiradas” usuais entre os “filhos do poder”. Collor desfraldou a

bandeira do combate aos altos salários de servidores públicos e criou sua persona política: “o caçador de marajás”. Assustou o eleitor alienado com o suposto esquerdismo do PT e ganhou a eleição contra Lula. O presidente corrupto teria provavelmente se safado se as desavenças dentro do clã Collor não tivessem transbordado para a imprensa. E se não estivesse isolado sem grande apoio no Congresso.

Estelionato Eleitoral, também conhecido como “giro político”, é um conceito da Ciência Política utilizado para descrever os casos de candidatos eleitos com uma plataforma ideológica e, após a eleição, adotarem um programa ideológico contrário. Um membro da casta dos sábios-intelectuais, FHC, o cometeu no início do segundo mandato, dando uma reviravolta na política cambial e provocando um choque inflacionário a ser combatido com elevadíssima taxa de juro para gozo dos rentistas e desemprego dos trabalhadores. O povo ainda sofreu, durante seu segundo mandato, com o apagão elétrico, proveniente da ideologia neoliberal de evitar planejamento estatal sob o mote “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”.

Dilma compartilhava os valores da casta dos sábios-tecnocratas – educação e especialização –, composta por administradores e técnicos, transparecia também a presunção arrogante típica dos especialistas face aos políticos profissionais. Com essa atitude pessoal e os interesses conflitantes avaliando a real chance de golpeá-la, perdeu o apoio da maioria do Congresso.

Seu pior erro foi apelar para um membro da casta dos mercadores-financeiros, como Joaquim Levy. Esses provocam a instabilidade econômica e a elevação das desigualdades.

Lula compartilha com a casta dos trabalhadores-organizados o espírito corporativista. Exclui “os de fora” – e provoca ódio dos excluídos politicamente. Estes atacam a casta dos guerreiros-policiais com suas guerras intermináveis por honra e vingança.

A casta dos aristocratas do Poder Judiciário, cujos membros do STJ ocupam cargos quase vitalícios, tem como valor supremo o paternalismo protetor em relação ao povo imaturo. Eles cultivam a diferença e o respeito mais a si mesmo, isto é, a sua corporação profissional, em vez da “justiça cega” não discriminativa e apartidária.

As castas não só buscam o interesse próprio e a vantagem econômica. Cada qual defende certa ordem moral. Procura a impor às demais. Quando não restringe seus domínios, a ordem vigente se torna menos inclusiva. Então, as outras castas se

realinham e golpeiam a casta hegemônica. No caso recente no Brasil, em 2016, foi golpeada a aliança social-desenvolvimentista entre a casta dos sábios-tecnocratas e a dos trabalhadores-organizados.

Errar é humano, repetir erro é estupidez. Segundo Kant, a autonomia do indivíduo pressupõe a submissão da sua vontade à Razão, e não a qualquer Moral reapresentada como farsa. Os eleitores brasileiros tiveram suficientes oportunidades históricas de amadurecer, politicamente, ganhando autonomia, isto é, não se deixando enganar e governar pelas farsas moralistas?

O candidato engambela, facilmente, os eleitores assumindo rótulo de não-político, gestor, caçador de marajá, incorruptível. Para não se iludirem, novamente, os eleitores necessitam rever a história recente e se lembrar de quando eram felizes entre 2003 e 2014. E sabiam.

Família Patriarcal Brasileira

A prosa de Gilberto Freyre em sua obra prima, *Casa Grande & Senzala*, prefaciada em 1933, talvez choque aos olhos de hoje em muitas passagens preconceituosas. Porém, é admirável sua erudição sociológica e antropológica. Trata de fenômenos culturais específicos da formação do Brasil como nenhum outro autor jamais tratara.

Vale sempre o reler e extrair algumas reflexões saborosas, embora possamos delas discordar em termos do “politicamente correto” contemporâneo. Basta recordar o choque cultural com a pesquisa constatando, em cerca de ¼ dos brasileiros, ainda a manutenção do velho impulso primitivo ao estupro. Ainda há muitos animais humanos incultos sem controle de seus instintos primários.

Quanto às características da família brasileira, Freyre diz: “a nossa verdadeira formação social se processa em 1532 em diante, tendo a família rural ou semi-rural por unidade, quer através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo *à-toa*, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros” (1994: 22).

A colonização na América portuguesa repousaria sobre a instituição da família da Casa Grande, escravocrata e patriarcal. Nestas bandas, foi acrescido um muito maior número de bastardos e dependentes em torno da família dos patriarcas, mais “feemeiros” em comparação aos da América do Norte. Eram mais soltos na sua moral sexual.

“É possível que se degredassem de propósito para o Brasil, visando ao interesse genético ou de povoamento, indivíduos que sabemos terem sido para cá expatriados por irregularidades ou excessos na sua vida sexual: por abraçar e beijar, por usar de feitiçaria para querer bem ou mal, por bestialidade, molície, alcovitice. A ermos tão mal povoados, salpicados, apenas, de gente branca, convinham superexcitados sexuais que aqui exercessem uma atividade genésica acima da comum, proveitosa talvez, nos seus resultados, aos interesses políticos e econômicos de Portugal no Brasil” (1994: 21).

Freyre refere-se a esses indivíduos como “garanhões desbragados”. Foram “atraídos pelas possibilidades de uma vida livre, inteiramente solta, no meio de muita mulher nua”.

Ele fala das ligações de muitos dos degredados, de cristãos-novos, de todos esses europeus “na flor-da-idade”, machos são e vigorosos, com mulheres gentias, também limpas e sãs. “Tais uniões devem ter agido como ‘verdadeiro processo de seleção sexual’, dada a liberdade que tinha o europeu de escolher mulher entre dezenas de índias. De semelhante intercurso sexual só podem ter resultado bons animais, ainda que maus cristãos ou mesmo más pessoas” (1994: 21). Um espanto tal crueza, não?

“O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando as autoridades coloniais que fossem de fé ou religião cristã”. Em Portugal, somente católicos podiam adquirir sesmarias.

Barrava o imigrante apenas a heterodoxia religiosa. Não podia ser herege. Importante era a “saúde religiosa”: a sífilis, a bexiga e a lepra entraram livremente trazidas pelos europeus e negros de várias precedências. Os originários de terras protestantes ou já eram católicos ou aqui se converteram. Era pré-requisito para serem recebidos na intimidade da nossa vida social e até política, aqui constituíssem família casando com a melhor gente da terra e adquirissem propriedade agrícola, influência e prestígio.

“Muitas brasileiras, porém, tornaram-se baronesas e viscondessas do Império sem terem sido internas dos Recolhimentos: analfabetas, algumas; outras fumando como umas caiporas; cuspiendo no chão; e ainda outras *mandando arrancar dentes de escravas por qualquer desconfiância de xumbergação do marido com as negras*” (1994: 345).

“Isto no século XIX. Imagine-se nos outros: no XVI, no XVII, no XVIII. Neste, esteve no Brasil uma inglesa que achou horrorosa *a situação das mulheres*. Ignorantes. Beatas. Nem ao menos sabiam vestir-se. Porque a julgar por Mrs.

Kindersley, que não era nenhuma parisiense, nossas avós do século XVIII trajavam-se que nem macacas: saia de chita, camisa de flores bordadas, corpete de veludo, faixa. Por cima desse horror de indumentária, muito ouro, muito colares, braceletes, pentes. As mocinhas ou meninas não eram feias; notou, porém, Mrs. Kindersley que as brasileiras envelheciam depressa; seu rosto tornava-se logo de um amarelo doentio” (id. ibid.).

“Resultado, decerto, dos muitos filhos que lhes davam os maridos; da vida morosa, banzeira, moleirona, dentro de casa; do fato de só saírem de rede e debaixo de pesados tapetes de cor – *modus gestandi lusitanas* (...). Algumas senhoras até nas igrejas entravam de rede, muito anchas e triunfantes, nos ombros dos escravos” (id. ibid.).

Foi geral, no Brasil, *o costume de as mulheres casarem cedo*. Aos doze, treze, quatorze anos. Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessas a Santo Antônio ou São João. Antes dos vinte anos, estava a moça solteirona.

“O que hoje é fruto verde, naqueles dias tinha-se medo que apodrecesse de maduro, sem ninguém o colher a tempo”. Com o preconceito da “virgindade perder logo o gosto (...) quem tivesse sua filha, que a casasse menina. Porque depois de certa idade, as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor de virgens ou donzelas que aos doze ou treze anos. Já não conservavam o provocante verdor de meninas-moças apreciado pelos maridos de trinta, quarenta anos. Às vezes cinquenta, sessenta e até setenta” (1994: 346). *Vem de longe a tradição de violentador do “macho” brasileiro, inclusive com o estupro legitimado seja pelo casamento religioso, seja pelo civil.*

Quase todos os visitantes durante o tempo da escravidão contrastam a frescura encantadora das meninas com o desmaiado rosto e o desmazelo do corpo das matronas de mais de dezoito anos. Depois dos vinte, decadência. Ficavam gordas, moles, criavam papada. Tornavam-se pálidas. Outras ficavam corpulentas, mas feias, de buço, com um ar de homem. *Elas se tornavam (e eram tratadas como) meras matrizes para atender a reprodutores – e ao povoamento do País*. Seu papel histórico era procriar força de trabalho abundante, braços para a economia rural.

Poder no Brasil de Castas, Clãs e Oligarcas de Dinastias

Não se julgou no Congresso Nacional se era verdade a Presidenta da República ter cometido ou não crime de responsabilidade. Pouco importava esse pretexto qualquer. Julgou-se, simplesmente, o interesse político e econômico de cada parlamentar em maximizar as chances de sua carreira de político profissional sem investigações sobre o

financiamento eleitoral corrupto. Para esse jogo de interesses pessoais oportunistas, a maioria dos deputados demonstrou desdenho pela democracia eleitoral. Começamos, então, a viver uma regressão na vida pública brasileira. Tempos obscuros nos engolfaram.

Quando um governo golpista assumiu sem a legitimidade política de ter sido votado nas urnas o seu programa, seus membros acharam “tudo poder” sem ter de prestar conta de sua impopularidade em futura eleição. Além da perseguição mesquinha aos adversários, implementaram medidas de programas neoliberais derrotados nas quatro últimas eleições presidenciais. Os “sem votos” tomaram o Poder Executivo.

A linha editorial da “grande” imprensa brasileira era falaciosa, enganadora, inverídica. Atestou a correção de sua denominação como PIG: Partido da Imprensa Golpista. O leitor culto recorreu à imprensa estrangeira para ler uma análise mais isenta e não venal. A impressão da imprensa brasileira era aqui tudo poder ser vendido, a honra era vendável, a ética se corrompia por dinheiro, aparentemente todos brasileiros eram receptivos a suborno. Na verdade, estávamos imersos sim em um sistema político de financiamento eleitoral corrupto para o qual deveríamos dirigir uma crítica reconstrutiva.

O PIG fazia coro para os interesses puramente mercenários dos pregadores do *lockout* empresarial desde meados de 2013. Pregava a volta da privatização do patrimônio público sem nenhum contraponto crítico.

Não há debate público plural, na mídia brasileira, com a apresentação civilizada dos diversos pontos de vista para se examinar as questões socioeconômicas e políticas. Sendo assim, a população brasileira não se informa e nem amadurece mentalmente. Permanece iletrada, inculta e violenta.

Em curto prazo, tudo se restringe a aparentes bons negócios privados. Em longo prazo, os “curtoprazistas” de O Mercado não tomam as necessárias decisões estratégicas de investimentos para o País. Volta, assim, o risco de apagão futuro da infraestrutura brasileira. Não se espera um crescimento sustentado. Há apenas “voos-curtos-de-galinha”: a economia é abatida por pretensa política anti-inflacionária recessiva logo na decolagem.

Vetado no ano anterior pela presidenta Dilma Rousseff, o reajuste das remunerações de todos os servidores poderosos, logo após o golpe, foi aprovado pelo conluio dos três Poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo). Indiferentes à opinião pública, anunciaram o agravamento da desigualdade social em renda e riqueza.

Em todos os *rankings* de renda e riqueza das ocupações dos declarantes de imposto de renda, desde quando a Secretaria da Receita Federal passa a divulgar o

consolidado das DIRPF, os “Membros do Poder Judiciário e do Ministério Público” se encontram entre as quatro ocupações mais ricas. Seria uma vingança contra a Dilma ter vetado aquele aumento eles não cumprirem seu papel de defesa da Constituição brasileira?

No fundo, estava em jogo a continuidade da desenfreada *caça à riqueza* da casta dos empresários-golpistas. Aprofundava essa desigualdade social. Tudo mais era discurso “para inglês ver”. Era uma falsa retórica midiática para justificar o golpe do “parlamentarismo de ocasião” contra a aliança eleita entre a casta dos trabalhadores-sindicalizados e a casta dos sábios-tecnocratas. A casta dos guerreiros só observava o cenário, embora a PF (Polícia Federal) estivesse ativa no processo do golpe logo colocado em andamento. Assim como estavam os sábios-sacerdotes e os sábios-juristas. Os trabalhadores-criativos resistiam, democraticamente, contra o golpe.

Os empresários industriais não apreciaram a tendência à alta do custo unitário do trabalho e à queda da taxa média de juros (Selic-mercado) entre agosto de 2011 e abril de 2013, mesmo sendo compensados por desonerações fiscais e depreciação da moeda nacional. A quebra de oferta de produtos agrícolas, provocada por seca (2013-2016), virou motivo de ataque alarmista na mídia conservadora. Devido ao terrorismo econômico realizado a partir do início do ano pré-eleitoral de 2013, houve súbita reversão da taxa de juros no mercado. A consequente marcação-a-mercado da renda fixa prefixada levou à perda de riqueza por parte de muitos desses investidores mais abastados. Para esse “povo” da FIESP e adjacências, dor-no-bolso era maior se comparada à dor-no-coração.

“Os empresários se voltam contra o governo quando acaba o dinheiro. Isso não é ideológico. Eles mudam mesmo de lado quando acabam as benesses. Simples assim. A Dilma assinou o seu destino quando quis reduzir os juros e o *spread* bancário. Foi ali quando tudo começou. A indústria já estava sofrendo, mas quando ela mexe com os bancos a campanha contra ela começa”, avalia uma empresária (Valor Fim-de-Semana, 15/04/16).

Março de 2016 DOMICÍLIO	TOTAL DE AUM - R\$ milhões		GRUPOS ECONÔMICOS		CLIENTES (CPF + CNPJ)		Grupos - Per Capita	Clientes - Per Capita
	740.297,27	100,0%	52.203	100,0%	110.146	100,0%	R\$ 14.181.125,02	R\$ 6.721.054,50
São Paulo	R\$ 420.550,61	56,8%	26.546	50,9%	56.865	51,6%	R\$ 15.842.334,61	R\$ 7.395.596,84
Grande São Paulo	R\$ 356.094,38	48,1%	20.801	39,8%	44.513	40,4%	R\$ 17.119.098,85	R\$ 7.999.783,77
Interior	R\$ 64.456,24	8,7%	5.745	11,0%	12.352	11,2%	R\$ 11.219.536,89	R\$ 5.218.283,63
Rio de Janeiro	R\$ 120.802,30	16,3%	8.691	16,6%	16.683	15,1%	R\$ 13.899.700,47	R\$ 7.241.041,59
Minas Gerais / Espírito Santo	R\$ 41.403,05	5,6%	4.182	8,0%	9.470	8,6%	R\$ 9.900.299,04	R\$ 4.372.022,24
Sul	R\$ 93.381,17	12,6%	5.951	11,4%	13.040	11,8%	R\$ 15.691.677,84	R\$ 7.161.133,04
Centro-Oeste	R\$ 19.294,73	2,6%	2.758	5,3%	5.742	5,2%	R\$ 6.995.915,51	R\$ 3.360.281,26
Nordeste	R\$ 40.585,15	5,5%	3.579	6,9%	7.503	6,8%	R\$ 11.339.801,87	R\$ 5.409.189,78
Norte	R\$ 4.280,25	0,6%	496	1,0%	843	0,8%	R\$ 8.629.529,37	R\$ 5.077.398,06

Fonte: ANBIMA - Relatório do *Private Banking* - 1o. Trimestre de 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

É *economicismo* o uso de variáveis como faixas de renda e riqueza como determinantes diretos do posicionamento político. Se isso fosse verdade,

automaticamente, lendo a tabela acima, encontraríamos a causa do antipetismo por parte da elite econômica paulistana. Cada membro dela possuía em média cerca de R\$ 8 milhões em riqueza financeira, segundo dados do Relatório de *Private Banking* de março de 2016, publicado pela ANBIMA. Mesmo assim, ricos não apreciavam pagar impostos para gastos sociais.

Se os 44.513 indivíduos pertencentes à classe dos super-ricos paulistanos resolvessem ir todos juntos à Avenida Paulista — hipótese absurda, porque os esnobes têm medo (e nojo) das ruas brasileiras —, só encheriam poucas quadras em torno do “pato amarelo” da FIESP. Essa associação patronal, literalmente, “pagou o almoço” dos golpistas profissionais, tipo MBL. Protestariam então contra aquela perda de riqueza e fariam a louvação à sonegação de impostos com base na pobre justificativa de “não quererem pagar o pato”.

Aliás, uma das maiores causas dessa desigualdade social da riqueza no Brasil era justamente aquela: os acionistas tinham rendimentos sob forma de lucros e dividendos isentos. Assim como eram isentos os rendimentos de titular e sócios de microempresas e empresas de pequeno porte. E os ricos podiam fazer transferências patrimoniais sob forma de doações e heranças isentas de imposto de renda.

Quando não o sonegavam, só pagavam o ITCMD estadual. Era por isso a sustentação do governo tucano envolvido em corrupção do metrô e máfia da merenda escolar em São Paulo?

A longa história da civilização humana pode ser analisada através da dinâmica do jogo de alianças, golpes e contragolpes entre as diversas castas, com ascensões e quedas de hegemonias. *Casta*, no sistema de estratificação tradicional da Índia, é um grupo social fechado, de caráter hereditário, cujos membros pertencem à mesma etnia, profissão ou religião. Por extensão, designa qualquer grupo social, ou sistema rígido de estratificação social, de caráter hereditário.

Cabe fazer uma reflexão a respeito de sua aplicação no estudo do caso brasileiro, visando entender a influência do *familismo* no Poder Legislativo (e econômico) do País. Temos de compreender a enorme influência das dinastias. *Dinastia* é sequência de indivíduos ocupantes de determinada função, cargo ou posto de poder, hereditários ou não. Refere-se à sucessão de herdeiros e continuadores de magnatas e oligarcas da casta dos governantes aristocratas, desde os rurais até os industriais golpistas da FIESP.

Clã refere-se ao agrupamento familiar comum composto de pessoas que se presumem ou são descendentes de ancestrais comuns. Relaciona-se tanto com *casta* quanto com *partido, facção, lado*.

Oligarquia é o regime político onde o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Refere-se à preponderância de um pequeno grupo no poder. Por exemplo, o MDB é composto de oligarcas, isto é, partidários das oligarquias regionais: Barbalhos, Sarneys, Alves, Campos, Calheiros, etc. Basta ver os oligarcas da elite branca membros do primeiro ministério do golpista Temer. Inicialmente, ele deu um adeus à política identitária das mulheres e minorias.

A ONG Transparência Brasil divulgou levantamento demonstrativo de 49% dos deputados federais eleitos em 2014 terem pais, avôs, mães, primos, irmãos ou cônjuges com atuação política – o maior índice das quatro últimas eleições. Na Câmara, de acordo com esse levantamento, o Nordeste encabeça a lista das regiões com mais herdeiros (63%), seguida pelo Norte (52%), Centro-Oeste (44%), Sudeste (44%) e Sul (31%). No Senado, entretanto, Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão à frente (67%), seguidos pelo Nordeste (59%) e Centro-Oeste (42%). Esse Congresso Nacional é representativo do povo brasileiro?!

Idiotas, sem consciência do mal feito a si e aos outros por ignorarem a coisa pública, agiram como massa-de-manobra dos super-ricos. Bateram “panela-vazia” (sic) em favor do golpe de Estado executado por herdeiros das dinastias políticas no Congresso Nacional.

Sem mudanças em dois dos principais sustentáculos da política eleitoral (e congressual) praticada pelas dinastias, nenhuma reforma eleitoral resolverá o problema do *familismo*. O primeiro é a relação com o poder econômico, não só o financiamento empresarial de campanha eleitoral, mas também com os lobbies e a corrupção. O segundo é o monopólio oligárquico dos meios de comunicação de massa. Na realidade, as famílias poderosas manipulam a maioria das 25 legendas com representação na Câmara – a maior fragmentação partidária do mundo – para manter o poder dinástico e/ou hereditário.

Fim da hegemonia de uma casta, seja por crise econômica, seja por guerra ou revolução, ocorre em simultâneo como uma crise ideológica, onde se parte para “mudanças” a qualquer custo. A ordem social desmorona quando o governante passa a ver seu fracasso e, sob pressão, adota o programa de adversário, indo contra o ideário de sua base de apoio político-eleitoral. Comete estelionato eleitoral. Infelizmente, tal erro ocorre também em 2015 quando um representante da casta dos mercadores-financistas é nomeado como Ministro da Fazenda. Volta a Velha Matriz Neoliberal: libera geral, dando choque tarifário-cambial-inflacionário e de juros. Sua casta agradece.

A Era Social-desenvolvimentista (2003-2014) representou, *a la* socialdemocracia europeia, a aliança entre a casta de trabalhadores e a de sábios-

criativos, com apoio da casta de “comerciantes-brandos”: empresários e financistas com tolerância política e liberalismo cultural. O apoio da casta dos sábios-tecnocratas oscila de acordo com “o governo de plantão”, pois cada administrador técnico concursado, seja do Poder Executivo, seja do Poder Judiciário, sabe: “os governos passam, mas ele fica”. Os valores predominantes, nessa Era, foram solidariedade, coletivismo, regulação e igualitarismo social.

A nova Era Neoliberal se ergue sobre uma aliança golpista entre diversas castas. A dos “comerciantes firmes”, empresários nacionais e pequeno-burgueses sob pressão da concorrência internacional, passam a sobrevalorizar disciplina fiscal (corte de gastos e impostos), regras e autoridade. Aliam-se com a casta de governantes oligárquicos (herdeiros de aristocratas e/ou proprietários rurais) e a de guerreiros (PF, MP, TCU, etc.). Os valores culturais divulgados pela grande mídia são livre-mercado, competitividade, meritocracia e individualismo. Os intelectuais direitistas insistem no discurso da competência, eficácia e eficiência dos próprios pares: autoengano e validação ilusória.

Castas não são só organismos sociais em busca do interesse próprio e da vantagem econômica. Também constituem encarnações de ideias e estilos de vida. Procuram impô-los às outras. Quando tentam impor domínio irrestrito de seus valores, as ordens sociais tornam-se menos inclusivas e as alianças das castas excluídas ganham maioria em nova eleição ou partem para o golpe de Estado, seja semi-parlamentarista, seja militar.

Então, se Dilma representou a presunção arrogante típica dos especialistas da casta dos sábios-tecnocratas, Lula liderou a casta dos trabalhadores com forte espírito comunitário ou corporativista. Exclui “os de fora” em seu culto à personalidade e na indicação política para o aparelhamento do Estado. Porém, a casta dos guerreiros atíça guerras e processos judiciais intermináveis por honra e vingança. Seus devotos adotam discurso de ódio, incentivando a intolerância extremista. E a casta dos mercadores, livre de regulação, provoca a instabilidade econômica e a elevação das desigualdades sociais.

Infelizmente, foi um erro da Dilma atender a pressão para retornar à Velha Matriz Neoliberal em 2015. A *ética da convicção* é o conjunto de normas e valores orientadoras do comportamento do político na sua esfera privada. Já a *ética da responsabilidade* representa o conjunto de normas e valores orientadoras da decisão do político a partir de sua posição como governante ou legislador.

Quanto maior o grau de inserção de determinado político na *Realpolitik* – política baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções ideológicas –, maior é o afastamento de suas convicções pessoais e a adoção de comportamentos orientados pelas circunstâncias. Porém, a distinção entre uma *ética da*

convicção e uma ética da responsabilidade não significa uma “carta branca” para os políticos traírem suas promessas eleitorais.

Perguntas-chave para a esquerda brasileira responder, para si, antes de almejar novamente o Poder:

1. teria sido (e será) possível governar por 13 anos um País predominantemente conservador — em ideologia e costumes — sem aliança com a direita, quando a esquerda se resumia a 99 deputados na Câmara?
2. teria sido (e será) possível ser eleito sem o financiamento corporativo se ele não se dava “a fundo perdido”?
3. o partido político é um instrumento para se alcançar o Poder ou apenas para fazer “denúncia do capitalismo”?!

Corrupção

Muitos séculos antes de Maquiavel ter escrito *O Príncipe*, em 1513, Chanakya, um mestre do Chandragupta Maurya, fundador do primeiro grande império indiano, entre 320 e 185 a.C., foi autor de um dos primeiros tratados do mundo sobre conquista e manutenção do poder. O *Arthashastra*, ou “A Ciência da Riqueza”, refere-se à riqueza *do Reino* – e não *das Nações*, como está no título do livro pioneiro da Economia Política de autoria de Adam Smith, publicado em 1776. Ele é um detalhado estudo sobre Administração Pública, Economia Política e Estado. Nele, Chanakya registra a corrupção ser uma praga já conhecida. “Assim como não se pode saber se um peixe está bebendo água de um lago, é impossível saber quando um funcionário do governo está roubando dinheiro”.

À meia-noite de 15 de agosto de 1947, nascia a independência da Índia, horas depois do Paquistão, partição entre hindus e muçulmanos, cujo conflito os britânicos deixaram como a herança maldita de sua colonização. Jawaharlal Nehru, 57 anos, afilhado de Mahatma Gandhi, muito carismático, venceu todas as eleições disputadas. Foi apontado primeiro-ministro em 1951, em 1957 e em 1962, morrendo dois anos depois. Sua filha, Indira Ghandi, cujo sobrenome não tem relação de parentesco com Mahatma, foi escolhida primeira-ministra em 1966. Em 1984, os separatistas sikhs a assassinaram. Rajiv Gandhi, cuja única credencial política era ser filho de Indira e neto de Nehru, foi o encarregado de manter o nome de sua família no poder. Ele teve apenas sete anos pela frente, morrendo em atentado de uma mulher suicida-bomba. Matou 17 pessoas e feriu mais de 50.

Assim como tinha ocorrido com sua mãe e Mahatma Gandhi, foi um assassinato político. O assassino de Gandhi alegou sua política de não-violência “emasculou” os hindus e os tornavam incapazes de reagir às agressões dos muçulmanos. Gandhi vivenciou apenas seis meses de Índia independente.

A dinastia Nehru-Gandhi se inscreve na tradição hereditária das famílias políticas entrincheiradas em todos os níveis de governo do país. Em geral, os partidos não são democráticos, internamente, pois seus candidatos são escolhidos pelo(s) cacique(s) político(s) entre “índios” inscritos na nomenclatura e não por prévias dentro das legendas. Se um membro do parlamento morre, quem disputa a eleição em seu lugar é algum parente.

O *nepotismo* é visto mais como uma responsabilidade para com a família em vez de uso indevido dos cargos públicos ou como conduta antiética. O argumento contumaz é que “os desejos pessoais são subordinados aos da família”.

Na maior democracia do planeta, os 417 milhões de eleitores indianos comparecem às urnas para votar, voluntariamente, porque não são obrigados pela lei como no Brasil. Tendem a escolher os candidatos com *pedigree* por causa da forte reverência cultural pela família. Basta verificar, no Congresso, os representantes de castas dináticas eleitos por causa das *conexões hereditárias*. Os indianos privilegiados das castas da elite (classe média) reclamam da corrupção e costumam desdenhar da importância do voto. O povo vota em massa. Os pobres precisam de um governo para lhes conceder benefícios sociais, empregos e manter o poder aquisitivo do pouco ganho.

Os indianos têm muitas frustrações contra a corrupção cotidiana. Ela inferniza as suas vidas e irrita mais se comparada aos grandes escândalos. Os corruptos se justificam dizendo: “nós ajudamos as pessoas com pressa de ganhar algo”. Os ativistas conquistaram uma poderosa arma contra a corrupção: a Lei pelo Direito à Informação. Ela obriga a burocracia a prestar contas dentro de certo prazo. Discute-se ainda a repatriação de “dinheiro sujo” depositado no exterior. Combatendo-a, o número de denúncias de corrupção aumenta cada vez mais.

Aumentam as acusações de fraudes em contratos ligados a grandes eventos esportivos, formação de carteis em licitações públicas, conluíus em privatizações de empresas estatais. A Índia também mergulhou em escândalos paralisantes do governo e congelaram projetos estratégicos de desenvolvimento de infraestrutura.

No Index de Percepção da Corrupção de 2011, a Índia ficou em 95º. lugar (os primeiros da lista são os menos corruptos), piorando seu desempenho em relação ao ano anterior, quando estava em 83º. lugar. A Índia está pior se comparada ao Brasil (73º. lugar) e à China (75º. lugar), mas melhor em relação à Rússia (143º. lugar). Os

Capitalismos de Estado tendem à corrupção? Por esse ranking, não se pode afirmar. Eles não estão sozinhos diante dessa praga assoladora de todos os lugares – e em todos os tempos. O desejo desmedido de enriquecimento familiar parece fazer parte da natureza humana.

A impressão popular é: pessoas obtêm poder político para usá-lo em benefício próprio. O poder político, mesmo não sendo absoluto, tende a corromper. Este verbo (“corromper”) significa a transformação da personalidade da pessoa alçada à posição de exercer poder sobre os demais cidadãos. Antes desta nomeação eram considerados seus iguais.

O poder político distingue seu detentor como uma pessoa diferente das demais, cercanda-a de símbolos, distinções, privilégios e imunidades sinalizadores de sua hierarquia superior. Regras de cerimonial regulamentam qual deve ser o comportamento das pessoas inferiores na presença da autoridade. No entanto, tais deferências referem-se ao cargo e não ao ocupante temporário. Nunca se deve esquecer da autoridade como um ser humano igual a qualquer outro. O problema da corrupção ocorre com a transformação do indivíduo privado em uma autoridade pública usuária do poder em benefício próprio.

O problema da política pode ser resumido em como uma pessoa (ou um grupo de pessoas) obtém o controle sobre as demais pessoas da sociedade. Os preceitos jurídicos, políticos, religiosos, de sentimento nacional, de sentimento de classe social e de partido político são os principais critérios de tal legitimação sobre a soberania da vontade das outras pessoas da sociedade. Política é ação coletiva. Esta deve tentar o controle da corrupção, vigiando e punindo. Exige-se eterna vigilância externa para incentivar o autocontrole pessoal.

Entrevista sobre Corrupção, Nomenclatura e Meritocracia

A Revista da Advocef (Associação Nacional dos Advogados da Caixa) me entrevistou, em 1º. de abril de 2015, fazendo as seguintes perguntas:

1. Quanto à corrupção, há uma questão prática: como equilibrar as decisões entre não deixar impunes os corruptos e os corruptores e não atrasar os cronogramas de obras públicas de infraestrutura necessárias para o crescimento sustentado do País? Há um dilema entre a evolução civilizatória e a evolução econômica?

O ritmo é desigual e combinado, mas ambas não podem parar. Neste sentido, lideranças políticas têm de ter responsabilidade quanto à condução do desenvolvimento

socioeconômico do País. Estão corretas em insistir na tese de o País não poder se paralisar ou desempregar inocentes. Precisa punir apenas pessoas físicas envolvidas nos crimes investigados e fazer Acordos de Leniência com as pessoas jurídicas.

A gana de “caça às bruxas” não pode ser “mais realista em relação ao próprio rei”. Condenará a população brasileira a sofrer as consequências de um maior atraso econômico na construção de infraestrutura, inclusive energética, e logística, durante o longo período de investigação e julgamento desse processo jurídico. Há substitutos nacionais para as empreiteiras do porte das envolvidas no cartel da indústria do petróleo? Haverá tempestividade na criação de novas empresas?

O correto é não só os corruptos e corruptores criminosos serem punidos, mas também os acionistas controladores das empreiteiras. Elas são de posse de “poucas famílias”. Acabam se beneficiando do lucro acrescido pela corrupção. As empreiteiras são sociedades anônimas de capital fechado, sob controle de poucos sócios. Eles não estão sendo responsabilizados, criminalmente, mas no fim são os grandes beneficiários. Então, é necessário eles sofrerem uma forma de punição: a desapropriação.

Os procuradores argumentam com base na *lógica de mercado*, mas sem observar a questão crucial da tempestividade, quando afirmam: “não vamos perder o capital humano, porque as pessoas mudam para novas empresas. As empreiteiras de obras públicas vão mudar. As obras e os empregos vão continuar. Não se pode privilegiar poucas famílias donas dessas empresas pela alegação de preservação de empregos”.

Um argumento de acordo com a *lógica cívica* – referente ao cidadão como elemento integrante do Estado com direitos e deveres – deve sim distinguir entre pessoa física e pessoa jurídica. As grandes corporações são instituições e devem ser preservadas sim para as obras e os empregos continuarem de maneira tempestiva.

Então, um melhor modo de garantir todos os responsáveis pagarem pelos malfeitos seria salvar as empresas e punir os acionistas controladores, desapropriando suas ações e, para reembolsar os delitos, vendendo-as a interessados. Seria operação semelhante à ocorrida em “bancos grandes demais para falir”. Preserva as corporações e os empregos, porém desapropriando as ações de seus controladores, responsáveis em última instância pela indicação dos administradores corruptos, de acordo com a dimensão da corrupção.

2. E o que pode ou deve fazer o advogado da Caixa – e os cidadãos em geral – para a prevenção e combate contra a corrupção?

Não se pode tratar questões complexas com simples palavras-de-ordem. Hoje, os golpistas perderam a vergonha de sair-do-armário onde se meteram por meio século. Estamos observando a falta de pudor em falar asneiras daqueles sujeitos “ocupantes do fundo-da-sala” quando iam à aula.

A passeata dos profissionais liberais, muitos deles sonegadores de impostos, e de membros de igrejas conservadoras, todas elas isentas de impostos, foi uma grande demonstração de cinismo pessoal – e social. Para culminar, depois de comer pizzas, os brancos ricos e gordos foram “bater panelas vazias”. Pasmem.

É muita apelação política do 1/3 votante na oposição e do 1/3 optante pela abstenção (ou voto nulo) querer deslegitimar a vitória em pleito democrático do 1/3 (e um pouco mais) votante na continuidade da situação. A democracia exige tolerância com a derrota eleitoral e respeito às regras de convivência política.

A história da humanidade mostra uma longa (começou no século XV e atingiu seu apogeu nos séculos XVI e XVII) e triste experiência de intolerância religiosa e política. Levava às “caças às bruxas”. Adversários sem julgamentos justos eram queimados vivos em fogueiras.

A “caça às bruxas” foi uma perseguição de fundo político às antigas seitas pagãs e matriarcais. Eram tidas, arbitrariamente, como satânicas. Essa expressão passou a se referir a qualquer movimento político ou popular de perseguição arbitrária, com o objetivo de Poder, muitas vezes calcadas no medo e nos preconceitos da maioria alienada. Esta loucura coletiva se utiliza, por exemplo, dos violentos discursos de ódio antissemita, antirrentista, anticomunista, antipetista, homofóbico, machista, misoginia, etc.

A expressão “bode expiatório” teve sua origem no Dia da Expição, como relata a Bíblia. Era um ritual para purificação de toda nação de Israel. Para a cerimônia, eram levados dois bodes, onde um deles era sacrificado e o outro, o bode expiatório, era tocado na cabeça, pelo sacerdote. Então, confessava todos os pecados dos israelitas e o enviava para o deserto, onde todos os pecados carregados eram aniquilados.

Se o problema da corrupção fosse de resolução tão simples – culpar um partido e uma presidente – já estaria resolvido há muito tempo. Os cidadãos brasileiros necessitam evitar o autoengano.

CAPÍTULO 6 – BATER na Desigualdade Social

Dependência de Trajetória: Enriquecimento ou Empobrecimento

A definição de *instinto* está na diferença entre a mente com a qual nascemos e a mente formada, via aprendizado, cultura e socialização. Instinto é, essencialmente, a parte do nosso comportamento não resultante de aprendizado. Contudo, nosso ambiente (e, portanto, nosso aprendizado) pode ter uma influência poderosa no modo pelo qual nossos instintos se expressam.

O instinto é constituído de elementos humanos, herdados, de ação, desejo, razão e comportamento. Os instintos básicos, no caso dos humanos, são os formados durante milênios na savana: *de sobrevivência, de reprodução, de competição e de proteção*. A descoberta da sequência completa do genoma humano revelou características herdadas ao serem transmitidas por genes.

Ao longo dos ciclos da vida humana contemporânea há certa predominância de uns ou outros instintos em indivíduos e/ou agrupamentos. Durante a fase de vida reprodutiva, os instintos sexuais de reprodução se exacerbam e, junto com eles, os de competição são colocados à prova na disputa por parceiros.

O consumismo exibicionista, para atração do sexo oposto, caso não seja controlado, leva a gastos perdulários. É postura contrária às Finanças Racionais. Estas sugerem a fase de vida profissional ativa ser a de acumulação de reservas para a aposentadoria e a de vida inativa ser a de consumo dessas reservas.

Entretanto, a fase de acumulação coincide com os hormônios estarem “à flor da pele”. As necessidades imediatas de prazer (“sexo, drogas e *rock’nroll*”) são muito mais importantes e presentes em vez de refletir sobre as necessidades futuras de tranquilidade (“sombra-e-água fresca”). Jovens têm dificuldades em exercer o autocontrole. Quando envelhecem e chegam à fase de aposentados, mudam o comportamento. Se, para consumo imediato, for necessário vender ou sacar o pouco guardado, preferem não o fazer. Eles se dispõem a sacrificar seu nível de consumo por tempo suficiente até o bem ou a aplicação se valorizar. Talvez tenham a esperança de algum evento fortuito, tipo “Deus dará”, os favorecer... Só então pensam no futuro. Quando ele já chegou.

Indivíduos capazes de planejar a aposentadoria, investindo em ativos geradores de renda, por exemplo, aluguéis de imóveis ou participação em rendimento em *pool de flats*, tendem a manter seus níveis de consumo intactos. Sem cuidar do planejamento da aposentadoria, ou não saber extrair renda de seus ativos, por exemplo, dividendos de

ações ou renda vitalícia de seu PGBL, apresentam quedas importantes em seus hábitos de consumo, reduzindo assim drasticamente seu padrão de vida.

Diante do volume disponível de recursos investidos anualmente (12% da renda bruta) em PGBL, caso tenha usufruído do incentivo fiscal ao longo dos 35 anos de sua vida profissional, a tentação de uma retirada única pode levar ao “risco loteria”. Quando o sujeito acha sua vida estar resolvida, então, se arrisca à vontade. Sem prática de empreendedorismo, é possível colocar tudo a perder em uma aventura de trabalhar por conta própria ou “realizar o sonho” de enriquecer-se como microempresário.

É possível fazer as *retiradas programadas* — ao longo de 60 ou 120 meses — ou optar pela *renda vitalícia* com pequenos saques mensais se estendendo pelo resto da vida. São escolhas dependentes do perfil de cada um. Resultam de uma mistura de fatores relacionados com projetos de vida, a saúde e quanto tempo a pessoa imagina viver. São dependentes de trajetórias.

Questão financeira contenciosa, portanto, é a disjuntiva entre o conceito ideal de racionalidade humana e a realidade da vida cotidiana. Antes do advento das Finanças Comportamentais não houve nenhum esforço sistemático para fornecer respostas às questões sobre como os investidores se comportam, na realidade. E como suas respostas afetam o desempenho dos mercados financeiros.

As pessoas de esquerda tendem a ter o instinto de proteção predominante, defendendo a eliminação das desigualdades sociais. As posicionadas na direita ideológica, com instinto de competição exacerbado, insistem na convicção de as desigualdades individuais serem naturais. Enquanto tal, não são elimináveis. Alguns esquerdistas criticam até os trabalhadores com preocupação de investir durante toda sua vida ativa para se tornarem rentistas quando se aposentam. É uma crítica moral, inspirada na suposta “virtude superior do trabalho produtivo”. Foi herdada da tradição religiosa contra usura que conformaram pessoas a se submeterem à labuta sob ordens de outras ao longo dos séculos.

A esquerda deveria ver “os pequenos investidores em ações como um proletariado dos grandes capitalistas”. Sofrem com os operadores das finanças relação análoga à de exploração de “o proletariado trabalhador pela classe patronal”. Os participantes do mercado financeiro pertencem a classes de riquezas desiguais, com distintos interesses, experiências e propósitos.

Há diferentes graus de especialização diante de cada situação com capacitação de enfrentamento em Finanças passando por cinco estágios: principiante, neófito ou amador; principiante mais avançado; competente; proficiente; e especialista. Dada essa heterogeneidade de saberes, os amadores deveriam investir sim em suas carreiras

profissionais, para obter sucesso no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, deveriam aprender também a defender seus ganhos da corrosão inflacionária em investimentos de renda fixa (pós ou prefixados), e não em renda variável no mercado de capitais.

No mercado de ações, os *insiders* elevam as cotações mais e mais, e vendem, no auge, aos *outsiders*. Estes compram nessa fase e vendem na baixa, quando os *insiders* estão retornando ao mercado. Os *outsiders* amadores, após desfrutar de “sorte de iniciante” (entrar durante um *boom* com cotações crescentes), vendem e compram novamente por preço mais alto. Aí, depois do *crash*, têm de vender por cotação mais baixa. São vítimas da fugaz euforia coletiva ou culpados individuais de sua carência de Educação Financeira? Eles não fizeram seu “dever-de-casa”, ou seja, a obrigação de todos os cidadãos de estudar, sendo o ensino público e gratuito? E aprimorar sua qualidade com autoinstrução?

Um velho pensador, no século XIX, afirmava o trabalho ser o verdadeiro gerador de riqueza. As estatísticas sobre riqueza pessoal, tanto as Declarações do Imposto de Renda de Pessoa Física, quanto as informações sobre segmentos de clientes dos bancos, confirmam o trabalho acumular montante superior ao do capital.

Eu, um pensador velho no século XXI, sempre aconselho meus alunos: ganhem dinheiro no mercado de trabalho e não no mercado de capitais. Neste, busquem apenas a proteção do poder aquisitivo da sobra do ganho arduamente com o trabalho. A magia dos juros compostos esconde a verdadeira origem da riqueza: *renda do trabalho acumulada*.

Evidentemente, essa apropriação de rendimentos do trabalho superior ao do capital ocorre quando se analisa de maneira agregada por classes ou agrupamentos sociais. Em média per capita, logicamente, o capitalista ganha muito mais comparado ao trabalhador médio.

Por isso, "Trabalhadores do mundo, uni-vos!"

Esse, um dos mais famosos gritos em favor do socialismo, vem do *Manifesto Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels. É algumas vezes estendida para "Trabalhadores do mundo, uni-vos, vós não tendes nada a perder a não ser vossos grilhões", misturando as três últimas frases desse *Manifesto*.

No século XXI, muitos trabalhadores já têm algo mais a perder...

Hierarquia entre Rendas das Castas

Soldo veio do latim *solidum nummum*, elipse de numerário ou a moeda de ouro da Roma imperial. Designando a quantia paga aos mercenários, passou-se a considerá-los “soldados”. Rasos porque os *miles* (militares) eram mal pagos face ao risco de perder a vida ao *militare*, lutar nas *militia*, milícias. Mas, por extensão, soldo passou a ser o vencimento de militares de qualquer posto ou graduação, ou seja, da *casta dos guerreiros*.

Daí, também por extensão, virou pagamento a quem presta serviço de qualquer natureza, tipo *um ordenado*. É a remuneração do “ordenado recebedor de ordens”, o que em geral ocorre com membro da *casta dos sábios*. O antônimo é a obrigação contraída por arrendamento de terras. Neste caso, o pobre coitado tem sempre um *saldo* a liquidar com um *soldo*.

Alquilé era o aluguel de coisa móvel por tempo determinado, especialmente de cavalgadas. Passou a ser preço do aluguel ou arrendamento pago à *casta dos aristocratas* proprietários de terra. Da cavalgada de aluguel se derivou o *aluguel*: pagamento pela cedência ou aquisição do uso e gozo de qualquer coisa móvel ou imóvel. Refere-se tanto ao arrendamento, locação, ou melhor, o preço pago por essa locação, quanto ao local onde o assalariado presta serviço por tempo e preço determinados, geralmente, mediante contrato.

Assalariado trabalha mediante recebimento de salário. *Sal*, em sociedades sem congelamento de comida, era um meio de preservação da subsistência e, logo, uma moeda de troca. *Assalariar* significa contratar ou ser contratado mediante salário. Ou subornar ou deixar-se subornar, isto é, corromper-se. *Peculato*, cuja etimologia latina é *pecus*, gado (também já foi uma forma *pecuniária*), é desvio de dinheiro público.

Embora tenha havido trabalhadores assalariados em outros períodos da história, com o advento do capitalismo o salário se tornou a forma dominante de pagamento da mão-de-obra. A forma de salário tem variado no decorrer da exploração da mão-de-obra, ocorrendo segundo o número de peças produzidas ou o tempo de trabalho: hora, dia, semana, mês.

A *Lei de Ferro (ou de Bronze) dos Salários* é estes tenderiam sempre a oscilar em torno do chamado “mínimo indispensável”, isto é, do mínimo fisicamente necessário para o trabalhador e sua família poderem subsistir. As oscilações salariais resultariam de modificações na oferta e procura de trabalho.

Segundo essa doutrina, o salário não se situa por muito tempo em um nível superior ao do mínimo indispensável. Caso contrário, o nível de vida dos trabalhadores melhoraria, a taxa de natalidade cresceria e a de mortalidade diminuiria. Disso resultaria

um aumento da população e, conseqüentemente, da oferta de força de trabalho, pressionando os salários para baixo. Se os salários caíssem abaixo daquele nível mínimo, ocorreria o fenômeno oposto: a miséria se generalizaria, a taxa de mortalidade aumentaria e a população tenderia a estagnar ou mesmo a diminuir. Então, a oferta de força de trabalho se reduziria, provocando aumento de salários, ou sua volta ao nível anterior.

Admitida essa *Lei de Ferro*, portanto, não teria sentido os trabalhadores lutarem por melhores salários. Essa “lei natural” da população faria os salários voltarem sempre aos níveis anteriores. À casta dos trabalhadores, quase por predestinação divina, restaria ser religiosamente conformista com tal destino favorável à casta dos mercadores.

À casta dos comerciantes-produtores resta toda a receita obtida pela venda de mercadorias descontada do custo de sua produção com insumos, energia, impostos e aquela remuneração da força do trabalho. Esta, em última análise, faz as máquinas se movimentarem transformando matérias-primas em bens acabados com valor superior.

Os rendimentos proporcionados pela produção social dividem-se entre as castas de acordo com a forma de inserção econômica. Os trabalhadores participam da renda recebendo salários; os donos de recursos naturais ou imóveis obtêm a renda da terra ou aluguéis; os donos das empresas industriais, comerciais, de serviços ou do capital investido, os lucros. Possuidores de capital financeiro recebem juros.

Em uma economia capitalista moderna, cuja população urbana superou a rural e, em consequência, o aluguel de imóveis ultrapassou a renda da terra, esta deixou de ser a principal riqueza, conquistada a ferro e fogo, isto é, pela violência. A necessária empatia por parte de comerciantes – se colocar no lugar do outro – diminuiu a violência social. A visão reducionista dos rendimentos fundamentais aos salários e aos lucros só destaca sua relação antagônica. O máximo dos salários é o mínimo dos lucros – e vice-versa.

Mas salário não é só custo, é também demanda. Da magnitude dos salários depende o poder aquisitivo da maioria da população. Por conquista social, os salários não são determinados apenas por mecanismos de mercado, mas também por regras institucionais (salário mínimo, contratos coletivos de trabalho, etc.), atingindo todas as empresas. Quando os salários aumentam, há expansão da demanda de bens e serviços. Isso permite às empresas elevar seus preços e, assim, preservar suas margens de lucro. Nesse caso, são especialmente beneficiadas as empresas produtoras de mercadorias de consumo massivo, onde os assalariados concentram seus gastos.

Quando há uma queda de salários, os custos das empresas tornam-se menores e aumenta a margem de lucro. No entanto, isso pode ser anulado pela redução do consumo e conseqüente redução das vendas e da produção das empresas.

O aumento do lucro não tem efeito semelhante na economia ao de uma elevação salarial, pois enquanto a maior parte dos salários é empregada em gastos de consumo, grande parcela do lucro é destinada aos investimentos financeiros. Quando a *casta dos comerciantes-financeiros* se apropria do poder discricionário de fixar o juro básico de referência, este juro passa a ser a variável-determinante de todas as demais rendas. Esta casta passa a ter o privilégio único de determinar sua própria renda. As demais ficam submetidas à dura Lei do Mercado. Em última análise, o juro arbitrário e ilimitado retira renda dos trabalhadores pelo desemprego e tributação, demanda dos comerciantes, venda e aluguel dos imóveis, tudo isso em favor apenas da renda do capital financeiro.

Da Sociedade dos Rentistas à Sociedade dos Executivos

Thomas Piketty, no livro “*O capital no século XXI*”, dá uma contribuição necessária à compreensão de nossa Era Econômica. “Em grande medida, passamos de uma sociedade de rentistas para uma de executivos — isto é, de uma sociedade onde o centésimo superior era representado por rentistas (pessoas detentoras de um patrimônio suficientemente importante para viver de rendas anuais produzidas por esse capital) para outra onde o pico da hierarquia de rendas, incluindo o centésimo superior, é composto de assalariados muitíssimo bem remunerados, pessoas dependentes da renda do seu trabalho. É possível dizer, para ser mais preciso, ou, se preferir, para ser menos otimista, que passamos de uma sociedade de super-rentistas para outra de rentistas menos extremos que os do passado, com a vantagem de um maior equilíbrio entre o sucesso do trabalho e o do capital” (2014: 271).

Será este também o caso brasileiro? A lavagem de roupa suja da Petrobras em público leva os tapuias a conhecer mais o mundo dos super-executivos brasileiros. Segundo a ex-presidenta da Petrobras, Graça Foster, ao ir para Cingapura, uma executiva manteve seu salário de gerente-executiva (um posto abaixo ao de diretor), de R\$ 69 mil, e teve um adicional de R\$ 54.400,00 por estar em Cingapura (para cada país há um valor diferenciado). Além disso, poderia receber até o teto R\$ 43.800,00 para cobrir despesas de aluguel e tinha 90% da escola das duas filhas custeados pela estatal. Ao todo, sua remuneração mensal poderia chegar a R\$ 167.342,00. “É muito mais do que eu ganho”, disse Foster.

Quanto ganha um diretor da maior empresa estatal brasileira? Os vencimentos anuais do diretor saltaram de R\$ 368.711,36 em 2003, para R\$ 701.764,79 em 2007.

Funcionário de carreira e aposentado nomeado diretor conseguiu também elevar a aposentadoria nesse período. O diretor recebeu R\$ 153.361,83 da Petrus — o fundo de pensão dos funcionários da estatal. Esse valor era muito superior aos R\$ 92.038,92 que ele recebeu da mesma fonte em 2003. Basta uma conta simples de somar para chegar à conclusão de ele ter recebido da Petrobras e da Petrus R\$ 858.597,29. Ele embolsou ainda um 13º salário de R\$ 84.648,24.

Os constantes aumentos também beneficiaram o presidente da estatal e os diretores. Eles receberam em 2007 em torno de R\$ 710 mil de salários e outros bônus. Os vencimentos anuais dos empossados em 2003 saltaram de R\$ 369.711,36 para R\$ 706.260,68 em 2007.

Por que eles ganharam tanto acima da média dos altos assalariados – e ainda assim alguns deles não conseguiram evitar se corromperem? A ambição por cada vez maior enriquecimento é desmesurada? Não tem limite?!

Ao contrário dos demais servidores da Petrobras, cujos aumentos salariais são definidos em acordo coletivo da categoria, os vencimentos dos diretores são decididos em Assembleia-Geral Ordinária. Esta ocorre uma vez por ano e examina proposta encaminhada pelo Conselho Administrativo (CA) e Fiscal da empresa. No CA participam ministros de Estado e empresários “independentes”. Essa assembleia fixou então os próprios salários dos Conselheiros de Administração e Fiscal em 10% dos vencimentos dos diretores. Os conselheiros só não têm direito a passagem área, previdência privada e auxílio-moradia. Levando-se em conta cada diretor receber em média R\$ 60 mil por mês, em 2007, a remuneração dos Conselheiros ficou em torno de R\$ 6 mil por mês.

Entre os cinco bancos estatais federais, o BNDES é a instituição com a maior remuneração aos seus diretores. Dados obtidos pela Folha de São Paulo (18/02/18) por meio da Lei de Acesso à Informação mostram o salário fixo da diretoria do banco ser R\$ 80.110,10, e o do presidente, R\$ 87,4 mil.

Quando se soma a esse valor a remuneração variável, dependente de metas alcançadas, a renda média por mês é equivalente a R\$ 105 mil, valor referente a 2016, último dado disponibilizado pelo banco. Segundo o BNDES, os executivos não tiveram aumento de salário em 2017. *Snif, snif...* Eu como professor universitário de uma universidade estadual paulista ganho o mesmo valor nominal desde 2012, embora tenha alcançado o topo da carreira universitária. Isto ocorre por causa do redutor constitucional arbitrariamente limitado pelo salário do governador. Este deixou de ser reajustado, desde então, para desestímulo de carreiras baseadas no julgamento de mérito.

A diretoria do BNDES também recebe auxílio-alimentação, de R\$ 1.613,49, e tem direito a auxílio-moradia, de R\$ 1.800. Neste último caso, dois diretores, não proprietários de residência na cidade, segundo o banco, recebem o benefício.

Os valores, apesar de serem menores se comparados aos dos bancos privados, superam a remuneração das demais instituições financeiras federais. No Bradesco, o salário médio da diretoria superou os R\$ 140 mil em 2016. No Itaú, foi de R\$ 84 mil. Esses valores chegam ao equivalente a R\$ 280 mil e R\$ 364 mil mensais, nessa ordem, quando se consideram benefícios como bônus e participações no lucro.

No Banco do Brasil, por exemplo, essa conta, se forem incluídos pagamento de bônus baseados em ações e remuneração variável, é equivalente a R\$ 87,4 mil mensais. Na Caixa, o valor dos salários mais o da remuneração variável é de cerca de R\$ 60 mil. O que houve lá com *o emedebismo e o pepemismo* após 2007?!

Os valores provisionados em 2016 pelo Banco da Amazônia e pelo Banco do Nordeste por diretor foram de, respectivamente, R\$ 57,4 mil e R\$ 78,9 mil por mês, em média, de acordo com informações prestadas à CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Uma pista para a diferenciação dessa “casta” não é seguir a mitológica Teoria da Produtividade Marginal, mas sim entender o poder de fixar a própria remuneração. Parte do raciocínio auto justificador: “Eu mereço o máximo! Mamãe sempre me disse: eu sou o melhor!” Honestidade se aprende desde o berço.

A auto referência de um grupo de alta administração justifica a competição individual para exibir “quem ganha mais”. Seus membros formam espécie de *cluster*. Um *cluster*, no mundo da indústria, é uma concentração de empresas comunicantes por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, se tornam mais “eficientes”. Na realidade, no mundo dos super-executivos, eles se tornam apenas mais ricos...

No caso dos indivíduos participantes desse “mundinho”, as razões e motivações principais são distribuídas em dois grandes grupos. Primeiro, “a necessidade de conseguir maior flexibilidade em decisões próprias”. Segundo, “a procura de maior eficiência na satisfação de uma oportunidade temporária”, por exemplo, uma licitação corrompida por cartel.

Não imagine essa prática de auto remuneração ficar restrita ao mundo corporativo-empresarial. Por exemplo, no ano de 2018, os vencimentos dos ministros do STF, do procurador-geral da República e dos deputados e senadores ficarão em um valor superior ao do Poder Executivo: R\$ 33,7 mil contra R\$ 30,9 mil. Os membros do Poder Legislativo antes recebiam R\$ 26,7 mil, logo, o aumento representa 26,2% a

mais. Os membros do Poder Judiciário recebiam R\$ 29,4 mil, então o incremento será de 14,6%.

O acordo “toma-lá-dá-cá” foi negociado pelo presidente da Câmara, diretamente com Executivo, Judiciário e Ministério Público, em reuniões com o ministro da Casa Civil, o ministro de Relações Institucionais, o presidente do STF e o procurador-geral da República. O acerto foi chancelado em reunião de líderes partidários na Câmara.

Mas não é só isso. Em meio à tentativa de aumentar o orçamento do Judiciário em 2015, o Supremo e o Conselho Nacional do Ministério Público já tinham aprovado o pagamento mensal de auxílio-moradia de até R\$ 4.377 para todos os juízes, promotores e procuradores do país, retroativo a 15 de setembro de 2014. Atualmente, há 12.262 integrantes do Ministério Público e 16.429 juízes. O benefício foi concedido por meio de liminar (decisão provisória) por ministro do STF, e regulamentado posteriormente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o CNMP.

A medida gerou protesto do Poder Executivo. A Advocacia-Geral da União foi obrigada a entrar com uma ação contestando a legalidade das resoluções do CNJ e do CNMP. Pelas decisões dos conselhos, o auxílio-moradia foi concedido a todos os juízes e integrantes do Ministério Público Federal e das promotorias estaduais, inclusive para os possuidores de residência própria e os atuantes na cidade de origem. Casal de juízes recebe dois auxílios-moradia. Só não recebeu o benefício quem tinha imóvel funcional à disposição.

Enfim, todos viverão felizes para sempre! *Enquanto isso, o povo, oh...*

Orgasmo das Castas dos Mercadores, Oligarcas e Justiceiros

O mais alto grau de satisfação, quando se atinge a plenitude das sensações, foi gozado pelas castas dos mercadores, oligarcas e justiceiros com o prejulgamento político da candidatura mais popular do maior representante da casta dos trabalhadores organizados brasileiros. Esta casta se mobilizou em aliança com a casta dos sábios-intelectuais e artistas, mas não foi suficiente para demover o intuito de impedimento do líder nas pesquisas eleitorais por juízes de comarca. Estes são inconscientes do mal feito à democracia brasileira. Caiu “no colo” de um candidato de extrema-direita, representante da casta dos guerreiros – com quem essas castas oligarcas e dos justiceiros não se metem –, uma grande chance de se eleger.

Os gozadores podem ter se iludido com a ejaculação precoce. A êxtase é prematura. Depois do pico de hormônios ligados ao bem-estar, há uma queda, e advém

a tristeza do coito. Se abandonarem a visão individualista e adotarem uma holística talvez consigam compreender os fenômenos na sua totalidade e dimensão histórica.

Em termos de solidez nos fundamentos econômicos não há motivos profundos para a alta da bolsa de valores quando a economia brasileira acaba de ter rebaixada sua avaliação de risco. A inaptidão dos neoliberais em incentivar a retomada do crescimento leva à auto realização da profecia oposicionista: as contas fiscais não se ajustam com eles no Poder. A economia fica rastejante e mal decola para um voo-de-galinha.

O desempenho da bolsa de valores não é um indicador econômico importante em análise de perspectiva econômica brasileira. Ela possui apenas cerca de 620 mil investidores Pessoas Físicas, movimentando 1/5 do volume total de compras e vendas de ações. Pessoas Jurídicas não financeiras têm menos de 1% de participação. Está sujeita a surtos provocados artificialmente por *insiders* para depararem *outsiders*. Os maiores investidores são estrangeiros (47%) e institucionais (16%). O segmento de instituições financeiras só representa 6%. Ela é significativa para a sociedade brasileira?

O volume médio diário negociado em ações à vista gira algo em torno de R\$ 8 bilhões em 864,6 mil operações. É raquítico esse mercado acionário se comparado com as operações compromissadas em curto prazo. Superam um trilhão de reais.

Uma visão míope só enxerga a conjuntura imediata. Não vislumbra o médio e longo prazo. Está se delineando uma instabilidade política para a sociedade brasileira e seus negócios por a casta dos mercadores se aliar com a casta dos oligarcas e a subcasta dos sábios justiceiros brasileiros. É mero oportunismo reacionário, contrário a quaisquer mudanças sociais e/ou políticas democráticas, se aliar com um sistema político no qual o poder está concentrado em um pequeno grupo pertencente às famílias de dinastias regionais, um mesmo partido político (“emedebismo”) ou grupo econômico (rentista).

Esta aliança não tem a capacidade de convencer ao eleitorado popular da correção de sua visão de mundo patrimonialista. Com base no livre-mercado ela não entrega seu compromisso social: gerar ocupações não precárias. Desde a volta da Velha Matriz Neoliberal, em 2015, há três anos há queda líquida no número de empregos formais.

Os grupos sociais, vistos como castas de natureza ocupacional, não podem ser só organismos em busca do interesse próprio e da vantagem econômica. Também constituem encarnações de ideias e estilos de vida para impor aos outros. O fracasso da aliança dominante de castas ocorre pelo aprofundamento da crise de desemprego. Gera uma crise ideológica e provoca mudanças. As ordens sociais podem desmoronar quando seus governantes acreditam estarem fracassando – e, em reação, só adotarem reformas

neoliberais, por exemplo, trabalhistas e previdenciárias, onde cortam conquistas sociais das castas não aliadas. E aprisionam o líder popular!

Na Era Neoliberal (1988-2002 e 2015-2018), a panaceia para todos os males é a economia de livre mercado e a retirada de direitos trabalhistas. Mas o entusiasmo com a exclusiva liberdade do mercado não dura muito tempo, logo se deparando com sua crise. Isso traz uma forte reação social contra a casta dos mercadores rentistas. Esta não entrega seu compromisso social com as demais castas e párias: gerar emprego formal.

O social-desenvolvimentismo (2003-2014) dava um papel menor para a casta dos guerreiros e um maior para as castas dos mercadores e dos trabalhadores. Contava com o apoio da maioria de sábios-intelectuais e a oposição de sábios-pregadores evangélicos conservadores nos costumes. Errou quando abandonou o mérito profissional como critério para nomeações e se aliou como o “emedebismo” corrupto do toma-lá-dá-cá. Ficou refém do fisiologismo predominante no Congresso Nacional. Pautas-bombas sabotaram seu último governo até levar ao impedimento golpista.

Pior, a concentração de renda e riqueza está se agravando. O exclusivismo das benesses do sistema capitalista para poucos pode ser visto na tabela abaixo elaborada com dados das DIRPF (Declarações do Imposto de Renda de Pessoa Física) de 2016 como ano calendário.

Tabela DIRPF 2017 AC 2016 - Resumo das Declarações Por Faixa de Rendimentos Totais (em salários mínimos) Valores R\$ milhões

Faixa de Salário Mín. Mensal	Qtde Declarantes	Rendimento		Rendimento		Rendimento		Bens e Direitos - Dívidas = PL		Patrimônio Líquido Per Capita em R\$		Doações e Heranças	
		Em %	Total em R\$ milhões	Em %	Per Capita Anual em R\$	Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Em %	Per Capita em R\$	Per Capita em R\$	Em %	Em %	
Até 1/2	1.304.128	4,7%	509	0,0%	391	33	171.241	2%	131.307	1	0%		
De 1/2 a 1	588.273	2,1%	5.623	0,2%	9.558	797	48.056	1%	81.690	6	0%		
De 1 a 2	1.360.094	4,9%	21.953	0,8%	16.141	1.345	131.528	2%	96.705	40	0%		
De 2 a 3	3.994.153	14,3%	108.800	4,0%	27.240	2.270	376.903	5%	94.364	99	0%		
De 3 a 5	7.605.675	27,2%	313.950	11,4%	41.278	3.440	532.436	7%	70.005	543	1%		
De 5 a 7	4.219.050	15,1%	262.702	9,6%	62.266	5.189	436.097	6%	103.364	1.120	1%		
De 7 a 10	3.202.633	11,4%	281.300	10,2%	87.834	7.319	596.491	8%	186.250	2.024	2%		
De 10 a 15	2.441.109	8,7%	313.189	11,4%	128.298	10.691	603.225	8%	247.111	3.081	4%		
De 15 a 20	1.121.037	4,0%	203.981	7,4%	181.958	15.163	455.009	6%	405.882	2.707	3%		
De 20 a 30	1.038.518	3,7%	266.270	9,7%	256.394	21.366	668.136	9%	643.355	4.759	6%		
De 30 a 40	449.733	1,6%	163.279	5,9%	363.058	30.255	431.269	6%	958.946	3.853	5%		
Sutotal (< R\$ 35.200)	27.324.403	97,6%	1.941.556	70,7%	71.056	5.921	4.450.391	59%	162.872	18.235	22%		
De 40 a 60	354.401	1,3%	180.228	6,6%	508.542	42.378	529.730	7%	1.494.719	6.018	7%		
De 60 a 80	127.976	0,5%	92.731	3,4%	724.596	60.383	301.285	4%	2.354.230	4.250	5%		
De 80 a 160	128.933	0,5%	146.398	5,3%	1.135.459	94.622	547.914	7%	4.249.605	9.724	12%		
De 160 a 240	29.514	0,1%	60.241	2,2%	2.041.086	170.091	242.681	3%	8.222.563	5.297	6%		
De 240 a 320	12.635	0,0%	36.748	1,3%	2.908.460	242.372	158.090	2%	12.512.064	3.148	4%		
Mais de 320 (> R\$ 281,60)	25.785	0,1%	287.567	10,5%	11.152.496	929.375	1.294.387	17%	50.199.232	37.723	45%		
Milionários em PL PC	679.244	2,4%	803.913	29,3%	1.183.540	98.628	3.074.087	41%	4.525.748	66.160	78%		
Total	28.003.647	100%	2.745.468	100,0%	98.040	8.170	7.524.478	100%	268.696	84.395	100%		

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa) - Obs.: salário mínimo em 2016 = R\$ 880,00 - PL PC: Patrimônio Líquido Per Capita
Segmentos de Clientes Private Banking: 67.934 declar. com rend. mensal na faixa sup. a 160 sal. mín. (R\$ 140.800,00) e PL PC - 40% (imóveis): ~R\$ 5 milh

Pela tabela consolidada das DIRPF 2017 AC 2016 com o resumo das declarações por faixa de rendimentos totais (em salários mínimos), percebe-se os milionários em dólares e patrimônio líquido (bens e direitos menos dívidas) serem aqueles possuidores de mais de R\$ 5 milhões, depois de descontados 40% do total como proxy de ativos imobiliários sem liquidez imediata. A residência principal, por exemplo,

não é contabilizada no inventário da riqueza pessoal disponível para comandar decisões econômico-financeiras.

Em torno de 68 mil declarantes receberam, no ano do golpe, acima de 160 salários mínimos (R\$ 140.800,00) por mês. Estes, provavelmente, se confundiam com o segmento de clientes *Private Banking* em dezembro de 2016. Eram 54.100 grupos econômicos ou 112.036 clientes por domicílio (soma de CPFs e CNPJs) atendidos pelo *Private* com R\$ 831,6 bilhões em riqueza financeira.

Todos os milionários em patrimônio líquido contabilizado em reais somavam 680 mil declarantes ou 2,4% do total de 28 milhões. Eles se apropriavam de 29,3% dos rendimentos totais. Para verificar os rendimentos totais per capita anual – a média mensal é a simples divisão por doze meses –, somamos os rendimentos tributáveis (59% do total), os isentos e não-tributáveis (31%), e os tributáveis exclusiva ou definitivamente na fonte (10%). Nestes últimos, o 13o. salário representa 31%, os rendimentos de aplicações financeiras 28%, ganho de capital na alienação de bens ou direitos 14% e participação nos lucros ou resultados 10%, ou seja, todo o restante 17%. Essa distribuição de renda espelha todas as fontes e não só a renda do trabalho como focalizou, durante muitos anos, o debate sobre concentração de renda – e não de riqueza – no Brasil.

O rendimento per capita mensal dos não milionários quase alcançou seis mil reais (R\$ 5.921), enquanto o dos milionários quase alcançou cem mil reais (R\$ 98.628). Porém, mais chocante é a disparidade da riqueza no top da pirâmide. Os 25.785 declarantes situados na faixa superior a 320 salários mínimos possuíam em média per capita R\$ 50,2 milhões. Eles perpetuarão essa desigualdade social com as doações e heranças. Só eles doam 45% do total. Todos milionários transferem 78%. Doações em espécie representam 45% do total de pagamentos e doações.

Tabela DIRPF 2017 AC 2016 - Resumo das Declarações Por Faixa de Rendimentos Totais (em salários mínimos) Valores em R\$ milhões

Faixa de Doações e Heranças (R\$)	Qtde Declarantes	Em %	Rendimento Total em R\$ milhões	Em %	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL	Em %	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$	Doações e Heranças	Em %
Até 50 mil	108.335	32,3%	10.375	6%	95.764	35.941	7%	331.760	2.671	3%
De 50 a 100 mil	85.050	25,4%	13.106	8%	154.093	41.571	8%	488.787	4.648	6%
De 100 a 200 mil	54.896	16,4%	13.379	8%	243.711	39.099	8%	712.231	5.762	7%
De 200 a 300 mil	25.000	7,5%	8.966	5%	358.624	23.836	5%	953.432	4.396	5%
De 300 a 400 mil	14.362	4,3%	6.649	4%	462.984	17.275	3%	1.202.813	3.471	4%
De 400 a 500 mil	9.556	2,9%	5.490	3%	574.489	14.173	3%	1.483.172	2.900	3%
De 500 a 600 mil	6.758	2,0%	4.536	3%	671.215	11.723	2%	1.734.725	2.491	3%
De 600 a 800 mil	8.072	2,4%	6.659	4%	824.946	17.928	4%	2.221.067	3.691	4%
De 800 mil a 1 milhão	4.955	1,5%	5.159	3%	1.041.194	13.658	3%	2.756.360	2.855	3%
Doações de "Pobres"	316.984	94,6%	74.318	45%	234.453	215.205	43%	678.913	32.884	39%
De 1 a 1,2 milhão	3.484	1,0%	4.265	3%	1.224.190	11.121	2%	3.192.041	2.523	3%
De 1,2 a 1,4 milhão	2.281	0,7%	3.223	2%	1.412.997	9.475	2%	4.154.043	1.854	2%
De 1,4 a 1,6 milhão	1.757	0,5%	2.924	2%	1.664.016	7.871	2%	4.479.861	1.670	2%
De 1,6 a 1,8 milhão	1.355	0,4%	2.476	1%	1.827.381	6.629	1%	4.892.350	1.490	2%
De 1,8 a 2 milhões	1.061	0,3%	2.095	1%	1.974.566	6.653	1%	6.270.606	1.200	1%
De 2 a 2,5 milhões	1.945	0,6%	4.520	3%	2.324.040	13.698	3%	7.042.714	2.686	3%
De 2,5 a 3 milhões	1.147	0,3%	3.274	2%	2.854.538	9.539	2%	8.316.074	1.928	2%
De 3 a 3,5 milhões	798	0,2%	2.759	2%	3.457.119	9.360	2%	11.729.667	1.546	2%
De 3,5 a 4 milhões	586	0,2%	2.173	1%	3.708.360	6.130	1%	10.461.534	1.250	1%
De 4 a 4,5 milhões	444	0,1%	1.939	1%	4.366.408	5.873	1%	13.226.956	1.084	1%
De 4,5 a 5 milhões	359	0,1%	1.683	1%	4.688.816	5.061	1%	14.096.294	1.030	1%
Acima de 5 milhões	2.835	0,8%	61.023	37%	21.524.821	190.436	38%	67.173.275	33.249	39%
Doações Milionárias	18.052	5,4%	92.354	55%	5.116.001	281.847	57%	15.613.047	51.511	61%
Total	335.036	100,0%	166.672	100%	497.475	497.051	100%	1.483.576	84.395	100%

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Como se pode verificar na tabela acima, as doações milionárias (acima de um milhão de reais) representaram 61% das realizadas em 2016 por parte de 18.052 declarantes. Eram 5,4% do total de 335.036 doadores. Doações e heranças de 317 mil “pobres”, representaram apenas 39% do total, casualmente, o mesmo percentual dos 2.835 declarantes com doações acima de R\$ 5 milhões. Cada um desses tinha em média per capita R\$ 67,2 milhões de patrimônio líquido.

A concentração da riqueza relaciona-se com as escolhas demográficas — quanto menos filhos os ricos tiverem, mais forte será a concentração patrimonial — e as regras de transmissão. Lamentavelmente, há uma trindade impossível na República: o amor paterno dedicado aos filhos torna impossível uma sociedade ser, ao mesmo tempo, justa, livre e igualitária. Se é justa, as pessoas mais esforçadas acumularão mais dinheiro e propriedades. Se é livre, elas os transmitirão a seus filhos. Mas, neste caso, a sociedade deixa de ser igualitária e justa. Alguns herdarão riquezas pelas quais jamais trabalharam.

Esse dilema entre liberdade, igualdade e paternidade, historicamente, são enfrentados da seguinte maneira. O social-desenvolvimentismo tende a defender a igualdade de resultados via tributação progressiva. Em uma sociedade justa não deve haver grandes diferenças de renda e/ou riqueza. O neoliberalismo crê apenas em igualdade de oportunidades. Se as pessoas podem subir na escala social com base em suposta meritocracia, uma sociedade com grande diferença de renda e/ou riqueza ainda pode ser justa.

Na verdade, com política afirmativa de cotas, massificação do Ensino Superior, FIES, etc., o Lula e o PT no Poder Executivo fizeram muito mais pela *igualdade de oportunidades*, no Brasil, em comparação a todos os oportunistas atualmente no Poder. Quando voltar ao poder a aliança entre castas dos trabalhadores e dos sábios-progressistas terá de buscar com maior afinco a igualdade de resultados.

Classificação das Castas de acordo com DIPRF

Classifico como “casta dos inativos” 20% dos 28 milhões declarantes, ou seja, considero “pária” a pessoa física residente no Brasil com rendimentos tributáveis, em 2016, cuja soma foi inferior a R\$ 28.559,70 – equivalente a R\$ 2.380,00 mensais. A população ocupada no Brasil, formal ou informal, atinge cerca de 91 milhões de pessoas, ou seja, essas castas compõem cerca de 30% dela. Este percentual inclui a “casta dos inativos” -- aposentados, reformados, bolsistas, etc. – não participante nem da PIA (População em Idade Ativa), nem da PEA (População Economicamente Ativa).

Natureza da Ocupação	Qtde Declarantes	Em %	Rendim. Totais em R\$ bilhões	Em %	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Anual em % do Capitalista	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$
Aposentado, militar refor. ou pens. prev. com moléstia grave	347.903	1,2%	43,42	1,6%	124.806,01	53,6%	10.400,50
Aposentado, militar res. ou refor., pens. prev., exc. cd. 62	3.751.539	13,4%	370,87	13,5%	98.859,20	42,4%	8.238,27
Beneficiário de pensão alimentícia	131.143	0,5%	7,95	0,3%	60.591,06	26,0%	5.049,26
Bolsista	46.176	0,2%	2,73	0,1%	59.048,95	25,4%	4.920,75
Espólio	167.872	0,6%	14,50	0,5%	86.390,30	37,1%	7.199,19
Natureza da ocupação não especificada anteriormente	1.203.008	4,3%	89,08	3,2%	74.045,71	31,8%	6.170,48
Inválido	11	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Casta dos Inativos	5.647.652	20,2%	528,55	19,3%	93.587,10	40,2%	7.798,92
Capitalista que auferiu rendim. de capital, inclus. aluguéis	150.235	0,5%	34,99	1,3%	232.911,60	100,0%	19.409,30
Proprietário de empr. ou firma indiv. ou empregador-titular	4.474.003	16,0%	597,70	21,8%	133.593,25	57,4%	11.132,77
Microempreendedor Individual - MEI	403.825	1,4%	11,62	0,4%	28.777,06	12,4%	2.398,09
Casta dos Mercadores	5.028.063	18,0%	644,31	23,5%	128.489,66	55,2%	10.707,47
Empregado de empr. púb. ou soc. de economia mista municipal	117.940	0,4%	10,37	0,4%	87.957,28	37,8%	7.329,77
Empregado de empresa setor privado, exceto instit. financ.	8.180.121	29,2%	636,50	23,2%	77.810,65	33,4%	6.484,22
Empregado empr. púb. ou ec. mista est. e DF, exc. inst. fin.	206.593	0,7%	25,09	0,9%	121.451,78	52,1%	10.120,98
Empregado empr. púb. ou econ. mista fed., exc. inst. financ.	330.941	1,2%	50,69	1,8%	153.157,98	65,8%	12.763,16
Empregado de instituições financeiras públicas e privadas	778.813	2,8%	101,81	3,7%	130.730,38	56,1%	10.894,20
Empregado ou contratado de organismo internacional ou de ONG	38.531	0,1%	3,34	0,1%	86.727,64	37,2%	7.227,30
Casta dos Trabalhadores	9.652.939	34,5%	827,81	30,2%	85.757,07	36,8%	7.146,42
Membro ou servidor público da admin. direta estadual e do DF	1.280.052	4,6%	147,65	5,4%	115.350,14	49,5%	9.612,51
Membro ou servidor público da administração direta federal	406.500	1,5%	75,34	2,7%	185.343,71	79,6%	15.445,31
Membro ou servidor público da administração direta municipal	1.426.529	5,1%	104,93	3,8%	73.554,72	31,6%	6.129,56
Servidor público de autarquia ou fundação estadual e do DF	690.361	2,5%	68,42	2,5%	99.105,25	42,6%	8.258,77
Servidor público de autarquia ou fundação federal	475.183	1,7%	63,02	2,3%	132.618,66	56,9%	11.051,55
Servidor público de autarquia ou fundação municipal	544.082	1,9%	39,60	1,4%	72.786,53	31,3%	6.065,54
Casta dos Governantes	4.822.707	17,2%	498,96	18,2%	103.461,13	44,4%	8.621,76
Casta dos Guerreiros Militares	678.617	2,4%	60,65	2,2%	89.368,31	38,4%	7.447,36
Casta dos Sábios Profissionais liberais ou autônomos sem vínculo de emprego	2.173.669	7,8%	185,19	6,7%	85.199,13	36,6%	7.099,93
Total das Castas	28.003.647	100,0%	2.745,47	100,0%	98.039,67	42,1%	8.169,97

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Desconsiderando o fenômeno da “pejotização”, isto é, CPFs obrigados a virar CNPJs para serem contratados por empresas não dispostas a pagar todos os encargos trabalhistas, arbitro que a “casta dos mercadores” representa pouco menos de 1/5 dos declarantes. A “casta dos trabalhadores” ultrapassa 1/3. Nessa primeira aproximação mais ligeira – em outra crônica econômica apresentarei uma classificação das 131 ocupações principais discriminadas nas DIRPF nas castas básicas –, a “casta dos governantes”, onde misturam todos os “servidores públicos”, inclusive mandatários de cargos políticos não concursados, alcança 17%. Completam os declarantes por Natureza

de Ocupação 2,4% da “casta dos guerreiros militares” e 7,8% da “casta dos sábios profissionais liberais ou autônomos” sem vínculo de emprego.

Nessa primeira “mistura” dá para perceber: os 18% declarantes “mercadores” recebem 23,5% dos rendimentos totais e os 34,5% trabalhadores, 30,2% desses rendimentos. Governantes recebem um ponto percentual a mais de uma distribuição proporcional de “um para um” entre quantidade e renda (17,2% contra 18,2%), guerreiros-militares 0,2% a menos. Os profissionais liberais e autônomos recebem quase um ponto percentual a menos em relação a sua participação em quantidade de declarantes (7,8% contra 6,7%). Em outros termos, a velha luta de classes entre capital e trabalho fica nítida com a casta dos mercadores recebendo proporcionalmente acima das demais castas.

Nessa agregação, desconsiderando a tradicional exploração da força do trabalho, a distribuição não parece ser tão injusta. Mas quando se desce ao nível de cada ocupação, comparando o rendimento per capita anual de cada casta em percentual do rendimento total do capitalista receptor de rendimentos de capital, inclusive aluguéis, o quadro da estratificação social fica mais transparente. A “casta dos inativos” recebe o equivalente a 40% do ganho dos capitalistas, a casta dos trabalhadores, 37%, dos governantes, 44%, dos guerreiros-militares, 38%, dos sábios profissionais liberais, 37%. Os microempreendedores individuais (MEI), simulacros de capitalistas, apenas 12,4%!

Na última coluna da tabela acima apresento o rendimento per capita mensal. Somente se aproximam da média de R\$ 19.500 mensais dos 150 mil capitalistas os 1,4 milhão de membros ou servidores públicos da administração direta federal – devem estar aí desde os sábios-tecnocratas, inclusive os do Poder Judiciário, até os oligarcas das dinastias regionais ocupantes de cargos políticos – com uma média mensal de R\$ 15.500. Tirando os empregados de empresas públicas (R\$ 12.800), todos as demais ocupações recebem pouco mais da metade daquele valor para baixo.

Natureza da Ocupação	Rendim. Tribut.	Rendim. Tribut. Excl.	Rendim. Isentos	Rendim. Totais em %
Aposentado, militar refor. ou pens. prev. com moléstia grave	28%	9%	64%	100%
Aposentado, militar res. ou refor., pens. prev., exc. cd. 62	59%	11%	30%	100%
Beneficiário de pensão alimentícia	69%	7%	24%	100%
Bolsista	16%	3%	81%	100%
Espólio	22%	22%	56%	100%
Natureza da ocupação não especificada anteriormente	53%	9%	38%	100%
Inválido	0%	0%	0%	0%
Casta dos Inativos	54%	11%	35%	100%
Capitalista que auferiu rendim. de capital, inclus. aluguéis	30%	19%	51%	100%
Proprietário de empr. ou firma indiv. ou empregador-titular	25%	12%	64%	100%
Microempreendedor Individual - MEI	63%	3%	34%	100%
Casta dos Mercadores	26%	12%	62%	100%
Empregado de empr. púb. ou soc. de economia mista municipal	80%	8%	12%	100%
Empregado de empresa setor privado, exceto instit. financ.	75%	11%	14%	100%
Empregado empr. púb. ou ec. mista est. e DF, exc. inst. fin.	77%	10%	13%	100%
Empregado empr. púb. ou econ. mista fed., exc. inst. financ.	77%	9%	14%	100%
Empregado de instituições financeiras públicas e privadas	69%	17%	15%	100%
Empregado ou contratado de organismo internacional ou de ONG	68%	8%	24%	100%
Casta dos Trabalhadores	74%	11%	14%	100%
Membro ou servidor público da admin. direta estadual e do DF	80%	7%	13%	100%
Membro ou servidor público da administração direta federal	76%	9%	15%	100%
Membro ou servidor público da administração direta municipal	85%	7%	9%	100%
Servidor público de autarquia ou fundação estadual e do DF	81%	7%	12%	100%
Servidor público de autarquia ou fundação federal	78%	8%	14%	100%
Servidor público de autarquia ou fundação municipal	84%	7%	9%	100%
Casta dos Governantes	80%	8%	12%	100%
Casta dos Guerreiros Militares	84%	6%	10%	100%
Casta dos Sábios Profissionais liberais ou autônomos sem vínculo de emprego	53%	7%	40%	100%
Total das Castas	59%	10%	31%	100%

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Na tabela acima calculei os percentuais dos rendimentos tributáveis (59% do total), os isentos e não-tributáveis (31%) e os tributáveis exclusivamente ou definitiva na fonte (10%). Nestes últimos, o 13o. salário representa 31%, os rendimentos de aplicações financeiras 28%, ganho de capital na alienação de bens ou direitos 14% e participação nos lucros ou resultados 10%, ou seja, todo o restante 17%. Desconsiderando a isenção fiscal dos rendimentos da “casta dos inativos”, observa-se os capitalistas e os proprietários só terem, respectivamente, 30% e 35%, de rendimentos tributáveis e são privilegiados com 51% e 64% de rendimentos isentos. Apenas pela “pejotização”, os profissionais liberais ou autônomos têm 40% de rendimentos isentos. As ocupações das demais castas estão em patamar bastante inferior.

Observe também os empregados de instituições financeiras públicas e privadas receberem, quase por “dever de ofício”, 17% de seus rendimentos de tributação exclusiva, provavelmente, rendimentos de aplicações financeiras. Por causa desse “rentismo”, fazem a contumaz defesa dos interesses dos mercadores-rentistas. Recebem 19% em rendimentos de tributação exclusiva. Eles são “gente de bem”, ou melhor, de bens...

A grande desigualdade social entre as ocupações é revelada na tabela abaixo quanto à *concentração de riqueza*, ou seja, bens e direitos menos dívidas, sem

considerar a média per capita. A casta dos mercadores possui 42,5% do total (proprietários de empresa ou firma individual ou empregador-titular têm mais de 39%), a dos trabalhadores, 18%, a dos governantes, 8%, a dos profissionais liberais e autônomos, 9%. A casta dos inativos tem dois pontos percentuais de bens e direitos acima do seu percentual em número de declarantes. Os 680 mil guerreiros militares só possuem 0,5% do total.

Por fim, veja na tabela em seguida, calculei o patrimônio líquido per capita dos capitalistas, descontando as dívidas dos bens e direitos: R\$ 1,4 milhão é um valor extraordinariamente superior ao possuído por todas as outras ocupações. Pior, no futuro poderá se agravar essa desigualdade, porque as doações e heranças de cada um deles atinge R\$ 28.665, enquanto as de todas as demais, exceto as de proprietários de empresas com R\$ 6.630, ficam de R\$ 2.300 para baixo.

Se algum neoliberal ainda defender o capitalismo pela “igualdade de oportunidades”, resta lhe perguntar: entendeu a leitura da desigualdade no sistema capitalista ou quer um desenho?

Natureza da Ocupação	Bens e Direitos - Dívidas = PL	Em %	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$	Doações e Heranças	Em %	Doações e Heranças Per Capita em R\$
Aposentado, militar refor. ou pens. prev. com moléstia grave	110,38	1,5%	317.279,90	0,60	0,7%	1.713,07
Aposentado, militar res. ou refor. pens. prev., exc. cd. 62	1.102,97	14,7%	294.005,55	7,76	9,2%	2.068,48
Beneficiário de pensão alimentícia	13,60	0,2%	103.670,24	0,35	0,4%	2.669,62
Bolsista	3,61	0,0%	78.201,92	0,18	0,2%	3.923,80
Espólio	107,69	1,4%	641.496,49	0,26	0,3%	1.531,74
Natureza da ocupação não especificada anteriormente	332,50	4,4%	276.393,09	8,58	10,2%	7.129,18
Invalído	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%	0,00
Casta dos Inativos	1.670,75	22,2%	295.831,79	17,72	21,0%	3.137,74
Capitalista que auferiu rendim. de capital, inclus. aluguéis	213,53	2,8%	1.421.296,97	4,31	5,1%	28.665,54
Proprietário de empr. ou firma indiv. ou empregador-titular	2.961,39	39,4%	661.909,80	29,66	35,1%	6.630,18
Microempreendedor Individual - MEI	24,07	0,3%	59.615,56	0,31	0,4%	755,99
Casta dos Mercadores	3.198,99	42,5%	636.226,96	34,28	40,6%	6.816,80
Empregado de empr. púb. ou soc. de economia mista municipal	13,21	0,2%	112.009,18	0,13	0,2%	1.140,41
Empregado de empresa setor privado, exceto instit. financ.	1.014,29	13,5%	123.993,89	14,19	16,8%	1.734,55
Empregado empr. púb. ou ec. mista est. e DF, exc. inst. fin.	38,84	0,5%	188.017,93	0,28	0,3%	1.376,55
Empregado empr. púb. ou econ. mista fed., exc. inst. financ.	77,34	1,0%	233.698,82	0,49	0,6%	1.467,93
Empregado de instituições financeiras públicas e privadas	184,88	2,5%	237.389,94	1,72	2,0%	2.205,23
Empregado ou contratado de organismo internacional ou de ONG	5,99	0,1%	155.411,36	0,08	0,1%	2.073,89
Casta dos Trabalhadores	1.334,55	17,7%	138.253,19	16,89	20,0%	1.749,82
Membro ou servidor público da admin. direta estadual e do DF	184,61	2,5%	144.217,40	1,54	1,8%	1.202,20
Membro ou servidor público da administração direta federal	122,18	1,6%	300.572,95	0,93	1,1%	2.298,65
Membro ou servidor público da administração direta municipal	109,08	1,4%	76.467,96	1,11	1,3%	779,07
Servidor público de autarquia ou fundação estadual e do DF	84,97	1,1%	123.077,74	0,82	1,0%	1.184,35
Servidor público de autarquia ou fundação federal	89,23	1,2%	187.786,51	0,83	1,0%	1.748,27
Servidor público de autarquia ou fundação municipal	39,15	0,5%	71.956,93	0,42	0,5%	767,12
Casta dos Governantes	629,22	8,4%	130.471,11	5,65	6,7%	1.171,63
Casta dos Guerreiros Militares	40,00	0,5%	58.950,70	0,22	0,3%	323,69
Casta dos Sábios Profissionais liberais ou autônomos sem vínculo de emprego	650,96	8,7%	299.473,18	9,64	11,4%	4.433,99
Total das Castas	7.524,48	100,0%	268.696,37	84,40	100,0%	3.013,72

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Castas em Ocupações Principais

“Gente de bem” bate panela vazia? É “bem-nascida”, isto é, herdeira? É a “sorte-do-berço” determinante de seu bem-estar? É *self-made man*, se fez por conta própria, com seu esforço, pelas boas qualidades intrínsecas ao seu DNA ou adquiridas

em seu ambiente familiar-educacional? É o instinto humano básico da competição ou o da proteção sua característica? São boas escolas, bons professores, boa rede de relacionamento social, ou bons privilégios sociais, por exemplo, isenção fiscal em seus rendimentos, os determinantes básicos do \$uce\$\$o?

Os Grandes Números DIRPF 2017 Ano Calendário 2016, publicados pela Receita Federal, permitem reflexões sobre essas questões relativas ao enriquecimento pessoal. A tabela acima apresenta um ranking de ocupações principais dos declarantes para os quais estimei os rendimentos totais (tributáveis, exclusivos e isentos) per capita, deduzindo os mensais, além do patrimônio líquido per capita, descontando as dívidas dos bens e direitos.

Nessa média destaca-se a extraordinária mobilidade social da ocupação dos 2.625 Diplomatas. Eles se situavam em quinto lugar no ranking de bens e direitos no ano anterior (DIRPF 2016-AC2015), mas, com dois declarantes a menos (2.623), o patrimônio líquido per capita deles cresceu cerca de 40% e os levou a superar até o Titular de Cartório que tinha a maior riqueza no ano anterior. Resta para consolo deste “infeliz” sua permanência, disparadamente, como o mais rico em renda, quase o dobro do segundo e do terceiro colocado, respectivamente, Membro do Ministério Público e Membro do Poder Judiciário e Tribunal de Contas (*argh*). Os Diplomatas ocuparam a quarta posição no ranking de renda, talvez por receberem em dólares.

Ranking de Renda e Riqueza das Ocupações dos Declarantes de Imposto de Renda em 2017 mais Ricos

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL em R\$ bi	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$
Diplomata e afins	2.623	R\$ 434.193,77	R\$ 36.182,81	4,36	R\$ 1.662.543,11
Titular de Cartório	9.671	R\$ 1.210.473,18	R\$ 100.872,76	14,18	R\$ 1.465.768,10
Membro do Ministério Público (Procurador e Promotor)	14.187	R\$ 621.914,43	R\$ 51.826,20	18,95	R\$ 1.335.607,29
Membro do Poder Judiciário e de Tribunal de Contas	21.058	R\$ 616.241,57	R\$ 51.353,46	27,76	R\$ 1.318.098,11
Técnico em ciências físicas e químicas	22.804	R\$ 91.565,82	R\$ 7.630,48	24,80	R\$ 1.087.716,20
Ator, diretor de espetáculos	4.536	R\$ 235.656,76	R\$ 19.638,06	4,14	R\$ 913.207,19
Atleta, desportista e afins	5.886	R\$ 268.409,44	R\$ 22.367,45	5,16	R\$ 877.464,31
Médico	351.907	R\$ 342.884,43	R\$ 28.573,70	299,33	R\$ 850.587,42
Dirigente ou adm. part. político, organização patronal etc	6.009	R\$ 186.169,41	R\$ 15.514,12	5,07	R\$ 844.526,91
Dirigente, pres., diretor emp. indust., com. ou prest. serv.	2.599.813	R\$ 155.695,73	R\$ 12.974,64	2152,49	R\$ 827.941,48
Produtor na exploração agropecuária	375.946	R\$ 173.174,74	R\$ 14.431,23	288,37	R\$ 767.047,75
Agente de Bolsa de Valores, câmbio e outros serviços financ.	5.379	R\$ 176.924,25	R\$ 14.743,69	3,92	R\$ 729.463,86
Servidor das carreiras do Banco Central, CVM e Susep	5.349	R\$ 299.282,90	R\$ 24.940,24	3,65	R\$ 681.945,45
Piloto de aeronaves, comandante de embarc., oficiais de máq.	12.300	R\$ 276.450,62	R\$ 23.037,55	7,47	R\$ 607.589,42
Servidor das carreiras de auditoria fiscal e de fiscalização	66.613	R\$ 295.753,98	R\$ 24.646,16	39,49	R\$ 592.820,56
Advogado do setor público, Proc. Fazenda, Cons. Jurídico etc	28.007	R\$ 326.113,10	R\$ 27.176,09	15,40	R\$ 549.980,21
Jornalista e repórter	55.197	R\$ 209.499,87	R\$ 17.458,32	29,55	R\$ 535.430,95

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa) - PL PC: Patrimônio Líquido Per Capita (desconta Dívidas dos Bens e Direitos e divide por Declarantes)

Depois dessas, dá para verificar no ranking: as boas ocupações, em *Terrae Brasiliis*, estão em castas poderosas. São as pertencentes a Poder Judiciário, Poder Fiscalizador, Poder Econômico, Poder Midiático ou Poder das “Celebidades” (Atletas ou Artistas). Senão, resta como boa ocupação cuidar dos poderosos: Médicos, Pilotos... Aliás, a conclusão é: Poder é ter o poder de determinar a própria renda.

Tabela - Estratificação por Castas com base no Resumo das Declarações por Ocupação Principal do Declarante DIRPF 2017 - AC 2016

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendimento Total Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL em R\$ bi	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$
Subcasta dos Atletas	5.886	268.409,44	22.367,45	5,16	877.464,31
Casta dos Guerreiros-Militares	889.101	103.610,37	8.634,20	68,36	91.046,76
Casta dos Comerciantes, Financistas e Dirigentes do Setor Privado	3.903.374	253.777,15	21.148,10	2.800,11	639.834,13
Castas dos Oligarcas Governantes e Sábios-Tecnocratas	993.239	260.082,43	21.673,54	251,06	545.734,15
Casta dos Sábios-Universitários	3.164.507	140.360,84	11.696,74	1.374,44	338.084,90
Casta dos Sábios-Sacerdotes Pregadores	2.551.937	104.811,26	8.734,27	291,37	301.768,85
Casta dos Trabalhadores	6.684.560	65.873,59	5.489,47	564,16	89.628,34
Subcasta de Técnico em ciências físicas e químicas	22.804	91.565,82	7.630,48	24,80	1.087.716,20
Inválido	974	175.259,29	14.604,94	0,64	659.735,45
Não informado	4.639.111	97.517,07	8.126,42	1.462,36	315.223,45
Outras ocupações não especificadas anteriormente	5.121.029	58.169,86	4.847,49	678,42	132.478,12
Total	28.003.647	98.039,67	8.169,97	7.524,48	268.696,37

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Classifiquei atletas como uma subcasta dos guerreiros por eles compartilharem os mesmos valores de fama, glória, coragem e honra. Mas se diferenciam muito nos rankings tanto de renda quanto de riqueza. E pela variação anual de rendimentos eles obtiveram maior poder de barganha.

A subcasta de quase 23 mil Técnicos em Ciências Físicas e Químicas encontra-se inteiramente “fora-da-curva” em sua posição no ranking de riqueza comparada ao seu posicionamento em rendimentos. Por isso, coloquei-a à parte.

Ocupação Principal do Declarante	Rend. Totais Per Capita Mensais R\$ em 2015	Rend. Totais Per Capita Mensais R\$ em 2016	Varição Anual em %
Subcasta dos Guerreiros (Atleta, desportista e afins)	R\$ 20.348,64	R\$ 22.367,45	9,9%
Casta dos Comerciantes, Financistas e Dirigentes do Setor Privado	R\$ 19.844,90	R\$ 21.148,10	6,6%
Casta dos Sábios-Tecnocratas	R\$ 20.911,28	R\$ 21.673,54	3,6%
Casta dos Sábios-Universitários	R\$ 10.930,38	R\$ 11.696,74	7,0%
Castas dos Sábios-Sacerdotes Pregadores	R\$ 9.025,73	R\$ 8.734,27	-3,2%
Casta dos Guerreiros (exceto Atleta, desportista e afins)	R\$ 8.232,34	R\$ 8.634,20	4,9%
Casta dos Trabalhadores	R\$ 5.334,85	R\$ 5.489,47	2,9%
Total	R\$ 7.827,50	R\$ 8.169,97	4,4%

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 comparadas com DIRPF 2016-AC 2015 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Quanto ao ranking de riqueza das castas básicas, o posicionamento de cada qual não muda de 2015 para 2016. A dos mercadores continua mais de seis vezes mais rica se comparada à dos trabalhadores em patrimônio líquido e quase quatro vezes em rendimentos. As castas dos oligarcas governantes e sábios tecnocratas permanecem recebendo maiores rendimentos. Estas e as dos mercadores ganham quase o dobro ou mais em relação às demais castas. Em patrimônio líquido, a dos mercadores supera todas, é quase o dobro em relação ao das castas dos sábios, sete vezes maior em relação a guerreiros e trabalhadores. Só os governantes têm riqueza média per capita próxima da deles.

A medição da renda e riqueza per capita das ocupações principais dos declarantes do imposto de renda possibilita entender o resultado do seu poder de barganha em uma economia mercantil de um País atrasado. Como um anexo estatístico, podemos analisar em seguida cada ocupação principal do declarante enquadrada em determinada casta. E avaliar se o posicionamento nesse ranking se relaciona com seus posicionamentos ideológicos.

Valores morais são os conceitos, juízos e pensamentos considerados “certos” ou “errados” por determinada pessoa na sociedade. Normalmente, os valores morais começam a ser transmitidos para as pessoas nos seus primeiros anos de vida, através do convívio familiar. Com o passar do tempo, este indivíduo vai aperfeiçoando os seus valores, a partir de observações e experiências obtidas na vida social.

Os valores morais são variáveis, ou seja, podem divergir entre sociedades ou grupos sociais diferentes. Para um grupo de indivíduos uma ação pode ser considerada correta, enquanto para outros agrupamentos esta mesma atitude é repudiada e tida como errada ou imoral.

Como disse antes, as ocupações nas Forças Armadas, Polícias Militares e Cíveis, etc., têm os mesmos valores de esportistas: fama, glória, coragem, honra. Os guerreiros atacam guerras intermináveis por honra ou vingança por eventual perda de status social ou ameaça a seus valores conservadores. Eles se definem, essencialmente, como nacionalistas ou guardiões da Pátria e da Ordem Pública. Ganham maior renda per capita, mas têm patrimônio líquido quase em valor equivalente ao dos trabalhadores.

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL em R\$ bi	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$
Subcasta dos Atletas					
Atleta, desportista e afins	5.886	268.409,44	22.367,45	5,16	877.464,31
Casta dos Guerreiros-Militares					
Deleg. de Polícia e serv. carreiras de polícia, exc. militar	129.051	139.638,32	11.636,53	23,87	184.971,98
Militar da Aeronáutica	48.533	106.529,91	8.877,49	4,99	102.763,10
Militar da Marinha	65.437	98.912,33	8.242,69	4,36	66.662,74
Militar do Exército	114.912	100.659,48	8.388,29	9,95	86.583,62
Policial Militar	462.833	80.823,07	6.735,26	21,11	45.615,18
Bombeiro Militar	68.335	95.099,14	7.924,93	4,08	59.683,93
Subtotal ou Média	889.101	103.610,37	8.634,20	68,36	91.046,76

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 comparadas com DIRPF 2016-AC 2015 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

A *casta dos mercadores*, dividida entre distintos portes de empresários, compartilha entre si os valores de competitividade e empreendedorismo, mas se divide entre os firmes defensores da disciplina, principalmente fiscal, de regras comportamentais e autoridade, e os brandos adeptos do internacionalismo, da tolerância

e do liberalismo cultural. Em geral, estes são grandes empregadores ou profissionais liberais autônomos. Aqueles são pequenos empresários sob pressão da concorrência.

No passado, diagnosticava-se a pequena burguesia ter pavor de descenso social e se tornar proletária, isto é, aquela gente só com prole ou filhos. No presente, o medo é de ascensão dos proletários, tendo uma mobilidade social com base em políticas públicas, ganharem um *status social* similar. Nesse sentido, o antipetismo ou o discurso de ódio intolerante não teria outra motivação além do temor conservador de perda de “exclusividades” com os direitos e deveres da cidadania sendo para todos.

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL em R\$ bi	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$
Casta dos Comerciantes, Financistas e Dirigentes do Setor Privado					
Titular de Cartório	9.671	1.210.473,18	100.872,76	14,18	1.465.768,10
Dirigente ou adm. part. político, organização patronal etc	6.009,00	186.169,41	15.514,12	5,07	844.526,91
Dirigente, pres., diretor emp. indust., com. ou prest. serv.	2599813	155.695,73	12.974,64	2.152,49	827.941,48
Gerente ou superv. empresa indust., comerc. ou prest. serv.	795.012	129.002,20	10.750,18	298,28	375.193,98
Gerente ou superv. empresa pública e soc. de economia mista	43.994	183.795,61	15.316,30	12,71	288.899,54
Presidente e diretor empresa pública e soc. economia mista	11.128	105.678,80	8.806,57	3,19	286.975,41
Presidente, diretor, gerente, superv. organ. internac. e ONG	10.800	120.927,56	10.077,30	4,71	436.118,66
Produtor na exploração agropecuária	375.946	173.174,74	14.431,23	288,37	767.047,75
Agente de Bolsa de Valores, câmbio e outros serviços financ.	5.379	176.924,25	14.743,69	3,92	729.463,86
Agente e representante comercial, corretor, leiloeiro, afins	45622	95.929,99	7.994,17	17,17	376.405,65
Subtotal ou Média	3.903.374	253.777,15	21.148,10	2.800,11	639.834,13

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 comparadas com DIRPF 2016-AC 2015 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Partindo do conceito da ética pública, os valores éticos são princípios não limitados apenas às normas, costumes e tradições culturais de uma sociedade. Os valores morais são características compreendidas como essenciais para o melhor modo coletivo de viver ou agir em sociedade de modo geral. Ser membro do aparelho do Estado, por exemplo, exige a renúncia às vantagens privadas em favor do bem comum e da coisa pública – essa abstenção pessoal é uma abnegação.

A República exige essa disposição ao sacrifício. Nela há supremacia do bem comum sobre qualquer desejo particular de ter. O servidor público adota a ideia de dever.

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL em R\$ bi	Patrimônio Líquido Per Capta em R\$
Castas dos Oligarcas Governantes e Sábios-Tecnocratas					
Membro do Ministério Público (Procurador e Promotor)	14.187	621.914,43	51.826,20	18,95	1.335.607,29
Membro do Poder Executivo	7.906	156.477,80	13.039,82	3,07	388.838,12
Membro do Poder Judiciário e de Tribunal de Contas	21.058	616.241,57	51.353,46	27,76	1.318.098,11
Membro do Poder Legislativo	35.983	105.785,07	8.815,42	7,19	199.764,57
Dirigente superior da adm. pública, inclusive fundações etc	62.943	106.424,39	8.868,70	10,11	160.548,79
Diplomata e afins	2.623	434.193,77	36.182,81	4,36	1.662.543,11
Servidor das carreiras de auditoria fiscal e de fiscalização	66.613	295.753,98	24.646,16	39,49	592.820,56
Servidor das carreiras de ciência e tecnologia	12.944	162.591,89	13.549,32	3,18	245.956,09
Servidor das carreiras de gestão governamental, analista etc	19.795	175.069,67	14.589,14	5,41	273.250,80
Servidor das carreiras do Banco Central, CVM e Susep	5.349	299.282,90	24.940,24	3,65	681.945,45
Servidor das carreiras do Ministério Público	32.231	146.593,28	12.216,11	5,97	185.333,09
Servidor das carreiras do Poder Judiciário, Of. Justiça etc	215.851	176.120,55	14.676,71	50,20	232.569,07
Servidor das carreiras do Poder Legislativo	45.039	185.204,44	15.433,70	11,37	252.403,78
Servidor das demais carreiras da admin. pública direta etc	422.710	93.469,62	7.789,13	44,96	106.353,16
Advogado do setor público, Proc. Fazenda, Cons. Jurídico etc	28.007	326.113,10	27.176,09	15,40	549.980,21
Subtotal ou Média	993.239	260.082,43	21.673,54	251,06	545.734,15

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 comparadas com DIRPF 2016-AC 2015 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

No entanto, os oligarcas herdeiros de dinastias políticas regionais, muitos proprietários rurais, quando assumem cargos de liderança política muitas vezes se esquecem da ética pública e adotam o paternalismo ou a exigência autoritária de respeito pela diferença de berço. Os sábios-tecnocratas lidam com o serviço público como administradores e técnicos. Valorizam a educação superior e a especialização. Evitam adotar uma posição partidária por causa do pêndulo do Poder. Os governantes passam, eles ficam...

A boa formação em Ensino Superior ensina, na vida social, os valores morais serem essenciais. Ditam o comportamento, a forma de interação entre os membros daquele grupo e a ordem do cotidiano. Seus valores sociais estão focados nos direitos e deveres da cidadania para melhorar a vida em sociedade.

Os universitários prezam, acima de tudo, o reconhecimento de mérito na vida profissional. O ranking acima demonstra mais a demanda social por prestação de serviço por parte de cada profissional face ao número deles de nível superior.

Os valores morais são baseados na cultura, na tradição, no cotidiano e na educação de determinado povo. No entanto, existem alguns valores apresentados como “universais”. Estão presentes em quase todas as sociedades do mundo, como o Princípio da Liberdade. Estão na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL em R\$ bi	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$
Casta dos Sábios-Universitários			-		
Advogado	321.920	167.096,44	13.924,70	180,67	561.233,57
Agrônomo e afins	36.864	180.972,85	15.081,07	18,66	506.162,18
Analista de sist., desenv.de soft., adm.de redes e banco etc	339.053	119.303,20	9.941,93	72,63	214.201,59
Antropólogo e arqueólogo	1.405	129.058,15	10.754,85	0,31	223.424,34
Assistente social e economista doméstico	60.996	86.709,17	7.225,76	6,01	98.561,97
Bibliotecário, documentalista, arquivólogo, museólogo	15.696	111.772,96	9.314,41	2,46	156.630,74
Biólogo, biomédico e afins	55.572	104.656,80	8.721,40	32,16	578.706,07
Economista, administrador, contador, auditor e afins	430.482	157.208,02	13.100,67	202,36	470.076,53
Enfermeiro nível sup., nutricionista, farmacêutico e afins	423.062	80.060,89	6.671,74	59,12	139.744,26
Engenheiro, arquiteto e afins	495.956	201.484,11	16.790,34	334,37	674.194,07
Filósofo	1.456	113.463,13	9.455,26	0,22	148.415,93
Físico, químico, meteorolog., geólogo, oceanógrafo e afins	38.185	172.565,18	14.380,43	15,32	401.314,55
Fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e afins	135.832	68.026,65	5.668,89	17,53	129.081,76
Geógrafo	4.301	106.563,01	8.880,25	0,69	161.289,54
Historiador	4.126	102.079,51	8.506,63	0,63	152.893,67
Matemático, estatístico, atuário e afins	21.087	117.352,57	9.779,38	4,29	203.366,80
Médico	351.907	342.884,43	28.573,70	299,33	850.587,42
Odontólogo	189.293	113.080,25	9.423,35	54,73	289.144,74
Piloto de aeronaves, comandante de embarc., oficiais de máq.	12.300	276.450,62	23.037,55	7,47	607.589,42
Profissional de marketing, publicidade e da comercialização	73.606	129.283,68	10.773,64	25,97	352.830,95
Psicólogo	99.636	93.894,99	7.824,58	23,57	236.596,21
Sociólogo e cientista político	6.085	140.395,34	11.699,61	1,91	313.187,83
Veterinário, patologista (veterinário) e zootecnista	45.687	113.937,30	9.494,77	14,01	306.718,43
Subtotal ou Média	3.164.507	140.360,84	11.696,74	1.374,44	338.084,90

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 comparadas com DIRPF 2016-AC 2015 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

O respeito ao próximo deve ser um imperativo no convívio social para evitar o conflito de diferentes valores morais. Evita, por exemplo, a discriminação e o preconceito em relação ao homossexualismo. Em princípio, a religião ajudaria a moldar os valores morais, assim como a família. Porém, a fé, o matrimônio e a união familiar são valores enfatizados pela igreja hoje em vez do apoio comunitário e solidário da igreja primitiva.

Um problema de certos cristãos é adotarem os valores religiosos em função de uma das diversas leituras possíveis da bíblia. Daí partem para pregar a todos os cidadãos os dogmas de sua doutrina religiosa como fossem os determinantes do “certo” ou “errado”, “bem” ou “mal”. Os maniqueístas sentem dificuldade em lidar com o relativismo. Esta é uma corrente de pensamento questionadora das verdades universais do homem, assumindo o conhecimento como subjetivo.

Classifiquei, portanto, um corpo heterogêneo na casta dos sábios sacerdotes pregadores ou criativos. Entre outros, estão profissionais obrigados a lidar com pessoas e comunicações, defensores de seu saber especializado com base na educação formal, pregadores de autonomia, auto expressão e liberalismo cultural. Junto com professores, profissionais da mídia, escritores e artistas, estão 49 mil sacerdotes ou membros de ordens ou seitas religiosas. Todos eles não acabam sendo “pregadores”?

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL em R\$ bi	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$
Casta dos Sábios-Sacerdotes Pregadores ou Criativos					
Apresentador, artistas de artes populares e modelos	1.167	85.871,76	7.155,98	0,32	276.289,81
Ator, diretor de espetáculos	4.536	235.656,76	19.638,06	4,14	913.207,19
Cantor e compositor	3.034	125.265,49	10.438,79	1,29	426.475,27
Cenógrafo, decorador de interiores	2.098	126.276,16	10.523,01	1,31	626.370,13
Cinegrafista, fotógrafos e técnicos em máq. tratam. de dados	9.449	68.463,51	5.705,29	1,39	147.566,19
Decorador e vitrinista	1.718	106.307,99	8.859,00	1,18	684.579,90
Desenhista industrial, escultor, pintor artístico e afins	31.330	90.079,93	7.506,66	7,37	235.361,86
Empresário e produtor de espetáculos	6.057	71.599,10	5.966,59	1,36	224.421,53
Escritor, crítico, redator	4.962	171.565,29	14.297,11	2,68	540.002,83
Instrutor e professor de escolas livres	55.842	59.257,65	4.938,14	7,67	137.355,73
Jornalista e repórter	55.197	209.499,87	17.458,32	29,55	535.430,95
Locutor, comentarista	3.334	84.650,49	7.054,21	0,68	203.937,98
Músico, arranjador, regente de orquestra ou coral	12.181	85.820,40	7.151,70	3,00	246.583,59
Outros profissionais do espetáculo e das artes	17.756	101.902,84	8.491,90	4,64	261.542,79
Pedagogo, orientador educacional	139.568	83.670,48	6.972,54	13,49	96.648,22
Professor do ensino fundamental	1.033.160	67.611,30	5.634,27	52,87	51.168,34
Professor do ensino médio	517.126	80.389,09	6.699,09	42,49	82.168,13
Professor do ensino profissional	50.710	108.388,30	9.032,36	6,78	133.748,25
Professor do ensino superior	230.856	176.565,03	14.713,75	78,23	338.870,36
Professor na educação infantil	291.650	57.748,64	4.812,39	12,22	41.896,97
Profissional da educação física (exceto professor)	24.798	57.301,68	4.775,14	2,76	111.102,63
Sacerdote ou membro de ordens ou seitas religiosas	49.115	59.423,66	4.951,97	13,76	280.061,85
Tradutor, intérprete, filólogo	6.293	97.343,59	8.111,97	2,18	345.893,08
Subtotal ou Média	2.551.937	104.811,26	8.734,27	291,37	301.768,85

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 comparadas com DIRPF 2016-AC 2015 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Por fim, os Grandes Números das DIRPF apresentam as ocupações da casta dos trabalhadores recebedores de R\$ 5,5 mil em média per capita mensal. Têm um patrimônio em torno de R\$ 90 mil, provavelmente, casa e/ou carro popular. Os não declarantes são discriminados como “párias” por não terem recebido, em 2016, rendimentos tributáveis superiores a R\$ 28.559,70 – equivalente a R\$ 2.380,00 mensais.

Os trabalhadores especializados são artesãos. Ainda detêm habilidade ou criatividade. Já os trabalhadores em produção em série de bens e serviços costumam ter ceticismo quanto ao livre-mercado e são adeptos da igualdade econômica. Ganham menos e têm bem menos bens e direitos se comparados aos das demais castas.

Caso houvesse igualitarismo total de renda e riqueza entre os declarantes de imposto de renda, todos seriam classificados em uma classe média, ganhando uma renda mensal de R\$ 7,5 mil e tendo bens e direitos em torno de R\$ 270 mil.

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Rendimento Per Capita Anual em R\$	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Bens e Direitos - Dívidas = PL em R\$ bi	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$
Casta dos Trabalhadores					
Bancário, economiário, escriturário, agente, assistente etc	1.193.991	83.579,02	6.964,92	139,02	116.432,64
Condutor e operador de robôs, veículos e equip. movim. carga	57.474	55.338,00	4.611,50	3,65	63.563,70
Corretor e administrador de imóveis	2.200	47.209,86	3.934,15	0,27	122.461,26
Desenhista técnico e modelista	14.312	79.821,40	6.651,78	2,24	156.367,21
Joalheiro, vidreiro, ceramista e afins	18.434	55.097,26	4.591,44	1,18	63.746,97
Montador de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	1.436	52.948,19	4.412,35	0,09	61.264,43
Motorista e condutor do transporte de passageiros	421.434	46.169,68	3.847,47	27,88	66.152,06
Operador de instalações de prod. e distribuição de energia	27.060	102.730,67	8.560,89	3,07	113.619,53
Operador de máquina agropecuária e florestal	27.992	42.850,36	3.570,86	1,00	35.600,02
Outros técnicos de nível médio	533.712	72.424,60	6.035,38	40,32	75.551,58
Outros técnicos nível médio ciências fís., quím., engenharia	74.145	93.006,25	7.750,52	9,88	133.284,58
Outros trabalhadores de serviços diversos	648.709	49.719,66	4.143,31	52,35	80.703,64
Pescador, caçador e extrativista florestal	3.156	57.217,17	4.768,10	0,52	164.739,58
Técnico da ciência da saúde animal	1.445	67.669,75	5.639,15	0,14	96.077,99
Técnico da ciência da saúde humana	142.747	54.831,66	4.569,31	4,38	30.662,50
Técnico da produção agropecuária	15.336	82.725,33	6.893,78	2,49	162.173,10
Técnico das ciências administrativas e contábeis	141.880	71.717,16	5.976,43	17,77	125.214,77
Técnico de bioquímica e da biotecnologia	2.585	70.427,03	5.868,92	0,25	96.715,91
Técnico de conservação, dissecação e empalhamento de corpos	573	72.579,40	6.048,28	0,03	60.296,79
Técnico de inspeção, fiscalização e coordenação administrat.	21.236	78.940,49	6.578,37	2,11	99.218,13
Técnico de labor., Raios-X e outros equipamentos diagnóstico	49.580	65.298,38	5.441,53	2,73	55.011,19
Técnico de serviços culturais	3.297	67.744,37	5.645,36	0,30	91.396,02
Técnico em biologia	2.427	72.393,07	6.032,76	0,17	69.687,25
Técnico em constr. civil, edificações e obras de infra-est.	28.840	71.272,82	5.939,40	3,09	107.151,33
Técnico em eletro-eletrônica e fotônica	71.669	100.636,71	8.386,39	11,20	156.261,35
Técnico em informática	54.251	74.851,12	6.237,59	5,77	106.346,06
Técnico em metalmeccânica	31.296	96.464,78	8.038,73	4,76	152.177,55
Técnico em mineralogia e geologia	3.003	105.235,14	8.769,60	0,47	156.168,91
Técnico em navegação aérea, marítima, fluvial e metrofer.	20.708	120.014,83	10.001,24	3,38	163.326,15
Técnico em operação aparelho sonoriz., cenografia e projeção	3.991	63.706,51	5.308,88	0,37	93.536,15
Técnico em operação de estações de rádio e televisão	6.921	78.911,32	6.575,94	0,61	88.821,01
Técnico em transportes (logística)	32.701	63.880,94	5.323,41	2,44	74.495,73
Trabalhador da fabric. de alim., beb., fumo e agroindústrias	137.264	56.708,07	4.725,67	8,33	60.652,66
Trabalhador da fabricação e instalação eletro-eletrônica	37.725	62.345,14	5.195,43	2,64	69.895,68
Trabalhador da indústria extrativa e da construção civil	127.766	55.129,13	4.594,09	7,15	55.958,24
Trabalhador da transformação de metais e compósitos	280.745	63.647,16	5.303,93	20,20	71.949,11
Trabalhador das indústrias de madeira e do mobiliário	35.891	48.035,26	4.002,94	2,83	78.731,99
Trabalhador das indústrias química, petroquím., borracha etc	181.491	81.410,55	6.784,21	16,15	88.969,52
Trabalhador das indústrias têxteis, do curtimento, vest. etc	94.566	53.841,19	4.486,77	7,03	74.350,64
Trabalhador de atendim. ao público, caixa, despachante etc	177.935	52.947,41	4.412,28	11,98	67.354,99
Trabalhador de instal. e máq. de fabric. de celulose e papel	32.921	69.699,79	5.808,32	2,68	81.484,26
Trabalhador de instal. siderúr. e de materiais de construção	54.471	63.273,71	5.272,81	2,94	54.030,09
Trabalhador de outras instalações agroindustriais	42.396	52.248,51	4.354,04	2,08	49.006,29
Trabalhador de reparação e manutenção	391.165	54.620,91	4.551,74	21,95	56.118,28
Trabalhador dos serv. de embelezamento e cuidados pessoais	57.693	36.397,23	3.033,10	4,62	80.001,84
Trabalhador dos serviços de admin., conserv. e manut. edif.	74.979	48.527,88	4.043,99	3,56	47.507,67
Trabalhador dos serviços de hotelaria e alimentação	65.085	46.871,91	3.905,99	4,32	66.427,12
Trabalhador dos serviços de proteção e segur. (exc. militar)	171.984	55.345,25	4.612,10	5,69	33.056,27
Trabalhador dos serviços de saúde	179.079	60.750,77	5.062,56	7,86	43.871,48
Trabalhador dos serviços domésticos em geral	23.707	36.050,07	3.004,17	1,28	54.139,91
Trabalhador na exploração agropecuária	72.307	62.998,97	5.249,91	14,21	196.493,71
Vendedor e prestador de serviços do comércio, ambulante etc	786.849	47.164,90	3.930,41	72,74	92.448,83
Subtotal ou Média	6.684.560	65.873,59	5.489,47	564,16	89.628,34
Técnico em ciências físicas e químicas	22.804	91.565,82	7.630,48	24,80	1.087.716,20
Inválido	974	175.259,29	14.604,94	0,64	659.735,45
Não informado	4.639.111	97.517,07	8.126,42	1.462,36	315.223,45
Outras ocupações não especificadas anteriormente	5.121.029	58.169,86	4.847,49	678,42	132.478,12
Total	28.003.647	98.039,67	8.169,97	7.524,48	268.696,37

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

CAPÍTULO 7 – Rebater Maus Comportamentos

Efemérides

A *efeméride* é a comemoração de um fato importante ou grato ocorrido em determinada data. Já *efemérides*, isto é, o substantivo feminino plural, refere-se ao registro de fatos ocorridos no mesmo dia do ano em diferentes anos ou enumera os acontecimentos sujeitos a cálculo e a previsão durante o ano.

Número cabalístico é relativo a cabala. Tem significado oculto, secreto ou misterioso.

É enigmático ou incompreensível porque fatos notáveis acontecem em anos com final 4. Por exemplo, em 2014, alguns comemoraram o aniversário de 50 anos do Golpe Militar de 1964, outros aproveitaram a data para lembrar as perdas pessoais causadas pela ditadura. Não haverá mais nenhum depoimento pessoal quando se atingir um século desde esse golpe. As novas gerações já são indiferentes a essa triste história.

Pessoalmente, pela minha vivência, 1984 merece sim comemoração. No entanto, a Wikipedia (a maior e mais acessada enciclopédia de toda a história humana) pressupõe uma classe média com comportamento uniforme: “Em 1984, no dia 25 de janeiro, o País atinge massa crítica suficiente e reúne condições para se mobilizar na campanha pelas Diretas Já. A *mesma classe média* fora às ruas na Marcha da Família com Deus pela Liberdade para gritar contra o comunismo e a favor do sonho americano. Aquele ambiente acabou desencadeando o Golpe de 1964. Vinte anos depois, muito mais pobre, desempregada, e, se unindo aos miseráveis, favelados, sindicalistas, intelectuais, perseguidos, e ao povo em geral, pedia novamente por democracia”.

Não é um espanto essa referência à “mesma classe média”?! Quem? Eu não! A classe média não era a mesma com seus diversos grupos componentes. Basta comparar os números de universitários e a militância desde 1974. Naquele ano, militantes do movimento estudantil estiveram por trás da vitória eleitoral do MDB – único partido de oposição então consentido pelo regime militar. Derrotamos a ARENA com uma frente ampla de oposição à ditadura.

Economicismo ocorre quando o analista diz a economia determinar, diretamente, a política. Por exemplo, deduzir o golpe de Estado do ambiente econômico. Leia em seguida uma descrição do contexto do golpe militar.

“O ano de 1964 começou com 54% das crianças em idade escolar fora do sistema educacional e com um déficit orçamentário previsto pelo próprio governo em Cr\$ 1 trilhão, o equivalente a toda receita prevista. A inflação de 80% ao ano sem

qualquer mecanismo de correção monetária levava a todos que tinham opção a fugirem do cruzeiro. A energia elétrica estava racionada em São Paulo, efeito das chuvas fracas na estação das águas: nenhum reservatório contava com mais de 20% de sua capacidade. No Rio de Janeiro, 5 mil imóveis estavam fechados, enquanto anúncios de aluguel eram publicados em dólar nos jornais. No mercado paralelo, a cotação do dólar saltou de Cr\$ 360 em dezembro de 1961 para Cr\$ 850 um ano mais tarde e Cr\$ 1.270 nos idos daquele março do golpe. O governo Goulart precisava pagar US\$ 1,6 bilhão em compromissos externos no biênio 64/65, o equivalente a 60% das exportações previstas para o período. Estabeleceu um controle cambial pelo qual as exportações de commodities e importações de petróleo, trigo e bens de capital, responsáveis por 80% do fluxo, tinham que passar pelo Banco do Brasil. Nos últimos oito anos, o Brasil havia terminado com déficit no balanço de pagamentos em sete. Apostando na desvalorização, os importadores correram para formar estoques e os exportadores retardavam ao máximo suas vendas. Na busca desesperada por divisas, Jango apertou as torneiras, restringindo remessas de lucros e dividendos. A resposta foi o corte de investimentos. Em 1961, haviam ingressado US\$ 288 milhões em capitais. Em 1963, houve saída líquida de US\$ 54 milhões. O crescimento econômico desceu de maneira vertiginosa: entre 1957 e 1962, havia sido superior a 6% todos os anos. Em 1963, foi de apenas 0,6%” (César Felício, Valor, 13/03/14).

No último governo do regime militar, houve duas máxidesvalorizações cambiais, uma em dezembro de 1979, outra em fevereiro de 1983. Constituíram um regime de alta inflação com patamar inercial de 220% ao ano. Esse choque inflacionário provocou inadimplência e repactuação das dívidas dos mutuários do financiamento habitacional. *Avant la lettre*, pode ser considerada “a crise do *subprime* brasileira” – até hoje há enorme estoque de dívida estatizada no Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS).

Houve depressão em 1983, isto é, queda absoluta do PIB e desemprego. Esse ambiente de crise econômica foi o mais relevante no debate político? Como testemunho ocular dessa história, a partir das manifestações de rua no Rio de Janeiro, eu negaria essa impressão. A luta sensível era pela liberdade política, pela conquista dos direitos civis de votar livremente, em síntese, pela democracia. A ditadura seria derrubada pelo voto de acordo com nossa esperança. Militávamos em movimentos sociais de base.

Então, em vez de lembrar apenas de 1964, cabe lembrar das mobilizações políticas de 1974 (vitória eleitoral), 1984 (campanha Diretas Já), 1994 (pacto social contra a inflação), 2004 (retomada do crescimento econômico com políticas sociais ativas). E por que não 1944, quando na Segunda Guerra Mundial os Aliados invadem a Normandia como parte da Operação (Dia D) para libertar a França dos Alemães e as

tropas da FEB e a FAB são enviadas à Europa para se integrarem ao Quinto Exército da USA no norte da Itália?

Dez anos antes, em 1934, Adolf Hitler tinha adotado o título de Führer. Ele se tornou, na prática, um ditador da Alemanha. No Brasil, novo mandato presidencial de Getúlio iniciou no dia 20 de julho de 1934, quando tomou posse no Congresso Nacional, jurando a nova constituição. Getúlio deveria governar até 3 de maio de 1938, mas deu golpe militar, em 1937, governando ditatorialmente – com repressão política e tortura no Estado Novo até 1945.

O Manifesto dos Generais, de 22 de agosto de 1954, pediu a renúncia de Getúlio, eleito em 1950. Esta crise levou Getúlio Vargas ao suicídio na madrugada de 23 para 24 de agosto de 1954. O suicídio de Getúlio Vargas adiou por dez anos um golpe militar.

O que ocorrerá em 2024? Será fatídico? Esperávamos uma transição positiva acontecer no País até 2022. No bicentenário da Independência política, caso não ocorresse uma reversão e regressão política, o País já teria obtido uma infraestrutura, inclusive energética pelo funcionamento da 3ª. maior usina hidrelétrica do mundo (Belo Monte) e extração de petróleo de águas profundas (Pré-Sal), além de uma logística com estradas, portos, aeroportos, hidrovias, metrô, etc.

Esses fatores relacionados à capacidade produtiva eram condicionantes para crescer em ritmo superior, de maneira sustentada, inclusive com o benefício de exportação do excedente de petróleo somada às exportações de commodities agrícolas. O país possuía uma diversificação setorial e um mercado interno invejados por outros latino-americanos. Aliás, poucos emergentes (salvo os BRICS) possuíam. Esperava 2024 ser só alegria.

No entanto, voltou a Velha Matriz Neoliberal em 2015. Houve o golpe semi parlamentarista no regime presidencialista em 2016. E foi eleito um membro da casta dos militares como presidente da República. Desde 2015, só houve retrocesso nas conquistas sociais anteriores.

Loucura Coletiva

Quando a humanidade estava lembrando o genocídio em Ruanda, isto é, o massacre perpetrado por extremistas hutus contra tutsis e hutus moderados, entre 6 de abril e 4 de julho de 1994, ressurgiu a falsa esperança de “Desumanidade Nunca Mais”.

Vários acontecimentos recentes nos levam à misantropia e à descrença na Civilização Humana. Esta se caracteriza pela proteção contra as forças cegas da

natureza e autocontrole dos nossos instintos primitivos. Os instintos humanos básicos são os instintos de defesa, de proteção, de competição e de reprodução. Nenhum deles pode ser exacerbado sob pena de atingir os direitos alheios.

A História da Cidadania registra as conquistas sociais do ser humano ao longo dos três últimos séculos. *Ser cidadão* é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei, em resumo, ter *direitos civis*. É também eleger e participar do destino da sociedade, votar, ser votado, ter *direitos políticos*. Os direitos civis e políticos não asseguram plena democracia sem ter *direitos sociais*. Estes garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, à saúde, a uma aposentadoria. A luta contemporânea é para obter também direitos econômicos, ao trabalho, ao salário justo, de acesso aos bancos e a crédito, a uma renda mínima.

Infelizmente, uma loucura coletiva empolga muito mais em comparação a uma verdade individual. “*Ilusões Populares e a Loucura das Massas*” é um clássico estudo psicológico do comportamento irracional das pessoas em “manada”. Ao agir de forma totalmente irracional, em espécie de delírio coletivo, as multidões compostas de seres individuais supostamente racionais geram loucura coletiva. A plebe rude, em turba, é ignara...

Em abril de 1994, a série de massacres contra os tutsis iniciou-se logo após o assassinato do presidente de Ruanda e do presidente de Burundi. Ele pegava carona em avião, sofreu um ataque de míssil, orquestrado por uma facção extremista do próprio regime hutu, então no Poder. As tropas hutus, chamadas *Interahamwe*, foram treinadas e equipadas com facões pelo exército ruandês, em meio a incitação radiofônica (“exterminar as baratas”) à confrontação com os tutsis. Estima-se o assassinato de mais de 900.000 pessoas, em média 10.000 por dia, 417 por hora, 7 por minuto! Quase todas as mulheres foram estupradas. Muitos das 5.000 crianças nascidas dessas violações foram mortas. Muitas mães solteiras sofreram com Aids devido ao estupro coletivo.

Aqui e ali, os atos desumanos se repetem. Os extremistas islâmicos do grupo Boko Haram reivindicaram o sequestro de 276 meninas de Chibok, no norte da Nigéria, ocorrido no dia 14 de abril de 2014. O movimento prometeu tratar as adolescentes como escravas, vendê-las em países vizinhos e forçá-las a casar. O líder do grupo radical afirmou: “Eu capturei suas meninas. Nós vamos vendê-las no mercado, por Alá. Alá diz para eu vendê-las. Vou vender mulheres. Eu disse para a educação ocidental parar. Vocês, meninas, devem deixar a escola e se casar”. O Boko Haram prega o fim da educação para mulheres e quer fundar um Estado islâmico no norte nigeriano. O grupo extremista faz uso de uma interpretação controversa e marginal do Alcorão, rejeitada pela maioria dos muçulmanos.

O grupo radical islâmico Boko Haram surgiu quando um candidato opositor irresponsável criou uma milícia e a dispersou logo após a eleição, nada fazendo para cuidar de seus membros. Um dos líderes conseguiu explorar a frustração dos integrantes e combiná-la a uma agenda islâmica ao acusar as falhas do governo laico. A seita ganhou o apelido de Boko Haram. Em tradução livre da língua hausa, significa “educação ocidental é pecado”.

Desde o início da sua atuação, em 2009, a estimativa é a organização já ter deixado mais de 3.000 mortos em ataques contra escolas, igrejas, mesquitas e símbolos do Estado nigeriano. Pobreza, desemprego e desespero ante a debilidade do governo central se provaram terreno fértil entre jovens desencantados, muçulmanos pobres atraídos pela seita islâmica.

Algumas das estudantes sequestradas já teriam sido vendidas a US\$ 12 (R\$ 26) como esposas em mercados na fronteira com o Chade e Camarões. Das 276 adolescentes (entre 16 e 18 anos) capturadas, só 43 conseguiram fugir do cativeiro. Elas denunciaram: as reféns sofrem até 15 estupros diários.

O Brasil foi o país com o maior número de assassinatos em 2012: 50.108, 11,4% de todos os homicídios ocorridos no planeta. Na nossa violenta história, casos de “justiçamento” sempre ocorreram, principalmente fora dos grandes centros. A diferença agora é a internet potencializar essa cultura de ódio. O que está em xeque é a ausência do Estado. Onde ele não está – ou é mínimo como clama os equivocados neoliberais –, e a religião em vez de aplacar incita a fúria, a chamada “justiça popular” aparece sob forma de julgamento primário e linchamento imediato.

Por exemplo, crimes macabros passaram a ser atribuídos à figura de um retrato falado feito pela Polícia Civil do Rio em 2012 e divulgado, irresponsavelmente, pela página do Facebook “Guarujá Alerta”. Ela era descrita como uma suposta sequestradora assassina de crianças em rituais de magia negra. O boato terminou com a morte de uma dona de casa, mãe de duas crianças. Confundida com a suposta criminosa, ela foi linchada. A sessão de espancamento foi presenciada por dezenas de moradores do lugar, entre eles, mulheres e crianças.

Outro exemplo, um auxiliar de serviços gerais de 23 anos confessou ter arrancado e atirado a privada do alto de um estádio, tendo atingido e matado outro torcedor de futebol. Integrante da fanática torcida organizada Inferno Coral, do Santa Cruz (Recife-PE), ele é reincidente em brigas de torcidas organizadas.

Finalmente, dois rapazes de 19 e 22 anos foram acusados acender o rojão causador da morte de um cinegrafista em manifestações de rua. Agora, respondem pelo crime de explosão e por homicídio doloso (intencional) triplamente qualificado: com

motivo torpe, sem chance de defesa e com uso de explosivo. Poderão pegar até 30 anos de detenção, se condenados. Os jovens ganhavam R\$ 150 para promover depredações durante protestos no Rio. Isto não desestimulou irresponsáveis, inclusive jornalistas e blogueiros, inflamarem novas manifestações de selvageria coletiva e consequências desumanas.

Guerra Ideológica

Aberta a temporada de caça a votos, em período pré-eleitoral, os desenvolvimentistas são alvejados na “grande” imprensa brasileira por diversas escaramuças dos neoliberais sem direito de defesa igual e contrária. Então, se um *scholar* neoliberal é entrevistado, atacando o “velho desenvolvimentismo”, não se encontra a correspondente entrevista de um *scholar* social-desenvolvimentista retrucando suas ideias. No máximo, entrevistam porta-vozes oficiais sem a mesma liberdade político-ideológica para oferecer a oposição às ideias neoliberais.

Muitas diatribes foram desferidas por “infelizes” economistas. Eles estiveram no Governo do Partido dos Trabalhadores para dar um *upgrade* na carreira profissional. Na sabedoria popular, classifica-se esse tipo de gente oportunista como “quem cospe no prato onde comeu”.

Cada um tem o direito de falar o que quiser, porém não se encontra é o direito de resposta para o (e)leitor conferir a veracidade do dito ou comparar os contra-argumentos. Muitas vezes, os argumentos neoliberais vão contra a lógica e as evidências empíricas. Senão, vejamos.

Desde logo, a manchete é escandalosa – e falsa. “Repaginado, o velho desenvolvimentismo”, segundo o típico discurso, “não oferece muito mais do que uma economia medíocre, cresce 2%, 2,5% e em um ano bom pode chegar no máximo a 3%”.

O neoliberal teria de, em primeiro lugar, comparar essas taxas no *tempo*. Na Era Neoliberal (1988-2002), qual foi a taxa média de crescimento do PIB brasileiro nas “duas décadas perdidas” (anos 80s e 90s)? E com a volta da Velha Matriz Neoliberal, em 2015 e 2016, o PIB caiu em cada ano -3,5% e renda per capita, respectivamente, -4,3% e -4,2%. Então, é a ideologia predominante a determinante do PIB?!

Segundo, ele teria de comparar no *espaço*. As grandes economias do mundo Ocidental, participantes no ranking dos dez maiores PIBs, crescem em qual faixa? Estão submetidas aos mesmos “limites” [2%-3%]? Sim, devido à prioridade concedida à estabilidade do Capitalismo de Mercado.

Por que não crescem de maneira semelhante às grandes economias asiáticas? Em uma lista de 220 países, apenas 106 pequenos países crescem acima dessa faixa. Entre os 10 maiores, há a exceção da China (23^a. taxa de crescimento com 7,7%). Rússia cresceu 3,4% (100^a.) e Índia (104^o.), 3,2%. Curiosamente, esses são Capitalismos de Estado.

Terceiro, ele teria de *contextualizar*. Quando o entrevistador lhe pergunta – “E o cenário externo não tem nada a ver com nada disso?” – a leviandade de sua resposta é espantosa! Diz: “cenário externo é o vento frio. Pode-se estar mais ou menos protegido”.

Então, ele teria de demonstrar seu argumento com fatos. As grandes economias do Capitalismo Liberal Ocidental crescem menos se comparadas às grandes economias do Capitalismo de Estado Oriental, exceto a economia japonesa, inserida no modelo liberal norte-americano deflacionista há tempos. E rastejante como as economias europeias...

Finalmente, se em vez de chutar fantasma como “o velho-desenvolvimentismo”, o neoliberal deveria sim resgatar a velha (e boa) abordagem estruturalista. Então perceberia: se há um grupo de países sofrendo menos, como Chile, Peru, Colômbia, Nova Zelândia e Austrália, e alguns países sofrendo mais, entre os quais Brasil, Rússia, Índia, Turquia, África do Sul, algumas divergências entre estruturas produtivas-exportadoras e portes deveriam ser analisadas, não?

Com essa abordagem estruturalista o neoliberal deixaria de falar bobagem, por exemplo, a respeito da indústria automobilística, ironizando o novo regime automotivo concedido “à única indústria infante do mundo com direito de se aposentar”.

A queda nas vendas agravada na volta da Velha Matriz Neoliberal, em 2015, levou o Brasil a perder o posto de quarto maior mercado automotivo do mundo, conquistado em 2010. Com os 3,58 milhões de carros de passeio e utilitários leves emplacados em 2013, a vantagem brasileira em relação aos alemães era mais de 627 mil unidades. Os maiores mercados de veículos do mundo eram, nesta ordem: China, Estados Unidos, Japão e Brasil. Os neoliberais não conseguem entender o porte e a diversidade estrutural da economia brasileira ao só focalizarem a defesa ideológica do Livre Mercado.

Por exemplo, falam apenas da taxa de câmbio, quando deveriam considerar a demanda externa e a capacidade de exportação brasileira. Mesmo com a moeda nacional se depreciando cerca de 15%, ao longo do ano de 2013, as exportações diminuíram 1% para US\$ 242,2 bilhões, e as importações subiram 6,5%, para US\$ 239,6 bilhões, produzindo a queda de 86,7% do superávit: US\$ 2,6 bilhões de 2013, em comparação

com os US\$ 19,4 bilhões de 2012. O fluxo comercial em 2013 foi de US\$ 481,8 bilhões. Embora tenha gerado entrada líquida de US\$ 52,924 bilhões (maior da história), o fluxo comercial em 2017 foi resultado de exportação de US\$ 195,6 bilhões e importação de US\$ 142,7 bilhões, ou seja, US\$ 338,3 bilhões: 30% menor comparado ao de 2013.

O balanço comercial teve, em 2013, forte influência da *conta de petróleo*. Do lado das importações, as compras de combustíveis e lubrificantes cresceram 15%, para US\$ 40,5 bilhões. Houve o registro atrasado de importações feitas em 2012 de US\$ 4,6 bilhões, só contabilizadas no primeiro semestre do ano passado. Do lado das exportações, a queda na produção doméstica de combustíveis ocasionada pela parada para manutenção de algumas plantas diminuiu as exportações do segmento em 31%, para US\$ 12,9 bilhões. As exportações contábeis de plataformas de petróleo garantiram o saldo positivo de 2013, somando US\$ 7,7 bilhões no ano, acima do US\$ 1,5 bilhão de 2012.

Isso só foi uma amostra negativa da importância (positiva) da Economia do Petróleo na próxima década para a economia brasileira. Ao contrário da visão ideológica neoliberal, o governo social-desenvolvimentista, diferentemente do “velho desenvolvimentismo”, promoveu a inclusão ao mercado interno milhares de consumidores via mobilidade social propiciada por políticas públicas e fez investimentos em infraestrutura energética e logística com longo prazo de maturação.

Graças a esse investimento, com a extração de petróleo de águas profundas (pré-sal), o País já se tornou o maior produtor de petróleo da América Latina, superando Venezuela e México. Se voltarmos a ter um governo social-desenvolvimentista, a economia brasileira terá o potencial de se tornar a quinta maior do mundo.

A Roupas Nova da Mídia

Um farsante (tipo “direitopata” ou “esquerdofóbico”), fazendo-se passar por um alfaiate de terras distantes (assumido “defensor da democracia liberal”), diz a um determinado rei (a mídia brasileira) poder fazer uma roupa muito bonita e cara. Porém, apenas as pessoas mais inteligentes e astutas poderiam vê-la. O rei, muito vaidoso, gostou da proposta e pediu ao “salvador da pátria” para costurar uma roupa dessas para ele.

O farsante recebeu vários baús cheios de riquezas, rolos de linha de ouro, seda e outros materiais raros e exóticos, exigidos por ele para a confecção das roupas (consultoria). Ele guardou todos os tesouros e ficou em seu tear, fingindo tecer fios invisíveis. Todas as pessoas alegavam ver para não parecerem estúpidas.

Um dia, o rei (*verbi gratia*, a imprensa) se cansou de esperar. Ele e seus ministros quiseram ver o progresso do suposto alfaiate. Quando o falso tecelão mostrou a mesa de trabalho vazia, embora não visse nada, o rei exclamou: “Que lindas vestes! Você fez um trabalho magnífico!”. Reconhecer nada enxergar do apresentado seria admitir na frente de seus súditos não ter a capacidade necessária para ser rei.

Os nobres (empresários em busca de privilégios) ao redor soltaram falsos suspiros de admiração pelo trabalho do tapeador. Nenhum deles queria ser visto como cego ou incapaz. O rei resolveu marcar uma grande parada na cidade para ele exibir as vestes especiais. Aí uma criança desmascarou a farsa, exclamando: “*O rei está nu!*”. O grito é escutado por todos. De maneira constrangedora, o rei se encolhe, reconhecendo a denúncia infantil ser verdadeira, mas dá continuidade à procissão.

Quando alguma celebridade notável diz a verdade, ela mexe com os brios da imprensa brasileira. Os jornalistas reagem de maneira similar aos cidadãos quando a criança denunciou: “O rei está nu!”. O discurso neoliberal oficioso é desmascarado por poucos insuspeitos e honestos entrevistados. Os repórteres divulgadores acrílicos caem em si, diante da farsa vir à luz, mas mantêm as tribunas para os sacerdotes neoliberais.

As análises são muito contaminadas por disputa ideológica. Quando estavam na oposição, havia uma falsa interpretação de economistas neoliberais segundo a qual a economia brasileira poderia voltar a crescer 4%, se a política econômica fosse correta com menos intervenção. E agora depois da Grande Depressão provocada por eles? Fica claro fazerem antes uma análise conjuntural pessimista por puro oportunismo político. Não praticavam uma abordagem estruturalista com visão de longo prazo.

Quanto à taxa de câmbio, por exemplo, em 2012 e 2013, o Brasil fez uma desvalorização em termos reais de quase 20%. Nesses dois anos, o maior problema foi o crescimento baixo da indústria de transformação, medíocre e muito abaixo da média histórica. Ao mesmo tempo, o quantum de importações cresceu mais de 20% nesses dois segmentos: bens de consumo não duráveis, como alimento, e bens intermediários de modo geral. A demanda estava crescendo normalmente e a produção não estava crescendo inclusive porque a capacidade produtiva ficou limitada pela falta de trabalhador especializado.

A ideia de não estar havendo investimento no Brasil, durante o governo Dilma, era equivocada e contra factual. A indústria da construção civil se desenvolvia com metrô, estradas, portos, aeroportos, estádios de futebol, etc. A formação bruta de capital fixo estava crescendo 8% ao ano. A taxa de investimento se manteve acima de 20% do PIB de 2010 a 2014. Em 2017 caiu para 15,6% do PIB. Devido ao regime automotivo, a indústria automobilística construía fábricas montadoras. Na verdade, havia um jogo

político de *lobby* para pressionar o governo no sentido de ceder benesses como desoneração fiscal. Ceder a esse tipo de pressão foi um dos erros de política econômica.

Não foi um equívoco a política de redução de juros, inclusive porque ela teve uma consequência da maior importância: gerou a correção da taxa de câmbio. É equivocada a análise de a política de juros ter tido um efeito inflacionário. Em 17 de abril de 2013, quando depois de um ciclo de baixa da taxa de juro básica, a partir de 31 de agosto de 2011, de 12,5% aa até 7,25% aa, em 10 de outubro de 2012, e permanência nesse patamar por quatro reuniões, os membros do COPOM resolveram retomar o ciclo de alta da Selic. Por que? Talvez pelo início de campanha midiática de falso alarmismo econômico em ano pré-eleitoral.

Em janeiro daquele ano a taxa mensal do IPCA atingiu 0,86%, depois de se elevar desde quando registrou 0,08% em junho de 2012. Em junho/julho do ano anterior, antes do ciclo de baixa da Selic, as taxas tinham alcançado 0,15%/0,16% ao mês. Por que houve aquela pequena e curta alta da inflação? Devido à quebra de oferta de alimentos em função de uma longa seca iniciada em 2012.

De acordo com os dados de ocorrência de desastres disponíveis no *Atlas Brasileiro de Desastres Naturais*, entre 1991 e 2012, foram registradas 19.517 ocorrências de estiagem e seca em todo o Brasil, estando a maior parte de registros concentrada no ano de 2012 com 2489 registros. Até 2016, prosseguiu em todas as verões naturalmente chuvosos. No ano de 2014, São Paulo enfrentou o pior período de estiagem desde 1964. O Nordeste estava no segundo ano de uma seca gravíssima, a pior dos últimos 50 anos, com cerca de 1400 municípios afetados.

Bê-á-bá da política monetária: não se enfrenta choque de quebra de oferta, causa acidental e passageira de inflação, com elevação da taxa de juro básica para controle da demanda agregada. Dependendo de seu grau, provoca profunda e longa depressão.

No entanto, no ano fatídico de 2013, a “revolta dos 20 centavos” explodiu o armário onde tinha se colocado a direita no Brasil, desde a vergonhosa ditadura militar, ou seja, por quase trinta anos. As manifestações assustaram a Presidenta. Até então, ela registrava alta popularidade em pesquisas de opinião. Ela abriu mão da coordenação exigida antes entre a política fiscal e a política monetária. A Autoridade Monetária brasileira foi liberada para atender à casta dos mercadores rentistas.

A taxa de juro real, a partir da retomada da elevação da Selic, chegou a atingir até 8%. Ela só se justificaria, muito transitoriamente, como estratégia de controle da inflação. Mas, como posição permanente, transformou o Brasil em uma *economia de rentistas*. O novo ciclo de alta da taxa de juro básica durou 42 meses, de 17 de abril de

2013 até o dia 19 de outubro de 2016. Ficou no patamar de 14,25% aa, a partir do final de julho de 2015, durante quinze meses.

O governo brasileiro não tinha déficit primário até 2013. Em comparação com outros países, a posição fiscal brasileira era favorável, porque, sob o ponto de vista de formulação econômica, o que interessava era a *dívida líquida*. Os mercadores gostavam de destacar o conceito de *dívida bruta*, porque a dívida líquida não revelava os empréstimos às Instituições financeiras Públicas Federais. Tampouco registrava as operações compromissadas crescentes para enxugar o excesso de liquidez, causado pelo impacto monetário do balanço de pagamentos, transformado em reserva cambial. Quando se analisa a dívida bruta, deve-se considerar boa parte dela ter sido uma contrapartida dessa reserva. A dívida bruta de outros grandes países é superior a 100% do PIB, enquanto no Brasil atingiu 74% do PIB no fim de 2017.

O governo social-desenvolvimentista deveria deixar claro que tinha uma meta: estabilizar a dívida líquida como percentual do PIB, assumindo o uso de eventual folga fiscal para fazer gastos sociais. Ideologicamente, os neoliberais discordavam dessa posição. Para eles, nesse caso, o Brasil deveria resgatar títulos de dívida pública e levar a dívida líquida para 30% do PIB, considerando isso mais importante comparado a fazer gastos sociais.

A honestidade intelectual explicitaria o debate ideológico brasileiro colocado em termos plurais para os leitores, ouvintes ou telespectadores. Para a boa formação da opinião pública seria essencial apresentar também a ideologia oposta à predominante na mídia. Entretanto, isto é incomum em *Terrae Brasilis...*

Evitaria cair no “contrarismo”, isto é, o dogma direitista de ser sempre contra “o governo do PT”. Divulga falsas ideias, contra factuais, automática e impensadamente, apenas porque prioriza criticar o oponente. Resultado das desinformações: a economia brasileira mergulhou na pior depressão de sua história. Pior, não há nenhuma perspectiva de crescimento sustentado enquanto os neoliberais se mantiverem no Poder. Eles não aceitam o gasto público substituir o gasto privado paralisado com as expectativas pessimistas dos empresários.

Discurso de Ódio

A lei pode tipificar as características passíveis de levar à discriminação, proibindo e punindo quem, “baseando-se em diferenças de raça, religião, língua, *crença política* ou de outra natureza, riqueza, nascimento, educação, status social ou outras propriedades, gênero, cor de pele, nacionalidade ou etnia viola direitos humanos básicos e liberdades reconhecidas pela comunidade internacional”.

Os Estados Unidos são um dos poucos países no mundo desenvolvido onde há ainda dúvidas se consideram a proibição do discurso de ódio incompatível com a liberdade de expressão. Este é um dos exemplos de que “nem tudo que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Aqui, grupos fundamentalistas se opõem à inclusão da discriminação por orientação sexual como crime na lei contra preconceito. Alegando o mesmo argumento: “há tensão com o princípio de liberdade de expressão”. Agem como essa fosse absoluta.

Por questão de princípio da cidadania, considera-se necessário as sociedades democráticas proibirem e penalizarem todas as formas de expressão promotoras de ódio baseado em intolerância, inclusive intolerância político-partidária. Exemplo atual, no Brasil, é a divulgação cotidiana do ódio antipetista.

A intensa atividade de *bullying* partidário, na imprensa brasileira, provoca forte correlação entre essa expressão de ódio e a violência físico-emocional. Esses discursos de ódio não são inócuos (como a princípio pode parecer), mas geram danos físicos e psicológicos naqueles que sofrem a agressão, como depressão, baixa autoestima, misantropia, etc.

Alguns grupos políticos, expressando suas catilinárias através de “jornalistas *pit bull*”, insistem em considerar os discursos de ódio serem protegidos pelo princípio de liberdade de expressão. No entanto, não se pode falar de “absoluta liberdade de expressão”.

Como ocorre com vários outros princípios democráticos, a liberdade de expressão é limitada por outros direitos constitucionais. A legislação prevê uma série de proibições e penas para atividades hipoteticamente consideradas como simples “liberdade de expressão”, como o desrespeito às autoridades e aos símbolos nacionais. Ofender uma autoridade através de xingamentos de baixo calão e vaiar o hino de outro país enquanto ele é executado foram exemplos, em jogos da Copa do Mundo de 2014 no Brasil, dessa intolerância política e xenofobia.

O racismo, o antissemitismo e o anticomunismo mereceram condenação universal. O *racismo* é a tendência do pensamento, ou o modo de pensar, em que se dá grande importância à noção da existência de raças humanas distintas e superiores umas às outras, normalmente relacionando características físicas hereditárias a determinados traços de caráter e inteligência ou manifestações culturais. O racismo não é uma teoria científica, mas um conjunto de opiniões preconcebidas que valorizam as diferenças biológicas entre os seres humanos, atribuindo superioridade a alguns de acordo com a matriz racial. A crença da existência de raças superiores e inferiores foi utilizada muitas vezes para justificar a escravidão, o domínio de determinados povos por outros, e os genocídios que ocorreram durante a história da humanidade. Espalhou também o

complexo de inferioridade, registrado entre muitos povos, considerando-os inferiores aos europeus. Daí o nosso “complexo de vira-lata” fomentado recentemente por esse mesmo discurso do ódio.

Antissemitismo é o preconceito ou hostilidade contra judeus baseada em ódio contra seu histórico étnico, cultural e religioso. Ele é manifestado de diversas formas, indo de expressões individuais de ódio e discriminação contra indivíduos judeus a violentos ataques organizados (*Pogroms*), políticas públicas ou ataques militares contra comunidades judaicas. Entre os casos extremos de perseguição estão a Primeira Cruzada de 1096, a expulsão da Inglaterra em 1290, a Inquisição católica, a expulsão da Espanha em 1492, a expulsão de Portugal em 1497, e o brutal holocausto cometido pelos nazistas, massacrando judeus e outras minorias. Hoje, na Alemanha, é proibido negar o holocausto e glorificar o regime nazista. Ambas atitudes são consideradas “discurso de ódio”.

Anticomunismo é um conjunto de ideias, correntes e tendências intelectuais possuidoras em comum a negação dos princípios e ideias do comunismo e a oposição a todo governo ou organização tolerante com suporte prático ou teórico a esta ideologia. Não há consenso, entre os anticomunistas, sobre a precisa definição do “comunismo” e identificação dos “comunistas”, nem em relação aos métodos para combatê-los. As posições anticomunistas variam muito, desde uma oposição restrita apenas ao partido comunista até um antagonismo contra toda a esquerda política, passando pela oposição ao marxismo, socialismo, sindicalismo, socialdemocracia, anarquismo e teologia da libertação. Os anticomunistas são muito toscos.

Não devemos reagir na “mesma moeda”, isto é, com o discurso do ódio divulgado na internet, transformando a rede social em uma selvageria só. Contra o ódio, devemos expressar amor aos democratas, incentivar a educação na vida pública, e incitar a lei contra o discurso do ódio.

Discurso de Ódio Antipetista

Busco entender, sem ainda compreender, as raízes mais profundas do discurso de ódio antipetista.

Empatia é a capacidade de entender e sentir o que outra pessoa está experimentando, partindo da perspectiva referencial da característica pessoal dela. Tem de estar ciente das próprias limitações em acurácia, sem confundir a si mesmo com o outro. Seria o exercício afetivo e cognitivo de buscar interagir, percebendo a situação sendo vivida por outra pessoa, além da própria situação pessoal.

Na Psicologia e na Neurociência contemporânea, a *empatia* é uma espécie de inteligência emocional. Pode ser dividida em dois tipos:

1. *a cognitiva*: relacionada com a capacidade de compreender a perspectiva psicológica das outras pessoas; e
2. *a afetiva*: relacionada com a habilidade de experimentar reações emocionais por meio da observação da experiência alheia.

Levanto as seguintes questões ou hipóteses para se raciocinar, não emocionalmente, em uma tentativa de racionalizar uma explicação a respeito da origem do discurso de ódio contra os milhares de eleitores — maioria nas quatro últimas eleições presidenciais — e/ou simpatizantes petistas:

1. ÓDIO DE CLASSE:

A burguesia acharia os petistas capazes de desbancá-la de seu poder econômico e político? A pequena-burguesia temeria sua proletarização, isto é, o empobrecimento da classe média, aproximando-a do nível de vida dos proletários?

A mobilidade social ocorrida na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014) diminuiu um pouco a concentração da renda do trabalho, porém não contrariou a tendência à concentração da riqueza. Justificaria esse ódio de classe concentrado sobre os petistas?

2. CONFLITOS DE INTERESSES ENTRE CASTAS:

A “socialdemocracia tropical” (ou social-desenvolvimentismo) correspondeu a uma aliança eventual entre a casta dos trabalhadores formais, organizados em sindicatos e partidos, e a casta dos sábios, seja tecnocratas, seja intelectuais pregadores (professores, sacerdotes, artistas, etc.). Não contou, de início, com o apoio de representantes da casta dos comerciantes, particularmente, empreiteiros e banqueiros?

Os grupos sociais, vistos como castas, não são só organismos que buscam o interesse próprio e a vantagem econômica. Também constituem encarnações de ideias e estilos de vida, que procuram impor aos outros.

Quando a casta dos trabalhadores organizados buscou impor seus valores às demais castas, posteriormente à sucessão do Lula, sentiu o peso do ódio. Foi golpeada pela aliança de interesses entre a casta dos comerciantes-industriais, a casta de aristocratas-oligarcas dinásticos regionais, governantes de Estados e seus representantes

parlamentares, a casta de guerreiros (policiais militares), e as dissidências da casta dos sábios, sejam tecnocratas, sejam membros do Poder Judiciário?

3. ÓDIO RELIGIOSO:

O *antisemitismo* se assenta em frágeis bases preconceituosas:

1. diferenças religiosas entre judeus e cristãos da Antiguidade a respeito da figura do “salvador” de toda a humanidade,
2. acusação pela crucificação de Jesus,
3. usura – cobrança de juros só a “não-irmãos”, uma prática comum em diversas religiões –,
4. Cruzadas e reconquista de territórios ocupados por árabes e judeus,
5. a Inquisição e a conversão forçada de judeus em “cristãos-novos”,
6. o não pertencimento a um Estado próprio até a criação do Estado de Israel na região da Palestina,
7. a imputação dos efeitos da hiperinflação alemã e da crise de 1929 ao crescimento poder econômico dos judeus, etc.

O antipetismo se assentaria, analogamente, em *ódio aos ateus*, descrentes de qualquer fé religiosa, embora uma das raízes do PT tenha sido a católica Teologia da Libertação em aliança com o sindicalismo, os movimentos sociais e intelectuais de esquerda?

4. ÓDIO MORALISTA:

O *moralismo*, doutrina filosófica ou comportamento religioso, coloca a moral como valor universal, em detrimento de outros valores existentes. No viés heurístico da auto atribuição — onde a moral considerada correta é a própria e a incorreta, a dos outros diferentes de si –, a consideração moral é inconsistente:

1. por estar separada do sentimento moral,
2. por ser baseada em preceitos tradicionais irrefletidos, ou
3. por ignorar a particularidade e a complexidade da situação julgada?

5. ÓDIO DA EXCLUSÃO:

Os trabalhadores e artesãos com espírito comunitário ou corporativista excluem “os de fora”?

Uma conhecida máxima política diz: só se convoca uma convenção partidária quando tudo já está decidido pelo “comitê central”. Este é formado pelos líderes de suas tendências, ou, em alguns casos, pelo cacique político criador (e na prática “dono”) do próprio partido. Evidentemente, ele pode “vender” algumas vagas ou mesmo ceder, “gratuitamente”, para alguns amigos ou parentes...

Todos “de dentro” serão futuros candidatos a cargos nomeados pela Nomenclatura, onde a “troca de favores” será retribuída, segundo o critério do “homem cordial”. Os “de fora” não possuem QI (Quem Indica) — e são excluídos.

Neste sentido, a sociedade brasileira tem tido a oportunidade de assistir, em governos de coalizão, a partilha de cargos no governo federal para se montar uma maioria base governista e não ser golpeado. Na nossa Tropicalização Antropofágica Miscigenada, misturou-se presidencialismo com parlamentarismo e ausência de cláusula de barreira para partidos se representarem no Congresso. Dado o risco de golpe parlamentarista, acirrou-se o “toma-lá-dá-cá” fisiológico.

No nosso mundo político-partidário, misturam-se também os poderes tecnocráticos e as trocas de favores pessoais, deixando de lado a meritocracia tão cara aos universitários. O critério técnico de mérito, esforço próprio e reputação profissional é substituído pelo de “laços afetivos (e efetivos)” com caciques de partidos.

Nos “governos com hegemonia do PT”, na formação da base governista, bastou um simples diploma de curso superior para justificar a “competência” para o cargo?

6. ÓDIO AO APARELHAMENTO:

A Constituição parlamentarista em regime presidencialista soma os defeitos de ambos os regimes:

1. a fragilidade parlamentar do presidencialismo com
2. a ausência de quadros técnicos bem formados e estáveis, na burocracia estatal, para blindar os ministérios, as empresas estatais, as fundações, etc. contra o assalto dos parlamentares ao butim.

Não está o problema na liberação de emenda parlamentar, mas sim em muitos viverem dos lucros da triangulação entre parlamentares, seus indicados na máquina de governo, e fornecedores ou empreiteiros de obras públicas. Estes recebem mais pelo serviço não prestado ou com menor custo.

O PT, simplesmente, repetiu a prática dos outros partidos? E por que contra ele há uma raiva não expressa contra os demais?

7. ÓDIO RANCOROSO:

Um governo (re)eleito deseja colocar em prática suas concepções ideológicas. Uma política ideologicamente orientada, se for potencialmente impopular, só será colocada em prática se o governo tiver certeza de ser reeleito, isto é, se seu nível de popularidade estiver acima de um determinado nível mínimo. Se sua popularidade estiver abaixo deste nível mínimo, o governo vai começar a ter medo de não conseguir a reeleição ou a sucessão por um “herdeiro político”.

Nesse caso, à véspera da nova eleição, ele fará um esforço para aumentar sua popularidade, implementando uma política expansionista, aumentando os gastos públicos, de forma a reduzir o desemprego e aumentar o crescimento da renda, ou melhorando a qualidade dos serviços públicos na área de segurança, educação e saúde. Naturalmente, a situação será diferente se a taxa de inflação já existente for muito alta. Neste caso, o governo achará vantajosa para si a implementação de uma política deflacionária.

Sábios-tecnocratas trazem a burocratização ou a presunção arrogante típica dos especialistas. Quando aconselhados por líder dos trabalhadores, com forte espírito comunitário ou corporativista, excluem o aconselhamento de “os de fora”. Caem nos vieses heurísticos da auto atribuição — atribuem o sucesso a si próprio e culpam os outros por eventual fracasso — e da auto validação — só conversam com quem pensa igual.

Estelionato eleitoral já tinha ocorrido em 1986, 1990 e 1999. Ocorreu novamente quando, em 2015, a Presidenta eleita colocou no comando do Ministério da Fazenda, dividindo o poder com um sábio-tecnocrata no Ministério do Planejamento, um legítimo representante da ideologia neoliberal da casta dos mercadores. Esta ideologia contrária ao programa governamental eleito mantém intocada a disparidade do juro brasileiro e provoca a instabilidade econômica e a elevação das desigualdades sociais em favor de:

1. um ajuste fiscal para garantir a solvabilidade da dívida pública, demanda principal dos rentistas,
2. um ajuste cambial para garantir a competitividade dos industriais, demanda principal dos novos-desenvolvimentistas,
3. um ajuste na relação entre salários e lucros, principal crítica dos social-desenvolvimentistas.

A casta dos guerreiros voltou à proa através de movimentos direitistas com o Vem Pró Rua, os Revoltados Online e o MBL (Movimento Brasil Livre). Eles atacam guerras intermináveis por honra e vingança contra os democratas. Estes derrubaram sua saudosa ordem-unida da ditadura militar. A direita perdeu a vergonha e “saiu do armário”, de maneira organizada, contando inclusive com financiamento externo.

A ordem social desmorona quando seu governante vislumbra um fracasso – e, sob pressão, adota profundas reformas de acordo com o credo oposto. A base eleitoral do governo reeleito se sentiu traída pela adoção do programa da oposição derrotada em 2014. Dilma não conseguiu apoio dos mercadores e perdeu o apoio dos trabalhadores em 2015, porém, solidários em 2016.

Pior, muitos ex-petistas ficaram indiferentes a toda essa campanha odiosa da direita e ainda passaram a demonstrar publicamente seu rancor pessoal contra “O Partido” para marcar posição. Não conseguiram, pessoalmente, superar o sentimento de profunda aversão provocado por alguma experiência vivenciada, forte ressentimento, antipatia profunda não expressa por alguém simbolizada em um partido não homogêneo.

8. ÓDIO AO APADRINHAMENTO POLÍTICO:

No Distrito Federal, o apadrinhamento político parece ser normal, especialmente no Congresso Nacional. Ele abriga verdadeiros clãs encabeçados por funcionários. Entraram por meio de “trem da alegria”, ascenderam a postos-chaves, e agora empregam mulheres, maridos, filhos, irmãos e agregados em cargos de confiança – sem a necessidade de concurso público. Têm salários muito superiores ao de qualquer Professor-Titular. Este estudou durante vários anos e passou em todos os concursos públicos, com defesa de tese, obrigatórios para ascender na carreira universitária.

Os nomes de senadores ou deputados de outros partidos estão ligados à maioria dos clãs ou dinastias políticas. São os padrinhos da indicação da maioria de seus afilhados, inclusive em cargos públicos supostamente técnicos, cujo acesso deveria ser por mérito.

O PT teria aceitado e praticado, intensamente, essa “regra-do-jogo político brasileiro”, indo contra seu discurso original. Assim, decepcionou a esperança nele depositada por milhares de eleitores, simpatizantes e militantes? Aparentemente sim, mas o cinismo é seus opositores de sempre cobrarem isso só dele!

9. ÓDIO DA VITIMIZAÇÃO:

Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara de Deputados, expressa sua crítica em ato-falho defensivo em entrevista ao jornal Valor (26/09/2016): “O PT acusa Temer de traição. Qual foi o papel do vice? Vítima de chantagem, vítima de pauta-bomba, vítima de não sei o quê. É a tônica do PT se vitimizar”.

Vitimização é ato ou efeito de (se) transformar em vítima. Auto vitimização acontece quando uma pessoa ou instituição se coloca no papel de vítima ou pessoa perseguida para anular críticas, opiniões ou objeções contra as quais não consegue contra argumentar.

Auto vitimização é um tipo de manipulação de natureza emocional. Ocorre quando se esgotam os argumentos e o debate precisa ser suspenso por falta de lógica em seus posicionamentos.

Esse tipo de comportamento pode ocorrer em diversos contextos na vida, mas se conseguirmos identificá-lo é necessária a extinção deste comportamento, pois ele é prejudicial tanto para a vida pessoal como na vida profissional ou institucional-partidária. Em nossas relações humanas, todos nós estamos sujeitos a cair nesta armadilha emocional.

Na maior parte dos casos, a suposta “vítima” confunde ideias com sentimentos, ideologias com pessoas, apologética com ofensa pessoal. No fundo, revela certa falta de modéstia em não admitir, simplesmente, poder ter errado.

A auto vitimização chega a ser uma espécie de desonestidade intelectual. Quem defende suas próprias ideias se torna um grande vilão. Quem se vitimiza pode conseguir adeptos exatamente como ele, ou seja, “vítimas” de um sofrimento virtual. Só tem plausibilidade na teimosia da sua imaginação. A auto vitimização precisa de uma plateia para funcionar.

A auto vitimização é um traço muito frequente no discurso de pessoas cultivadoras da fantasia de não serem responsáveis por nenhuma parcela do próprio sofrimento. Essas pessoas estão sempre colocando a “culpa” de seus problemas no governo, na economia, no partido, ou até mesmo na (má) sorte.

10. ÓDIO RECÍPROCO:

Será que o discurso de ódio não é igual e contrário?

Por causa de diferenças políticas, sociais, morais, religiosas, etc., os odientos em uma conjuntura de sofrimento, devido à crise econômica mundial, exigem um “bode-expiatório” para crucificar?

Em sentido figurado, um “bode expiatório” é alguém que é escolhido arbitrariamente para levar sozinho a culpa de uma calamidade, crime ou qualquer evento negativo, embora não o tenha cometido.

A busca do “bode expiatório” é um ato irracional de determinar uma pessoa ou um grupo de pessoas, ou até mesmo algo, seja o único responsável por um ou mais problemas sistêmicos sem a constatação real dos fatos. Esse recurso é um importante instrumento de contrapropaganda política.

Grupos usados como “bodes expiatórios” foram (e são) muitos, ao longo da História, variando de acordo com o local e o período.

Aqui e agora, a caça às bruxas não ocorre sobre petistas?

Retórica das Contrainformações

Conhecimento enciclopédico abrange todos os domínios do conhecimento humano, portanto, é inalcançável por um único ser humano. Passou a ser uma designação de quem possui vastos conhecimentos. O sabor de saber leva à consulta de enciclopédias. O folhear de dicionários – pela *necessidade de precisão da imprecisão das palavras* – é outro exercício saboroso. Folhas de papel estão sendo substituídas por páginas de sites. Consulto sempre a Wikipedia. Através de trabalho voluntário – e de responsabilidade social – ela se tornou a maior enciclopédia humana de todos os tempos.

Fazer um rol das demandas de todos os movimentos sociais exige conhecimento enciclopédico. Peca-se pela extensão das demandas sociais sem a análise da viabilidade política e econômica do atendimento. Esse é um problema da *Economia Normativa*: prega “o que deveria ser” sem um diagnóstico preciso de *Economia Positiva* (“o que é”). Funciona apenas como um “teste de mentiras”: qualquer candidato se prometer atender toda essa pauta estará mentindo!

Os movimentos corporativistas não perceberam o risco político ao “bater à esquerda” no governo de hegemonia trabalhista sem medir a consequência de a oposição “bater à direita” fortemente. O resultado prático dessa receita – “bater a clara do ovo bastante para o bolo crescer” – foi estimular muitos eleitores a buscar alternância de Poder. No caso brasileiro, significou, na prática golpista, a direita retomá-lo, ou seja, um retrocesso político, social e econômico.

Essa polarização tipo “cabo-de-guerra”, sintomaticamente, colocando em pauta inclusive todas “as reformas de base” de 1/2 século atrás, antes do golpe de 1964, levou

a outro golpe, esse não militar, mas, em um regime presidencialista, a um governo semi parlamentarista, portanto, ilegítimo.

Como se deu a *retórica das contrainformações* no processo golpista?

1. *Apelo ao medo*: recorrer a sentimentos ou preconceitos instalados na psicologia de massa dos cidadãos sem razões nem provas objetivas.
2. *Argumento de autoridade*: citar personalidades importantes para sustentar uma ideia, um argumento ou uma linha de conduta, e negligenciar outras opiniões sensatas de pessoas próximas das posições criticadas.
3. *Testemunho da experiência vivenciada*: mencionar casos particulares (fora de contexto) em vez de situações gerais para sustentar uma opção política.
4. *Efeito cumulativo*: persuadir os leitores à adoção de uma ideia, insinuando um movimento de massas irresistível e implacável estar já comprometido no seu apoio, embora isso seja sem comprovação ou falso.
5. *Revisionismo*: falsificar a história, rerepresentando-a de forma parcial, para criar uma ilusão de coerência.
6. *Pôr palavras na boca de alguém*: apresentar uma ação imperativa, para ser adotada por um movimento social, sem análise profunda.
7. *Acusação*: acusar a ingenuidade de quem está adotando a mesma opinião de indivíduos reprováveis, predispondo o leitor ou o ouvinte a mudar a opinião, mesmo se ela for sensata.
8. *Uso de generalidade*: abusar de expressão virtuosa, tal como “liberdade pessoal”, para, por associação, os programas propagandeados serem percebidos como desejáveis e virtuosos acriticamente.
9. *Imprecisão intencional*: referir a fatos, deformando-os, ou citar estatísticas sem indicar as fontes (ou todos os dados) com a intenção é dar ao discurso um conteúdo de aparência científica, mas sem permitir ao leitor analisar a sua validade ou a sua aplicabilidade.
10. *Transferência*: projetar qualidades positivas (ou negativas) de uma pessoa, um grupo, uma organização, etc., como argumento para cumprir “missão” mediante cargas emotivas.

11. *Simplificação exagerada*: usar generalidades simples para contextualizar problemas sociais, políticos e econômicos complexos.
12. *Mimetismo*: empregar o nível de linguagem, as maneiras e a aparência de uma pessoa comum, imaginando, pelo mecanismo psicológico de projeção, o leitor (ou o auditório) encontrar-se mais inclinado a aceitar as ideias apresentadas deste modo popular, se quem as apresenta parece-lhe semelhante ou confiável.
13. *Estereotipagem ou etiquetagem*: utilizar os preconceitos e os estereótipos do auditório para conseguir a adesão a algo, por exemplo, o uso de qualificativos como “petralha” ou “tucanalha”.
14. *Bode expiatório*: demonizar um indivíduo ou um grupo de indivíduos, por exemplo, “banqueiros”, “rentistas”, “capital financeiro”, acusado de ser responsável por um problema real ou suposto, evitando falar das causas sistêmicas impessoais e aprofundar a análise do problema.
15. *Uso de chavões*: deixar uma lembrança em todos os espíritos, de forma positiva ou de forma irônica, usando slogans curtos, fáceis de memorizar, ou metáforas simplistas, tipo “xingamentos de torcida”.
16. *Eufemismo ou deslize semântico*: substituir uma expressão direta por outra indireta, retirando-lhe todo o conteúdo emocional, e esvaziando-a do seu sentido original, por exemplo: “interrupção voluntária da gravidez” em vez de “aborto induzido”, “solução habitacional” em vez de “construção de moradias”, “liberalismo” em vez de “capitalismo” (é conhecido no Brasil como “jargão tucanês”).
17. *Adulação*: usar qualificativos agradáveis referindo-se ao leitor (ou ao ouvinte) com a intenção de convencê-lo, tipo “você é muito inteligente, certamente, deve estar de acordo comigo”.

CAPÍTULO 8 – BATER NO PROJETO NEOLIBERAL DE PAÍS

Neoliberais no Poder

Economistas neoliberais têm Poder Midiático, isto é, colunas garantidas na “grande” imprensa brasileira. Tentavam a qualquer custo voltar ao Poder. Entretanto, “apostavam em cavalo perdedor”. Melhorar o ambiente de negócios, simplificar tributos, reverter políticas consideradas intervencionistas, abrir mais o país à competição internacional, retomar as privatizações e rever a política de desonerações tributárias: estas são algumas das ideias comumente defendidas por economistas acadêmicos neoliberais. De maneira contumaz, são derrotadas em eleições presidenciais quando são apresentadas claramente.

Eles alertam: não se deve esperar, no curto prazo, diminuição da carga tributária nem expansão do PIB em ritmo mais acelerado. Dizer “vai piorar antes de melhorar” é uma variante do chamado *viés de confirmação*. Um consultor se não entende de sua área ou é inseguro faz bem em recorrer a esse macete. Se as coisas piorarem, sua previsão se confirma. Se repentinamente melhorarem, o cliente fica feliz. Então, ele pode atribuir a melhora à sua competência. De um modo ou de outro, ele sempre tem razão.

Se o candidato neoliberal se tornar presidente do País e não ter a menor ideia de como vai governá-lo, o que ele faz? Prognostica “anos difíceis”. Exige seus cidadãos “apertarem o cinto”. E promete uma melhora da situação somente após essa “fase difícil” de “faxina”, “desintoxicação”, “reestruturação”. Conscientemente, deixa em aberto o período e a profundidade da depressão devido ao ajuste fiscal neoliberal por vir.

Moral da história: se alguém disser “vai piorar antes de melhorar”, fique alerta contra o charlatanismo.

Em poucas palavras, a pauta neoliberal de sempre é o retrocesso ao “tripé da política econômica” e às privatizações desnacionalizantes. Só querem vender aos empresários a mensagem contra factual como “qualquer um faria um governo menos estatizante do feito pelo PT”. Todos os empresários, ideologicamente, querem escutar apenas essa mentira? No entanto, o pragmatismo deles não os leva a doar muito dinheiro a candidatos com baixa chance de eleição.

Muitos economistas neoliberais sofrem do Complexo da Bruxa da história infantil *Branca de Neve e os Sete Anões*. Em viés heurístico de *auto validação ilusória*,

perguntam-se: “Espelho, espelho meu, existe alguém mais inteligente comparado comigo?!”

Eles “denunciavam” a obviedade de ter havido um programa vencedor das eleições em 2010. Diziam: “Em nenhum momento do passado recente houve tanta unanimidade ideológica entre os formuladores da política econômica como no atual governo [?!]. A própria presidente, os ministros da Fazenda e do Desenvolvimento, o presidente do BNDES, o secretário do Tesouro, o ministro da Educação e seus principais assessores, são todos desenvolvimentistas assumidos, com passagem pelas principais escolas desta corrente. Somente no Banco Central se encontram economistas mais ortodoxos, mas estes têm tido pouca influência sobre o resto do governo”.

Não havendo nenhum “economista renomado” da Praia do Botafogo ou da Gávea naquela equipe econômica, tirando fora a do Banco Central, em governo de hegemonia trabalhista, então, a saudade deles era dos Governos da Ditadura Militar!

Sendo assim, antes de entoar sua catilinária, deveriam comparar com os feitos de seus colegas quando estavam no Poder. Mário Henrique Simonsen esteve em posição de comando da política econômica, tanto no Governo General Geisel (1975-1978), quanto no primeiro ano do Governo do General Figueiredo (1979). Deixou um legado de estagnação (*stop-and-go*), regime de alta inflação, elevadíssimo endividamento externo e interno.

Depois de 1988, seus colegas neoliberais se dedicaram ao desmanche do Estado desenvolvimentista durante as duas décadas perdidas (80-90). A economia brasileira, no período de 1900 a 1973, com 4,9%, ficou em 1º. lugar no ranking mundial de crescimento. Na Era Neoliberal, caiu para 93º. lugar, com taxa de 2,4% de crescimento anual. Isto sem falar na taxa de desemprego e na concentração da renda, disputando com a África do Sul do *apartheid* o posto de a pior do mundo.

Portanto, o desafio era os professores neoliberais terem a honestidade intelectual de comparar os principais indicadores de desenvolvimento socioeconômico do período 1974-2002 (exceto de 1985 a 1987) com os da década social-desenvolvimentista (2003-2014). Comparassem os Índices de Gini, as taxas de desemprego, as taxas de inflação, as reservas internacionais (em torno de US\$ 380 bilhões), as exportações, as dívidas externas e internas, os superávits fiscais, as dimensões do mercado interno, as políticas de crédito, etc., abandonariam, humildemente, o Complexo da Bruxa. Entenderiam, então, porque perderam todas as eleições democráticas desde 2002.

A falsa catilinária neoliberal só se refere, parcialmente, à política econômica de curto prazo, quando social-desenvolvimentismo se caracteriza por política social ativa e

crescimento sustentado do emprego, investimentos em infraestrutura energética e logística com resultados para a próxima década. Os economistas da oposição não se referem ao contexto de crise internacional, acreditando, portanto, em um Estado-demiurgo por si só.

Socialdesenvolvimentismo ou Socialdemocracia *a la* brasileira

Há especialistas em Ciência Política em busca de argumentos para a defesa da ideia de o governo sob hegemonia do Partido dos Trabalhadores ter sido socialdemocrata. Para provar essa *hipótese*, isto é, defende-la como *tese*, é necessário examinar sua *antítese*, falseando os possíveis *contra-argumentos*.

Exige-se pelo menos responder ao conhecimento geral sobre socialdemocracia:

1. A socialdemocracia é uma ideologia política de esquerda adotada por militantes crentes na transição para uma sociedade socialista poder ocorrer sem uma revolução, mas sim por meio de uma evolução democrática: todos os partidos políticos da coalizão governista tinham essa convicção?
2. A ideologia socialdemocrata prega uma gradual reforma legislativa do sistema capitalista a fim de torná-lo mais igualitário, geralmente, tendo em meta uma sociedade socialista: o Congresso brasileiro modificou a legislação nesse sentido, por exemplo, fazendo reformas política, trabalhista, fiscal, e na mídia?
3. O conceito de socialdemocracia tem mudado com o passar das décadas, desde o século XIX, tendo como a base a crença na supremacia da ação política em contraste à aceitação da supremacia do determinismo socioeconômico: no Brasil, tal como o velho nacional-desenvolvimentismo, o novo-desenvolvimentismo ou o social-desenvolvimentismo ainda não priorizam o determinismo industrial?
4. No Brasil, todos os vários partidos ditos socialistas rejeitaram a revolução e outras ideias tradicionais do marxismo como a luta de classes, e passaram a adquirir posições mais moderadas como a crença do reformismo ser a maneira possível de atingir o socialismo?
5. A socialdemocracia brasileira desviou-se do socialismo, gerando adeptos da ideia de criação de um Estado de bem-estar social democrático, incorporando elementos tanto do socialismo como do capitalismo?
6. Os sociais-democratas brasileiros tentaram reformar o capitalismo, democraticamente, através de regulação estatal e da criação de programas para

diminuir ou eliminar as injustiças sociais inerentes ao capitalismo, tais como o da Bolsa Família?

7. Essa abordagem, ao apenas melhorar a distribuição de renda do trabalho, difere significativamente do socialismo tradicional, cujo objetivo é substituir o sistema capitalista, inteiramente, por um novo sistema econômico caracterizado pela propriedade coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores: como o governo trabalhista brasileiro enfrentou a concentração da riqueza?

8. Em vários países, os sociais-democratas atuavam em conjunto com os socialistas democráticos de origem trabalhista, situados à esquerda da socialdemocracia no espectro político: foi o caso do governo trabalhista brasileiro?

9. No final do século XX, alguns partidos socialdemocratas, como o Partido Trabalhista britânico, o Partido Socialdemocrata da Alemanha e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) adotaram políticas econômicas neoliberais, inclusive defendendo a estratégia política caracterizada como “Terceira Via”, entre a liberal e a socialista: o governo trabalhista brasileiro superou essa crise de identidade socialdemocrata?

10. O governo trabalhista brasileiro se tornou autenticamente socialdemocrata pelo fato de o partido hegemônico do “presidencialismo de coalizão” – o Partido dos Trabalhadores – possuir base sindical, diferentemente do PSDB?

11. O Capitalismo de Estado Neocorporativo não possuía característica distinta de sua fase anterior, inclusive porque brotou da “privatização paraestatal”, realizada nos anos 90’s pelo PSDB?

12. O conceito de neocorporativismo não é a chave para se entender a articulação dos sindicatos e dos fundos de pensão com os grandes negócios públicos, ou seja, a associação dos capitais de origem privada nacional, estrangeira, estatal e trabalhista?

13. Os petistas aceitam essa caracterização do governo trabalhista brasileiro como socialdemocrata, depois de seus rivais tucanos autodenominarem seu partido como Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), recebendo então a mordaz definição do Roberto Mangabeira Unger: “socialdemocracia é o neoliberalismo menos 10%”?

Social-Desenvolvimentismo e Novo-Desenvolvimentismo: Convergências e Divergências

Assisti uma palestra onde o Prof. Luiz Carlos Bresser-Pereira indaga: qual é o estatuto teórico do desenvolvimentismo? É uma estratégia nacional de desenvolvimento? É a ideologia do desenvolvimento? É a forma organização econômica e social do capitalismo apresentada historicamente como a alternativa ao liberalismo econômico? Responde o desenvolvimentismo ser essas três coisas.

Já o liberalismo econômico é a forma de organização econômica e social do capitalismo minimizadora do papel do Estado e maximizadora o do mercado. Ao Estado caberia apenas garantir a ordem interna (a propriedade e os contratos), a segurança externa, e manter equilibradas suas contas. O mercado se encarregaria de coordenar tudo mais de forma melhor em relação ao Estado.

Segundo o novo-desenvolvimentismo, além de manter a ordem interna e a segurança externa, e o orçamento público equilibrado, cabe ao Estado:

1. Regular todos os mercados.
2. Planejar os setores monopolistas.
3. Desenvolver política macroeconômica ativa.
4. Neutralizar tendência à apreciação cambial.
5. Realizar uma política de desenvolvimento.
6. Diminuir desigualdades sociais.
7. Proteger o ambiente.

O novo-desenvolvimentismo defende, portanto, uma intervenção moderada do Estado no mercado. Para desempenhar esses papéis, o Estado precisa ser forte ou capaz de:

1. Ter suas contas fiscais equilibradas.
2. Ter um corpo de burocratas e uma estrutura administrativa competentes.
3. Ter legitimidade democrática, se o país já houver realizado sua revolução capitalista e estiver maduro para a democracia.
4. Ter legitimidade social ao contar com uma coalizão de classes desenvolvimentista a apoiá-lo.

Em princípio, há grande identificação dos social-desenvolvimentistas com a abordagem histórica e estratégica de Bresser-Pereira, pioneiro da corrente auto denominada Novo-Desenvolvimentismo. Seus adeptos enxergam o nacionalismo também com uma ótica territorial de integração regional socioeconômica. Atualizam o intervencionismo de outrora com a concepção de coordenação reguladora. Apoiam a volta da política industrial à agenda nacional, distinguindo prioridades entre a Indústria de Transformação, dada sua necessidade de incentivos para superar o obsolescimento tecnológico e concorrer com a China, e a Indústria Extrativa, elevando sua capacidade de atender ao mercado chinês. Concordam a respeito da importância estratégica de observar a ecologia, por exemplo, a preservação da biodiversidade da Amazônia como um potencial de desenvolvimento da indústria brasileira de fármacos.

Quanto à estratégia internacional, os social-desenvolvimentistas entendem a política de internacionalização de empresas brasileiras não merecer a crítica neoliberal de “política de seleção dos campeões nacionais”. Enxergam a formação do bloco regional, seja pelo Mercosul, seja pela Unasul, como fundamental tanto para a ampliação do “mercado interno”, quanto para a extensão das cadeias produtivas e de infraestrutura logística pela América do Sul. Os acordos comerciais bilaterais se impõem, agora, como uma alternativa capaz de abrir alguns mercados face ao protecionismo vigente mundialmente.

No entanto, os social-desenvolvimentistas e os novos-desenvolvimentistas não convergem em tudo. Antes, dizia-se da esquerda brasileira ela se aliar na tática conjuntural (luta armada) e se dividir na estratégia futura (modelo de socialismo). Hoje, talvez se possa dizer: os economistas de esquerda divergem no curto prazo (política econômica) e convergem no longo prazo (estruturalismo).

O novo-desenvolvimentismo propõe sacrificar os salários reais dos trabalhadores, base de apoio político do atual governo, em nome de beneficiar os preços em dólares dos produtos dos industriais, base de apoio político do neoliberalismo. O social-desenvolvimentismo prioriza o controle da inflação e o desenvolvimento sustentado pela ampliação do mercado interno, isto é, crescimento da renda real e do emprego com política social ativa. Isto quanto à prioridade em curto prazo: o combate à retomada da inflação.

Quanto ao modelo de desenvolvimento em longo prazo, na verdade, os social-desenvolvimentistas acham ultrapassada a dicotomia *desarrollo hacia adentro* versus *desarrollo hacia afuera*. A participação percentual das exportações no PIB do Brasil gira em torno de 10% e do fluxo corrente de comércio (exportação + importação) em torno de 20% do PIB, ou seja, o saldo líquido desse comércio exterior está muito distante de dar dinamismo e sustentar o crescimento da economia brasileira *a la* modelo exportador asiático.

Por todas essas razões econômicas, sociais e políticas, os social-desenvolvimentistas colocam a inclusão social no mercado interno como a prioridade estratégica brasileira. Soma-se aos investimentos em infraestrutura, logística e extração de petróleo em águas profundas, para o País se tornar superavitário no balanço de transações correntes e o Fundo Social de Riqueza Soberana transferir seus rendimentos para Educação, Ciência e Tecnologia.

Em suma, os desenvolvimentistas de todos os matizes concordam quanto à estratégia de desenvolvimento em longo prazo, mas discordam quanto à política econômica em curto prazo. Como o longo prazo é construído com uma sucessão de curtos prazos...

Razão Técnica X Razão Política

Quando o país apresenta superávit em seu balanço comercial, sistematicamente, produzido por *commodities* agrícolas ou minerais, possuindo então abundância de recursos naturais *tradables* ou negociáveis no comércio internacional, certos doutores em Economia diagnosticam ele estar infectado pela “doença holandesa”. Para esse diagnóstico, eles verificam seu sintoma *ex-post*. Concluem: a taxa de câmbio está, recorrentemente, inferior à taxa de câmbio de “equilíbrio industrial” por disponibilidade de recursos naturais abundantes e/ou de mão de obra barata.

Para a cura, paradoxalmente, se a moeda nacional fosse desvalorizada para o nível necessário ao setor industrial produtor de bens comercializáveis internacionalmente tornar-se igualmente viável, a produção e a exportação de *commodities*, onde originaram o problema de “excesso de fluxo comercial”, receberiam ainda mais incentivo. Os novos desenvolvimentistas apresentam o contra-argumento de taxar esse ganho cambial dos exportadores de *commodities* agrícolas. A bancada ruralista no Congresso Nacional aceitaria essa queda de isonomia tributária entre o setor agropecuário e o industrial?

O problema básico para países em desenvolvimento encararem não é uma incapacidade de produzir bens manufaturados, mas sim uma incapacidade de produzi-los em níveis de produtividade tal a lhes permitir ser competitivos nos mercados internacionais. É um problema de diferencial de produtividade entre setor agrícola e setor industrial e dos preços relativos estabelecidos em moeda estrangeira.

Convencionalmente, há a presunção em favor da adoção de uma taxa de câmbio de equilíbrio uniforme para todos os setores. Quebraria essa convenção a adoção de um regime de duas taxas de câmbio. Neste caso, teríamos um dólar mais caro a ser usado para as exportações industriais, as transações financeiras, e também para as

importações. Teríamos também outra taxa de câmbio para a exportação do setor primário, determinada por aquela taxa nominal menos impostos de exportação sobre *tradables* primários. Esta reforma adequaria a taxa de câmbio nominal à estrutura de custos industriais e melhoraria a possibilidade de exportar bens manufaturados. Mas a arquitetura financeira internacional vê com maus olhos essa “heterodoxia” e impõe uma única taxa de câmbio.

Uma considerável desvalorização de sua moeda, para a taxa de câmbio tornar possível para o país desenvolver mercados de exportação em produtos manufaturados, poderia ser contrabalançada com a tributação dessa receita extraordinária ainda mais favorável às *commodities* primárias. Estas constituem a grande maioria das exportações. Elevaria, extraordinariamente, as receitas de exportação do setor primário. Este seria o argumento político para a essa discriminação por meio da aplicação de imposto de exportação sobre esse ganho.

Porém, a desvalorização da moeda nacional, para a taxa de câmbio ficar adequada e incentivar as exportações industriais, também seria uma medicação artificial para o combate à “doença holandesa”. Esse dólar mais caro tenderia a gerar uma inflação de custos em preços internos. Logo neutralizaria qualquer efeito inicialmente benéfico sobre as receitas dos exportadores de manufaturados. O aumento dos preços domésticos dos produtos de exportação seria obrigatório, mais cedo ou mais tarde, provocando aumento correspondente nos preços locais de alimentos. Dado o baixo nível de renda característico de países em desenvolvimento, os salários nominais na indústria estão estreitamente correlacionados com os preços dos alimentos. Então, essa solução de política cambial, seja pelos insumos importados, seja pelos salários, traria uma correspondente elevação nos custos nominais da produção de manufaturas.

Não existe uma única taxa de câmbio capaz de assegurar o equilíbrio entre os custos internos de produção e os preços para os mercados estrangeiros. Nem há nenhuma maneira de sair deste dilema, exceto por algum sistema dual de taxas de câmbio, ou algum sistema de impostos e subsídios combinados produzindo efeito similar ao das taxas de câmbio duplo. A arrecadação do imposto de exportação cobriria o custo dos subsídios aos alimentos?

Se para o novo-desenvolvimentismo as taxas de câmbio duplas são uma condição necessária, para o neoliberalismo qualquer uso de desvalorização cambial para proporcionar eliminar desequilíbrios não só é apenas ineficaz, como acaba impedindo o desenvolvimento dentro da vocação agrícola natural do país. A realidade do mercado acabaria impondo seu retorno para o objetivo de adoção de uma única taxa de câmbio, estimulante da eficiência, pois “o comércio livre é pré-condição para restabelecer a confiança dos investidores, e promover empréstimos e investimentos vindos do exterior”.

Sob o ponto de vista de uma terceira corrente de pensamento, o social-desenvolvimentismo, o problema é a desvalorização significar maiores incentivos para o setor primário exportador tradicional em detrimento de salários e outras rendas urbanas. O primeiro efeito visível seria produzir forte impacto inflacionário, engolindo o estímulo às exportações oferecidas pela desvalorização, dentro de prazo relativamente curto. Se fosse adotada a restrição monetária para combater a inflação, a política de juro induziria também uma recessão.

O imposto sobre exportação determinaria a receita líquida dos exportadores de *commodities*. Não obstante a oposição esperada ao imposto por parte da “bancada ruralista”, seu pagamento se daria por meio da depreciação cambial. Esta elevaria a receita bruta. Quem pagaria o imposto, de fato, seriam os consumidores e investidores. No curto prazo, veriam os preços aumentar. O professor Bresser-Pereira (Valor, 19/02/13: A13) alega que “esse custo é transitório, e, em pouco tempo todos se beneficiarão com o aumento dos investimentos e a aceleração do crescimento que a neutralização da doença holandesa proporcionará”.

Haveria, então, outro dilema: entre *a razão técnica* e *a razão política*. Os tecnocratas teriam a capacidade de impor uma solução técnica sem ela ter viabilidade política em um regime democrático? O curto calendário político de um presidente pretendente à reeleição ou a eleição do(a) sucessor(a) impõe a necessidade dos técnicos se ajustarem e não proporem algo prejudicial ao poder aquisitivo do povo, em curto prazo. Isso tem de ser contrabalançado com a promessa de, no futuro, depois do sacrifício, “dias melhores haverão de vir”.

Capitalismo de Estado Neocorporativista em Governo Trabalhista

Sem chamar a atenção da opinião pública através da mídia, mesmo porque esta só se importava em estimular “a oposição moralista” e não se atentava para o projeto ideológico social-desenvolvimentista, o governo Lula começou a mudar o projeto de desestatização esboçado no Governo Collor e assumido, gulosamente, no governo FHC. A mídia neoliberal e o empresariado liberal custou a se dar conta do surgimento gradual de um novo capitalismo: o de *Capitalismo de Estado Neocorporativista*.

No entanto, não percebem o fenômeno sob o ponto de vista trabalhista. O conceito originário da Ciência Política europeia – *neocorporativismo* – designa a transição em governo com hegemonia de partido trabalhista. Ele auxilia a aprofundar a análise. Boa parte de empresas estratégicas passa a se associar com capital de origem trabalhista (fundos de pensão) para atender às políticas de desenvolvimento idealizadas por membros do Partido dos Trabalhadores.

Quando “caiu a ficha” da imprensa, economistas e empresários neoliberais, os ataques ao Governo Dilma ficaram muito mais virulentos. A tática de alarmismo se falseava face aos indicadores macroeconômicos – taxa de inflação, taxa de desemprego, taxa de crescimento –, todos sob controle. A inflação inercial abaixo do teto de 6,5% ao ano de 2005 a 2014 era perfeitamente aceitável face à nossa memória inflacionária.

Por exemplo, um membro do tucanato, entre os que mais se beneficiaram da *privataria*, sempre tivera boas relações com o Poder, na Era Neoliberal. Viu-se, na Era Social-Desenvolvimentista, “metido na maior disputa societária da história do capitalismo brasileiro”. O alvo da contenda era o controle de companhias de telecomunicações, saneamento e transporte. Seus oponentes foram a trinca de maiores fundos de pensão brasileiros: Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa Econômica Federal).

Estes se articularam, no governo Lula, apoiados pela cúpula do Poder. Desde a privatização das teles, no governo FHC, empresários tucanos, embora minoritários, mantinham-se no controle das companhias e vivia em conflito com os sócios majoritários. Só no governo petista os fundos de pensão conseguiram desalojá-los de todas as empresas e afastá-los dos negócios estratégicos para o País.

Dois anos após vencer a disputa com o tucanato, a Previ, junto com outros fundos de pensão, havia aumentado muito sua participação em várias empresas privadas de diversos setores. Seus ativos somam cerca de 50% a mais em relação à soma das fortunas dos 65 bilionários brasileiros.

A tomada das teles fora só o começo de uma estratégia desenhada por próceres do governo trabalhista. O propósito era o Estado, por meio dos fundos de pensão patrocinados pelas empresas estatais, regulasse os setores considerados estratégicos na economia brasileira. Esses fundos aumentaram sua participação em várias empresas, exigindo assentos nos Conselhos de Administração. Algumas delas, como as de petroquímica e a Vale, privatizadas nos governos neoliberais anteriores, voltaram, indiretamente, ao controle estratégico do Estado.

O capital de origem trabalhista passou a se associar aos grandes empreendimentos. Quando a Sadia quebrou, em 2008, resultado de sua gestão temerária com abuso em operações com derivativos, os donos da empresa (famílias Fontana e Furlan) tentaram se socorrer junto ao BNDES tal como haviam feito com sucesso no passado várias outras empresas. Utilizavam-no como fosse um “hospital empresarial”. Dessa feita, o governo petista recusou, impondo uma “solução de mercado” com a fusão da Sadia com a Perdigão. Ela já era controlada pelos fundos de pensão. Criou-se a maior empresa de alimentos da América Latina: *a Brazil Foods*.

Começando a entender a realidade do capitalismo brasileiro, os neoliberais perceberam nada do acontecido até então tinha sido mero ato de voluntarismo dos fundos de pensão. Todas essas iniciativas contavam com o apoio estratégico do BNDES sob o comando do Governo Social-Desenvolvimentista. Por trás de todas essas operações estava o projeto de Capitalismo de Estado Neocorporativista. Associava capitais de origem privada nacional e estrangeira, estatal e trabalhista, para dar competitividade internacional às grandes empresas brasileiras, trazendo divisas para o País. O antigo “tripé” na origem de capital industrial evoluiu para um “quadripé” no financiamento da infraestrutura brasileira. Os fundos de pensão, junto com o BNDESPAR, passaram a ser o braço financeiro desse novo modelo de gestão empresarial.

Os neoliberais custaram a entender as mudanças processadas na forma de o Estado brasileiro intervir (e regular) nas estratégias empresariais, livrando-se da falácia ideológica do “livre mercado”. O BNDES decidiu apoiar algumas “empresas vencedoras”. Elas tinham mais condições de enfrentar a competição internacional, não só emprestando recursos, como também se associando para dividir riscos.

A crítica neoliberal é: “o Banco de Desenvolvimento passou a apoiar, basicamente, setores produtores de *commodities* em vez de incentivar empresas de tecnologia de ponta”. Curiosamente, nessa crítica pretensamente “desenvolvimentista”, os defensores do livre mercado (e da antiga “vocação agrícola” do País) não perceberam a aposta profunda em investimentos em educação (e “tecnologia de ponta”) só teria condições de ser feita com o Fundo Social de Riqueza Soberana a ser gerado com a extração e exportação de petróleo de águas profundas na camada do pré-sal. Isso ocorreria na próxima década caso não tivesse ocorrido o retrocesso político.

O País alcançou autonomia relativa em financiamento, haja visto o financiamento da construção da terceira maior hidrelétrica do mundo (Belo Monte) sem endividamento externo similar ao comprometido na construção de Itaipu. Boa parte dos investimentos da Petrobras foi financiada internamente. Porém, a conquista de autonomia tecnológica na indústria de transformação, diferentemente do já ocorrido na indústria extrativa, aérea (via Embraer) e na agricultura no cerrado (via Embrapa), exigiria um longo processo de se colocar foco e recursos nessa prioridade. Enquanto não se atingisse essa fase, a política industrial, por exemplo, via o novo regime automotivo, teria de atrair empresas estrangeiras para produzirem no Brasil e transferirem o domínio de tecnologia.

Projeto Social-Desenvolvimentista para o País em Longo Prazo

Falta um projeto para o Brasil? Um lugar-comum desenvolvimentista é dizer: “qualquer país tem um projeto. Agora, para isso, é preciso a centralidade da política. Se o país não tem um mínimo de organização política, a coisa não vai”.

Alguns recorrem à proposta de uma Constituinte eleita com a finalidade exclusiva de fazer uma reforma política. Nela poderão se aprovados, por exemplo, plebiscitos ágeis para a deliberação de um rol de temas importantes, tais como a adoção de cláusula de barreira para partidos terem representatividade social e política.

Outros apoiam uma proposta de democracia participativa, enviada pelo Poder Executivo (Governo Federal) e com a (falsa) esperança de não ser descartada pelo Poder Legislativo (Congresso Nacional). As formas de participação a define. As conferências nacionais, a ouvidoria pública, as audiências e consultas públicas já existiram no Brasil. Muitas delas, especialmente as conferências nacionais, realizadas durante o governo trabalhista, eram dotadas de grande vitalidade e legitimidade.

Esse decreto, na visão neoliberal, implicaria o risco do surgimento de “um poder paralelo”. Isso é puro *nonsense*, porque a democracia participativa convoca as organizações da sociedade civil e os cidadãos para participarem da definição das políticas públicas, mas apenas de forma consultiva.

Este era um debate político importante para o País decidir entre Centralismo Democrático ou Democracia Participativa. Entretanto, enquanto não se dava um rumo conseqüente a essa temática política, não se devia ter usado a retórica de “o País não tinha Projeto” na área socioeconômica.

O governo social-desenvolvimentista se distinguiu, durante treze anos, pela adoção de políticas sociais ativas – Programa Bolsa-Família, salário mínimo real, formalização do mercado de trabalho, o “tripé” Pronatec-ProUni-Fies, Ciência Sem Fronteiras, Farmácia Popular, Mais Médicos, Minha Casa Minha Vida, etc. Isso ocorreu não apenas por razão de justiça social, já suficiente para justificá-las, mas também foram adotadas com a finalidade estratégica de mobilidade social. Antes do recente retrocesso social com enorme desemprego e perda de renda, o País tinha se tornado o quinto maior mercado interno nacional em número de consumidores.

O controle do capital estrangeiro, atraído pela dimensão desse mercado e pela paridade entre taxas de juros externa-interna, se deu tanto pelo imposto sobre operações financeiras (IOF) quanto pelas regras do regime automotivo. Este condicionava o usufruto do mercado interno ao investimento direto estrangeiro com transferência de tecnologia para a gradual nacionalização dos produtos.

O projeto social-desenvolvimentista era, em 2035, o Brasil se tornar o sexto maior produtor de petróleo do mundo, segundo previsões de entidades como a Agência Internacional de Energia. Já se tinham prospectados 27,4 bilhões de barris de óleo equivalente, entre reservas provadas e volumes potencialmente recuperáveis, sendo a contribuição do pré-sal da ordem de 57%. Partiu-se de reservas estimadas em 8 bilhões de barris de óleo equivalente, provados em 2003, quando não existia o pré-sal. Chegou-se a 16 bilhões de barris provados. Em 2017, mais da metade da produção brasileira total de óleo já foi extraída na camada do pré-sal em águas profundas.

A Petrobras estava investindo para produzir 4 milhões de barris de petróleo por dia (bpd) no período 2020-2030. O Brasil, como um todo, estaria produzindo além de 5 milhões bpd e exportando cerca de 1,8 milhões bpd na próxima década.

Para descobrir as reservas de petróleo na camada do pré-sal e operar com eficiência em águas ultra profundas, a Petrobras desenvolveu tecnologia própria, atuando em parceria com universidades e centros de pesquisa. Contratou, internamente, sondas de perfuração, plataformas de produção, navios, etc., com recursos que movimentam toda a cadeia da indústria nacional de energia. Por isso, os investimentos na área do pré-sal chegariam a US\$ 82 bilhões até 2018.

A miopia dos investidores de O Mercado levou-os a enxergar apenas “de perto”, isto é, em curto prazo e não em longo prazo. A desvalorização das ações levou, no final de 2013, a Petrobras ter 288 mil acionistas ou 16% a menos dos 344.179 do fim de 2008. Era 27% abaixo do recorde de quase 400 mil investidores alcançado pela empresa no fim de 2010, quando realizou a mega capitalização de R\$ 120 bilhões. Qual era a justificativa espalhada entre os poucos especuladores em ações? “O Governo” estava congelando o preço da gasolina para compensar a elevação dos preços de alimentos devido à seca.

Na construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), também não se recorreu ao endividamento externo do País – como ocorreu no caso de Itaipu nos anos 70. Pelo contrário, o BNDES concedeu empréstimo de R\$ 22,5 bilhões para o projeto, o maior da história do banco. O valor financiado correspondeu a 78% do total a ser investido na hidrelétrica (R\$ 28,9 bilhões).

A usina, construída na região amazônica, com 11,2 mil megawatts (MW) de capacidade instalada, representaria 33% da expansão de capacidade prevista no país entre 2015-2019. Isso a tornaria a terceira maior usina hidrelétrica do mundo, atrás da chinesa Três Gargantas (22,5 mil MW) e da binacional Itaipu (14 mil MW).

Como se podia dizer “o Brasil não tem projeto”?!

Parte III - COMBATER

CAPÍTULO 9 – Combater o Neoliberalismo

Pragmatismo contra Ideologia

Os filósofos gregos analisam uma variedade de amor, chamada *pragma*, ou amor maduro. Ele designa a profunda compreensão desenvolvida entre casais com muitos anos de casados. *Pragma* tem a ver com a construção de um relacionamento ao longo do tempo, cedendo quando necessário, mostrando paciência e tolerância, e sendo realístico em relação ao esperado do parceiro. Ele envolve apoio às diferentes necessidades um do outro e manutenção da estabilidade doméstica, de modo os filhos crescerem em uma atmosfera propícia a seu desenvolvimento. E os negócios financeiros da família estarem seguros. O *pragmatismo* é sensato.

A filosofia pragmática parte da ideia de somente pensarmos quando confrontados com problemas. Os problemas surgem porque tentamos apreender o sentido das tradições herdadas e dos desafios de viver em um mundo em transformação. O *pragmatismo* parte do princípio de o propósito do pensamento não é proporcionar um retrato verdadeiro do mundo, mas nos ajudar a agir de maneira eficaz dentro dele. Em outras palavras, solucionar problemas práticos.

Muitos militantes ideológicos, quando vão trabalhar no governo e têm de “cumprir tarefas e entregar resultados”, aprendem a fazer consideração dos problemas de um ponto de vista de uma solução prática viável. Eles necessitam dar um tratamento objetivo, não dogmático ou sumário dos eventos. Então, a validade de uma doutrina passa ser determinada pelo seu bom êxito prático.

No marxismo, ideologia refere-se ao conjunto de ideias presentes nos âmbitos teórico, cultural e institucional das sociedades. Ela se caracteriza por ignorar a sua origem materialista nas necessidades e interesses inerentes às relações econômicas de produção, e, portanto, termina por beneficiar as classes sociais dominantes.

Como exemplo, a ideia-chave do individualismo libertário é o homem com sua liberdade, rivalidade e desejo de maximizar seus ganhos ser “guiado por uma mão invisível a promover um fim independente não fazer parte de sua intenção”. O homem libertado da servidão feudal agiria, mesmo sendo de modo involuntário, por auto interesse. Acabaria levado a uma ordem espontânea do interesse maior da sociedade. Essa crença de condução divina dos homens “tementes-de-deus” se mantém, embora O Deus-Mercado tenha tomado o posto de autorregulação e/ou vigilância onipresente.

A formação doutrinária neoliberal dos economistas louvadores de O Mercado os leva à análise idealista dessa ordem espontânea do mundo ao partir dos três

princípios neoclássicos. O primeiro é o citado individualismo. Contrapõem o atomismo contra a política de incentivos aos “vencedores” para ganharem competitividade internacional com suas exportações. O segundo é a flexibilidade de preços. Optam por preços livres inclusive eles estando voláteis e inflacionários, por exemplo, em função dos choques – variações dos preços relativos – da taxa de câmbio e das cotações do barril de petróleo. Terceiro, anseiam por informações perfeitas sobre todas as ações do governo, para antecipar suas defesas e torná-las inócuas.

Para os epígonos de Marx, tudo isso é apenas ideológico. Não passa de ideologia burguesa, abrangendo o sistema de ideias em favor da legitimação do poder econômico da classe dominante. Contrapõem-na à ideologia proletária ou socialista, isto é, ao conjunto de ideias expressivas dos interesses revolucionários da classe dominada.

Na realidade, quando se está no governo, tem de se ter tolerância política com todo sistema de ideias (crenças, tradições, princípios e mitos) interdependentes, sustentadas por algum grupo social, de qualquer natureza ou dimensão, composto de cidadãos. Essas ideias refletem, racionalizam e defendem interesses próprios ou compromissos institucionais, sejam estes morais, religiosos, políticos ou econômicos. O regime democrático exige compreensão governamental do conjunto de convicções filosóficas, econômicas, sociais e políticas de qualquer grupo de brasileiros, inclusive no caso de ele estar na oposição.

É intolerável, dentro do pacto político da própria democracia liberal, a interferência institucional de poderosas organizações corporativas no processo eleitoral. Isso desequilibraria, fatalmente, o debate ideológico. Também, pelo princípio da cidadania, cabe às sociedades democráticas proibirem e penalizarem todas as formas de expressão com objetivo de espalhar, incitar, promover ou justificar ódio baseado em intolerância, inclusive intolerância político-partidária. Exemplo atual, no Brasil, é a divulgação midiática cotidiana por “comentaristas” do ódio antipetista.

A intensa atividade de *bullying* partidário, na imprensa brasileira, provoca forte correlação entre essa expressão de ódio e a violência físico-emocional. Esses discursos de ódio não são inócuos (como a princípio pode parecer), mas geram danos físicos e psicológicos em quem sofre a agressão, como depressão, baixa autoestima, misantropia, etc.

As velhas posições anticomunistas ressurgem sob forma de um antagonismo contra toda a esquerda política, passando pela oposição ao marxismo, socialismo, sindicalismo, socialdemocracia, anarquismo e teologia da libertação. No entanto, não cabe contrapor a esse discurso de ódio com outro de origem *antissemita*. Este é o velho preconceito ou hostilidade contra judeus baseada em ódio contra seu histórico étnico, cultural e religioso. Daí nasceu a postura contra a usura da igreja cristã medieval,

herdada pela ideologia trabalhista como uma crítica moral àquele viver de rendimentos propiciados por juros.

Temos de nos precaver contra essa reação mental instintiva e/ou defensiva ideologizada e generalizante, por exemplo, com ataques específicos contra “economistas-chefe” de bancos. Estes são vistos por banqueiros profissionais e pragmáticos como “bobos-da-corte”, pois pretendem ser “mais realistas em lugar do próprio rei”. Vendem sua ideologia neoliberal, impregnada em cursos ortodoxos de Ciência Econômica, como fosse o discurso hegemônico em O Mercado. Pautavam, antes do golpe, o PIG (Partido da Imprensa Golpista) com suas diatribes contra o governo petista.

Porém, os verdadeiros empreendedores não deveriam ter se deixado influenciar. Se eles analisassem com isenção os fundamentos e observassem os indicadores socioeconômicos brasileiros deveriam ter investido e capacitado suas empresas para aproveitar da expansão do mercado interno ocorrida durante os governos social-desenvolvimentistas. Com base em análise criteriosa dos grandes projetos em andamento nas áreas de energia (hidrelétrica e petrolífera), infraestrutura urbana e logística com concessões de rodovias, ferrovias, hidrovias, aeroportos e portos, teriam se preparado para um vindouro crescimento sustentado da economia brasileira.

A Teoria dos Jogos investiga se é mais inteligente cooperar em nome do benefício mútuo ou agir com egoísmo. A cooperação pode vir de atos interesseiros. A estratégia mais bem-sucedida é o jogador cooperar na primeira jogada e depois espelhar o adversário, não sendo nunca o primeiro a capitular. A abordagem amigável da cooperação dá resultados mutuamente benéficos, mas se alguém é traído, é crucial revidar imediatamente para manter a “credibilidade”. Dessa análise de competição e cooperação surgem as regras sociais e até as morais.

Agiriam bem os pragmáticos banqueiros profissionais ao dar “um cala-a-boca e passa-fora, moleque” em ideólogo apresentado como “porta-voz”. Teriam dado bom exemplo para outras associações patronais também não se meterem a dar apoio aos golpistas. Ao se aliarem com a casta dos oligarcas governantes, ruiu a confiança entre a casta dos mercadores e a casta dos trabalhadores organizados, estes aliados com a casta dos sábios intelectuais observadores críticos.

Meritocracia contra Nomenclatura

Antes do conhecimento da Teoria das Inteligências Múltiplas – lógico-matemática, linguística, espacial, musical, corporal-cenestésica, intrapessoal e interpessoal –, o gestor ou contratava pessoas parecidas com ele ou tentava fazer as

peças serem como ele. Ambas as atitudes eram um erro. O correto é contratar e/ou nomear pessoas com capacidade de trabalhar bem juntas, mas com perfis de inteligência contrastantes, sem serem clones do próprio líder. Tudo pode ser aprendido melhor se é aproximado por tipos diferentes de inteligência.

O líder deve ter coragem de empregar pessoas com personalidade para lhe contradizer: “não, você está errado neste caminho, siga este outro...”

No entanto, dirigentes ou gerentes operam em contextos sociais de alta complexidade e opacidade. No ambiente político e econômico, filtram e agregam novas informações, de uma maneira enviesada, em favor da confirmação de seus mapas mentais prévios. Eles tendem a incorporar apenas as informações em reforço a seus preconceitos e visões de mundo já estabelecidas sem testes. Descartam as informações dissonantes.

Em Economia Comportamental, esse viés heurístico é conhecido como Viés da Auto Validação ou Validação Ilusória. É fonte de erros de pensamento recorrentes em tomadas de decisões empresariais e/ou financeiras.

O desenvolvimento de uma compreensão social básica pelos indivíduos envolve altos custos para a aprendizagem. Isso gera um processo de dependência de trajetória na qual a tendência é a de reproduzir em momentos posteriores esses mapas mentais previamente estabelecidos sem muito estudo.

Os estrategistas erram quando só buscam dados ou opiniões capazes de corroborarem suas projeções. Assim, falam apenas com analistas cujos pensamentos são semelhantes e só leem matérias e reportagens em busca de apoio à sua decisão, enquanto o que deveriam procurar fazer era ter contatos com pessoas ou fontes questionadoras de suas projeções, fazendo-os refletir, procurar por pontos incapazes de serem previstos por eles e seus pares.

Ao invés de pesquisarem dados e informações para mostrar se estão errados, procuram só os casos para comprovação de estarem certos. Essa sutil diferença pode causar grandes erros de previsão, pois abandonam dados e informações contrárias, não recebem questionamentos, logo, não reveem suas análises de maneira criteriosa.

Por exemplo, os economistas, de maneira geral, são extremamente apegados às (poucas) ideias aprendidas na juventude universitária e jamais delas se desvencilharam, devido ao viés ideológico não questionado com novos estudos. Por isso, foi surpreendente a mudança de trajetória governamental da minha ex-aluna Dilma Rousseff. Sua formação é desenvolvimentista, porém nomeou no início de seu segundo mandato presidencial um gestor com obsessão no ajuste fiscal-tarifário. A vida política requer a coragem de mudar. Mudou a conjuntura, muda-se política econômica. Mas os

princípios ideológicos em defesa do igualitarismo deveriam ser mantidos como critério de nomeação.

O grau de investimento da economia brasileira estava ameaçado pela deterioração dos indicadores fiscais, tanto o superávit primário, quanto a relação dívida bruta / PIB. A priori dava para antecipar o erro em trocar o perfil do Ministro da Fazenda de um keynesiano, focado na atuação anticíclica, aliás, alcançando a menor taxa de desemprego da história, por um fiscalista ortodoxo, focado sobretudo no ajuste fiscal? Talvez.

Só a fácil sabedoria *ex-post* deixou evidente a mudança ter sido recebida como um “estelionato eleitoral” por sua base de apoio. E não ganhou apoio inquestionável da casta dos mercadores-financeiros supostamente avalista do novo ministro.

A Presidenta montou um Ministério com lideranças das associações patronais ou corporativas. À primeira vista seria um avanço em relação aos ex-ministros não representantes de nenhum agrupamento social. Eles “pelavam de medo” de contrariar a Presidenta, alertando-a para evitar caminhos equivocados. Não deu certo o ministério neocorporativista. As ex-lideranças não reverteram o apoio de suas bases empresariais ao golpismo.

Ainda não se criou instituições para evitar o “presidencialismo de coalizão partidária” com o “toma-lá-dá-cá” para se montar a (infel) base governista. Esta é aliada não com base em programa de governo, mas sim em barganha por cargos, verbas e financiamentos de campanhas eleitorais dos deputados e senadores. A casta dos trabalhadores organizados se enganou ao achar o apoio eventual de alguns membros da casta dos mercadores e suas associações patronais suficiente para influenciar o Congresso Nacional.

A experiência da democracia representativa brasileira demonstra não estar sendo positivo para a representação popular seguidas reeleições, seja para o Poder Executivo, seja para o Poder Legislativo. Pior ainda é a vitaliciedade dos membros do STF (Supremo Tribunal Federal).

Nesse sentido, foi uma aberração irresponsável a aprovação casuística proposta de emenda à Constituição (PEC) de ampliação de 70 para 75 anos a idade para a aposentadoria compulsória de magistrados de tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU), a chamada “PEC da Bengala”. Isso só ocorreu para retirar da Presidenta Dilma o poder de nomear outros membros do STF.

A escolha por meritocracia pode ser deturpada, transformando-se em um sistema de recompensa ou promoção, seja em emprego, seja em partido político, fundamentado não no mérito pessoal de produtividade ou titularidade, mais sim no

estabelecimento de rede de relacionamento social, político-partidário, profissional e/ou familiar. Esse reconhecimento de mérito se dá apenas por indicação pessoal ou um pequeno grupo de amigos.

Considerando as desastrosas experiências de aferição do QI (“Quem Indica”), seria de bom alvitre maior rotatividade nos cargos e/ou alternância no poder como formas de se precaver contra a onipotência e o estabelecimento de relações promíscuas de clientela entre o público e o privado. Cargos deveriam ser nomeados para mandatos curtos, preenchidos por mérito técnico e não estritamente político.

Seus ocupantes temporários deveriam ter uma noção muito clara de vigilância e punição em caso de prevaricação. Este é o crime cometido por funcionário público quando, indevidamente, deixa de praticar ato de ofício, ou pratica-o contra disposição legal expressa, visando satisfazer interesse pessoal.

Para se barrar esse fisiologismo, por exemplo, uma medida bem-vinda seria a criação de uma Escola Superior de Administração Bancária (ESAB) *a la* Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF). Ela se dedicaria a formar quadros de Estado para a alta administração dos bancos públicos e dirigentes do Banco Central do Brasil.

Esse é o modelo oferecido por Nações mais civilizadas como a França e a China. Com a exigência de diplomas, comprovantes dessa formação especializada de excelência para servir à alta administração pública, evitar-se-ia a nomeação de incompetentes por pressão política.

À Procura de Homens de Bens

Uma ingênua candidata à Presidência da República afirmou, caso ganhasse a eleição, criaria um “comitê de busca” em seu governo para encontrar gente qualificada para ocupar cargos no governo. “Vamos criar um comitê de busca de homens de bens”, disse.

No “país da piada-pronta”, logo, um gaiato comentou: “Basta ler a lista de bilionários da Forbes para achar *homens de bens*...” Outro, então, se apresentou: “tenho a coleção completa do Pasquim, uma bicicleta, um relógio Roskopf... e uma garrucha velha!”

Há mais de 2000 anos, quando o filósofo grego Diógenes de Sinope andava pelas ruas de Atenas, em plena luz do dia, com uma lanterna acesa, perguntaram-no a razão para tal atitude. Ele respondeu: “estou à procura de um Homem Honesto...”

A ideia *naif* é transferir “a lanterna” para um Comitê. Todos servidores públicos sabem: quando alguém com dever (ou ninguém) quer assumir uma responsabilidade pessoal, transfere-a para um Comitê. Nele a responsabilidade é diluída em um pretense “saber coletivo” acima do “saber individual”. Nada mais falso.

São dois os erros de pensamento a respeito de comitês. Um é o Viés de Prova Social: um indivíduo achar seu comportamento ser correto quando se comporta como os outros. Assim, quanto mais pessoas acharem uma ideia correta, mais correta essa ideia será — o que, naturalmente, é um absurdo. Outro erro é superestimar o Viés do Pensamento Grupal. Um grupo de pessoas inteligentes toma decisões irracionais porque cada um ajusta sua própria opinião ao suposto consenso. Ninguém quer ser chato ou “do contra”.

Como diz Howard Roark, personagem principal do livro/filme “*A Nascente*”, cuja autoria/roteiro é da filósofa Ayn Rand: “A mente é um atributo do indivíduo. Um cérebro coletivo é algo que não existe. Um pensamento coletivo é algo que não existe. Uma conclusão à qual várias pessoas chegaram é apenas um consenso ou uma média proveniente de vários pensamentos individuais.”

A Neuroeconomia, incorporação das descobertas da Neurociência à teoria das decisões econômicas, ajuda-nos a entender esse comportamento. Ter assessor funciona como ter “*recall* psicológica”. Se os resultados de suas decisões derem certo, o governante pode ficar com os créditos, mas se o mandato for mal, o dirigente pode proteger seu ego (e diminuir seu arrependimento) colocando a culpa no assessor. Nesse fenômeno psicológico, conhecido como o Viés da Auto Atribuição, a pessoa atribui às suas competências os sucessos, e os fracassos ou às outras pessoas ou à má sorte.

Depois de feitas suas sugestões, os assessores buscam só dados que corroborem suas projeções. Assim, falam com analistas a mesma maneira de pensar, selecionam apenas informações em apoio à decisão pessoal, enquanto o que deviam procurar fazer era ter contatos com pessoas ou fontes que questionassem suas hipóteses, fazendo-os refletir, procurar por pontos incapazes dele prever. É o Viés da Validação Ilusória.

O Viés da Confirmação é a tendência de interpretar novas informações de modo a serem compatíveis com as próprias teorias, visões de mundo e convicções. Cada ser humano tende a filtrar novas informações contraditórias para suas crenças permanecerem intactas. Move-se cada vez mais em comunidades de pessoas com o mesmo pensamento dele.

Depois de concluído o parecer coletivo, os “comitês”, ao invés de buscarem dados e informações capazes de testar se estão errados, procuram estudar só os casos

comprovantes de seus acertos. Essa sutil diferença pode causar grandes erros de decisão, pois o comitê-assessor não recebe questionamentos e, portanto, não revê suas análises de maneira criteriosa.

Ninguém deseja “comprometer o próprio CPF”. Quando tanto uma omissão quanto uma ação podem levar a um prejuízo, em uma situação clara, sempre se opta pela omissão, pois os prejuízos por ela causados parecem subjetivamente mais inofensivos.

Algumas pessoas nascem mais inteligentes em relação a outras ou elas desenvolvem a inteligência durante a vida? Howard Gardner, autor da *Teoria das Inteligências Múltiplas*, responde: ambas as coisas ocorrem. Não temos o mesmo potencial em cada tipo de inteligência: lógico-matemática, linguística, espacial, musical, corporal-cenestésica, intrapessoal, interpessoal. Esse potencial é determinado geneticamente. Você pode ter todo o potencial, mas se não tiver oportunidades de aprendizagem, motivação, bons professores, você não vai desenvolvê-lo.

É um mito a ideia de um jovem somente com determinação, através de esforço individual, poderá ter uma carreira de sucesso, como se isso dependesse tão-somente de estudar e trabalhar bastante. As exigências não verbalizadas – como o nepotismo e a herança, nas empresas privadas nacionais, a nacionalidade, nas estrangeiras, e o clientelismo político, nas estatais –, para entrar na alta esfera profissional e administrativa, são barreiras à mobilidade social. Um mero diploma de curso superior dá pouca chance de se tornar um profissional renomado. As carreiras não estão plenamente abertas aos talentos.

Meritocracia é o predomínio em uma sociedade dos dotados de mais méritos por serem mais bem formados, intelectualmente, segundo o julgamento com o viés de auto validação de seus próprios pares. Tecnocracia é o sistema de organização política e social fundado na supremacia dos técnicos. Democracia é o governo no qual o povo toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade. Não se pode confundir essas definições.

Outro problema é conceder maior autonomia relativa a empresas estatais, inclusive ao Banco Central do Brasil. A autogestão seria um sistema de organização das atividades administrativas, desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas, onde as decisões relativas à gerência seriam diretamente tomadas por quantos delas participam. Haveria atribuição do poder decisório às coletividades (colegiados departamentais, comitês, conselhos diretores), definidas para cada uma das estruturas específicas de atividade empresarial por regimes de alçada.

As duas determinações essenciais do conceito de autogestão são:

1. a superação da distinção entre quem toma as decisões e quem as executa;
2. a autonomia decisória de cada unidade de atividade, ou seja, a superação da interferência de vontades alheias às coletividades participantes na definição do processo decisório.

Estas duas determinações, em tese, especificam a autogestão como um modelo de organização estatal alternativo ao modelo estatista burocrático.

Uma autogestão tornaria realidade a socialização do poder gerencial. Atribuiria aos trabalhadores, através de seus delegados representantes, poder deliberativo em todas as decisões a respeito de seus interesses, inclusive nos concernentes à distribuição de lucro entre investimentos e remunerações (PLR). Isto envolveria, no limite, a superação do controle do governo do uso da fonte de receita orçamentária.

Haveria o risco de corporativismo, isto é, defesa acima de tudo dos próprios interesses profissionais por parte de uma categoria funcional. A liderança da casta dos trabalhadores organizados, se alçada ao Poder Executivo, tem de ter sapiência de adotar não a *autogestão*, mas sim a *cogestão*. Esta tem por objetivo a simples modificação do processo decisório das empresas, mediante a inclusão de consultas ou de formas de decisão coletiva com representantes de seus trabalhadores.

Os membros das corporações profissionais das empresas estatais têm de prestar contas, em última instância, à sociedade brasileira. No setor público, eles devem servir ao público, antes de visarem o próprio enriquecimento. Eles são servidores públicos, caso tenham prestado concurso público para obter estabilidade no emprego. Não são detentores de um mandato público temporário, como os políticos eleitos ou os técnicos nomeados como dirigentes. Não trabalham para O Mercado, mas sim para o Estado nacional.

O crente separa o mundo dos Homens entre os agraciados pela predestinação divina e os desgraçados. Entre os brasileiros, 86% acham: “acreditar em Deus torna as pessoas melhores”. Só 13% concordam com a afirmação oposta. Sob esse critério, os cientistas coerentemente ateus estariam excluídos dos “Homens de Bens”. Ai daqueles não “tementes de Deus”, embora tenham um notável saber...

Segundo o levantamento *Perspectivas para as Eleições de 2018*, 79% dos eleitores concordam totalmente ou em parte ser importante o candidato a presidente acreditar em Deus. Sendo assim, não teremos um sábio presidente!

Debate Interditado e Índice dos Livros de Economia Proibidos

Em um momento de retrocesso do social-desenvolvimentismo para o neoliberalismo, o debate das decisões cruciais – para mudança do contexto brasileiro de maneira irreversível a não ser à custa de haver muitas perdas de rendas e riquezas –, na mídia (impressa e televisa) nacional, está interditado. O denominado PIG (Partido da Imprensa Golpista) quase só publica colunas e artigos daqueles apoiadores do golpe parlamentarista.

Qual é o problema de não aparecer o contraditório, sufocando vozes oposicionistas e discordantes tanto do ajuste fiscal quanto da reforma da Previdência Social? Os tomadores das decisões, seja do Poder Executivo golpeado, seja do Poder Legislativo não eleito para aprovar este programa de governo, derrotado em eleições anteriores, erram ao não analisar todas as consequências políticas e socioeconômicas de seus atos unilaterais.

Retirando o poder dos eleitores escolherem por votos o programa governamental, a própria democracia eleitoral é sequestrada por vinte anos. A maioria circunstancial do Congresso aprovou um artigo constitucional, praticamente, impedindo o Estado brasileiro de ter uma atuação anticíclica contra a grande depressão econômica.

Doravante, por duas décadas, ficará proibida a atuação anticíclica do Estado brasileiro contra a Grande Depressão, instalada pela Velha Matriz Neoliberal, para combater a maior queda do PIB (-7% no biênio 2015-2016) da nossa história econômica.

Por isso, entrou no *Index Librorum Economicus Prohibitorum* (Índice dos Livros de Economia Proibidos) da ditadura econômica brasileira, uma lista de publicações. Seus leitores estão proibidos de participarem do debate público, na mídia brasileira, para evitar suas leituras serem incentivadas. Entre outros mais à esquerda – tipo leitores de *O Capital* de Karl Marx, *O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding e, agora, *O Capital do Século XXI* de Thomas Piketty –, também não aparecem mais leitores da *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro* de John Maynard Keynes.

Vieses cognitivos são as tendências de pensar de certas maneiras aprendidas na “escola-da-vida”. Podem levar a desvios sistemáticos de lógica e decisões irracionais. Esses erros de pensamento são estudados em Psicologia Econômica ou Economia Comportamental.

Classificadas como vieses heurísticos, constituem regras de processamento de informações ou “atalhos mentais”. O cérebro os usa para tomar decisões rápidas ou fazer julgamentos. O viés de confirmação, também chamado de auto validação

ilusória, é a tendência humana de se lembrar, interpretar ou pesquisar por informações de maneira a confirmar suas crenças apriorísticas ou hipóteses iniciais.

Trata-se da adoção de postura oposta à da Ciência. Hipóteses são consideradas científicas se e somente se suas previsões, em princípio, são empiricamente falsificáveis. Em outras palavras, é necessária uma grande quantidade de testes para confirmar ou refutar uma teoria. Por isso, o debate científico plural representa o confronto de hipóteses distintas e caminhos alternativos para a escolha mais racional.

As pessoas do governo golpista demonstram esse viés cognitivo. Ele leva ao autoengano. Elas se reúnem ou se lembram de informações de forma seletiva, quando não as interpretam de forma tendenciosa. Têm a tendência de interpretar novas informações de modo a ser compatíveis com suas velhas teorias, visões de mundo e convicções conservadoras.

Tal efeito é mais forte em questões de forte carga emocional e em crenças econômicas, ideológicas e religiosas profundamente arraigadas, como as vivenciadas na sociedade brasileira. A coesão social foi perdida com os discursos de ódio de parte a parte. A intolerância mútua predomina neste momento de crise profunda com o debate público civilizado interdito na mídia.

As pessoas, no caso, tendem a interpretar evidências ambíguas de forma a sustentar suas posições preexistentes. Tanto a pesquisa, a interpretação e a memória todas tendenciosas explicam a polarização de atitudes. As divergências se tornam mais extremas ainda as diferentes partes sendo expostas à mesma evidência. As crenças arraigadas persistem mesmo após suas evidências serem demonstradas falsas. Estamos na Era da Pós-Verdade.

O debate interdito na imprensa brasileira prima pelo efeito irracional de primariedade: os columnistas apelam à argumentação simplória, como fosse da maior confiança qualquer informação encontrada antes de outras obtidas em um raciocínio mais complexo. Abusam da correlação ilusória, quando falsas associações entre dois eventos ou situações são identificadas como tendo uma função causal.

Por exemplo, cito alguns argumentos de economistas neoliberais midiáticos frequentadores da imprensa. Primeiro aparece o atual populismo demagógico de direita: “em sociedades democráticas muito desiguais, o eleitor mediano não favorece políticas que priorizam o crescimento, mas, sim, políticas que priorizem a equidade. (...). Explica (...) por que após a estabilização o gasto público e a carga tributária cresceram sem limite. Também explica porque somos uma sociedade de juros reais elevados e baixa poupança”.

Partindo de uma premissa falsa (ou meia-verdade), pois o eleitor mediano prioriza sim obter o crescimento do emprego e da renda real, deduz dessa suposta causa um efeito não verdadeiro: “o combate à desigualdade levaria aos juros reais elevados e à baixa poupança”.

Pelo contrário, na verdade, os juros reais agravam a desigualdade social, concentrando ainda mais a riqueza financeira. Como evidência, dados da ANBIMA confirmam os seguintes ganhos financeiros per capita de dezembro 2015 a dezembro 2017: clientes do Varejo Tradicional R\$ 736,65, do Varejo de Alta Renda R\$ 18.284,49, do *Private Banking* R\$ 1.726.730,00. Enquanto aqueles possuíam, no fim de 2017, média per capita em fundos e títulos e valores mobiliários, respectivamente, R\$ 47.146, e R\$ 182.078, os ricos possuíam R\$ 8.210.069.

A “poupança financeira” (ou *funding* para financiamentos) continua sendo capitalizada com juros compostos. Ela se multiplicaria muito mais caso empréstimos estivessem sendo concedidos para alavancar o crescimento da renda. O ritmo desse, sendo maior em relação ao do consumo, elevaria a poupança residual, constatada *ex-post*.

O problema teórico é economistas neoclássicos adotarem uma concepção pré-keynesiana de poupança. Chamam-na de “poupança forçada”, devido à queda inflacionária dos salários reais. Na visão dos fiéis da Lei de Say, isso ocorre quando bancos financiam os investimentos além da poupança preexistente. Nesse caso, expandem a demanda agregada além da demanda criada pela oferta. Esse desequilíbrio é inflacionário pelo menos até ocorrer o crescimento desta capacidade produtiva.

Sem pensar de maneira dinâmica, os neoclássicos pregam a restrição do investimento à poupança preexistente. Abominam o crédito. Não à toa a relação crédito/PIB caiu durante todo o governo FHC e voltou a cair com a volta da Velha Matriz Neoliberal...

Pior, a FGV e o INSPER/IBMEC, “entidades sem fins lucrativos” (assim como os templos de outros sábios-pregadores), cobram mensalidades (“dízimos”) elevadíssimas e não pagam impostos, além de viverem de encomendas do setor público brasileiro. Sem se enxergar, seus economistas não deveriam dizer, levemente, não tendo ninguém para os contradizer na mídia brasileira: “Parece que a chiadeira do setor contra a PEC já é ação do fortíssimo grupo de pressão dos professores das universidades federais, cujo orçamento poderá ser afetado (e é saudável que assim seja) pela PEC”.

O atual economista “chapa-branca” diz: “penso que a existência de uma restrição fiscal dura irá enfraquecer os grupos de pressão e fortalecer o eleitor

mediano”. Por que não se apresenta “o outro lado”, na imprensa brasileira, para lhe refutar?

O viés de auto validação ilusória, isto é, a tendência preferir sentenças confirmatórias de suas crenças ou hipóteses, independentemente de serem ou não verdadeiras (“pós-verdades”), predomina na mídia. Por isso, o ortodoxo não consegue ver sua atuação midiática como a típica de um representante de outro grupo de pressão, o da casta dos mercadores-financistas do ensino privado. Ele se beneficiará das atuais “medidas impopulares”.

A PEC-55/241, entre outros malfeitos, com o desestímulo à carreira docente e o sucateamento das Universidades públicas, jogará uma “clientela potencial” para a exploração desse ensino mercantilizado. De forma análoga, o corte de benefícios da Previdência Social elevará a “clientela potencial” para a Previdência Privada Complementar. Todos universitários formados ficarão prisioneiros da “*rent seeking*” [caça à renda] em ativos financeiros, como apreciam os economistas neoliberais, para o gozo de seu grupo de pressão.

CAPÍTULO 10 – Combater a Política de Juros Disparatados

Pajelança

Pajelança é uma série de rituais do pajé indígena. Ele o realiza em certas ocasiões com um objetivo específico de cura ou magia. No caso do FHC, ele gostaria ter repetido em 2014 uma magia similar à de 1994, quando um sociólogo se transformou em Ministro da Fazenda e, por algum tipo de benzedura na prática dos curandeiros-economistas, tornou-se Presidente da República. Com o rito da cura inflacionária, a opinião pública não o puniu quando ele comprou a aprovação de sua reeleição em 1998.

Desde o fim da primeira Era Neoliberal, em 2002, anualmente, há outro rito. Mescla práticas religiosas indígenas com elementos católicos, espíritas e de seitas afro-brasileiras. Emprega tudo ao alcance dos “profetas do passado” com finalidades de cura, prognóstico de acontecimentos, intercessão de poderes sobrenaturais, etc. Tudo na vã esperança de novos poderes para acabar a obra inacabada de desmanche do Estado desenvolvimentista brasileiro.

Em mais um evento de louvação, este referente aos “20 anos do Plano Real” – implementado durante seis meses, mas mitificado desde então –, reuniu boa parte dos supostos artífices do plano no iFHC. O diagnóstico deles sobre todas as conjunturas é um imaginário só: “o governo atual perdeu o rumo”!

Na verdade, os governos social-desenvolvimentistas implementaram uma estratégia muito clara de reunir política social ativa e investimentos em infraestrutura e logística, rumo muito diferente de apenas liberalizar o mercado. Quando os neoliberais afirmam “novos caminhos são necessários” querem na verdade dizer “o retorno pelos velhos caminhos”. Resultaram no apagão de 2001.

Na última pajelança, sobraram críticas à política econômica vigente, desde à “inflação fora do centro da meta” – 6%, metade da taxa de inflação recebida em 2002 – ao “tamanho excessivo do BNDES”. Antes, ele só se dedicava ao Programa Nacional de Desestatização. Eram negociatas e, quando foram grampeadas, se tornaram escândalos de conhecimento público. A memória é curta e seletiva. Apenas o Bolsa Família foi poupado. Por que, hein?

Para confirmar o mais do mesmo de duas décadas atrás, Pérsio Arida, sócio do BTG Pactual e um dos ex-curandeiros, disse: “os desafios que poderiam nortear uma nova agenda econômica devem ser equacionados dentro de uma agenda liberal”. Segundo o guru, essa plataforma liberal se perdeu nos últimos anos e precisa ser retomada com visão de longo prazo. Entre exemplos de distorções, citou o FGTS. De

acordo com ele, “desincentiva a poupança voluntária em prol de uma poupança compulsória”. Arida também criticou o BNDES: “financia a atividade além do necessário. O recuo dos financiamentos do banco pouparia recursos do Tesouro, disponibilizando-os para outros gastos”.

Por essa amostra, dá para verificar o cardápio neoliberal ser o mesmo trivial requentado: extinguir os *fundings* da Caixa e do BNDES em favor dos bancos privados, entre os quais, o seu BTG Pactual. Por isso, foi derrotado nas quatro últimas eleições presidenciais.

Aliás, esse curandeiro perdeu a magia desde a ruptura com o coautor da Proposta Larida. Em meados da década dos 80, não havia ameaça de hiperinflação aberta, na economia brasileira. O diagnóstico deles era de inflação inercial, devido ao *conflito distributivo* entre agentes econômicos. Estes desejavam reajustar sempre salário e preço para recuperar o pico prévio de renda real.

A Proposta Larida teria sido muito “avançada” na época de seu lançamento. Dez anos depois, após muitos traumas com os chamados “choques heterodoxos”, executando-se a “dolarização programada”, via URV (Unidade de Referência para Valores), ou “hiperinflação controlada”, para seus coautores, a Proposta Larida serviu de lastro teórico para a “desinercialização” da inflação brasileira.

Na verdade, a Proposta da Moeda Real (dolarizada), esboçada por Chico Lopes, deu a ideia-chave de reproduzir a lógica da hiperinflação sem ser necessário vivê-la na prática. A ideia era criar moeda nacional com valor estável, como alternativa à moeda estrangeira. A sociedade poderia emigrar para esta nova moeda, em processo controlado de desindexação. O problema real era achar o mecanismo para fazer a coordenação das expectativas, ou seja, o mecanismo para induzir a indexação pelo dólar no setor onde esta não tinha avançado espontaneamente.

Os renomados “pais fundadores da estabilidade” deviam reconhecer o papel importante do debate plural de ideias. Ao contrário de outras experiências latino-americanas, durante o regime ditatorial brasileiro não se conseguiu estancar o debate econômico acadêmico. Isso foi muito relevante para respaldar a política econômica da fase de democratização. O debate com outras correntes de pensamento foi construtivo e estimulante. Com o tempo se perdeu a tolerância com o pluralismo científico.

A economia brasileira, em certos períodos, se transformou em “laboratório”. Os “cientistas econômicos” examinaram os fracassos, embora tenham ocorrido sucessos momentâneos, e o ônus social de suas “experiências”, reavaliando suas propostas. Cometeram ainda muitos percalços em termos jurídicos nas rupturas com direitos contratuais. Mas o Congresso Nacional validava tudo depois dos atos consumados. As

mudanças cruciais só seriam reversíveis a custo de imensos prejuízos. Entre os quais, os dos reajustes dos depósitos de poupança, cujo acordo no processo judicial só foi selado em 2018.

Havia um trauma social com plano econômico elaborado em sigilo e aplicado através de decreto-lei sem debate público. Evitar isso implicou na necessidade de fazer combate à inflação sem congelamento de preços, porque seu anúncio levaria à antecipação especulativa da remarcação dos preços, agravando o problema a ser combatido.

Havia a necessidade de pré-requisitos e condições iniciais adequadas, nas áreas cambial, fiscal, tarifária, etc. Suas ausências constituíram a grande fragilidade dos programas de estabilização anteriores. As medidas preparatórias dependeram de iniciativas no Congresso e de respaldo político para medidas arbitrárias do Executivo. Conseguiram impor uma compatibilidade distributiva desfavorável aos trabalhadores.

O Plano Real, em 1994, na verdade, resultou de uma intervenção arbitrária no sistema contratual brasileiro então em vigor. Todos os contratos trabalhistas e de aluguéis foram reajustados pela média (e não pico) da renda anterior e alongados de maneira compulsória. Proibiram as cláusulas de reajuste em prazo inferior a um ano e as de indexação. Seus custos não foram distribuídos igualmente entre os cidadãos: quem tinha contas correntes nos bancos (“dinheiro de rico”) recebia correção monetária diariamente pela URV. Quem só podiam se utilizar de papel-moeda (“dinheiro de pobre”) sofria hiperinflação de quase 50% ao mês.

Na Pajelança, os curandeiros lembram o relativamente menor ônus social daquela então pequena parcela da população com acesso a bancos face o do restante dos brasileiros?

Tarefa de Sísifo

Executar a política monetária é uma Tarefa de Sísifo. Na Mitologia Grega, Sísifo foi condenado a, por toda a eternidade, rolar uma grande pedra de mármore com suas mãos até o cume de uma montanha. Quando ele estava quase alcançando o topo, a pedra rolava novamente montanha abaixo até o ponto de partida por meio de uma força irresistível. Invalidava completamente o duro esforço despendido.

Por esse motivo, essa expressão “trabalho de Sísifo” é empregada para classificar qualquer tarefa com esforços longos, repetitivos e inevitavelmente fadados ao fracasso. A política monetária brasileira segue um infinito ciclo de esforços em elevar a taxa de juros. Apenas com base nela, nunca chega a um fim. Isoladamente, a taxa de

inflação não rola abaixo para um “equilíbrio estável”. As Autoridades Monetárias também são totalmente desprovidas de quaisquer opções de desistência ou recusa em fazê-lo.

Sísifo tornou-se conhecido por executar um trabalho rotineiro e cansativo. Tratava-se de um castigo para mostrar-lhe: os mortais não têm a liberdade dos deuses. Os mortais têm uma limitada possibilidade de escolha. Devem aproveitá-la, concentrando-se nos afazeres da vida cotidiana, vivendo-a em sua plenitude, tornando-se criativos na aparente repetição do dia a dia. Este é o segredo da felicidade cotidiana: produzir algo de maneira criativa e não alienante.

Mas como gostar da política monetária repetitiva, inoperante, benéfica aos parasitas? Posso dizer duas ou três coisas a respeito dela... É “*trés chic*” explicá-la em francês – “*Deux ou Trois Choses Que Je Sais d'Elle*”...

Primeira, qual é a razão da política monetária ser repetitiva? É porque o Banco Central do Brasil imagina ser um “leiloeiro walrasiano”. Através de um artifício analítico, o francês Marie-Esprit Léon Walras (1834-1910) utilizou-se da ideia de “contratos provisórios”. Eles só seriam cumpridos caso atendessem ao requisito de compatibilidade global. Havendo sobra ou carência de algum bem ou serviço, aos preços vigentes, os contratos seriam considerados não válidos, e os preços se modificariam segundo a Lei da Oferta e da Procura. Novos contratos seriam propostos até se estabelecerem os requisitos de compatibilidade global.

A esse mecanismo de contratos virtuais sucessivos na determinação de preços de equilíbrio, Walras deu o nome de “*tâtonnement*”. Esta expressão foi vulgarizada em francês “*trés chic*” pelos livros-texto para formação de economistas. Ela pode ser traduzida simplesmente por “*tateio*”. Trata do ato de deduzir ou perceber por intuição, indagar, sondar para descobrir, pesquisar com cautela, ensaiar, fazer a experiência de tentar-e-errar. Através de permanente tateio, o Banco Central cumpre sua Tarefa de Sísifo, buscando o realinhamento dinâmico entre os preços básicos JKC (Juro-Capital-Câmbio). Sobe, sobe continuamente a taxa de juros, mas a taxa de inflação teima em não descer.

O modelo de troca pura multilateral, intrometido em mentes ortodoxas, expõe o mecanismo básico de formação de preços em mercados competitivos. Abstrai as questões econômicas mundanas. Os diversos agentes econômicos comparecem ao mercado como possuidores de estoques previamente determinados de mercadorias. Procurarão, tomando preços como parâmetros de suas decisões sobre quanto comprar e vender, atuar segundo conveniências individuais expressas na forma de derivar o máximo possível de satisfação ou “utilidade” permitida por seus orçamentos. Nessa idealização, preços são apenas razões de troca entre cada mercadoria e o “*numéraire*”,

unidade de conta sob forma de uma mercadoria escolhida, em hipótese teórica, pelos próprios agentes.

Caindo no mundo real, o “*numéraire*” torna-se a moeda oficial regulada pelo Banco Central via taxa de juros. Pior, o nobre italiano ultraconservador, Vilfredo Pareto, dedicou-se a utilizar esse elegante instrumental analítico do equilíbrio geral walrasiano para fundamentar sua defesa da não intervenção do Estado em questões distributivas. O modelo de equilíbrio geral, pilar do neoclassicismo, ficou então indissolavelmente associado à doutrina do “*laissez faire, laissez passer, le monde va de lui même*” [“Deixe fazer, deixe passar, o mundo vai por si mesmo.”]. É similar ao provérbio popular de origem francesa: “*Louvo todos os deuses, bebo meu bom vinho, e deixo o mundo ser mundo...*” No popular brasileiro: “*Deixa a vida me levar; vida, leva eu...*” Porém, a vida – ou o mundo – nunca alcança um equilíbrio geral. “*Navegar é preciso; viver não é preciso*”.

Por que a política monetária brasileira é inoperante? Para evitar uma depressão ampla, geral e irrestrita, a taxa de juros básica Selic não atinge as principais linhas de empréstimo, seja às pessoas jurídicas, por exemplo, pelo BNDES e demais créditos direcionados, seja às pessoas físicas, como no caso do crédito imobiliário e do consignado. Mesmo em crédito com recursos livres, em vez do juro, importa para os consumidores brasileiros “se a prestação cabe no bolso”, ou seja, o prazo do financiamento. E com o jeitinho brasileiro dá para ficar até 40 dias sem pagar juros correspondentes à compra a prazo com cartões! Os pobres sem cartões pagam preços a vista inflados como fossem preços a prazo. Os desavisados adimplentes do crédito rotativo pagam por esse “período de graça”. Mundo cruel este de O Mercado...

Por fim, por que a política monetária é benéfica aos parasitas? Porque não há como deixar de almejar ser rentista nessa Terra Abençoada e aproveitar a farra dos juros reais. Isso é pecado em todas as religiões, inclusive na de esquerda. Elas condenam quem vive ociosamente da renda do capital sem se conformar à labuta obrigatória para todos os despossuídos. Porém, paga-se o pecado fazendo a louvação diária a O Mercado, ente sobrenatural. Como não se aproveitar dessa vida mansa inexistente em outro lugar? Afinal, nessa Terra da Felicidade para O Capital, oferece-se a oportunidade de viver da maior taxa de juros real do mundo.

O raciocínio é muito simples e formulado de maneira “*très chic*” por Thomas Piketty, em seu *best-seller* “*Le Capital au XXIe. Siècle*”: $r > g$, isto é, o rendimento do capital maior se comparado com o rendimento do trabalho leva à concentração da riqueza. Aqui a taxa de juros real esperada chega a 7% aa. Assim, mesmo se o salário conseguir a reposição inflacionária integral, a cada ano, o capital crescerá 7% além dele. Pela Lei do Crescimento Acumulativo, uma taxa de retorno anual superior em alguns

pontos percentuais à taxa de inflação, acumulada ao longo de décadas, conduz a uma capitalização muito forte do investimento inicial, sendo os retornos sempre reinvestidos.

Aqui, entre o final de 2002 e o de 2014, o poder aquisitivo do capital aplicado na taxa de juros (Selic) real elevou-se cerca de 125%. Quem tinha investido R\$ 230 mil, no final do Governo FHC, tornou-se milionário no final do primeiro mandato da Presidenta Dilma. *E ainda assim bate “panela-vazia”?!*

Conflito de Interesses

Juro, em inglês, é “*interest*”, significando tanto “*the state of wanting to know or learn about something or someone*”, quanto “*money paid regularly at a particular rate for the use of money lent, or for delaying the repayment of a debt*”. Em espanhol, juro é “*interés*”. Em francês, “*intérêt*” pode ser tanto “*recherche par une personne de ce qui lui est profitable, de son avantage personnel, souvent de façon égoïste, par exemple, agir par intérêt*”, quanto “*revenu tiré d’un capital*”, p.ex., “*un taux d’intérêt*”.

Devido à ausência de “mandato dual”, quando as decisões do Banco Central do Brasil seriam orientadas para o combate tanto da inflação como do desemprego, há “conflito de interesses” por parte dos fixadores da taxa de juros básica ao elevarem-na de maneira desmesurada. Essa ação discricionária da Autoridade Monetária não pode ultrapassar certa dosagem. Quando os membros do COPOM adotam a overdose, eles ganham com isso, capitalizando sua riqueza pessoal, e não arriscam sua vida profissional por isso.

Se tivessem de responder pelo desemprego dos outros com os seus, talvez se parecessem mais comedidos como os membros dos demais Bancos Centrais no mundo. Eles não são demitidos ao agravar a desocupação com essa comodidade da política monetária brasileira: “instrumento único (juro) e meta única (inflação)”.

Daí minha implicância com a governança dessa política monetária.

Em primeiro lugar, decisão “técnica” – tipo “certo ou errado” – pode ser tomada por maioria de votos?! Se não é por consenso técnico, é uma decisão política, isto é, coletiva, atendendo a certos interesses (do capital) e não a outros (do trabalho). Em relação às opiniões de especialistas, somos muito menos cautelosos se comparados a outras opiniões, inclusive a nossa.

A decisão “política” é neutra, imparcial, sábia? Desconfio dessa pretensa neutralidade dos sábios tecnocratas. Eles têm apenas um mapa mental sem caminhos alternativos. Por suas filiações teóricas monolíticas, eles têm controvérsias entre si? Não sofrem do viés heurístico da auto validação ilusória?

Não têm a ilusão do controle? Acreditam em poder controlar ou influenciar alguma coisa sobre a qual, objetivamente, não têm nenhum poder absoluto: a complexidade dos múltiplos componentes da taxa de inflação.

Não percebem o erro de pensamento de grupo? Um grupo de pessoas inteligentes toma decisões absurdas porque cada um ajusta sua própria opinião ao suposto consenso. Cada membro pensa adotar comportamento correto quando se comporta como os outros. Assim, quanto mais pessoas acharem uma ideia correta, mais correta essa ideia será. Naturalmente, isso é uma irracionalidade. A “prova social” é um erro de pensamento. A opinião predominante não pode ser aceita como a melhor opinião.

Por que os membros do COPOM não assumem, pessoalmente, terem conflitos de interesses em seus julgamentos e avaliações? Pela faixa de renda dos diretores do Banco Central, deve estar muito acima do rendimento total per capita anual de R\$ 299.282,90 (ou média mensal de R\$ 24.940,24) apresentada na consolidação das DIRPF 2017 – AC 2016 para os 5.349 servidores das carreiras do Banco Central do Brasil, CVM e SUSEP. Todos eles devem possuir um patrimônio financeiro expressivo, capitalizado com os juros fixados por eles próprios.

Hoje, o capital está empregado em juros, o trabalho está sendo desempregado pelos juros. Então, por que não é atribuído ao COPOM a missão social de combater tanto a inflação, quanto o desemprego, além de evitar crise cambial provocada por déficit no balanço de pagamentos?

Com essas múltiplas atribuições, suas atuações seriam socialmente mais equilibradas. Atualmente, estão desequilibradas ao favorecer o enriquecimento financeiro das castas dos comerciantes-financistas e dos sábios-tecnocratas.

No fundo, esta reflexão desloca o debate das “desculpas e/ou justificativas” dos “viciados por suas dependências por overdose de juros (“droga inebriante”) para focalizar a responsabilidade dos próprios “traficantes” – de influência. Talvez a metáfora seja de mau gosto, porém é expressiva...

A Autoridade Monetária fica refém, sob a (falsa) ameaça de fuga de capital do mercado financeiro para o mercado de bens e serviços (ou do dólar), em favor da manutenção dessa fonte de enriquecimento. Ela, então, aceita ser pautada pelos portavozes dos investidores: os economistas-chefe. Estes não são nem neutros, nem imparciais, quando expressam a “opinião especializada” de sua casta profissional. Evidentemente, eles defendem com convicção seus próprios interesses de rentistas ao se colocar sempre a favor da elevação dos juros “face às expectativas pessimistas de O Mercado”.

Um dos motivos pelos quais a taxa real básica de juros no Brasil é tão elevada é por causa da dependência do resultado não operacional ou renda do capital. Sua adoção em longo prazo, dado o arcabouço mental da Autoridade Monetária, levou a uma mudança comportamental dos agentes econômicos para um comportamento vicioso. Ao contrário do diagnóstico monetarista – uma economia inflacionária é a viciada em política keynesiana de “dinheiro farto e barato” –, na economia brasileira o vício é em “dinheiro não tão raro, mas caro”, isto é, em juro alto. Todos os investidores brasileiros, seja PF, seja PJ, viciaram-se nessa droga inebriante. Ela produz o efeito-riqueza: a agradável sensação de enriquecimento sem fazer força.

Os agentes econômicos teriam, então, se viciado em operar com juros elevados, tornando-se dependentes dessa droga, cuja desintoxicação é penosa, mas imprescindível para se levar uma vida normal. Porém, isso não ocorrerá enquanto seu abastecimento for providenciado pelo pool COPOM-Mercado.

Aqui criou-se, quase como uma instituição nacional, uma dependência da trajetória de juros reais muito elevados. Os mecanismos de retroalimentação dessa política reforçaram a concentração da riqueza financeira. Com isso, aumenta o poder da pressão para sua manutenção, apesar do excesso de liquidez na economia brasileira.

Dependência psicológica é a necessidade de determinado comportamento para viver normalmente e sentir-se confortável. Está fortemente associada às drogas. Estas podem causar dependência tanto psicológica quanto física. A psicológica pode aparecer independentemente da física e ser de tratamento lento e difícil.

Essa dependência psicológica se caracteriza pela relação entre o brasileiro rico e o objeto de seu vício: o juro. Caso se abstenha da obtenção de renda do capital superior à renda do trabalho, ele passará por *stress* e mal-estar. Daí sente a necessidade de utilizar essa substância continuamente.

A dependência trata-se da troca de prioridades de um indivíduo enriquecido, onde, devido aos bons estímulos conseguidos, comportamentos mais úteis como trabalhar tornam-se obsoletos e o comportamento vicioso – ganhar juro enquanto não trabalha – cresce em importância. Essa dependência desse vício se define, então, como a relação de uma pessoa com uma atividade provocadora de danos sociais. Está fora do controle desse indivíduo. As atitudes causadoras da sensação de prazer estão sendo encorajadas pelo regime de alcançar meta inflacionária pelo arbítrio sem limites da taxa de juro básica.

Reação à “Cruzada da Dilma” contra Juros Altos

Um argumento golpista atingiu a chamada “Cruzada da Dilma” contra os juros altos na economia brasileira. Há anos, tanto os nominais, quanto os reais, se localizam no “topo do mundo”, isto é, nos primeiros lugares do ranking mundial. Não é uma desfaçatez – falta de vergonha, de pejo – alegar isso?!

Essa “cruzada” se constituiu em uma experiência inédita na história econômica recente do Brasil. No entanto, os economistas neoliberais logo saíram em defesa da riqueza financeira. Eles ganham muito mais com a renda do capital financeiro se comparado com a renda do trabalho. Na defesa ideológica da “livre-força de O Mercado” e contra a intervenção governamental se esconde um interesse particular concreto: o enriquecimento pessoal da maneira mais fácil, ganhando os maiores juros do mundo.

Contraditoriamente com o credo liberal, este juro superior ao do resto do mundo é fruto de uma intervenção arbitrária dos diretores do Banco Central do Brasil, membros do COPOM (Comitê da Política Monetária), no mercado do dinheiro. Segundo essa fé, este mercado também não deveria estar livre do “intervencionismo governamental”?

O principal fator expansionista da base monetária tem sido, desde quando se estabeleceu uma tendência à queda da taxa de câmbio, as operações cambiais do próprio Banco Central. Ao comprar dólares abundantes com a disparidade da taxa de juro brasileira face à internacional, aumenta a reserva cambial e provoca a abundância de liquidez. Este impacto monetário do balanço de pagamentos é esterilizado via operações de *open Market*.

No gerenciamento do “excesso de liquidez”, por causa da paranoia quantitativista contra sua única meta, a inflação, a Autoridade Monetária usa e abusa de seu único instrumento de combate: a taxa de juro básica. Gerencia a liquidez, diariamente, para a Selic-mercado atingir a Selic-meta. O Mercado a agradece pelo “círculo vicioso”: excesso de liquidez e, portanto, juro alto.

Em nome de defender a renda real do trabalho, a Autoridade Monetária acaba só beneficiando a renda do capital. Qual desempregado concorda com isso? Se seu poder aquisitivo, devido à remuneração mensal perdida, foi reduzido a zero?

É só elevar, eternamente, a taxa de juro para o diretor ganhar a renda de seu capital e a reputação profissional perante a O Mercado. Este ganha por essa ação discricionária. Não só ela evita a “eutanásia do rentista” com também o compensa muito. Assim, garante seu futuro ao louvar o dirigente do Banco Central por não ser *dovish*.

Ser *dovish* se refere ao tom da linguagem usada para descrever uma situação e as implicações associadas para ações. Por exemplo, se o Banco Central se refere à inflação em um tom *dovish*, é improvável seus dirigentes tomarem ações agressivas. *Dovish* às vezes significa conciliador. É o oposto do *hawkish*.

Então, ser *dovish* descreve um comunicado do Banco Central advertindo poder reduzir as taxas de juros. A declaração é chamada *dovish* por a Autoridade Monetária anunciar a taxa de inflação não estar alta o suficiente para justificar preocupação.

Na prática, há anos essa instituição econômica brasileira se tornou *extrativista*. Ela extrai renda da maior parcela da população, contribuinte com impostos, em favor de uma minoria, recebedora de juros. A política de obtenção de superávit primário tenta, em vão, cobrir o déficit nominal.

Bem, vamos aos números para testar a seguinte hipótese: os golpistas de O Mercado, inclusive a casta dos industriais da FIESP, sobrevivente com base em rendimentos não-operacionais de suas empresas, todos se enfureceram contra a Dilma devido à sua “cruzada” em combate aos juros mais elevados do mundo. Jocosamente, apelidaram essa postura de “Nova Matriz Macroeconômica” em contraponto à Velha Matriz Neoliberal dos juros “sempre na lua”.

Verifiquemos, inicialmente, o acontecido com os depósitos de poupança, o mais popular instrumento de substituição da conta corrente bancária por não cobrar tarifas e pagar juros, embora muitas vezes tenha rendimento abaixo da taxa de inflação. Os números do próprio Banco Central demonstram de maneira cristalina seu esvaziamento (captação líquida negativa) a partir de janeiro de 2015 até abril de 2017.

Com a volta da Velha Matriz Neoliberal, quando o ex-administrador de recursos de terceiros no Bradesco, Joaquim Levy, foi nomeado como ministro da Fazenda, a caderneta de poupança perdeu competitividade face aos fundos de investimentos financeiros. Sintomático, não?

Compare com os demais produtos financeiros na seguinte tabela.

Meios de pagamento ampliados									
Saldos em fim de período - % do Total									
Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados (CDB, LCI, LCA, etc.)	M2	Quotas de fundos de investimentos ^{2/}	Operações comprometidas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos federais (Selic) ^{4/}	M4
1994	12,9%	25,9%	34,3%	75,1%	12,5%	-	87,6%	10,3%	100,0%
1995	10,9%	24,6%	32,9%	68,4%	17,7%	-	86,2%	11,8%	100,0%
1996	8,9%	21,6%	25,7%	56,1%	28,9%	-	85,1%	13,6%	100,0%
1997	11,7%	24,2%	23,2%	59,1%	24,7%	-	83,8%	15,3%	100,0%
1998	11,0%	23,6%	20,9%	55,5%	26,4%	-	81,9%	17,6%	100,0%
1999	11,4%	20,2%	18,3%	49,9%	33,5%	1,7%	85,1%	14,7%	100,0%
2000	11,4%	17,2%	15,0%	43,5%	38,9%	2,9%	85,4%	14,4%	100,0%
2001	11,1%	15,9%	15,6%	42,5%	37,7%	2,4%	82,7%	17,0%	100,0%
2002	13,4%	17,4%	18,4%	49,2%	34,6%	1,4%	85,2%	14,5%	100,0%
2003	11,4%	15,0%	16,6%	43,1%	42,6%	1,8%	87,5%	12,5%	100,0%
2004	11,5%	14,4%	18,5%	44,5%	42,8%	1,8%	89,1%	10,8%	100,0%
2005	11,0%	12,9%	20,4%	44,4%	42,6%	1,9%	88,9%	11,0%	100,0%
2006	11,2%	12,1%	19,0%	42,4%	43,9%	2,1%	88,4%	11,6%	100,0%
2007	12,3%	12,5%	16,5%	41,5%	42,1%	2,3%	85,8%	14,2%	100,0%
2008	10,0%	12,1%	25,6%	47,9%	34,6%	2,7%	85,1%	14,9%	100,0%
2009	9,6%	12,3%	22,8%	44,8%	35,7%	4,2%	84,7%	15,3%	100,0%
2010	9,2%	12,5%	23,0%	44,8%	36,8%	2,3%	83,9%	16,1%	100,0%
2011	8,0%	11,9%	25,7%	45,6%	37,4%	2,4%	85,4%	14,6%	100,0%
2012	7,9%	12,1%	23,0%	43,0%	39,0%	3,7%	85,8%	14,2%	100,0%
2013	7,7%	13,5%	22,7%	43,9%	39,0%	2,9%	85,8%	14,2%	100,0%
2014	7,0%	13,3%	22,7%	43,1%	39,6%	3,9%	86,5%	13,5%	100,0%
2015	6,0%	11,9%	23,3%	41,2%	41,0%	3,5%	85,7%	14,3%	100,0%
2016	5,7%	10,9%	22,0%	38,6%	44,5%	2,8%	86,0%	14,0%	100,0%
2017	5,5%	10,8%	21,0%	37,3%	48,3%	1,4%	87,0%	12,5%	100,0%

Fonte: BCB (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Primeiro, M1 e depósitos de poupança (DP) perderam competitividade e *Market-share* a partir da retomada abrupta da elevação da taxa de juro em 17 de abril de 2013. A Selic saiu de 7,25% a.a. e subiu continuamente até atingir 14,25% em 29 de julho de 2015. Daí ficou durante quinze meses nesse elevado patamar, apesar da queda da taxa de inflação após o encerramento da Grande Seca oito meses antes.

Isto resultou em um aumento expressivo da taxa de juro real, oferecida em outros produtos financeiros remunerados em % de CDI. As cotas de Fundos de Investimentos ganharam participação no M4 (Meios de Pagamentos Ampliados) após essa retomada. Também com o decorrente desemprego houve retiradas de depósitos de poupança.

Segundo, os mesmos Meios de Pagamentos Ampliados quando apresentados em relação à renda dos investidores, cuja *proxy* agregada é o PIB, dão a perceber quanto os juros compostos resultam em crescimento das participações relativas do capital acumulado. No agregado M4, estas participações saem de 83,6% no ano de 2013, quando se encerrou a “Cruzada da Dilma” contra os altos juros, e vão para 101,4% do PIB em 2017, principalmente, devido aos Haveres Não-Monetários. Estes são ativos

financeiros remunerados com juros. Isto indica uma maior absorção financeira do excedente econômico gerado (ou valor agregado) a cada ano para capitalizar esse saldo.

Meios de pagamento ampliados									
em % do PIB									
Período	M1	Depósitos de poupança	Títulos privados (CDB, LCI, LCA, etc.)	M2	Quotas de fundos de investimentos ^{2/}	Operações comprometidas com títulos federais ^{3/}	M3	Títulos federais (Selic) ^{4/}	M4
1994	6,5%	13,1%	17,3%	38,0%	6,3%		44,3%	5,2%	50,5%
1995	4,0%	9,1%	12,2%	25,3%	6,6%		31,9%	4,4%	37,0%
1996	3,5%	8,5%	10,1%	22,1%	11,4%		33,5%	5,4%	39,3%
1997	5,0%	10,3%	9,9%	25,2%	10,5%		35,7%	6,5%	42,6%
1998	5,1%	10,8%	9,6%	25,4%	12,1%		37,5%	8,1%	45,8%
1999	5,8%	10,2%	9,3%	25,3%	17,0%	0,9%	43,1%	7,4%	50,7%
2000	6,2%	9,3%	8,1%	23,7%	21,2%	1,6%	46,4%	7,8%	54,4%
2001	6,4%	9,1%	9,0%	24,4%	21,7%	1,4%	47,5%	9,8%	57,5%
2002	7,2%	9,5%	10,0%	26,7%	18,8%	0,8%	46,2%	7,9%	54,2%
2003	6,4%	8,4%	9,3%	24,0%	23,8%	1,0%	48,8%	6,9%	55,8%
2004	6,5%	8,2%	10,5%	25,2%	24,3%	1,0%	50,5%	6,1%	56,7%
2005	6,7%	7,8%	12,3%	26,8%	25,8%	1,1%	53,7%	6,7%	60,5%
2006	7,2%	7,8%	12,3%	27,5%	28,4%	1,3%	57,2%	7,5%	64,7%
2007	8,5%	8,6%	11,4%	28,7%	29,2%	1,6%	59,5%	9,8%	69,3%
2008	7,2%	8,7%	18,5%	34,5%	24,9%	1,9%	61,4%	10,7%	72,1%
2009	7,5%	9,6%	17,8%	35,0%	27,9%	3,3%	66,2%	12,0%	78,2%
2010	7,2%	9,8%	18,0%	35,0%	28,7%	1,8%	65,6%	12,6%	78,2%
2011	6,5%	9,6%	20,8%	37,0%	30,3%	2,0%	69,2%	11,9%	81,1%
2012	6,7%	10,3%	19,6%	36,6%	33,2%	3,2%	73,1%	12,1%	85,2%
2013	6,5%	11,3%	19,0%	36,7%	32,6%	2,4%	71,7%	11,9%	83,6%
2014	6,1%	11,5%	19,6%	37,2%	34,2%	3,4%	74,7%	11,7%	86,4%
2015	5,6%	11,0%	21,5%	38,1%	38,0%	3,3%	79,3%	13,2%	92,6%
2016	5,5%	10,7%	21,6%	37,8%	43,7%	2,8%	84,3%	13,7%	98,0%
2017	5,5%	11,0%	21,3%	37,8%	49,0%	1,4%	88,2%	12,7%	101,4%

Fonte: Banco Central do Brasil (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Finalmente, um exercício interessante é estimar quanto as aplicações financeiras se avolumam por “sobras de renda” (principalmente do trabalho) ou por capitalização dos juros. Neste caso, a renda do capital financeiro é incorporada ao principal cumulativamente por juros compostos. Para se aproximar dessa realidade, na tabela abaixo, a cada Haver Financeiro Não-Monetário, há uma primeira coluna (em R\$ mil) com valores reais verificados e uma segunda coluna com valores hipotéticos capitalizados com a taxa média diária de juros anualizada em 252 dias úteis sobre o saldo real do fim do ano anterior. Em uma terceira coluna, calcula-se a diferença entre a primeira e a segunda.

Grosso modo, quando as diferenças entre o real e o hipotético são positivas, indicam *entrada* de novos recursos naquele produto financeiro. Quando as diferenças são negativas, indicam *saída* de recursos daquele produto financeiro. Por essas proxies, os títulos privados em poder do público (CDB, LCI, LCA, etc.) perderam recursos durante a “Cruzada da Dilma” (tendência de queda da taxa de juro) e depois se mantiveram relativamente “intocáveis” até a diminuição de seu lastro em crédito

imobiliário ou agrícola. Dado a isenção fiscal em LCI e LCA, a opção certa foi deixar os saldos se capitalizando. Os juros compostos faziam seu árduo (sic) trabalho enquanto os investidores assistiam passivamente o enriquecimento crescente.

Haveres Financeiros (Não-Monetários): Correntes X Capitalizados							
Taxa média diária de juros		CDB/LCI/LCA, etc.			Fundos de Investimentos Financeiros		
Anualizada em 252 dias úteis		R\$ mil	Capitalizado	Diferença	R\$ mil	Capitalizado	Diferença
dez/10	10,66	697.657.914	697.657.914	0	1.116.779.423	1.116.779.423	0
dez/11	10,90	911.228.728	773.702.627	137.526.101	1.326.321.503	1.238.508.380	87.813.123
dez/12	7,14	942.460.245	976.290.459	-33.830.214	1.600.911.697	1.421.020.858	179.890.839
dez/13	9,90	1.012.504.173	1.035.763.809	-23.259.636	1.735.064.153	1.759.401.955	-24.337.802
dez/14	11,65	1.134.233.418	1.130.460.909	3.772.509	1.974.911.917	1.937.199.127	37.712.790
dez/15	14,15	1.292.298.215	1.294.727.447	-2.429.232	2.277.820.158	2.254.361.953	23.458.205
jun/16	14,15	1.319.984.627	0	0	2.479.888.750	0	0

Taxa média diária de juros		Operações Compromissadas			Tit. Púb. Fed. Em Poder do Público		
Anualizada em 252 dias úteis		R\$ mil	Capitalizado	Diferença	R\$ mil	Capitalizado	Diferença
dez/10	10,66	70.571.027	70.571.027	0	490.755.705	490.755.705	0
dez/11	10,90	86.479.173	78.263.269	8.215.904	519.973.073	544.248.077	-24.275.004
dez/12	7,14	153.542.176	92.653.786	60.888.390	584.664.259	557.099.150	27.565.109
dez/13	9,90	130.057.455	168.742.851	-38.685.396	580.525.202	642.546.021	-62.020.819
dez/14	11,65	193.888.763	145.209.149	48.679.614	673.648.653	648.156.388	25.492.265
dez/15	14,15	195.771.089	221.324.023	-25.552.934	795.020.628	768.969.937	26.050.691
jun/16	14,15	211.572.598	0	0	878.235.873	0	0

Fonte: DEPEC-BCB (elaboração de Fernando Nogueira da Costa)

Obs.: nas segundas colunas, saldo do final do ano anterior em reais capitalizado pela taxa média diária de juros anualizada em 252 dias úteis.

Os investidores optaram por retirar recursos dos FIFs em 2013. Perderam dinheiro com a “marcação-a-mercado” (*Market-to-Market*) dos prefixados (RF e Índices de Preços), devido à retomada da elevação dos juros. Optaram por investir, principalmente, em LCI e LCA pós-fixados (% de CDI), *fundings* mais caros para a Caixa e o Banco do Brasil, respectivamente.

No discurso de posse como Ministro da Fazenda, o ex-administrador de recursos de terceiros no Bradesco, Joaquim Levy, já demonstrava indignação com essa perda de competitividade de “seus” fundos. Praticamente, advertiu para os investidores atentos para eles se prevenirem alongando seus contratos em LCI/LCA para o maior prazo de vencimento possível. A isenção fiscal poderia ser retirada. O ex-ministro não mediu a consequência do sério ônus social provocado pela retirada de fontes de financiamento dos bancos públicos, somada à recusa de mais capitalizações pelo Tesouro Nacional.

Risco de Eutanásia dos Rentistas-Trabalhadores

Renomados economistas não estão isentos de não enxergarem todos os lados das questões econômicas. Estas são imersas em conflito de interesses nas quais se tem de escolher determinada linha de pensamento, por exemplo, a *fiscalista*, não contemplando, então, outra linha de raciocínio, a *financista*. Esta também possui validade. Na primeira, o analista tem empatia com o Tesouro Nacional. Na última, ele se preocupa com as Finanças Pessoais.

Um trio deles passou a aconselhar, informalmente, à Presidenta em 2011. Defendiam começar a desmontar os mecanismos defensivos criados no “período de hiperinflação” (sic). Eles foram funcionais durante aquele regime de alta inflação. Propunham *reduzir o financiamento da dívida pública com títulos remunerados à taxa Selic*. Diziam: “é preciso criar condições e estímulos para o mercado reduzir em seu portfólio os papéis remunerados pela taxa Selic, o que será muito positivo, inclusive, para aumentar a potência da política monetária convencional”.

Este passou a ser o objetivo perseguido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa hipótese passou a também ser defendida por uma plêiade até de economistas heterodoxos, amigos meus, enfrentando minha discordância.

Logo alertei (“*Câmbio, Juro e Inflação: Tateio*”, Observatório da Economia Global, CECOM-IE-UNICAMP, n.8, setembro de 2011) eu achar tecnicamente adequado esse processo apenas se antes se estabilizasse a taxa de inflação e, em consequência, a taxa de juro, em um patamar historicamente baixo. Por que não tatear, baixando de maneira gradual e sustentada por longo prazo a taxa de juros básica?

Eu achava extremamente arriscado acabar em simultâneo com as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), títulos financeiros indexados à taxa diária de juros, instrumento-ideal para o Banco Central do Brasil colocar, nas aplicações de *overnight* (ou operações compromissadas), a Selic-mercado no mesmo nível da Selic-meta. Mas renomados economistas heterodoxos, inclusive membros da equipe econômica, adotaram de imediato uma proposta de eliminação quase radical da remuneração pós fixada em títulos de dívida pública.

Era uma medida mais fácil de se propor em relação a se cumprir. Em uma economia historicamente instável como a brasileira, caracterizada por volatilidade das taxas de câmbio e de inflação, o risco de variações reativas da taxa de juros em curto prazo, dado o regime de metas inflacionárias, provocaria *marcação a mercado* dos outros títulos de dívida pública e perda de riqueza financeira.

Qual é o problema em o Tesouro Nacional leiloar apenas títulos de dívida pública com juros prefixados, seja nas Letras do Tesouro Nacional (LTNs), seja nas Notas do Tesouro Nacional (NTN-Bs)? Aumenta o risco sistêmico. Em mercado financeiro, risco é função da volatilidade do retorno esperado.

Por exemplo, basta a virada no discurso do presidente do Banco Central de “cautela” para “tempestividade” no combate à inflação –, para provocar perdas nas carteiras dos Fundos de Renda Fixa Índices de Preço. Elas são compostas por títulos públicos do tipo NTN-B. Pagam uma taxa prefixada mais a variação da inflação. Esses

papéis ganham valor todas as vezes quando o mercado reajusta para baixo suas previsões para a taxa de juros – e vice-versa.

O discurso da Autoridade Monetária começou a reverter a impressão de o juro não subir muito após a “Cruzada da Dilma”. Seu presidente declarou: “o Banco Central fará o necessário para colocar a inflação em declínio no segundo semestre de 2013”. Os especuladores passaram a prever uma elevação maior para a taxa na próxima reunião do COPOM. Como resultado, os títulos prefixados passaram a perder valor de mercado e, em consequência, também os Fundos de Índices de Preços. Eles fecharam com queda absoluta do valor nominal de suas cotas antes das célebres passeatas de junho de 2013. Dor no bolso inflama mais em relação à dor no coração.

Períodos de alta dos juros com o objetivo de combater a inflação podem provocar estragos na rentabilidade das carteiras de renda fixa. Isso ocorre porque o valor de mercado dos títulos financeiros já emitidos cai, provocando prejuízos para os detentores dos papéis, direta ou indiretamente, via fundos. Considerando a tributação e os custos com taxa de administração, descontada a inflação, o investidor passa a ter perda real em seu patrimônio. É o caso denominado de “eutanasia do rentista”.

Muitos leitores podem pensar: “isso não tem nada a ver comigo, pois não sou rentista”. Entretanto, cabe a precaução para todos os trabalhadores assalariados possuidores de Previdência Complementar (com renda fixa) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Aconselhado por renomados economistas, a STN abandonou a proteção desses “rentistas-trabalhadores” e impôs operações de troca com os Fundos Extramercado e FGTS. Em 2012, chegou-se a uma substituição de R\$ 99,3 bilhões em títulos flutuantes (LFT) por papéis prefixados e remunerados por índices de preços. A parcela de títulos de dívida pública com juros flutuantes reduziu-se 8,4 pontos percentuais, em um ano, com o percentual dela ficando em 21,7% do total.

Na maior parte do mundo, a dívida pública é prefixada e de longo prazo. Daí os bancos e os fundos, grandes detentores de dívida pública em suas carteiras próprias, sofrem perdas quando os juros sobem. Essa perda de capital deixaria os bancos mais cautelosos. Eles então alterariam suas políticas, no sentido de conter a oferta de crédito, aumentando a potência da política monetária. Acho muito inadequada essa artimanha de ameaçar com risco sistêmico bancário.

No Brasil, desde o regime de alta inflação, mais de 30% da dívida pública era indexada aos juros de curto prazo. Assim, os ganhos ou perdas de capital dos bancos e dos investidores de fundos de investimento financeiro eram menos relevantes, pois podiam ser parcialmente compensados ou “*hedgedos*” (sic). Os bancos não alteravam a oferta de crédito na intensidade desejada por economistas não financistas. Os futuros

trabalhadores inativos podiam proteger sua carteira de ativos (“Previdência Complementar”) contra a eutanásia dos rentistas.

Mas os economistas fiscalistas propunham o mercado financeiro brasileiro funcionar na seguinte ordem unida:

1. o Banco Central muda os juros de curto prazo;
2. o mercado corrige as taxas de longo prazo na mesma direção;
3. as marcações a mercado provocam ganhos ou perdas de capital;
4. o risco de perdas influencia a política de crédito bancário;
5. os bancos alteram a oferta de crédito;
6. o crédito afeta a demanda agregada;
7. o controle da demanda agregada influencia a inflação.

A recém louvada higidez do setor bancário brasileiro poderia ser afetada com essa imposição de risco. O enorme esforço para retomada da concessão de crédito no Brasil poderia ser abortado ou substituído por um racionamento contumaz.

Transparece na análise de alguns economistas reformistas um preconceito adverso a banqueiros e contra rentistas, típico do catolicismo medieval. Infelizmente, eles não tiveram empatia com boa parte dos trabalhadores, base política do governo trabalhista. Eles tinham como patrimônio o FGTS e fundos abertos para Previdência Complementar. Não poderiam perder aquelas reservas, pois lhes custaram muito sacrifício para acumular. Não compartilhavam da ilusão de controle dos economistas voluntaristas: controlar ou influenciar uma coisa – a macroeconomia – sobre a qual, objetivamente, não tinham nenhum poder.

Fundamentos Macroeconômicos para o Golpismo

Em 2011, primeiro ano do mandato governamental da Presidenta Dilma, o PIB cresceu 3,9%; o nível de desemprego foi reduzido a 6%; o índice de desigualdade de Gini caiu; as despesas do governo federal com relação ao PIB foram mantidas no mesmo nível da média do quadriênio anterior; o rating soberano do Brasil foi elevado pelas agências S&P e Moody’s; o superávit primário foi de 2,9% do PIB; o déficit nominal do setor público foi de 2,5%; e a relação dívida bruta/PIB caiu de 51,8% para 51,3%.

A “lua-de-mel com a Presidenta” resultou na *função popularidade*, isto é, o impacto positivo da economia atingiu a política. Quando a redução do preço da energia elétrica chegou às contas de luz as avaliações de “ótimo/bom” para seu governo atingiu o patamar de abril de 2012 a março de 2013.

Em 2012, foram adotadas duas políticas marcantes.

1. Uma, *a monetário-creditícia*, era *correta*, dado o extraordinário nível do juro na economia brasileira: baixar a taxa de juros básica de referência e forçar a competição no mercado de crédito por parte dos bancos públicos no intuito de diminuir o spread entre a taxa de empréstimo concedido e a taxa de depósito captado.
2. Outra, *a financeira*, era *incorreta* sob o ponto de vista dos investidores, dada a histórica volatilidade da taxa de inflação e da consequente variações da taxa de juro básica no Brasil, embora justificável sob o ponto de vista do Tesouro Nacional: forçar a troca de títulos de dívida pública pós-fixados (LFTs) por prefixados (LTNs) e índices de preços (NTNs).

Foi um erro sobrepor as duas experiências em simultâneo. A Selic começou a cair em primeiro de setembro de 2011 de 12,5% a.a. a 12%, chegando a 7,25% em 10 de outubro de 2012, e permanecendo neste patamar por seis meses até 17 de abril de 2013, quando se elevou para 7,5%. Foi o fim da “Cruzada da Dilma” contra os juros reais mais elevados do mundo.

Surgiu um problema de “dor-no-bolso” quando o COPOM retomou a elevação contínua da Selic em abril de 2013 e terminou o ano de 2014 em 11,75% aa. Com a diminuta participação de LFTs nas carteiras de ativos, houve a consequente “marcação-a-mercado” de prefixados sem a compensação nos títulos pós-fixados. Grandes e pequenos investidores perderam riqueza financeira. Passaram a culpar (e se opor a) o governo da Presidenta. Consumidores e empresários cortaram gastos, inclusive em investimentos programados, em tentativa de desalavancagem financeira e recuperação patrimonial.

Os membros do COPOM são proativos, mesmo em circunstância acidental, quando não adianta ser. Na autoimagem (ou na imagem da opinião pública), a atividade compensa mais se comparada à reflexão. A inação de se aguardar não valerá nenhum reconhecimento de haver prudência na espera, quando a situação era totalmente desconhecida por eles.

Foi o caso, por exemplo, em 17 de abril de 2013, quando depois de um ciclo de baixa da taxa de juro básica, a partir de 31 de agosto de 2011, de 12,5% aa até 7,25% aa, em 10 de outubro de 2012, e permanência nesse patamar por quatro reuniões, resolvem

retomar o ciclo de alta da Selic. Por que? Talvez pelo início de campanha midiática de falso alarmismo econômico em ano pré-eleitoral.

Em janeiro daquele ano a taxa mensal do IPCA atingiu 0,86%, depois de se elevar desde o registro de 0,08% em junho de 2012. Em junho/julho do ano anterior, antes do ciclo de baixa da Selic, as taxas tinham alcançado 0,15%/0,16% ao mês. Por que houve aquela pequena e curta alta da inflação? Devido à quebra de oferta de alimentos em função de uma longa seca iniciada em 2012 e só foi se encerrar em 2017.

De acordo com os dados de ocorrência de desastres disponíveis no Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, entre 1991 e 2012, foram registradas 19.517 ocorrências de estiagem e seca em todo o Brasil, estando a maior parte de registros concentrada no ano de 2012 com 2489 registros. No ano de 2014, São Paulo enfrentou o pior período de estiagem desde 1964 e o Nordeste estava no segundo ano de uma seca gravíssima, a pior dos últimos 50 anos, com cerca de 1400 municípios afetados. Em linhas gerais, condições climáticas atípicas observadas em janeiro e fevereiro impactaram negativamente a produção de grãos e de produtos pecuários. Além disso, a escassez de chuvas contribuiu para o Operador Nacional do Sistema (ONS) determinar o acionamento de grande parte do parque termoeletrico. A energia elétrica tem peso significativo no IPCA.

Bê-á-bá da política monetária: não se enfrenta choque de quebra de oferta, causa acidental e passageira de inflação, com elevação da taxa de juro básica para controle da demanda agregada. Dependendo de seu grau, provoca profunda e longa depressão.

No entanto, no ano fatídico de 2013, a “revolta dos 20 centavos” explodiu o armário onde tinha se colocado a direita no Brasil, desde a vergonhosa ditadura militar, por quase trinta anos. As manifestações assustaram a Presidenta e ela abriu mão da coordenação entre a política fiscal e a política monetária imposta antes. A Autoridade Monetária brasileira foi liberalizada para atender à casta dos mercadores rentistas.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), do qual faz parte o presidente do Banco Central (BCB), além dos ministros da Fazenda e do Planejamento, manteve a mesma TJLP (0,4167% a.m.) em todos os meses de 2013 e 2014, só sendo elevada de 5% a.a. para 5,5% a.a. no primeiro trimestre de 2015. Um ano depois alcançou 7,5% a.a., porém o *subsídio implícito dos empréstimos* do BNDES já tinha aumentado, enormemente, pois a crescente Selic tinha alcançado 14,25% a.a. desde setembro de 2015.

Em 2014, PIB cresceu 0,5% e o PIB per capita caiu -0,4%. Porém, a taxa de desemprego caiu para 4,3% da PEA em dezembro, de acordo com dados da PME,

divulgados pelo IBGE. Foi a menor taxa da série histórica, iniciada em março de 2002. Pela nova PNAD Contínua, registrou-se 6,5% de desemprego aberto.

Houve déficit em conta corrente de US\$ 104 bilhões (4,3% do PIB). O superávit primário foi negativo: -0,6% do PIB. O déficit nominal do setor público atingiu 6,1% do PIB, ou seja, o dobro dos três anos anteriores. A relação dívida bruta/PIB iniciou uma dinâmica – cresceu de 51,7% em 2013 para 57,2% em 2014 – causadora da perda do *rating* da S&P em 2014. Seria seguida posteriormente pelas outras agências de avaliação de risco.

Em 2015, com o ajuste fiscal, o PIB caiu -4,05%. O desemprego atingiu 11 milhões de trabalhadores. O déficit nominal do setor público em 2016 ameaçava repetir os 10% do PIB de 2015 e o déficit primário caminhava para 2% do PIB. Pior, a relação dívida bruta/PIB reforçou sua dinâmica preocupante para agências de avaliação de risco: de 66% do PIB em 2015 estimava-se atingir 74% em 2016 e talvez 80% em 2017.

Isto ocorreu pela elevação do numerador. A contração da oferta de LFTs levou os investidores a trocarem por operações compromissadas. Estas inflam a dívida bruta. Se o BCB emitisse títulos próprios para lastrear suas operações de *overnight* não ocorreria isso. As compromissadas tinham sido elevadas antes devido à expansão das reservas cambiais e à esterilização de seu impacto em oferta excessiva de moeda nacional. Mas o quociente elevou-se também pela queda absoluta do denominador: a depressão em 2015 e 2016 representou -7% do PIB. Junto com a renda caiu a arrecadação tributária e agravou a situação fiscal e da dívida mobiliária.

O impacto inicial dos empréstimos do Tesouro ao BNDES na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) foi nulo. A ampliação dos saldos de títulos em mercado foi compensada na mesma magnitude pelo aumento dos créditos junto ao BNDES. Entretanto, ao longo do tempo dos contratos, o diferencial entre o custo de emissão da dívida pública (passivo para o Tesouro Nacional) e o retorno dos financiamentos do BNDES (ativo para o Tesouro Nacional) elevou a DLSP neste mesmo montante.

O Governo Federal, considerando o problema fiscal, em 2015, buscou reduzir o impacto fiscal dos subsídios concedidos pelo BNDES. Com relação aos subsídios financeiros, ao final de 2015 foram reduzidos em R\$ 30,5 bilhões os limites de recursos equalizáveis no âmbito do PSI. Adicionalmente, elevou as taxas de juros dos financiamentos contratados em 2015. Por fim, o governo decidiu não prorrogar o referido programa. Isso resultou no encerramento do prazo para novas contratações em 31.12.2015. Azevedo de vez a relação de favorecimentos aos industriais. A FIESP assumiu *o protagonismo golpista*.

A decomposição da inflação comprova a responsabilidade da política econômica leviana no “liberou geral” dos preços administrados no ano de 2015: inflação de administrados foi 18,1% contra 10,7% do IPCA. Provocou um choque tarifário resultante em choque inflacionário e choque cambial, pela fuga de capitais de um ambiente de locaute empresarial golpista. O choque de juros foi o instrumento usado para “zerar tudo”.

Aquele ciclo de alta da taxa de juro básica durou 42 meses até o dia 19 de outubro de 2016. Ficou no patamar de 14,25% desde o final de julho de 2015. O choque tarifário do economista neoliberal, ex-dirigente do BRAM (Bradesco Asset Management), ministro da Fazenda no primeiro ano do segundo mandato da Presidenta, reforçou o argumento inflacionário a favor da elevação da taxa de juro e da concentração da riqueza financeira.

De dezembro de 2015 a dezembro de 2017, cada um dos 117.421 clientes do *Private Banking* ganhou em média per capita quase mais R\$ 1,5 milhão por causa dos elevadíssimos juros nominais. Provocou a Grande Depressão no Brasil com mais de 13 milhões de desocupados. Um dos seus impactos sociais foi a casta dos oligarcas governantes botar a casta dos guerreiros-militares para a repressão contra os efeitos criminosos da depressão, onde o Estado é mínimo.

A recente barbeiragem da Autoridade Monetária brasileira prova ela, sem limites, beneficiar a si e aos poucos da casta dos rentistas, mas prejudicar os muitos desocupados. A inflação caiu quando os administradores de preços monitorados se acautelaram e os preços de alimentos caíram após o fim da seca!

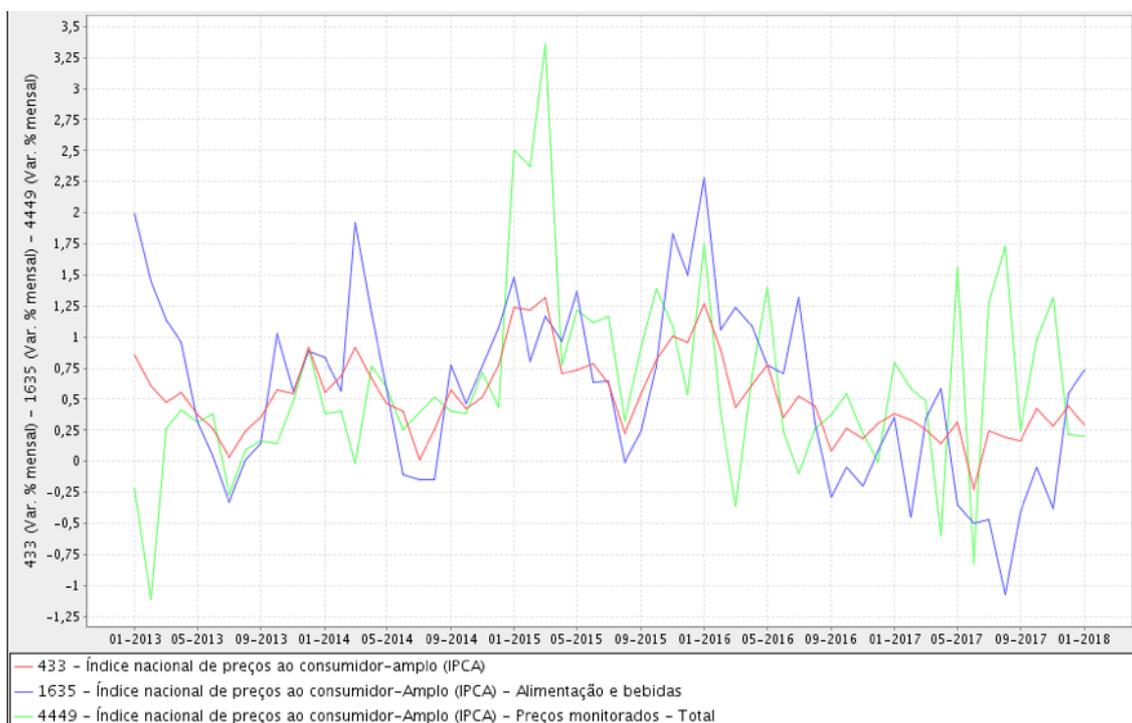
Confira na tabela abaixo os choques inflacionários com quebra de oferta de alimentos de janeiro a março de 2013, de março a abril de 2014, janeiro, março e maio de 2015, novembro de 2016 a abril de 2017, e choques inflacionários de preços monitorados (mudança de preços relativos das tarifas) em quase todos os meses de 2015. Nos primeiros trimestres, durante os verões, as taxas de inflação de alimentos foram 4,65% em 2013, 3,35% em 2014, 3,50% em 2015, 4,65% em 2016, 0,24% em 2017.

Com os choques deflacionários em alimentos e menores altas nos preços administrados, que ocorreram em 2017, o IPCA caiu para 2,98%. Provou o excesso da política monetária ser desnecessário. A diretoria do Banco Central do Brasil com sua política de juros depressiva desempregou muitos trabalhadores e enriqueceu ainda mais uns poucos rentistas.

Variação % Mensal do IPCA e Componentes "Alimentação e Bebidas" e "Preços Monitorados" (destaque em negrito de > 1% e var. negati																			
Data	2013			2014			2015			2016			2017						
	IPCA	Alim.	Monit.	IPCA	Alim.	Monit.	IPCA	Alim.	Monit.	IPCA	Alim.	Monit.	IPCA	Alim.	Monit.				
jan/13	0,86	1,99	-0,22	jan/14	0,55	0,84	0,38	jan/15	1,24	1,48	2,50	jan/16	1,27	2,28	1,75	jan/17	0,38	0,35	0,80
fev/13	0,60	1,45	-1,11	fev/14	0,69	0,56	0,40	fev/15	1,22	0,81	2,37	fev/16	0,90	1,06	0,39	fev/17	0,33	-0,45	0,58
mar/13	0,47	1,14	0,26	mar/14	0,92	1,92	-0,02	mar/15	1,32	1,17	3,36	mar/16	0,43	1,24	-0,36	mar/17	0,25	0,34	0,48
abr/13	0,55	0,96	0,41	abr/14	0,67	1,19	0,77	abr/15	0,71	0,97	0,78	abr/16	0,61	1,09	0,69	abr/17	0,14	0,58	-0,60
mai/13	0,37	0,31	0,31	mai/14	0,46	0,58	0,59	mai/15	0,74	1,37	1,22	mai/16	0,78	0,78	1,40	mai/17	0,31	-0,35	1,56
jun/13	0,26	0,04	0,38	jun/14	0,40	-0,11	0,25	jun/15	0,79	0,63	1,12	jun/16	0,35	0,71	0,24	jun/17	-0,23	-0,50	-0,83
jul/13	0,03	-0,33	-0,27	jul/14	0,01	-0,15	0,39	jul/15	0,62	0,65	1,17	jul/16	0,52	1,32	-0,10	jul/17	0,24	-0,47	1,28
ago/13	0,24	0,01	0,09	ago/14	0,25	-0,15	0,51	ago/15	0,22	-0,01	0,32	ago/16	0,44	0,30	0,26	ago/17	0,19	-1,07	1,73
set/13	0,35	0,14	0,16	set/14	0,57	0,78	0,40	set/15	0,54	0,24	0,92	set/16	0,08	-0,29	0,37	set/17	0,16	-0,41	0,24
out/13	0,57	1,03	0,14	out/14	0,42	0,46	0,38	out/15	0,82	0,77	1,39	out/16	0,26	-0,05	0,54	out/17	0,42	-0,05	0,98
nov/13	0,54	0,56	0,48	nov/14	0,51	0,77	0,72	nov/15	1,01	1,83	1,09	nov/16	0,18	-0,20	0,22	nov/17	0,28	-0,38	1,32
dez/13	0,92	0,89	0,91	dez/14	0,78	1,08	0,43	dez/15	0,96	1,50	0,53	dez/16	0,30	0,08	-0,01	dez/17	0,44	0,54	0,21

Fonte: IBGE e BCB

Evolução do IPCA e seus Componentes “Alimentação e Bebidas” e “Preços Monitorados”



A imposição legal de um “duplo-mandato” ao Banco Central do Brasil – controlar a taxa de inflação e regular a taxa de desemprego e a taxa de câmbio – talvez seja a maneira institucional de evitar o conflito de interesses de seus diretores. Estabeleceria uma moderação na política de fixação do juro básico.

Cidadania Financeira, Bancarização e Financeirização

Talvez por ser francófilo, não gosto da contraparte do anglicismo, isto é, a galofilia cometida ao traduzir *mondialisation* (“l’anglicisme *globalisation* est parfois aussi employé”) pelo português *mundialização*. Daí foi um passo só para estender o

conceito para *financeirização*. Esta é uma suposta fase do capitalismo na qual as transações e os mercados financeiros ganham força no sistema econômico mundial.

A “financeirização no capitalismo contemporâneo” vem das teorias de dois pensadores marxistas sobre o fenômeno: François Chesnais, economista francês, e David Harvey, geógrafo inglês radicado nos Estados Unidos. É uma nova palavra para designar um velho fenômeno socioeconômico. A I e a II Guerra Mundial interromperam com destruição e protecionismo um processo em curso de grande abertura comercial e financeira para o exterior. Foi apenas um intervalo histórico.

Na verdade, o encontro do capital-dinheiro com a força de trabalho livre para se vender por um salário caracteriza a relação de produção capitalista desde a acumulação primitiva concluída no século XVIII. Por definição, nunca o capital-dinheiro ficou ausente das decisões capitalistas. Os donos do capital sempre levaram em conta considerações financeiras para decidir a respeito de sua inserção no processo de acumulação. Nada disso é novidade histórica.

A novidade na história bancária brasileira é o processo de “bancarização” (perdão pela francofilia), ocorrida desde a virada do século XX para o XXI. Significa o acesso popular a bancos e, portanto, a crédito. É um importante mecanismo institucional de defesa do poder aquisitivo do povo em uma economia caracterizada por volatilidade cambial e inflacionária. Busca encerrar a fase de distinção entre “dinheiro de pobre” e “dinheiro de rico” em vigor entre 1964 e 1998.

Talvez o fator mais determinante da concentração da riqueza nesse período de “moeda indexada” tenha sido a possibilidade das castas dos guerreiros (militares e atletas), comerciantes (empresários e financistas) e sábios (tecnocratas e sacerdotes) defenderem suas rendas transformadas em saldos bancários com correção monetária. Os párias “sem-conta” não possuíam acesso às contas correntes ou de poupança em bancos. Não tinham como proteger o poder aquisitivo de eventual sobra de renda. Até o final dos anos 90, o Brasil disputava com a África do Sul da época do *apartheid* racista o primeiro lugar do vergonhoso ranking de concentração de renda.

É possível delinear o processo através da pouca conhecida estatística do Fundo Garantidor de Crédito (FGC). Ele se iniciou em 1999 para dar proteção até certo valor – atualmente R\$ 250 mil – dos depósitos em caso de bancarrota. Referem-se aos depósitos à vista, a prazo e de poupança. Recentemente, tornaram-se também expressivas as Letras do Crédito Imobiliário (LCI) e as Letras do Crédito Agrícola (LCA) com incentivo fiscal. Os Fundos de Investimento Financeiro (FIF) não são protegidos pelo FGC. Eles são segregados das contas dos bancos e, principalmente, carregam títulos de dívida pública. Cobram taxas para a prestação desse serviço de administração de recursos de terceiros.

A estatística do FGC revela informações inéditas. O número de contas em todos os produtos bancários passou de 75 milhões em dezembro de 1999 para 312,4 milhões em dezembro de 2017. Quadriplicou em um ritmo crescente por sucessivos mandatos presidenciais: 19 milhões (FHC), 33 milhões (Lula I) 36 milhões (Lula II), 45 milhões (Dilma I). Entre o fim de 2015 e o de 2016, foram abertas quase 30 milhões de contas. Como o número final supera o da população brasileira (208 milhões) é evidente haver “dupla-contagem” por CPF. Um cliente pode possuir aplicações em mais de um produto.

Outros números ajudam-nos a interpretar esse fenômeno de “bancarização e financeirização” (sic). Com a análise da estratificação da riqueza financeira brasileira, criei um mnemônico para facilitar a memória de números básicos: chamei-o de *Regra de 9*, pois havia, quando comecei a estudar o assunto, há três anos, cerca de 9 milhões de membros das castas representadas nos segmentos de clientes do varejo tradicional, varejo de alta renda e *Private Banking*.

A classe A (4,4%) e a classe B (5,6%) somavam 10% as pessoas moradoras em domicílios cuja renda total era classificada nas faixas superiores. Seus “chefes de famílias” provavelmente estavam entre 9.601.162 profissionais com Ensino Superior Completo apurados pelo Censo de 2010. Certamente, eram os 9% com rendimentos maior de 5 salários mínimos.

As Faixas A e B1 com [38-100] pontos na Regra de Classificação 2015 da ABEP representavam 2 extratos socioeconômicos ordinais com +/- 5% cada um, com renda mensal A (> R\$ 16.000) e B1 (> R\$ 8.000). Constituíam, respectivamente, 3% e 4% dos consumidores e 16% e 12% do consumo.

Possivelmente, estavam entre os 9,5 milhões de clientes do Varejo (67%) e Varejo de Alta Renda (33%) dos Fundos e Títulos e Valores Mobiliários, cujas médias de investimentos eram, respectivamente, R\$ 46.409,59 e R\$ 163.793,73 em dezembro de 2015. Somavam a esses os 109.894 clientes do segmento *Private Banking*. Eles tinham riqueza per capita de R\$ 6.483.339,00 em investimentos financeiros.

Eram 9.201.146 depositantes (6% do total de clientes) possuidores, em dezembro de 2017, reservas em suas cadernetas de poupança acima de R\$ 15.000,00. Possuíam 80% dos depósitos totais.

Por fim, eram 9 milhões participantes em planos individuais de Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL).

Em dezembro de 2017, eram 153,3 milhões de depositantes de poupança, quando a população em idade ativa (PIA) eram 169 milhões de pessoas. Eram 107 milhões de contas de depósitos à vista. A população economicamente ativa de 104,4

milhões. Descontando 8,4 milhões de trabalhadores na zona rural (9% da população ocupada), daí eu levanto a hipótese de quase toda população economicamente ativa urbana – público-alvo dos bancos – já estar “bancarizada”.

Por que esta política pública é importante? Não só pela “financeirização”, isto é, a elevação da relação contas bancárias / PIB, partindo de 23% para atingir o teto de 32%. Esse patamar foi atingido no ano 2008, quando houve a explosão da crise financeira mundial. A partir de então, o ritmo de crescimento econômico passa a oscilar em torno desse percentual, enquanto o da capitalização por juros compostos se manteve.

Quando se considerava também outros ativos financeiros – FIFs, o Tesouro Direto, a Previdência Complementar Aberta e Fechada e as ações –, a riqueza financeira de Pessoa Física alcançava o equivalente a 57% do PIB. Em outras palavras, ultrapassava um pouco a relação crédito / PIB em dezembro de 2015. Isso expressava a principal fonte de entrada de moeda na economia: o multiplicador monetário.

O fato registrado era a quantidade de contas bancárias ter aumentado 179%, no período 1999-2015, enquanto seus valores nominais elevaram-se 611%. O crescimento 2,5 vezes maior dessa acumulação financeira revelava a capitalização pelos juros compostos.

Houve enriquecimento financeiro popular? Provavelmente não, pois o valor médio por conta passou de R\$ 3.288,55 em 1999 para R\$ 8.378,80 para 2015 em termos nominais. Entretanto, em junho deste ano, as 700 mil contas não protegidas (cada qual com mais R\$ 250 mil) representavam só 0,33% da quantidade total, mas registravam 54,55% do valor total.

A dedução lógica é ter permanecido uma brutal concentração financeira. A hegemonia trabalhista não entrou em conflito com a acumulação do capital financeiro. Pudera, economistas ortodoxos permaneceram no Banco Central do Brasil fixando a maior taxa de juros no mundo sem o compromisso em obter menor taxa de desemprego.

Sem dúvida, uma conquista da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014) foi o acesso popular a bancos e crédito. Através de contas bancárias o “dinheiro de pobre” podia ter proteção contra a inflação. Com crédito ao consumidor de baixa renda, a aquisição de bens domésticos propiciava mobilidade social e melhor qualidade de vida. Essa inclusão no mercado era uma conquista de cidadania financeira.

A significativa queda da relação crédito / PIB de 54,1% no fim de 2015 para 47,2% no fim de 2017, considerando a queda do PIB de -7% acumulada em 2015 e 2016, e a pequena elevação de +1% em 2017, demonstra o impacto da volta da Velha Matriz Neoliberal. Durante o governo FHC essa relação tinha caído de 36,6% em 1994 para 24,7% em 2003. Os neoliberais, em sua obsessão de apenas cortar gastos públicos,

para a conseqüente depressão diminuir a inflação e o risco da eutanásia dos rentistas, não se utilizam de política de crédito como um instrumento para incentivar o crescimento da renda e do emprego.

Os economistas ortodoxos abominam crédito ir além da poupança pré-existente porque, de acordo com a Lei de Say pré-keynesiana, pressupõem ele desequilibrar a demanda agregada com a oferta agregada, causando inflação. Por isso, desmancham o Estado desenvolvimentista brasileiro através da descapitalização dos bancos públicos. Estes propiciaram o ingresso do País no grupo BRIC dos grandes países emergentes.

Outra consequência da Grande Depressão decorrente do fim da política de crédito público, somada ao ajuste fiscal e à overdose da elevadíssima taxa de juro, foi o saque de depósitos de poupança. Foi motivada tanto por desemprego, no caso de camadas de baixa renda, quanto por custo de oportunidade face a outros produtos ou fundos de investimentos, no caso dos “remediados”.

Segundo o Censo sobre Créditos Garantidos do FGC, em dezembro de 2017, os depósitos de poupança totalizavam R\$ 714,5 bilhões e representam 36% dos créditos existentes em produtos garantidos pelo FGC. A maior parte dos clientes (86,9 milhões) situava-se na faixa até R\$ 100,00. Esta concentrava 56,7% dos depositantes. O restante dos 153,5 milhões de depositantes de poupança possuía 99,8% dos valores. Mas a concentração nessas 66,4 milhões contas acima de R\$ 100 era também elevada, por exemplo, 13.532 contas (0,009%) com saldo acima de R\$ 1.000.000,00 retinham 5,4% do total depositado.

A ANBIMA divulgou números diferentes: em dezembro de 2017, haviam 78,8 milhões de clientes com saldos em depósitos de poupança inferiores a R\$ 100,00 e 62,6 milhões com saldos superiores. O valor médio per capita destes clientes era R\$ 10.616,10; daqueles, R\$ 14,60, ou seja, eram contas praticamente desativadas ou “raspadas”.

Apesar esse baixo depósito per capita, o *funding* composto por esse número elevado de cadernetas de poupança ainda era o maior de todos os produtos financeiros: R\$ 664,1 bilhões segundo a ANBIMA. No varejo, com 39% do total, superava Fundos (31%) e Títulos e Valores Mobiliários (29%). Estas eram captações mais caras para os bancos.

Como o varejo tradicional fazia 86% desses depósitos e o varejo de alta renda apenas 14%, a dedução é: a classe média baixa faz autofinanciamento habitacional. Os mais pobres em massa, com depósito médio de pouco mais de R\$ 10 mil, se garantiam com recursos de poupança para o financiamento da “democracia da propriedade”, isto é, a aquisição da própria moradia.

Quanto a isso, eles não eram dependentes dos mais ricos. Apenas dependiam deles para o oferecimento de emprego para obterem renda. Mas os mais ricos brasileiros não cumpriam sua parte no contrato social: *investir em capacidade produtiva para empregar os necessitados*. Só com investimentos financeiros eles já se “entopem” de tanto ganhar dinheiro, “enquanto dormem”. Os maiores juros do mundo os enriquecem cada vez mais, noite-e-dia...

BNDES: Entre o Desenvolvimentismo e o Neoliberalismo (1982-2004)

Instituições são as restrições criadas para dar forma às interações humanas. Restrições são as “regras do jogo”. As informais são os códigos, os costumes e as tradições sociais. As formais são as regras consolidadas na lei e na política de cada País.

Instituições emergem através do aumento do número de adeptos de uma determinada regra. Expressam conformidade com um hábito socialmente difundido.

Instituições financeiras oficiais são formais. As brasileiras precedem, temporalmente, à cada geração nascida na segunda metade do século XX. O BNDES, por exemplo, foi criado em 1952, durante o segundo governo Vargas de caráter desenvolvimentista.

Como os empreendedores brasileiros receberam, por meio das instituições financeiras públicas, informações e incentivos, eles poderiam ser tomados como existentes previamente a elas? Suas formas de pensar e suas motivações seriam ideias inatas?

O holismo metodológico dos desenvolvimentistas supõe o conjunto social influenciar as condições de comportamento ou funcionamento de suas partes. O individualismo metodológico dos neoliberais pressupõe o sistema social, e as suas alterações, resultarem das ações dos indivíduos, pois somente estes têm objetivos e interesses.

Esses distintos princípios metodológicos nortearam as gestões de uma instituição financeira chave para o desenvolvimento socioeconômico nacional conforme registra o importantíssimo livro “*BNDES: Entre o Desenvolvimentismo e o Neoliberalismo (1982-2004)*”. O Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), no âmbito do projeto Instituições do Desenvolvimento Brasileiro, desenvolveu a pesquisa sob o mesmo título, coordenada pela Glória Maria Moraes da Costa, compndo sua equipe Hildete Pereira de Melo e Victor Leonardo de Araújo. Todos são professores universitários.

Seguiu a metodologia aplicada em pesquisa anterior do mesmo projeto, denominada “*O papel do BNDE na industrialização do Brasil: Os anos dourados do desenvolvimentismo (1952-1982)*”, publicada (e já esgotada), sob coordenação da professora Maria da Conceição Tavares. Foi realizada com base em documentos do próprio BNDES e em literatura especializada, além de seguir os preceitos de história oral, recolhendo depoimentos de treze ex-dirigentes e funcionários de carreira do Banco.

Essas entrevistas, além de contribuírem para a memória empresarial (e institucional brasileira), permitem a “leitura” de que o BNDES sempre esteve embebido da história política nacional. Lá, assim como no Planalto Central, parece também reinar um regime presidencialista semi-parlamentarista. Em outras palavras, uma *Tropicalização Antropofágica Miscigenada*. Explico essa mistura.

Cada presidente, seja desenvolvimentista, seja neoliberal, parece ter tido “carta-branca” para implementar a estratégia desejada para para a instituição e/ou para o Brasil sem se submeter a um planejamento central. Nesse sentido, seria “presidencialista” ao ditar os rumos: “*o que fazer*”. Porém, havia “o parlamento”, isto é, os competentes técnicos concursados e estáveis. Eles sabiam “*como fazer*”. Estes seriam os “operadores”. Aqueles seriam os “estrategistas”. Uns, “motores-de-arranque”, outros, “máquina”. Dessas interações não emerge um moto-perpétuo.

A máquina é uma corporação permanente, cujos componentes sabem se defender, mutuamente, em função das alternâncias de poder e as consequentes oscilações ideológicas. Todo servidor público concursado sabe o que pensar – e algumas vezes diz: “você passa, eu fico”. Embora haja as fases de “geladeira” de cada corrente de pensamento, os colegas dão guarita permitindo a transferência temporária para outros órgãos, em especial, no caso dos “benedenses”, IPEA ou universidades federais. No caso dos “economiários” da Matriz da Caixa no DF, Secretaria do Tesouro Nacional ou órgãos brasilienses. Na Caixa, denomina-se SPE - Sociedade de Proteção dos Economiários.

Levando em conta o risco de corporativismo, isto é, o predomínio de lógicas de ações prevalecentes em defesa dos interesses de uma determinada categoria profissional, evita-se a autogestão. Os agrupamentos exagerados na defesa dos próprios interesses profissionais necessitam ter suas corporações fiscalizadas pelo Estado.

Isto não significa preconizar a ideia de total controle das corporações pelo Estado. Há uma interessante relação (conflitiva ou não) entre o preposto da sociedade, ou mais exato, do governo de ocasião, e o corpo funcional das instituições públicas nacionais. De acordo com o espírito público do servidor, este muitas vezes resiste à “política de terra arrasada” daquele gestor indicado pela nova nomenclatura.

A pesquisa da Glorinha, Hildete e Victor Leonardo capta, magnificamente, essa dinâmica ocorrida entre 1982 e 2004 no BNDES, cujos marcos balizadores foram a adesão ou não à ideia de privatização. Depois de um texto corrido com fatos e dados, detalhados em cerca de 230 páginas, são apresentadas as treze entrevistas com destacados gestores do período em mais 250 páginas.

O livro está dividido em seis capítulos. O primeiro se inicia no ano de 1982, quando três subsidiárias do BNDES são fundidas para originar a BNDESPAR, e termina no ano de 1986. O período compreende um momento crítico da economia brasileira, conhecido como o da crise da dívida externa, na qual o BNDES começará a assumir funções distintas das historicamente exercidas, buscando contribuir para as necessidades de ajuste de curto prazo. O esgotamento do modelo de substituição de importações vai ficando claro e se começa a esboçar o modelo da integração competitiva da economia brasileira.

O segundo capítulo compreende o período marcado pelo surgimento das dificuldades econômico-financeiras entre os anos de 1987-1989. Ensejarão as primeiras privatizações. Após a queda do Ministro da Fazenda “novo-desenvolvimentista”, Bresser-Pereira, na época favorável a algumas privatizações, pode-se registrar o início da Era Neoliberal, de fato, em 1988, com a Constituinte e o Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega pró livre-mercado.

Os dois primeiros capítulos são os únicos nos quais se optou por um corte não coincidente com os mandatos presidenciais, exatamente pela equipe de pesquisa entender as privatizações constituírem um marco-chave na história do Banco. Nos dois capítulos seguintes, os cortes coincidem com os mandatos presidenciais: o terceiro capítulo engloba a atuação do Banco no período 1990-1994, abrangendo o governo Collor e o do seu sucessor, Itamar Franco; e o quarto capítulo abarca os oito anos de mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso, quando se completou a Era Neoliberal.

Ao longo dessa primeira Era Neoliberal (1988-2002), o BNDES foi se envolvendo com o programa de privatizações, já formalizado como Programa Nacional de Desestatização (PND). O registro histórico da implementação desse Programa é fundamental para entender as inflexões sofridas com a adesão do Brasil ao ideário neoliberal.

O quinto capítulo trata do biênio 2003-04, já no governo Lula, quando o economista e professor nacional-desenvolvimentista da UFRJ, Carlos Lessa, foi designado para a presidência do Banco. Esse é o único capítulo cuja demarcação se refere a um mandato de presidente do Banco, e não foi sem motivo. Os anos iniciais do mandato de Lula foram marcados por uma pesada disputa interna entre

desenvolvimentistas, nos seus diversos matizes, e *neoliberais*, e Lessa foi um dos protagonistas dessa disputa, tentando fazer do Banco uma trincheira desenvolvimentista. Sua gestão foi marcante sob o aspecto nacionalista. Com seu exame esta pesquisa foi finalizada, infelizmente, não abarcando toda a Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), em especial a gestão (2007-2016) do professor da UNICAMP, Luciano Coutinho, cuja atuação anticíclica foi bem-sucedida.

No capítulo 6 foram apresentadas considerações finais à guisa de conclusão. Mas, para os especialistas com a memória recente ainda presente, as motivações dos diversos atores estão reveladas nas entrevistas. Do lado desenvolvimentista, o nacionalismo, a cadeia produtiva, o emprego e a desigualdade regional; do lado neoliberal, as externalidades, os riscos, os custos e o lucro do Banco.

Elas podem ser agrupadas de acordo com as ideologias e as funções de cada entrevistado. De um lado, o nacional-desenvolvimentismo de Carlos Lessa e Darc Costa, assessorado pelo “operador da máquina funcional”, Ernani Torres. De outro lado, o neoliberalismo de Pérsio Arida e Luiz Carlos Mendonça de Barros, assessorados, respectivamente, por Elena Landau e José Pio Borges de Castro Filho, este vice de Mendonça de Barros e depois sucessor na presidência de André Lara-Resende. Entre esses formuladores, há representantes da nomenclatura do PMDB/PSDB como Márcio Fortes e Regis Bonelli. Os funcionários concursados do BNDES – Ernani Torres, Fernando Perrone, Licínio Velasco Jr, Marco Antônio Araújo Lima e Paulo Faveret –, ocupantes de postos de direção ou de superintendentes, caracteristicamente, dão entrevistas mais autobiográficas em vez de emitirem avaliações sobre as diferentes estratégias. Evitam expressar juízos de valor, mantendo em respeito às autoridades as características protetoras de suas carreiras.

Da mesma forma, os pesquisadores não emitem, neste livro, juízo de valor a respeito do dito por seus entrevistados, confrontando-os com fatos e dados de seus desempenhos. Não apresentam uma análise ideológica, embora evidentemente tenham seu lado. O outro lado não faz uma análise tão honesta intelectualmente e imparcial politicamente ao tratar da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014).

CAPÍTULO 11 – Combater Câmbio Livre e Plena Abertura de Capital

Ataque Especulativo ou Terrorismo Psicológico

O ataque especulativo à paridade cambial surge do abrupto aumento das decisões privadas de venda da moeda doméstica e dos ativos nela denominados, ou seja, da tentativa de manter-se “comprado” ou “credor” na divisa estrangeira hegemônica. Os países são vítimas de ataques especulativos, realizados por especuladores. Estes tentam à força a mudança na paridade cambial, visando ganhos financeiros de curto prazo. Ele torna-se o determinante das paridades cambiais à revelia do estado dos fundamentos do país atacado: paridade entre juro interno e externo, saldo do balanço de transações correntes e paridade entre poder de compra interno e externo.

Na hipótese de estratégia de proteção ou administração de risco, segundo os idolatras de O Mercado, trata-se de uma reação racional e preventiva a uma política fiscal e monetária inconsistente com a taxa de câmbio administrada. A especulação seria defensiva, face à debilidade dos fundamentos cambiais, e sob forma de *hedge* de dívida em dólares, para evitar perdas cambiais.

O banco central busca defender a paridade cambial corrente, para evitar choque cambial se transformar em choque inflacionário. Atende então o crescimento da demanda privada por divisas estrangeiras via a utilização das reservas cambiais disponíveis. Mas a contínua fuga de capital conduz à queda de reservas internacionais e à contração da base monetária.

O conseqüente aumento da taxa de juros doméstica resulta em encarecimento da alavancagem especulativa e atração para aplicação em ativos financeiros domésticos, mas também em efeitos deletérios sobre o sistema econômico.

A interpretação ortodoxa tradicional afirma os ataques especulativos contra certas moedas constituírem uma reação racional dos agentes privados frente a uma política macroeconômica inconsistente no longo prazo. Por exemplo, a combinação de política de câmbio estabilizado com política fiscal/monetária expansionista leva à queda das reservas internacionais e, em consequência, a falta de sustentação desse regime cambial. Mas essa interpretação não se sai bem quando é testada face às evidências empíricas de uma crise cambial de origem exógena.

A *interpretação ortodoxa reciclada* aparece na literatura de equilíbrio múltiplo da taxa de câmbio. Seu objetivo é justificar como a definição do nível de equilíbrio da taxa de câmbio poderia depender das expectativas cambiais privadas prevalecentes no mercado. A relação entre a taxa de câmbio e os fundamentos macroeconômicos é

“intermediada” pelas expectativas privadas relacionadas à taxa de câmbio. O alinhamento dessa taxa com os chamados fundamentos macroeconômicos não se mostra suficiente, para explicar a dinâmica cambial, por causa do fenômeno de profecias autorrealizáveis no mercado cambial.

A *abordagem institucionalista* aponta a instabilidade como inerente à ordenação microestrutural do mercado global de câmbio em função de sua organização institucional. Pela interação entre os *market makers*, pelas formas de efetivação das transações e pelos meios de circulação das informações, etc., em contexto internacional de livres fluxos de capitais voláteis e predomínio de regimes de taxas de câmbio flutuantes, torna-se natural a formação de um ambiente propício e estimulante aos ataques especulativos a países com a taxa de câmbio administrada. Portanto, esta interpretação sugere os ataques especulativos serem fenômenos gerados, endogenamente, no mercado global. São baseados também em fundamentos microeconômicos negligenciados pela ortodoxia.

Uma dedução lógica dessa tese é os fenômenos de bolhas de ativos e ataques especulativos serem fenômenos assemelhados, no mercado de moedas contemporâneo. São epifenômenos – fenômenos cuja presença ou ausência não alteram o tomado em consideração: o fato de serem originados e sustentados pelo mesmo arranjo microestrutural desse mercado.

Ambos são resultados das expectativas prevalecentes entre os agentes privados quanto ao risco cambial (com a depreciação esperada atingindo o cupom cambial) e às possibilidades de ganhos rápidos em apostas contra determinadas paridades cambiais. São frutos do mesmo processo de interação e troca de “informações” entre os agentes, isto é, os especuladores de O Mercado e os acólitos economistas-chefes.

Depois de figurar entre as estrelas do bloco de países conhecido como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o Brasil passou a fazer parte do grupo chamado pelos especuladores de “os cinco frágeis”. Supostamente, eles apresentam maior vulnerabilidade nas contas externas e são os mais afetados pela onda de venda generalizada de moedas emergentes. Ao lado de Brasil, estão nesse novo grupo Turquia, Índia, Indonésia e África do Sul.

A fuga de capitais desses mercados está sendo provocada pela menor liquidez global, diante da normalização da política monetária dos EUA, e pela desaceleração da China. Levou os Bancos Centrais de Brasil, Índia, Turquia e África do Sul a elevarem a taxa básica de juros para conter a depreciação de suas moedas.

Desde quando o Fed (Banco Central dos EUA) mencionou pela primeira vez, em 22 de maio de 2013, a possibilidade de retirada dos estímulos monetários, O

Mercado começou o ataque especulativo ou “terrorista-psicológico”. Primeiro contra a Turquia e a África do Sul, os mais vulneráveis entre os emergentes, vindo em seguida Brasil, Índia, Indonésia, Chile, Tailândia e Peru. Estes, supostamente, sofreriam mais com a desaceleração da China.

Apesar desse alarmismo, quando se examinava as estatísticas (e não se perde tempo lendo os colunistas da “grande” imprensa brasileira), observava-se, até o fim de 2014, a situação da economia brasileira estava muito razoável dentro de um mundo em crise. O diagnóstico correto era ela estar estável, nem crescer muito, nem ter inflação e desemprego descontrolado.

Sintomático disso era a inadimplência em queda. O Brasil, comparado aos “cinco frágeis”, possuía fundamentos melhores, apresentando a maior reserva internacional (US\$ 375,8 bilhões ou 10,7 vezes a dívida externa de curto prazo) e um dos menores déficits em conta corrente: 3,6% do PIB. As perspectivas econômicas eram boas com a continuidade do social-desenvolvimentismo.

Entretanto, a aliança das castas dos trabalhadores sindicalizados e sábios-tecnocratas com a casta dos mercadores levou à volta da Velha Matriz Neoliberal em 2015. O “liberou-geral” das tarifas, câmbio e juros levou à Grande Depressão com inflação e desemprego. Estava criada o ambiente econômico propício à evolução do golpismo midiático-parlamentarista.

A quem interessava mais essa desestabilização especulativa com a denúncia vazia como pretexto para o golpe final? Evidentemente, a quem desejava comprar ativos baratos, seja ações das empresas brasileiras, inclusive da maior delas, a Petrobras, ou a quem negaceava para negociar, afinal, preços mais baixos nos leilões de concessões. O ambiente frágil, de uma hora para outra, espantou concorrentes, afugentados com a “suposta” fragilidade dos fundamentos e das perspectivas brasileiras. Os impressionáveis com essa farsa adotaram a típica postura de “engana-me porque eu gosto”.

Maxidepreciação e Dependência do Petróleo

No último governo do regime militar, em regime de câmbio fixo, Delfim Netto fez uma primeira desvalorização (30%) da moeda nacional em dezembro de 1979. A taxa de inflação anual passou de 70% para 110%. A segunda (também 30%) foi realizada em fevereiro de 1983. A taxa de inflação dobrou para 220%. Provocou a “crise do *subprime* brasileira”, inclusive com a quebra do BNH. O regime militar deixou como “herança maldita” o regime de alta inflação inercial.

Durante o primeiro governo Dilma, houve não um tratamento de choque, mas sim uma gradual maxidepreciação da moeda nacional, desde 02/01/2011, quando a taxa de câmbio estava em R\$ 1,65. Chegou a R\$ 1,53 no final de julho daquele ano, e começou a se elevar, alcançando R\$ 2,53 em 06/11/2014. Em menos de três anos e meio, houve essa elevação de um real na cotação de um dólar – ou 65%. E a “flutuação suja”, isto é, controlada pelo Banco Central, permitiu ela não impactar muito a taxa de inflação. Esta se manteve dentro da meta inflacionária.

Nas contas de um economista adepto da abordagem do balanço de pagamentos pelas elasticidades, uma taxa de câmbio em torno de R\$ 2,50 seria suficiente para trazer o déficit em transações correntes para 2,9% do PIB em 2015, afastando-o de vez do nível de 4% do PIB, considerado sinal de um financiamento mais difícil. Sendo assim, o ajuste já estaria em curso e, nas contas externas, o governo não teria mais nada a fazer. A melhora viria basicamente através do balanço comercial, seja por conta de câmbio mais competitivo, seja porque a perspectiva era da economia mundial crescer um pouco mais.

Dadas as condições então vigentes no mercado externo quanto à liquidez internacional, um déficit em torno de 3% do PIB no balanço de transações correntes parecia ser financiável. Como o Brasil recebia cerca de 3% do PIB em Investimento Estrangeiro Direto (IED), em torno de US\$ 65 bilhões, o déficit externo (US\$ 83 bilhões) necessitava cair para um nível inferior ou igual ao IED. Este era fonte de financiamento de longo prazo saudável.

O setor de petróleo e derivados seria outro fator importante a ajudar esse ajuste. A Petrobras inauguraria, em novembro de 2014, a refinaria de Abreu e Lima, diminuindo muito a dependência de importação de diesel. Esta acabava pressionando o balanço comercial referente a petróleo e derivados. Eventual déficit comercial poderia virar superávit nos próximos, tanto pela inauguração da refinaria quanto pelo crescimento da extração do petróleo de águas profundas (pré-sal).

Depois de superávit comercial de US\$ 27,6 bilhões em 2011 e US\$ 17,4 bilhões em 2012, ocorreu um déficit no balanço comercial de US\$ 6,6 bilhões em 2014. Com o *overshooting* cambial ocorrido em 2015 voltou um superávit de US\$ 17,7 bilhões e aconteceu o recorde histórico em 2016 com US\$ 45,0 bilhões. Somado à Grande Depressão nesse biênio, as importações caíram, respectivamente, de US\$ 241,2 bilhões no pico de 2013 para o vale de US\$ 139,4 bilhões. O fluxo comercial tinha atingido US\$ 482,8 bilhões em 2013 e caiu para US\$ 323,9 bilhões em 2016.

Na verdade, os saldos comerciais, desde o início do governo Dilma, teriam sido muito mais superavitários – US\$ 39 bilhões em 2011, US\$ 27,5 bilhões em 2012, US\$ 25,7 bilhões em 2013 e US\$ 20 bilhões em 2014 – caso se desconsiderasse os

combustíveis nessa contabilidade. Em 2013, mesmo tendo uma queda de 28%, Petróleo e Combustíveis ocuparam o quarto lugar no ranking de principais produtos exportados pelo Brasil com US\$ 22,4 bilhões. Só foram inferiores a Minérios (US\$ 35 bilhões), Material de Transporte inclusive Plataformas Petrolíferas (US\$ 31,6 bilhões) e Complexo Soja (US\$ 31 bilhões).

No entanto, diferentemente dessa abordagem estruturalista, um economista adepto da abordagem monetária do balanço de pagamentos avalia a redução do déficit em transações correntes ser uma imposição externa. Essa queda será puxada por um mundo bem menos disposto a financiar o Brasil e outros emergentes com déficits altos em conta corrente, em razão da expectativa de retomada de alta dos juros americanos. Nesse cenário, ou o real se deprecia mais e propicia a queda do déficit externo ou este tende a crescer ainda mais, levando o país a uma crise cambial.

Segundo essa abordagem monetária, os termos de troca em queda pressionam negativamente o balanço comercial e uma inflação superior a de seus parceiros comerciais afeta a paridade entre poderes de compra. O Brasil precisaria de uma depreciação cambial mais forte em termos nominais para reequilibrar as contas externas. Como o dólar mais caro impactaria a taxa de inflação, provocando queda do consumo, seria necessário combinar essa depreciação com ajuste fiscal mais crível. Leia-se “elevação do superávit primário com cortes de gastos”.

Analisando a pauta brasileira de exportações, cerca de 70% são *commodities*. A queda nas suas cotações piora a relação entre a evolução do preço das exportações e das importações, os chamados termos de troca, cujo índice evoluiu de 93,4 em 2003 para o máximo de 129 em 2011, caindo para 102,4 em 2015 e 105,5 em 2016. Se a alta estimulou o poder relativo de compra externa do país, permitindo o crescimento da absorção doméstica (consumo, investimento e gastos públicos) em ritmo mais rápido em relação ao do PIB, a queda depois da explosão da bolha de *commodities* no último trimestre de 2011 desestimulou a economia brasileira.

A abordagem do balanço de pagamentos por absorção interna diz: “esse crescimento explicável pelo acúmulo de poupança externa (déficit do balanço de transações correntes) não deve acontecer como acontecia antes”. Segundo essa abordagem, impunha-se a diminuição dos gastos internos, porque se deixou de ter o *boom de commodities*. O fluxo de capitais também seria reduzido com a alta global do dólar, devido à expectativa de início da elevação da taxa de juros norte-americana.

Os preços do petróleo caíram em 2014, fechando em torno de US\$ 100, e depois sofrer novas quedas, porém, não se esperava o preço do barril de petróleo atingir as mínimas em período de quase 12 anos. O barril custava mais de US\$ 130 antes da

crise de 2008. Encerrou 2015 com queda acumulada de 35% e iniciou 2016 caindo mais ainda em função da oferta superar a demanda mundial.

Óleo e gás era o setor responsável pela maior parte (60%) dos investimentos a serem realizados no país entre 2014 e 2018. Seus programas somavam R\$ 543,4 bilhões. A produção de petróleo estava em ritmo mais acelerado. No pré-sal, superava bastante 500 mil barris de petróleo produzidos por dia, patamar alcançado apenas oito anos após a descoberta em 2006. Isso contando com somente 25 poços produtores.

Mesmo com a queda dos preços do óleo, o efeito do petróleo em longo prazo tendia a ser positivo para o comércio exterior brasileiro. Para o mal, para o bem, o desempenho da economia brasileira passou a ser dependente do petróleo.

Reversão das Expectativas no Segundo Mandato da Dilma

Esperava-se, no segundo governo da Presidenta Dilma Rousseff, na área de investimentos, ela entregar boa parte das obras e concessões públicas de longo prazo iniciadas no primeiro mandato. Na área social, intensificaria os programas bem-sucedidos, aumentando suas escalas, e daria início ao prometido, por exemplo, o programa “Mais Especialidades” na área da saúde. Na área de segurança, buscava o apoio dos governadores para implantar uma política nacional de segurança pública integrada para a luta contra o crime organizado ter a abrangência de todo o território brasileiro.

Na área de costumes sociais, a reforma política e a criminalização da homofobia dependeriam de esforços conjuntos do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Vigiar e punir a corrupção era um compromisso, porém sua prevenção já se iniciava na nomeação de pessoas de reputação ilibada para os cargos de confiança.

No entanto, no Brasil, O Mercado pauta A Imprensa. Toda a pressão midiática era no sentido de cobrar de O Governo um ajuste fiscal para aumentar a solvabilidade governamental e facilitar o controle da demanda agregada por parte da política monetária do Banco Central do Brasil. A prioridade neoliberal seria baixar a taxa de inflação para o centro da meta inflacionária de 4,5% aa, elevando a taxa de juros real e precavendo a “eutanasia dos rentistas” ao aumentar seus ganhos financeiros.

Porém, esse programa da oposição foi democraticamente derrotado em 2014. Mesmo assim, aceitava-se como necessário voltar o superávit primário, pois em 2014 já tinha havido um déficit de -0,6% do PIB, para evitar a elevação da dívida pública líquida. Depois de encerrar 2013 em 33,8% do PIB, ela subiu para 36,7% em 2014, 37,9% em 2015 e pós-golpe disparou para 47,8% do PIB.

Como o ritmo de arrecadação fiscal caiu, tanto pelo baixo crescimento do PIB, como pelas desonerações fiscais, o ajuste fiscal em 2015 seria feito pelo lado das despesas. Isto tinha um limite pré-definido, pois 62% da receita primária da União era usada para pagar pessoal e INSS, incluindo a previdência dos servidores. Se a esses gastos forem incorporados os programas de transferência, como Bolsa Família, salário para os idosos, abono salarial e seguro-desemprego, esse comprometimento se elevava para 73%.

Alguns analistas pregavam o fim da desoneração da folha de salários. Ela não resolveu o problema de competitividade da indústria. Trocava um tributo sobre valor adicionado, a contribuição sobre a folha de pagamentos, por um tributo cumulativo, baseado na alíquota sobre faturamento. Outros achavam necessária uma revisão de regras dos benefícios sociais, com maior controle de despesas como pensão por morte, seguro-desemprego e abono salarial. Já se falava em uma nova reforma previdenciária para desvincular a Previdência do reajuste do salário mínimo. Senão teria de mudar a regra de correção deste em termos reais. Isto iria contra uma melhor redistribuição da renda. Era pouco provável o Governo Social-Desenvolvimentista adotar essas soluções contra trabalhadores.

Outras medidas no sentido da “transparência” eram defendidas por fiscalistas: fim da “contabilidade criativa”, suspensão das operações de repasse ao BNDES, contabilização adequada das concessões, fim das sucessivas aberturas de Refis, adoção de uma regra fixa para pagamento de dividendos pelas empresas estatais à União, regularização dos pagamentos feitos por bancos públicos em nome do Tesouro, etc. Acrescentavam o fim das alíquotas reduzidas do IPI e a volta da Cide, o imposto sobre combustíveis.

Para os acionistas minoritários das empresas estatais, a lista de desejo neoliberal era encabeçada por reconhecer as pressões inflacionárias reprimidas e incorporar aos preços as defasagens tanto de administrados como de bens industriais afetados pelo câmbio. Para absorver esse choque tarifário na inflação, esse movimento seria compensado por aumento da TJLP e da taxa Selic. Em outras palavras, os trabalhadores sofreriam o ônus de um ajuste recessivo e inflacionário em benefício dos rentistas.

Nessa disputa entre trabalhadores e rentistas, era possível prever uma política fiscal mais contracionista para compensar uma política monetária e de crédito gradativamente mais expansionista, inclusive com depreciação da moeda nacional mais livre, embora com regulação discricionária da mobilidade do capital. Nesse sentido, o dinamismo não dependeria do investimento da União.

Em 2010, ele ficou em 1,2% do PIB. Em 2011, ele caiu para 1,0% do PIB e depois subiu para 1,1% do PIB em 2012 e 2013. Em 2014, ficou no mesmo patamar de 2010. Na proposta orçamentária para 2015, encaminhada ao Congresso em agosto de 2014, o governo sinalizou uma redução dos investimentos da União para aquele primeiro ano do novo mandato presidencial da Dilma. O corte no ritmo das obras, mantendo o subsídio para o programa MCMV (0,3% do PIB), seria para aumentar o superávit primário do governo central para, no mínimo, 1,5% do PIB.

A despesa primária da União, não incluindo o pagamento dos juros, tinha aumentado 3,55% do PIB desde 2002 até 2014. Do total, 3,17 pontos percentuais do PIB foram direcionados a benefícios previdenciários e assistenciais, programa Bolsa Família e MCMV. Os governos do PT ampliaram as transferências de renda às famílias. Os gastos com educação e saúde aumentaram 0,4% do PIB no período.

Se não havia espaço fiscal para o aumento dos investimentos no OGU, a alternativa seria dar mais vigor a concessões para a iniciativa privada de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, etc. O Ministério dos Transportes representava cerca de 75% do total de aportes em infraestrutura. Entre seus projetos com melhor desempenho estavam a manutenção da malha rodoviária federal e obras a cargo da Valec, como as ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste.

Nessa perspectiva, continuaria o desenvolvimento do Capitalismo de Estado Neocorporativista com associações entre capitais de origem estatal (BNDES/BNDESPAR), privada nacional e estrangeira, e trabalhista (EFPC, FGTS, FAT, etc.). Exemplo disso era a companhia de concessões de infraestrutura Invepar, controlada pelos fundos de pensão Previ, Petros e Funcef e pelo grupo OAS, *holding* administradora de doze empresas concessionárias de serviços públicos nas áreas de Rodovias (entre outras, duplicação da BR-040 entre Juiz de Fora e Brasília), Aeroportos (reforma do de Guarulhos em São Paulo) e Mobilidade Urbana (Linha Amarela, Metrô, VLT do Rio de Janeiro, etc.). Enquanto administrava esses ativos, a companhia se preparava para estudar novas concessões de infraestrutura. Havia cinco concessões de rodovias anunciadas pelo governo federal, cujos leilões deveriam começar no primeiro ano do novo governo Dilma.

Todas essas expectativas positivas foram revertidas com a volta da Velha Matriz Neoliberal, a Lava-Jato e o golpe parlamentarista para o emedebismo se instalar na cúpula da República, visando “estancar a sangria” sobre os congressistas. *O sonho acabou... Quem não dormiu no social-desenvolvimentismo nem sequer sonhou.*

CAPÍTULO 12 – Combater Choque Fiscal e Tarifário

Tática Fiscalista e Estratégia Social-Desenvolvimentista

Uma velha tática política, nos Congressos do PCCh, durante a Revolução Cultural chinesa, denominava-se “brandir as bandeiras vermelhas do adversário”. Significa se apropriar da bandeira-de-luta da oposição, radicalizá-la até o ponto de a caricaturar, esvaziando o discurso oposicionista, e adequando-a à estratégia de se manter no Poder.

É risível a reação de surpresa da oposição, seja no Congresso Nacional, seja de seus representantes na “grande” imprensa. Cobram coerência com as ideias da candidata eleita, difundidas durante a campanha eleitoral. Mas campanha é desconstrução do adversário, governo é construção da Nação. Logo, não há contradição. O(A) eleito(a) sabe da surpresa à oposição face às primeiras decisões de política econômica, mas não está nem aí. Quem sacou, entendeu; quem não compreendeu, sacasse...

Durante a campanha eleitoral, a situação pratica a Economia Positiva: destaca só o *que é* positivo. A oposição, ao contrário, pratica a economia Normativa: *o que deveria ser*, destacando só o que há de negativo na conjuntura. Esta faz profecia especulativa quanto ao futuro antevisto como desgraçado caso o eleitor não mude os rumos do desgoverno presente. Aquela faz profecia reversa sobre o passado desastroso, supostamente conduzido ao atual presente glorioso, obviamente, graças às façanhas governamentais.

A política econômica em curto prazo é uma batalha tática para manter a baixa taxa de desemprego e a taxa de inflação sob controle, além de, em médio prazo, diminuir o déficit do balanço de transações correntes. Por exemplo, em 2014, este tinha atingido de 4,3% do PIB, ou seja, ele tinha de ser reduzido pelo menos para um valor financiável pela média do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) dos anos anteriores: US\$ 65 bilhões.

Mas essas eram metas táticas para serem atingidas em curto prazo. Em longo prazo, isto é, oito anos até 2022, a estratégia social-desenvolvimentista era dar continuidade às políticas sociais ativas. Elas tinham levado à inclusão social de consumidores no quinto maior mercado interno nacional na economia mundial.

O governo reeleito pretendia também executar investimentos de R\$ 920 bilhões nos cinco anos seguintes. Óleo e gás era o setor responsável pela maior parte com programas de R\$ 543,4 bilhões, ou quase 60% do total. Era seguido por Transportes (R\$ 200 bilhões), Energia (R\$ 162,4 bilhões) e Saneamento (R\$ 15

bilhões). A divisão dos R\$ 200 bilhões investidos no segmento de Transportes seria 28% em Ferrovias, 27% em Portos, 20% em Rodovias, 20% em Mobilidade Urbana e 5% em Aeroportos.

A formação bruta de capital fixo — medida do PIB contabilizando aplicações em construção e máquinas e indicando o nível de investimentos produtivos no país — tinha ficado no patamar de 20% do PIB de 2010 a 2014. A meta era elevar a taxa de investimento para cerca de 22% do PIB.

Os social-desenvolvimentistas planejavam um período de transição, composto pelo segundo mandato da Dilma e por um terceiro mandato do Lula (2019-2022), quando estaria se preparando as condições em infraestrutura e logística para ascender ao posto de quinta maior economia no mundo, ultrapassando o PIB da Alemanha. Esse posicionamento seria consistente com o País. Este tem a quinta maior população e o quinto maior território com abundância de recursos naturais, além de uma das economias mais diversificadas entre as dos países emergentes. Estes tiram o atraso histórico em relação aos países de capitalismo maduro.

Com a continuidade dos investimentos, em 2035 o Brasil seria o sexto maior produtor de petróleo do mundo. A Petrobras produziria 4 milhões de barris de petróleo por dia no período 2020-2030. O País estaria produzindo além de 5 milhões de barris por dia, o dobro consumido em 2014. Com a exportação do excedente, capitalizaria o Fundo Social de Riqueza Soberana (FSRS) e teria condições de sanar os problemas nacionais na Educação e Saúde, melhorando a qualidade de vida de seu povo.

A Presidenta social-desenvolvimentista, sendo ela a condutora do governo, levaria todos ministros a se entenderem em torno das táticas transitórias para se alcançar essa meta estratégica. Dilma desmanchou, na prática, a ideia anacrônica de Banco Central independente. Cobraria a coordenação entre política fiscal, política monetário-cambial, política de investimentos e concessões, e a política de crédito dos bancos públicos.

Em uma primeira etapa, a prioridade seria atingir metas fiscais graduais, definidas até 2017, passando a utilizar a *dívida bruta*. Esta inclui as transferências do Tesouro Nacional para os bancos públicos como principal indicador dos resultados das contas públicas. O objetivo inicial era a estabilização e, depois, o declínio da relação dívida bruta do governo geral como percentual do PIB de 70% (incluindo títulos em poder do Banco Central) para 50%. As duas políticas de controle da demanda agregada, a fiscal e a monetária, coordenadamente, fariam com a inflação voltar ao centro da meta de 4,5% ao ano em 2016.

Para tanto, a política fiscal buscaria um superávit primário de 1,2% do PIB para o setor público consolidado em 2015 e de 2% do PIB em 2016 e 2017. Não haveria aumento no estoque de recursos de R\$ 507 bilhões, injetado pelo Tesouro Nacional nos bancos públicos, em especial no BNDES, para a atuação creditícia anticíclica.

Esperava-se, com a queda da taxa de inflação e a consequente diminuição da Selic para nível inferior a 8,5% aa, os depósitos de poupança voltarem a ficar bastantes competitivos frente aos fundos de investimento. Então, o desenho institucional de captação de *funding* para financiamento em longo prazo, reformado no primeiro mandato da Dilma, voltaria a funcionar.

Grandes empresas não-financeiras emitiriam títulos de dívida direta (debêntures) com longo prazo de vencimento, cujos lançamentos seriam operações estruturadas por bancos. Estes ofereceriam “garantia firme” de colocação junto aos investidores e/ou na própria carteira de ativos.

Bancos emitiriam Letras Financeiras, com dois ou cinco anos para vencimento. Estas seriam segregadas em “administração de recursos de terceiros”, isto é, nas carteiras dos fundos de investimentos. Os investidores desses fundos, quando abaixasse a taxa de juros de referência, em termos reais, ficariam dispostos a assumir maior risco, diversificando entre o risco privado e o risco soberano, com a finalidade de aumentar o retorno financeiro.

Essa busca de estabilidade econômica não implicaria em renunciar à conquistas sociais anteriores da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014), apenas em adequar a velocidade de transição ao cenário macroeconômico dos próximos anos para se alcançar a meta estratégica: melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Esta continuaria sendo a prioridade governamental.

Lego engano. A política contaminou a economia. A aliança neocorporativista entre castas de natureza ocupacional – trabalhadores sindicalizados, líderes de associações patronais, sob o beneplácito de sábios intelectuais – não teve a força política para barrar as articulações do “emedebismo” no Congresso Nacional. Seu líder evangélico juntou o baixo clero com visão paroquial com o alto clero com pretensão de “estancar a sangria” provocada pela Operação Lava-Jato. Com sua perseguição política, esta lavou sim aquele futuro planejado.

Ficou uma lição na Política: sem base governista fiel, em um sistema partidário fragmentado, há boicotes contra as medidas provisórias e os projetos de leis governamentais, necessários para conduzir seu planejamento estratégico, e aprovam “pautas-bombas” para sabotar o governo. A fisiologia paroquial (ou dinástica) dos clãs regionalistas, representados no Congresso Nacional só buscam o desenvolvimento local.

As bancadas BBBB (Boi-Bíblia-Bala-Bola) defendem seus interesses mesquinhos até sobre as decisões de seus líderes partidários.

Outra lição foi na Economia: é equivocado e inoportuno *estigmatizar instrumentos de política econômica*. Seus usos não são ideológicos, tipo “política fiscal é keynesiana; política monetária é monetarista”. Sempre elevar gastos públicos ou taxa de câmbio não é ser *desenvolvimentista*, mas sim ser obtuso, assim como a receita única de cortar gastos públicos e elevar taxa de juros não é *neoliberal*, mas simplesmente autista.

Não se pode analisar a política econômica de curto prazo com maniqueísmo ideológico. Por definição, se a conjuntura se altera, o uso desses instrumentos tem de se alterar. A arte da economia é discricionária e não baseada em regras únicas universais.

Não haveria mudança na estratégia de longo prazo no segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Permaneceria social-desenvolvimentista. Porém, os números das contas públicas mostravam não haver espaço fiscal para a nova equipe econômica continuar a promover novas desonerações tributárias.

Aliás, após a campanha eleitoral, houve consenso de nem politicamente ter sido bom o resultado dessa política fiscal realizada no primeiro mandato. Um quarto dos empresários beneficiados acabou desempregando trabalhadores. O empresariado, em geral, apoiou à oposição. A política fiscal do segundo mandato teria de reduzir os subsídios concedidos ao setor privado também através do crédito do BNDES no PSI. Teria de diminuir até o ritmo de transferência de renda, via certos benefícios sociais, às famílias.

O subsídio implícito concedido pelo Tesouro nos empréstimos ao BNDES era dado pela diferença entre os juros médios pagos pelo Tesouro nos títulos colocados no mercado e a remuneração recebida do banco estatal pelo empréstimo. Os “contadores”, com olhar estático e míope, observavam só a diferença entre TJLP e a SELIC. No entanto, o retorno ao Tesouro ao longo do tempo futuro seria muito maior, via recebimento de dividendos, arrecadação de impostos com a elevação do PIB, isso sem falar na expansão da capacidade produtiva. Esta impediria futuras pressões inflacionárias.

Como esses repasses impactavam de forma direta a *dívida bruta* do setor público, quanto maiores fossem, maior teria de ser o superávit primário a ser feito pelo governo federal para manter a estabilidade dessa dívida em relação ao PIB. Mas, desde 2014, passou a haver déficit primário.

Quanto ao Programa de Sustentação do Investimento (PSI), o Tesouro cobria a diferença entre o custo financeiro subsidiado, pago pelos empresários nos seus

empréstimos, e a remuneração devida ao BNDES, administrador do programa, dada pelo custo de seu *funding*. Isso se chama “equalização dos juros”. O PSI só foi encerrado no último dia de 2015.

A programação orçamentária de 2015 estimava a despesa do Tesouro com a equalização das taxas de juros do PSI em R\$ 6,2 bilhões. Entretanto, de janeiro a setembro de 2014, somente tinham sido pagos R\$ 111 milhões, de acordo com dados do Tesouro. Nos cinco anos de existência do programa, só foi pago R\$ 1,4 bilhão. Por esse atraso no pagamento ao BNDES da equalização do PSI, o banco acumulava créditos contra o Tesouro. Em junho de 2014, esses créditos, referentes tanto ao PSI quanto a outros programas de equalização de taxas de juros, atingiram R\$ 21,6 bilhões.

Uma alternativa para reduzir esses subsídios seria a elevação da TJLP, outra seria a queda da SELIC. Uma terceira seria reduzir, substancialmente, os empréstimos do Tesouro ao BNDES. No entanto, inicialmente, se fez o contrário com a elevação da taxa de juro básica para 14,25% no fim de julho de 2015.

Se apenas a TJLP fosse elevada, diminuiria o subsídio implícito do Tesouro ao BNDES, mas aumentaria o custo de equalização das taxas do PSI, caso não houvesse um aumento do custo financeiro nos seus empréstimos. Esse era uma despesa primária, incluída no Orçamento.

O governo Dilma também teria de reduzir os subsídios concedidos aos consumidores de energia elétrica. Isto implicaria reajustes mais elevados das tarifas. A redução do ritmo de transferências de renda às famílias poderia ser feita por mudanças no seguro-desemprego e no abono salarial, além das alterações nas regras das pensões por morte. Só nessa conta seria possível economizar 0,7% do PIB nos quatro anos seguintes. Os investimentos para 2015 também deveriam ter redução, até porque em todo o começo de governo há “freada para arrumação”.

O ajuste fiscal deveria ter uma formulação plurianual gradualista – e não um tratamento de choque fiscal-tarifário como foi realizado, liberando geral os preços administrados e cortando gastos públicos. Não seria possível obter um superávit primário no curto prazo na dimensão necessária para declinar logo a dívida bruta em proporção ao PIB. Continuaria a trajetória de queda da dívida líquida em proporção do PIB em função da depreciação da moeda nacional. O País se tornou, em termos líquidos, credor externo.

Porém, o dólar iniciou 2015 cotado a R\$ 2,70 e terminou em R\$ 3,95. Foi um grande choque cambial. Combinado com inflação de alimentos, serviços e preços administrados, elevou a taxa de inflação anual de 6,4% em 2014 para 10,7% em 2015. Logo depois do golpe, a cotação do dólar baixou para uma flutuação em torno de R\$

3,20 e a taxa de inflação terminou o ano de 2016 em 6,3%. E os golpistas não dizem ter havido um locaute de O Mercado contra o governo reeleito.

Ajuste Fiscal sem Legitimidade Democrática

Os neoliberais ironizam os economistas críticos à geração de superávits primários como “um expediente para enriquecer rentistas e não para impedir a escalada da dívida pública”. Ora, isso é um sofisma, pois, por definição, a geração do superávit primário visa, essencialmente, pagar a elevação dos encargos financeiros da dívida pública, provocada pela alta desenfreada do juro básico.

Essa política é pautada às vésperas de reuniões do COPOM-BCB por gente de O Mercado através de púlpitos oferecidos pela “grande” imprensa econômica brasileira. E os neoliberais ainda condenam “a ameaça à suposta independência do Banco Central”. Eles têm sim consciência dessa instituição beneficiar, sistematicamente, a renda do capital financeiro em desfavor da renda do trabalho.

Depois da tentativa de obter a meta de superávit primário para pagar os juros, sobra pouco do OGU para O Governo investir — e O Mercado não investe por conta própria! Sobra então para as empresas estatais, especialmente a Petrobras, puxar o investimento. Quando elas são paralisadas, como ocorre durante a Operação Lava-Jato, vem a depressão.

Esse diagnóstico sobre o problema-chave da atual Grande Depressão brasileira não isenta de responsabilidade a mudança do regime fiscal após a explosão da bolha de *commodities* em setembro de 2011. Seu maior símbolo foi a generalização da desoneração fiscal de folha de pagamentos sem a contrapartida em investimentos, exigindo apenas a manutenção dos empregos. Isso aumentou o custo unitário do trabalho em relação à produtividade e a relação salário / câmbio.

Os industriais alegam ter havido “esmagamento da margem de lucro operacional” e ainda terem perda de rentabilidade não-operacional e mesmo de capital financeiro, com a marcação-a-mercado após a retomada da alta de juros em abril de 2013. A fácil sabedoria *ex-post* prova ter sido equivocada a avaliação da equipe econômica de Guido Mantega.

O diagnóstico apontou a relação dívida líquida / PIB em patamar muito confortável — abaixo de 35% — e com tendência de queda. Face ao futuro afrouxamento monetário, então, poderia se afrouxar a política fiscal de meta em superávit primário. Na época, não se avaliou, adequadamente, o efeito sobre as expectativas dos especuladores da elevação da relação dívida bruta / PIB, devido à

capitalização dos bancos públicos, para suas atuações anticíclicas. Este era o indicador pelo qual o FMI comparava os estados das economias no mundo.

A elevação do grau de fragilidade financeira, após a retomada do crescimento da taxa de juros básica (Selic), afetou muito as (falsas) expectativas dos investidores internacionais. Eles passaram a especular se o governo brasileiro se manterá, de fato, solvível. Querem duvidar de sua capacidade de pagamento do devido. É falso o pressuposto de ele não ser solvável e solvente ao possuir ativos muito superiores ao passivo, além do poder de ser um emissor monetário em última instância. A dívida pública oferece risco soberano. Porém, quando “o soberano” é um usurpador, cresce a desconfiança.

Desde o século XIX, quando ocorreu o debate entre “papelistas” (defensores da necessidade de liquidez dos produtores de café) e “metalistas” (defensores do poder aquisitivo internacional dos importadores através do padrão-ouro), tem acontecido tentativas de “amarrar cachorro com linguiça” nesta terra de Tropicalização Antropofágica Miscigenada. É espécie de “servidão humana voluntária” os seres humanos criarem uma “amarra constitucional” para sua submissão.

Depois de poucas tentativas-e-erro com o padrão-ouro (1906-1914 e 1926-1929), monetaristas propuseram *n* vezes transformar a programação monetária — oferta de moeda crescer apenas para validar o aumento do produto real, mas não a elevação nominal — em cláusula-pétrea da Constituição brasileira. Surgem também, periodicamente, propostas de dar independência ao Banco Central do Brasil “para evitar o financiamento monetário de O Governo”.

Agora, o estapafúrdio é colocar um teto para manutenção real dos gastos públicos, ignorando o ciclo econômico. Se a taxa de inflação cair, mesmo se a economia estiver em uma grande depressão provocada por “armadilha de liquidez”, quando, devido às expectativas pessimistas, o setor privado não gasta, o gasto público não poderá substituir o gasto privado para a retomada do crescimento. Em outras palavras, a receita do Dr. Keynes ficará proibida. A *Teoria Geral* entrará no *Index Librorum Prohibitorum* de acordo com a Constituição brasileira. Só.

Um estudo da Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP/FGV) refaz a trajetória das despesas da União, caso vigorasse antes a regra da despesa pública não poder crescer acima da inflação do ano anterior, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O estudo tem por objetivo fazer uma simulação do impacto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) a partir de dados já conhecidos, e não em projeções baseadas em meros palpites hipotéticos.

Se estivesse valendo desde 2007, ou seja, há nove anos, mesmo período de vigência previsto na PEC – a proposta aprovada do governo golpista prevê o teto valer por 20 anos, com revisão a partir do nono ano –, teria exigido corte de despesas de R\$ 430,3 bilhões no Orçamento da União do ano de 2015 e de R\$ 1,82 trilhão desde 2007.

Este montante representa 30,8% do PIB do ano de 2016. O corte de R\$ 430,3 bilhões teria representado redução de 31,8% da despesa primária total de 2015 e 19,6% do total do orçamento (inclusive as despesas financeiras), ou 7,3% daquele PIB. Em vez de uma atuação anticíclica face a crise mundial explodida em setembro de 2008, teria ocorrido antes uma Grande Depressão no Brasil.

A implementação do teto não será possível sem, de alguma forma, cortar despesas obrigatórias. A PEC não diz diretamente, na prática, como se pretende lidar com a redução de despesas obrigatórias. Estas não são gastos passíveis de cortes por disposições legais. É o caso de grande parte da despesa com pessoal e aposentadorias.

É tão risível essa proposta... Não dá para levar a sério “o gênio” criativo de quem a formulou. E os carneirinhos submissos responsáveis por sua aprovação. E os colunistas da “grande” imprensa brasileira seus propagandistas. Não falaram sem rodeios sobre a intenção de implementar o programa eleitoral derrotado democraticamente em 2014. Certamente, serão derrotados, novamente, em 2018. Sob essa perspectiva de derrota, o golpe midiático-judicial se estende até a impugnação do candidato com maior chance de derrotá-los.

CAPÍTULO 13 – Debater Inovações Institucionais

Entrevista sobre a Independência do Banco Central

1) O senhor é a favor ou contra a independência do Banco Central? Por quais motivos?

A primeira razão para ser contra a Independência do Banco Central é *histórica*. Ser cidadão brasileiro representou conquistar direitos civis, como ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei, com um século de atraso, apenas com a extinção da escravidão e a proclamação da República, em 1888-89, em relação às conquistas inglesas, norte-americanas e francesas no Século XVII-XVIII. Somente um século depois, com a Constituinte de 1988, após 1/3 do período republicano com ditaduras (1930-1945 e 1964-1984), quando predominou o Poder Tecnocrático, conquistamos plenamente os direitos políticos de eleger a direção da sociedade, votar, ser votado, associar-se em sindicatos e partidos, liberdade de expressão, etc. Na transição do Século XX para o XXI, começamos a conquistar direitos sociais à educação, à saúde, à aposentadoria, à segurança pública. No Século XXI, nosso grande

desafio está sendo conquistar direitos econômicos: ao trabalho, ao salário justo, a uma renda mínima, acesso aos bancos, isto é, a crédito e produtos financeiros. Não podemos permitir o retrocesso à autonomia dos tecnocratas na colocação de obstáculos a essas conquistas.

A segunda razão para ser contra a Independência do Banco Central é *a separação entre os poderes*. É essencial para a manutenção da liberdade política o Estado estar dividido em apenas três poderes: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Em regime democrático, os representantes do povo são eleitos para legislar e fiscalizar, assim como é eleito o(a) presidente(a) da República. Não há como comparar as exigências das carreiras dos magistrados do Poder Judiciário com as das carreiras de economistas membros do COPOM – Comitê de Política Monetária.

A terceira razão para ser contra a Independência do Banco Central é *cívica*, isto é, em defesa dos direitos cívicos do cidadão como elemento integrante do Estado. A civilidade relaciona-se também ao dever de observar as formalidades. Os cidadãos adotam entre si para demonstrar mútuo respeito. Cabe evitar o corporativismo dos funcionários do Banco Central. Eles não podem ser servidores públicos autônomos sem prestar contas e voltados para seus próprios interesses particulares.

2) O que significaria para o País, de fato, essa independência?

Ser contra a Independência do Banco Central significa *a rejeição do poder absoluto da tecnocracia*. Democracia é governo no qual o povo, direta ou indiretamente, toma as decisões importantes a respeito das políticas públicas, não de forma ocasional ou circunstancial, mas segundo princípios permanentes de legalidade. Não se confunde com Tecnocracia, isto é, o sistema de organização política e social fundado na supremacia dos técnicos, e/ou com Meritocracia, quando há predomínio social daqueles supostamente com mais méritos intelectuais segundo o julgamento com o viés de auto validação de seus próprios pares de pensamento similar. No sentido de não limitar o poder da casta dos sábios técnicos ao fixar a taxa de juro sem limitar a consequência do desemprego, isto é, sem “duplo mandato”, a independência do banco central é um golpe tecnocrata.

Outra razão para ser contra a Independência do Banco Central é *o critério de escolha da diretoria*. O verdadeiro objetivo dos defensores do anacronismo dessa independência é escolher colegas de pensamento econômico neoliberal para o dominar esse Quarto Poder. Os ultraliberais da Escola Austríacas seriam mais radicais: exterminariam o Banco Central.

A Independência do Banco Central conduziria, fatalmente, à dependência em relação a o mercado. O risco dessa autonomia absoluta em relação ao governo é seus

diretores tornarem-se dependentes de apoio de O Mercado para a nomeação e, depois, contratação em caso de demissão ou após a aposentadoria.

3) Quais seriam os principais benefícios e malefícios dessa medida?

China, Índia e Brasil enfrentaram, de imediato, com mais êxito a crise econômica internacional porque evitaram conceder autonomia a seus bancos centrais. Eventual correlação entre grau de autonomia do Banco Central e baixa taxa de inflação significa apenas esta ser resultante de outros fatores como abertura comercial, finanças públicas em ordem, taxa de câmbio estável, etc., existentes em países com ou sem Banco Central independente, indicando *espuriidade*.

A Independência do Banco Central é uma *ideia anacrônica*. É uma atitude não de acordo com nossa época de inflação estável. A experiência brasileira de estabilização inflacionária demonstra ter Banco Central independente não ser nem condição necessária nem suficiente, para combater a inflação. Para o sucesso dessa política, há sim necessidade de adotar política macroeconômica abrangente e coordenada, envolvendo política de abertura comercial, política fiscal, política de rendas, política cambial e política de juros, em condições internacionais propícias ao acúmulo de reservas internacionais e à sobrevalorização da taxa de câmbio.

Há o *Paradoxo da Escolha*. Ter muitas opções leva a uma paralisia interior, decisões piores, e insatisfação. Não se pode ter certeza de fazer uma escolha perfeita a partir de múltiplas opções.

A Independência do Banco Central levaria à *descoordenação entre instrumentos de política econômica*. É necessário obter consistência no uso dos dois instrumentos de política de controle da demanda agregada (política fiscal e política monetária), dois regimes de câmbio (estabilizado e flexível) e quatro graus de mobilidade de capital. A Diretoria do Banco Central e a equipe econômica do Ministério da Fazenda não podem atuar de maneira descoordenada, uma tomando decisões prejudiciais à outra.

A Autoridade Monetária independente também não consegue controlar a *oferta de moeda endógena*. Por exemplo, a remonetização determinada pela nova demanda por moeda dos agentes econômicos quando se alcançam as condições de estabilidade inflacionária. Sempre as forças de mercado efetivam qual é a oferta de moeda. É dirigida pela demanda.

A Independência do Banco Central instalaria lá o *viés da validação ilusória*. Os membros de sua Diretoria buscariam só dados confirmadores de suas projeções como fosse um pensamento único coletivo. Sem pluralismo, falariam só com analistas de pensamento similar, selecionariam apenas informações em apoio à sua decisão. O

correto seria ter contatos com pessoas com pensamentos distintos ou fontes para questionar suas hipóteses, fazendo-os refletir, procurar por pontos incapazes deles preverem.

Outro erro de pensamento comum entre eles é *a ilusão do resultado apriorístico*. Confundem o critério da seleção da taxa de juro com o resultado. Têm a ilusão de controle. Acreditam em poder controlar ou influenciar os efeitos do contexto internacional sobre o qual, objetivamente, não tem nenhum poder.

Têm também o *viés de ação*. Tornam-se ativos mesmo quando de nada adianta. Nem sempre a atitude pro atividade compensa mais em relação à pausa para reflexão. A inação de se aguardar não valerá nenhum reconhecimento por parte da opinião midiática de ter havido prudência na espera.

Se é clara a situação de tanto uma omissão quanto uma ação poderem levar a um prejuízo, eles sempre optam pela omissão. Os prejuízos por ela causados parecem subjetivamente mais inofensivos. É o *viés da omissão*.

Pior é *a prova social*. Cada qual acha o comportamento correto quando se comporta como os outros. Assim, quanto mais membros do COPOM acharem uma ideia correta, mais correta essa ideia será — o que, naturalmente, é absurdo. Um grupo de pessoas inteligentes toma decisões absurdas porque cada um ajusta sua própria opinião ao suposto consenso. Trata-se do equívoco do *pensamento de grupo*.

O *viés de autoridade* se agrava no caso de Autoridade Monetária. Em relação às opiniões de especialistas, somos muito menos cautelosos face a outras opiniões, inclusive a nossa. Os jornalistas não são críticos em relação às suas decisões.

Sem críticas, torna-se comum entre os diretores do Banco Central *a falácia do custo irre recuperável*. Para não se interromper algo sabidamente equivocado, no sentido contrário ao esperado, por exemplo, uma taxa de juro muito elevada causando uma Grande Depressão e não abaixando a taxa de inflação, usam costumeiramente o argumento: “se interrompermos agora, terá sido tudo em vão. Credibilidade será perdida”.

4) O Banco Central é vulnerável a pressões políticas? Como isso acontece?

Uma razão fundamental para ser contra a Independência do Banco Central é *política*: a defesa do direito político do cidadão de votar, ser votado, e escolher o programa socioeconômico estratégico para o País de maneira autônoma. O projeto vencedor da eleição não pode ser usurpado por um *Quarto Poder não eleito*, composto arbitrariamente por tecnocratas de uma linha de pensamento econômico oposta.

Bancos Centrais tomam decisões cruciais para todos os aspectos da sociedade, incluindo as taxas de crescimento econômico e do desemprego. Porque existem *trade-offs*, essas decisões só podem ser feitas como parte de um processo político. Os trabalhadores têm muito a perder se o Banco Central perseguir uma política monetária excessivamente rígida. Eles não têm um lugar na mesa de negociação – ou de banquete. Mas os mercados financeiros não têm muito a perder com o desemprego, mas são afetados pela inflação, devido à “eutanásia dos rentistas” aplicadores em títulos de renda fixa. Eles são sempre bem representados.

Ao longo da história econômica brasileira se impuseram duas sabedorias.

Primeira, “independentemente dos homens e de suas intenções, sempre quando o Banco Central se entrega à austeridade financeira, os Bancos Públicos escancaram os cofres, com a inevitabilidade quase de uma lei natural”.

Segunda, “o comportamento dos Bancos Públicos é, por definição, o desejado pelo Governo da Ocasão, seja ele monetarista, seja desenvolvimentista, ou, quase sempre, apenas pragmático”.

A dosagem de suas operações é instrumento básico de política monetária. O direcionamento setorial do crédito dá-lhe flexibilidade. Em outras palavras, cada país tem suas próprias instituições ou costumes. Não são intercambiáveis, pois são construções coletivas de cada povo.

Autonomia Relativa do Banco Central do Brasil

Esclarecimento é a saída do homem de sua *menoridade*, responsabilidade a ser assumida por ele próprio. Essa *menoridade* é definida por Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, como a incapacidade do Homem de fazer uso do seu próprio entendimento. Isso se deve ao fato dele não ousar pensar. A covardia ou a preguiça mental são duas causas para levar os seres humanos a essa recusa.

Um outro motivo é o comodismo parasita: é bastante cômodo permanecer na “área de conforto”. Não é cômodo existir pessoas supostamente “bem preparadas” para pensar e fazer tudo, tomando decisões em nosso lugar?

Os eleitores, enquanto permanecerem nessa *menoridade*, serão incapazes de tomar as próprias decisões. A conquista de direitos civis abriu espaço não só de votar na escolha de representantes políticos e de projetos socioeconômicos para o País. Abriu também o caminho para a autonomia da sociedade.

Autônomo, etimologicamente, refere-se a “quem estabelece suas próprias leis”. Os eleitores têm a capacidade e, principalmente, a vontade de autogovernar? Querem, verdadeiramente, ser senhores de si mesmos?

Um dos problemas do País, acentuado com a campanha contra os políticos (ou a favor da despolitização), é a crescente rejeição de cidadãos a entrar na vida pública ou mesmo a acompanhá-la. Essa alienação se chama de *idiotice* no sentido empregado pelos antigos gregos. Ser *idiota*, em sentido contemporâneo, significa transferir para outras pessoas (“competentes”) um direito, não tendo consciência do mal feito a si próprio ou aos outros cidadãos.

A defesa da independência do Banco Central do Brasil é um oportunismo eleitoral. Aproveita-se da “só negação” da Política. O verdadeiro objetivo dos assessores econômicos para “fazer a cabeça” de candidato(a) em defender o anacronismo dessa independência é criar um Quarto Poder, o Tecocrata, não eleito. Seus colegas de pensamento econômico ultraliberal seriam os agraciados para o dominar.

Tecnocracia é um sistema de organização política e social fundado na supremacia dos técnicos. Significa a transferência de Poder para pessoas de formação especializada sob o pressuposto equivocado de os recursos da Nação serem organizados e manipulados por essas pessoas “tecnicamente competentes” para o bem comum, em vez de serem deixados sob controle de interesses privados para benefício próprio.

Na verdade, a independência do Banco Central visa traçar uma separação institucional entre os tecnocratas. De um lado, o poder de decidir sobre a riqueza financeira quando fixassem juro sem nenhuma prestação de contas. De outro, a aprovação dos gastos públicos (o Poder Legislativo) e a execução do orçamento geral da União (o Poder Executivo). Em última análise, é uma manobra ardilosa – controle das ideias econômicas de uma candidatura com votos por outras razões –, visando a tomada do poder por técnicos ultraliberais. Essa armação política lograria deter o poder supremo de comando das finanças públicas sem o voto consciente do eleitor.

A política monetária não é totalmente divorciada do processo político geral, sendo parcialmente sensível aos desejos da Presidenta da República, Congresso, comunidade financeira e, periodicamente, algumas outras menos visíveis instituições e grupos. Nesta abordagem, o comportamento do Banco Central em termos de objetivos políticos, ou seja, *prevenir a inflação* em relação a *estimular a economia*, depende da influência relativa sobre ele dos defensores do *pró-estímulo* e dos da *anti-inflação*, no governo e no setor privado.

O poder do Banco Central manipular o mercado não pode ser ilimitado. Deve estar circunscrito pelas forças fundamentais, entre outras, do custo do *funding*, do lucro, da produtividade, da arbitragem, dos fluxos de capital e das reservas cambiais. Os *fundamentos*, como a paridade das taxas de juros interna e externa, o ritmo da atividade econômica, a paridade do poder de compra, colocam limites aos movimentos das variáveis controladas pela autoridade monetária.

Entre esses limites, no entanto, permanece certa área de indeterminação, devido à descoordenação das decisões descentralizadas (e desinformadas umas das outras) dos agentes econômicos. Provoca seu estado de incerteza. Os fatores especulativos erráticos, derivados do livre jogo das expectativas em curto prazo, dão margem para o Banco Central influir nas ditas expectativas incertas. A sinalização de preços básicos, para o mercado, permite alguma coordenação quando arrasta consigo a opinião do mercado e acaba influenciando, indiretamente, os preços de mercado dos ativos financeiros.

Qual é a função prioritária do Banco Central? Zelar pela confiança no sistema financeiro, quando atua como prestador em última instância? Ou zelar pela confiança no valor da moeda, buscando ser o controlador da inflação? Nos momentos de crise, predomina aquela função face a essa última. Ele nasceu para dar suporte e estabilidade ao mercado financeiro.

Uma polêmica contemporânea diz respeito à tese de o Banco Central ser independente para cumprir sua meta em relação à inflação. Adversários dessa posição dizem: quem deve definir o objetivo da política econômica não é o Banco Central, mas sim o governo eleito. Os defensores da tese da independência advogam: o Banco Central deve ter autonomia operacional, ou seja, mandatos para seus diretores se livrem de pressão política e conseguirem executar sua tarefa com eficiência.

No caso do Banco Central do Brasil, entre os representantes do povo, no Congresso nacional, provavelmente não se encontrará respaldo à criação de um quarto poder moderador, tecnocrata, não eleito, superposto aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Seria um risco consagrar o corporativismo de seus funcionários e arriscar a descoordenação entre os vários instrumentos de política econômica. Mesmo assim, é comum achar, entre os ortodoxos, a opinião de essa independência ser a garantia de se obter taxa de inflação baixa.

Criou-se, então, dois critérios para se julgar essa independência. O legal é a *dependência orgânica*, referente às relações institucionais entre o Governo Federal e o Banco Central, nas condições tanto de nomeação dos dirigentes quanto de avaliação do exercício de suas funções. O informal é a *independência funcional*, compreendendo a concessão de liberdade de ação ao Banco Central na definição de suas atribuições e

objetivos em matéria de política monetária, subordinada à meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

É necessário adotar certa metodologia, para fazer o balanço dos principais argumentos apresentados no debate. No plano da teoria monetária pura, é comum, entre os ortodoxos, partir-se da abstração do postulado da oferta de moeda exógena para a defesa da necessidade do Banco Central independente. Incorrem, então, no chamado “vício ricardiano”: deduzir, diretamente, da teoria pura uma ação política, sem nenhuma mediação.

No plano da teoria aplicada, a explicação da criação endógena da moeda incorpora as instituições e a experiência histórica ao esclarecimento do fenômeno tratado antes como puramente econômico. Historicamente, nunca perdurou a política de controle monetário quando esta provocou risco sistêmico. Neste caso, a política de apoio a substituiu.

Assim, Banco Central independente também não consegue controlar a quantidade de moeda em circulação efetiva. Esta depende das reações dos agentes econômicos, decidindo ativar a quase-moeda retida ociosamente ou fazer inovações financeiras fora do controle da autoridade monetária. Neste plano menos abstrato, reincorpora-se o conflito de interesses antes abstraído.

Na realidade, a questão da independência do Banco Central se situa no plano da arte da política econômica: a análise das decisões práticas de política monetária tem de ser datada e localizada. Não há “teoria geral da política monetária”.

Não houve limitação física, regulamentar ou institucional qualquer, nas crises inflacionárias graves, colocando obstáculos à ação discricionária da autoridade monetária. Na realidade, o debate regra versus política discricionária é a respeito de quanto de autoridade deve ser delegada ao formulador de política monetária.

Nesse sentido, Friedman afirmava: “a proposta do Banco Central independente não é a proposta monetarista”. Ele era contra o arbítrio colocado à disposição da diretoria de um Banco Central independente. Os monetaristas reconhecem, devido à prática de fixação dos juros, as forças de mercado estabelecerem a oferta de moeda. Sendo assim, o Banco Central pode fixar juro de maneira independente sem, no entanto, atingir a meta monetária.

A experiência brasileira de estabilização inflacionária já demonstrou. Ter Banco Central independente não é nem condição necessária nem suficiente para combater a inflação. Para o sucesso dessa política, houve sim necessidade de adotar política macroeconômica abrangente e coordenada, envolvendo política de abertura comercial, política fiscal, política de rendas, política cambial e política de juros, em

condições internacionais propícias ao acúmulo de reservas internacionais e à sobrevalorização da taxa de câmbio. Não se adotou a independência do Banco Central em relação ao governo porque isso poderia levar à sua “privatização”, ou seja, à total subordinação aos interesses privados do mercado.

A política monetária (de juros), a política fiscal (de administração da dívida pública) e a política de crescimento econômico (do PIB) estão entrelaçadas: o juro derruba o denominador desses indicadores – a relação do serviço da dívida com o PIB mostra *o grau de fragilidade financeira* – e, conjuntamente, a arrecadação fiscal. E eleva os encargos financeiros da dívida, ou seja, dívidas são roladas com mais dívidas — e os (e)leitores são enrolados pela opinião especializada e mídia falaciosas. Elas jogam a culpa pelo déficit nominal do setor público nos gastos com benefícios sociais.

Então, não haverá solução unilateral da área fiscal enquanto o juro for uma variável independente sob o livre arbítrio do COPOM-BCB (Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil). Falta-lhe o mandato dual, ou seja, limitar seu arbítrio entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego. Na prática da Velha Matriz Neoliberal, criou-se esta instituição econômica extrativista para espoliar renda da maioria dos contribuintes em favor do rentismo de uma minoria.

Aceita-se isso como (con)sagrado! No entanto, instituições são construções humanas. Elas são criações culturais, não fenômenos naturais. Instituição é um conjunto de hábitos, costumes e modos de pensar cristalizados em práticas aceitas e incorporadas pela comunidade.

Instituições são as restrições criadas para dar forma às interações humanas das quais emergem um sistema complexo. Restrições são as “regras do jogo”. Restrições *informais* são os códigos, os costumes e as tradições sociais. Restrições *formais* são as regras consolidadas na lei e na política de cada País.

Formalmente, não existe independência do Banco Central no Brasil. Informalmente, os colonizados culturalmente tentam importar essa instituição dos Estados Unidos ou da Europa, porém com o processo de Tropicalização Antropofágica Miscigenada. Em outras palavras, sem a obrigação de moderação nos seus impulsos enriquecedores de uma minoria rentista e extrativista de emprego e renda de uma maioria. Sob o argumento de alcançar o centro da meta de inflação, propicia uma brutal desigualdade na distribuição da renda e na acumulação de riqueza. O custo social do combate à inflação – perder o emprego – é muito superior ao benefício de não perder um pouco do poder aquisitivo.

Em nome de evitar a “eutanásia dos rentistas”, quando a taxa de inflação ultrapassa a taxa de juro prefixada, o juro extraordinário enriquece esses beneficiários ainda mais. Muitas instituições econômicas brasileiras se comportam, nos termos de

Daron Acemoglu e James Robinson, como *extrativistas e exclusivas*, isto é, extraem renda da maioria para deleite de uma minoria. Tem sido esse o efeito da atuação recente do Banco Central do Brasil.

Economês traduzido em Futebolês

Metodologicamente, nunca se deve reduzir um fenômeno macrossocial a um monocausal. Pelo vício da nossa formação doutrinária, alguns economistas se especializam em analisar apenas aspectos microeconômicos, outros, macroeconômicos, assim como focalizar apenas os fatores internos ou só salientar o contexto internacional.

O bom analista econômico deve ponderar todos os fatores. Evidentemente, é necessário dimensionar e analisar cada um deles. Dependendo do setor de atividade, por exemplo, importador ou exportador, um ou outro fator afeta mais.

Um problema é a mídia — pelo espaço reduzido no jornal ou tempo na TV — reduzir todos os problemas complexos, emergentes das interações de múltiplos componentes, a uma simples e curta “declaração de princípios”. O debate público se empobrece.

Em um debate na *Globo News*, tentei explicar para um público maior, provavelmente não acadêmico, qual seria o efeito da adoção de um Banco Central Independente. Usei uma metáfora, pensando no jogo de futebol da véspera. Disse: “seria o equivalente a entregar o apito do jogo entre o Flamengo e o São Paulo ao técnico deste time paulistano. Ninguém duvida de sua competência técnica, mas todos os adversários duvidam de sua neutralidade ou imparcialidade. Técnicos não são neutros!”

Caso isso ocorresse, ele teria marcado dois pênaltis contra o Mengão: um porque o atacante do São Paulo tropeçou nas próprias pernas, outro porque a bola bateu na mão do zagueiro do time carioca, involuntariamente, a dois metros fora da área. Aí o caro leitor/expectador poderia contra argumentar: “isso de fato ocorreu!” Então, eu acentuaria: “o que prova minha tese: nenhum técnico, nem o juiz, é neutro!”

Em outras palavras, o julgamento por parte de técnicos alocados em um Banco Central Independente seguiria só determinada doutrina — no caso, de quem deu-lhes mandatos, por exemplo, de oito anos, indo além do próprio mandato do Presidente da República (re)eleito. Para o programa de um governo eleito democraticamente ser o seguido, ele não pode ser contraditado por uma equipe de técnicos oposicionistas. Senão seria como essa arbitragem (elevação da taxa de juros) só beneficiasse os rentistas (“cozinhas do São Paulo” — desculpem-me a ironia) e prejudicasse os trabalhadores (“toda a torcida brasileira do Flamengo”) com desemprego.

As controvérsias econômicas só se resolvem quando uma tese conquista maior poder de convencimento. Em um texto clássico sobre metodologia econômica, Pérsio Arida escreveu: “Controvérsias se resolvem retoricamente; ganha quem tem maior poder de convencer, quem torna suas ideias mais plausíveis, quem é capaz de formar consenso em torno de si.”

O avanço do debate econômico depende da habilidade no uso das regras da retórica e da persuasão. Economia é a arte da retórica. Nesse sentido, a metáfora atinge seu máximo de eficiência retórica só no início do debate ou na apresentação de certas proposições originais. No decorrer da controvérsia, o argumento apresentado com menos metáforas tem maior plausibilidade. A capacidade de explicar toda a evidência empírica disponível é mais convincente. Respeitada a complexidade do objeto, explicações simples têm sempre maior entendimento comparadas às explicações complicadas.

Nunca se deve menosprezar o argumento do adversário por ele estar motivado em interesses específicos. Esses interesses práticos, justamente, motivam e tornam os indivíduos simpáticos a determinados argumentos. E todas as partes têm seus interesses próprios. Não são neutras.

No caso do debate sobre a concessão de autonomia e superioridade aos executores da política monetária, é válido então conhecer os interesses concretos de defensores e opositores dessa hipótese. Aos *rentistas*, interessa apenas a elevação da taxa de juros acima da taxa de inflação senão ocorreria a calamidade da “eutanásia dos rentistas”, isto é, quando esta última taxa supera o juro prefixado. Apenas indiretamente, no caso de serem acionistas, preocupam-se com o efeito negativo da elevação da taxa de juros sobre o crescimento econômico e o emprego. Já os *trabalhadores* concedem prioridade a esta última questão: manter o emprego para desfrutar da defesa do salário real.

Além do figurativo “dar o apito para o treinador do time adversário”, reunindo metáforas inteligíveis ao leitor leigo em Economia, arrolei as seguintes imagens. Expressam alguma qualidade relacionada com a ideia a ser explicada em uma relação de semelhança. Disse: conceder independência ao Banco Central é “colocar raposa para tomar conta de galinheiro”. Afinal, se ele é o responsável pela supervisão bancária, não é conveniente designar em sua diretoria representantes dos bancos a serem fiscalizados e salvos no caso de se constatar, em situação de crise sistêmica, “bancos grandes demais para quebrar”. Já “querer achar chifre na cabeça de cavalo” se refere a, na atual conjuntura, ser desnecessária a elevação da taxa de juros para se combater a inflação sob controle. “Buscar pelo na casca de ovo” é achar ser possível controlar a oferta de moeda de maneira exógena às forças de mercado, evitando inovações financeiras.

Outras metáforas com política monetária – “é como mola, serve para puxar, mas para impulsionar não é de grande valia”; “é como corda: você laça o touro, mas se ele se volta contra você, ela não serve para retrocedê-lo”; “controlar a economia com a política monetária é como segurar um tigre por seu rabo”; “enxugar a liquidez da economia é igual a enxugar gelo”; “você pode levar o cavalo à fonte, mas não pode obrigá-lo a beber, assim como pode dar liquidez à economia, mas não consegue expandi-la” – referem-se à *assimetria de seus efeitos contração/expansão*. Ela provoca recessão, porém, por si só, não tem a capacidade de provocar expansão da renda e do emprego.

Economistas novoclássicos e/ou neoliberais sustentam toda sua argumentação em cima da palavrinha-mágica “*credibilidade*”. Supostamente, os agentes econômicos têm expectativas racionais, logo, não cometem erros sistemáticos de previsão, e antecipam-se às decisões de política de curto prazo do governo. Se este resolve estimular a demanda via política monetária expansionista, o resultado será apenas mais inflação, pois os agentes conhecem as decisões “inflacionistas” do governo, razão pela qual Banco Central deve buscar, exclusivamente, a estabilidade de preços. Racionalmente, keynesianos-desenvolvimentistas opõem-se a essa platitude alertando para o risco de descoordenação das equipes e dos instrumentos de política econômica.

Assim como existem o “juridiquês”, o “economês”, o “politiquês”, o “internetês”, também temos o “futebolês”. Por exemplo, nessa última língua se diz “preferiu dar o passe ‘ao invés de’ chutar a gol”, mas “ao invés de” significa “ao contrário de”. Passar a bola e chutar a gol não são movimentos opostos. Deveríamos dizer “Preferiu dar o passe ‘em vez de’ chutar a gol”. “Em vez de” significa “em lugar de”. Então, defenda autonomia relativa *ao invés de* independência do Banco Central.

“Eventual campeão” é expressão do futebolês. Mas eventual é “ocasional, ocorre de vez em quando”. Quando se diz, em economês, “a Autoridade Monetária é a eventual fixadora de juros”, a intenção é dizer: ela é a provável arbitradora do juro básico a partir do qual bancos colocam um *mark-down* para a taxa de captação e *mark-up* para a taxa de empréstimo. Para o investidor conta a primeira taxa, para o tomador de empréstimo conta esta última. A Autoridade Monetária não conta tanto em última instância, para PF/PJ, embora seja a emprestadora em última instância – para os bancos.

Outro exemplo de futebolês é dizer “um atacante marcou inúmeros gols”. No caso do economês não se pode dizer “o Banco Central provocou inúmeros desempregos”. Por exemplo, sua ação elevou o número de desocupados precisamente para 12,3 milhões. “Inúmeros” são incontáveis. Desocupações são contadas uma a uma por causa do sofrimento provocado por cada qual.

Influência Política dos Banqueiros

No Congresso há projeto de lei transformando o Banco Central do Brasil em independente do governo através de mandatos desencontrados de seus diretores e da Presidência da República. A esquerda sempre adotou a hipótese da independência em relação ao governo significar, na prática, a “privatização da gestão do Banco Central”, isto é, ele se tornar dependente de O Mercado e um Quarto Poder Tecnocrata não eleito.

Dado esse debate, foi muito instrutiva a participação em uma banca julgadora da Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp. Desde logo, a banca teve um consenso: o título da tese era enganoso para os leitores – “A Administração da Crise: O Caso do CMN (1975-1994)”. Fiz a seguinte sugestão de título: “Influência Política dos Banqueiros na Condução da Política Monetária Brasileira Durante o Regime de Alta Inflação (1975-1994)”.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional. Atualmente, é constituído pelo Ministro de Estado da Fazenda (Presidente), pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil (Bacen). Os serviços de secretaria do CMN são exercidos pelo Bacen.

Entre 31/12/1964 (Lei 4595) a 15/5/1974 (Lei 6045), o presidente e os diretores do Banco Central eram escolhidos entre os membros nomeados do CMN. Com Geisel, os diretores do Banco Central deixaram de fazer parte do Conselho Monetário Nacional.

No Histórico da Composição do CMN, até a MP 542/1994, também estiveram representados os seguintes ministérios: MF (Fazenda), antiga SEPLAN (Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), MAPA (Agricultura, Pecuária e Abastecimento), MICES (Indústria, Comércio Exterior e Serviços), MI (Integração Nacional), MCidades (Desenvolvimento Urbano), MT (Transportes, Portos e Aviação Civil), MME (Minas e Energia), MINTRA (Trabalho). Além deles, havia representantes das classes trabalhadoras, BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNH, BASA, BNB, CVM, IRB, CACEX, e membros nomeados, entre os quais vários banqueiros, donos de supermercados e produtores agrícolas.

Outra mudança aconteceu com Collor, em consequência de extinção de alguns dos ministérios representados. Finalmente, o Conselho Monetário Nacional adquiriu a feição mantida até hoje em 30/6/1994 (véspera da Reforma Monetária do Plano Real) com a MP 542, posteriormente convertida na Lei 9.069, de 30/6/1995. Extinguiu a representação das corporações.

Lancei a seguinte pergunta ao candidato: a primeira Era Neoliberal (1988-2002) rompeu com o *neocorporativismo*? Ele foi retomado na Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014) através do CDES – Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social, o “conselhão”, onde são nomeados líderes representantes da sociedade brasileira? O *neocorporativismo* não é a consequência política de governo presidencialista de coalizão partidária para tomar decisões estratégicas ao largo dos interesses paroquiais dos deputados e senadores brasileiros?

O autor da tese concluiu: “não há influência política dos banqueiros nas decisões de política monetária, creditícia e cambial, ou seja, na política macroeconômica da autoridade monetária brasileira”. Há influência política sim nas decisões de supervisão bancária, ou seja, quando o Banco Central do Brasil atua como banco fiscalizador, isto é, supervisor do cumprimento da regulamentação do sistema financeiro nacional, visando a estabilidade sistêmica. A influência política dos banqueiros atua como mecanismo defensivo microeconômico.

Na verdade, o interesse maior da FEBRABAN junto ao Banco Central do Brasil é sim na Diretoria da Organização do Sistema Financeiro e não na Diretoria da Política Econômica ou na Diretoria da Política Monetária. Em outras palavras, essa associação patronal defende interesses microeconômicos ou sistêmicos, mas não macroeconômicos.

Observei: o pragmatismo é adotado em geral por ex-ideólogo, enquanto era economista-chefe de banco, quando ele assume cargo no governo. Essa mudança é devido a ele ter de “entregar resultado”, inclusive porque tem de manter sua *reputação profissional* para voltar ao mercado de trabalho.

Durante o primeiro Governo Dilma, o COPOM possuía apenas servidores públicos. Ficaram subordinados, indiretamente, à Presidenta. Suas decisões passaram a ser coordenadas com os outros instrumentos de política econômica, como a boa prática indica. E a taxa de juros básica caiu.

É possível provar com números a “Hipótese do Vício”, uma explicação para a overdose de taxa de juros, na economia brasileira. Ela seria inalada devido à “crise de abstinência”, provocada por uma baixa taxa de juros. Baixaria a rentabilidade não operacional das empresas não-financeiras e os rendimentos das carteiras de ativos financeiros dos investidores Pessoas Físicas.

Outro erro de análise cometido, comumente, por economistas ou politicólogos é achar: “a taxa de juros elevada beneficia bancos”. Na verdade, eleva a receita com operações de crédito e com títulos financeiros. Para o lucro líquido, além das receitas com prestação de serviços, importa o *spread*, isto é, o diferencial entre taxa de juros

recebida e taxa de juros paga, e a economia de escala. Quanto maior o número de tomadores e o volume de títulos financeiros, menor será o risco do esmagamento do *spread* com variações da taxa de juros face ao descasamento de *durations*. Isto é devido à adoção de indexadores pós no passivo e pré nos ativos, quando a tendência é de queda da taxa de juros básica. A alavancagem financeira é a explicação-síntese para a rentabilidade bancária.

O candidato poderia também ter verificado se há correlação com certa antecedência entre a expectativa de O Mercado (economistas-chefe), expressa na *Pesquisa de Opinião Focus*, e as decisões do COPOM. Em outras palavras, se os membros da Diretoria do Banco Central do Brasil são “pautados” pelos bancos.

Uma hipótese de pesquisa interessante seria investigar a existência (ou não) de pluralismo teórico entre os membros do COPOM. Todos eles se caracterizam pela ortodoxia, ou seja, por seguir o *mainstream* econômico? Algum economista desenvolvimentista já foi nomeado como diretor do Banco Central do Brasil? Por que não?

Eventual promiscuidade – *relacionamento não monogâmico*, com muitos parceiros diferentes – dos diretores do Banco Central do Brasil ocorre quando eles desconhecem o limite entre o relacionamento público com Tesoureiros ou Economistas-Chefes de bancos, linha-direta necessária para verificar as expectativas ou o ambiente macroeconômico na tomada de decisões de política monetária, e o relacionamento privado com banqueiros em busca de colocação profissional após a saída do governo, seja por demissão, seja por aposentadoria.

Caberia investigar as atividades profissionais dos ex-servidores públicos do Banco Central do Brasil em Conselhos de Administração, Conselhos Diretores, e Consultorias dos bancos. Aumentar o período de quarentena para um ano ou mais preveniria o tráfego de influências ou um eventual vazamento de informações?

Mas outro alvo de investigação seria ainda mais importante politicamente: o relacionamento promíscuo com pedidos de financiamento por parte da AJUFE para a realização de Encontros Anuais Nacionais de Juízes Federais em Comandatuba – Bahia. As partes interessadas em julgamentos financiam o rega-bofe “para dar esclarecimentos de como funciona o sistema financeiro aos juízes desinformados”... Mas interessados em passar um fim-de-semana em ilha tropical paradisíaca bem acompanhados – e “gratuitamente”, isto é, tudo pago pela FEBRABAN.

Diferenciação entre Preços à Vista e a Prazo

Ao analisar um recurso da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte contra o Procon-MG, o relator da causa entendeu: “o cartão de crédito também é uma modalidade de pagamento à vista, uma vez que a administradora assume inteiramente a responsabilidade pelo pagamento”. Seria descabida qualquer diferenciação entre preços à vista e a prazo. Em outras palavras, “lojista não pode dar desconto para pagamento em dinheiro”.

Esse argumento jurídico configura, em Ciência Econômica, uma contradição em seus próprios termos. Ora, o crédito (pré-compromissado através de cartões) é uma transação onde o comprador, investido de confiabilidade pela loja credora, adquire um bem ou serviço para pagar em mais parcelas, durante tempo determinado por aquela.

Baseado nos princípios das Finanças, aquele argumento é falso. “Tempo é dinheiro”. Isto significa: o mesmo valor nominal pago no fim do “período de graça” – até 40 dias no modelo brasileiro de cartões de crédito – vale menos. Há custo de oportunidade seja pela perda de juro para remunerá-lo durante esse prazo, seja pela corrosão inflacionária de seu poder aquisitivo.

Mas a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) entendeu diferente: “os lojistas não podem conceder desconto para pagamento em dinheiro ou cheque e, assim, restringir o uso de cartão de crédito”. Os ministros consideraram a discriminação de preços ser uma “infração à ordem econômica”, com base na Lei nº 12.529, de 2011. De acordo com o art. 36 da Lei de Defesa da Concorrência, item X, não se pode “discriminar adquirentes ou fornecedores de bens ou serviços por meio da fixação diferenciada de preços”.

Não há irregularidade em conceder descontos para consumidores de diferentes perfis. Por exemplo, são concedidos descontos para professores em cinemas e livrarias quando eles formam clientes para aumentar a escala de vendas. Diferenciar os preços para os perfis dos consumidores “sem cartões” ou “com dinheiro” levaria os lojistas a ampliarem vendas sem incorrerem nos custos de transação com os cartões.

“Preços mais elevados” não é a mesma coisa de “preços em elevação”. O primeiro fenômeno implica em custo de vida mais alto. O último implica em processo contínuo de perda do poder aquisitivo da sociedade. Isto se entende, convencionalmente, por inflação. No Brasil, além de ter inflação, os preços no comércio varejista estão, de maneira geral, *inflados*, porque os custos com os cartões de pagamento são repassados em todos os preços, seja à vista, seja a prazo. Os consumidores mesmo sem se utilizarem de cartão de crédito não conseguem pagar preço menor à vista.

O total de cartões de crédito, débito e lojistas ultrapassa já 900 milhões, dando uma média de seis por cada pessoa da população em idade ativa. É meio de pagamento utilizado para 31% do total de gastos em consumo. O problema é a oferta usual por parte dos vendedores de “preço à vista igual ao preço parcelado sem juros no cartão”. Praticamente, obriga os consumidores a sustentar toda a estrutura de adiantamento de recebíveis e crédito rotativo.

Com muitos cartões e parcelamentos, cerca de 30% perdem o controle das finanças pessoais, não pagando a fatura na “data de aniversário”. Entre estes, 40% ficam inadimplentes no crédito rotativo. Por causa disso, os adimplentes chegaram a pagar juros médios de 458% ao ano. Havia banco cobrando até 797% aa.

No modelo brasileiro de cartões, diferentemente no de outros países, o consumidor é “forçado”, comportando-se racionalmente, a comprar a prazo. Primeiro, porque o preço único é dividido igualmente em várias “prestações sem juros”. Segundo, por causa da oportunidade do “período de graça” – até 40 dias. Seria melhor o fim desse prazo “gratuito” sem pagar juros correspondentes à compra a prazo, se pagasse “juro civilizado” – não extorsivo – a partir do dia seguinte ao da compra. O custo de oportunidade desse “benefício” também é precificado.

Outra inovação institucional necessária para baixar os juros dos cartões de crédito seria revogação da proibição do Código de Defesa do Consumidor de fazer diferenciação de preços em “com cartão” e “sem cartão”, ou seja, a vista e a prazo. Deveria pelo menos autorizar, se não for o caso de obrigar, os comerciantes a cobrarem preços diferenciados para pagamento com ou sem cartão de crédito.

Essa autorização seria positiva por evitar subsídios cruzados entre portadores e não portadores de cartão. Esses subsídios cruzados ocorrem quando é feito o repasse de todos os custos dos estabelecimentos com a venda a prazo (a *taxa de desconto* – uma proporção do valor da venda –, embute também a *tarifa de intercâmbio* dos credenciadores, o *custo de oportunidade* e/ou o *custo com adiantamento de recebíveis*) para os preços finais, inclusive à vista. Estes preços inflados são, então, justos para os portadores de cartão de crédito, mas injustos para os consumidores sem acesso aos cartões.

Em “mercados de dois lados”, como é o dos cartões, além do preço do produto, a demanda depende também de como o custo é repartido entre os consumidores finais. É tal como ocorre em boates. Tem maior clientela qual cobrar menos das mulheres. A loja, cobrando menos dos “sem cartões”, também venderá mais.

Isso é contrário ao argumento da diferenciação de preços tornar o uso de cartão de crédito menos atrativo para os consumidores. Pela *externalidade da rede*, havendo

menos consumidores, menos lojistas se interessariam em se manter no sistema, com encolhimento prejudicial para todos seus participantes. Entretanto, esse argumento é falseado pelas atrações de comprar a prazo, se o consumidor pagar um juro razoável, ganhar prêmio pela fidelização ao seu uso consciente, e obter a segurança dos cartões como meios de pagamento.

Clube de Trocas e Autonomia

Autônomos tem como etimologia *auto-* “*de si mesmo*” + *nomos*, “*lei*”. Quando combinados, *autônomos* são entendidos como “possuidores de autodeterminação para estabelecer suas próprias leis”. Na filosofia ligada à moral e à política, em reflexão desenvolvida por Kant, a *autonomia* é usada como base para determinar a responsabilidade moral da ação de alguém. É a capacidade de um indivíduo racional tomar uma decisão não forçada, baseada nas informações disponíveis.

Filosoficamente, portanto, o conceito de *autonomia* confunde-se com o de *liberdade*, consistindo na qualidade de um indivíduo de tomar suas próprias decisões com base na razão. Este indivíduo deixa de ser condicionado a “agir” de acordo com o padrão hegemônico, passando a ser impulsionado por uma *auto exigência*. A palavra *dever* “ofusca” a noção de liberdade. Basta apenas refletir sobre a quantidade de coisas feitas apenas “por dever”. “Servir-se da sua própria razão é ser autônomo e, portanto, livre”, segundo Immanuel Kant.

Autonomia também designa *lei*, e ao mesmo tempo, *território*. Em Ciência política, é a qualidade de um território ou organização de estabelecer com liberdade suas próprias leis ou normas. *Autonomia local* é o direito e a capacidade efetiva das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade, e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos.

Em educação, o termo *autonomia* está ligado à condição do aprendiz de organizar seus próprios estudos, buscando fontes de informação e conhecimento. Constrói um saber ligado aos seus próprios objetivos.

Os autonomistas buscam soluções para um problema diagnosticado no sistema capitalista de crédito: a cobrança de juros para pagamento de empréstimos bancários. Provocaria a escassez de dinheiro e a disputa por acumular um excedente sob forma de riqueza. De início, esta concorrência seria apenas por razão preventiva. Depois, o instinto de competição acerbado por status e consumismo se torna a motivação essencial da vida cotidiana dos cidadãos.

Uma solução experimentada é a adoção de Moedas Sociais, Complementares ou Locais. Esta moeda surge, na Economia Solidária, como alternativa ao *escambo*, isto é, a troca direta de mercadorias. Ela é considerada um instrumento de desenvolvimento local, destinada a beneficiar o mercado de bens e serviços dos produtores participantes da economia da localidade. Seu uso é restrito, logo, sua circulação beneficia apenas a redistribuição dos recursos na esfera da própria comunidade. É uma espécie de pacto comercial para os associados se comprometerem com a aquisição de bens e serviços onde são produzidos.

Essa experiência de autonomia não visa lucro, mas sim fazer o escambo através de uma moeda cumpridora de apenas duas funções: unidade de conta e meio de pagamento. Logo, não é o dinheiro propriamente dito. Não constitui reserva de valor para ser usado em nível nacional.

Beneficia a comunidade, evitando o vazamento monetário para outras comunidades, atuando exclusivamente em favor do desenvolvimento local. Com esse exclusivismo comercial de compras na vizinhança tenta evitar o vazamento de poder de compra para outros bairros, cidades ou mesmo países. Depende, lógico, do grau de autossuficiência.

Os entusiastas dessa experiência acreditam: “a moeda social, por sua circulação restrita, auxilia a diminuir o poder centralizador da economia capitalista globalizada, e promove a inclusão social”.

A escassez monetária ainda sobrevive nesse Sistema de Moeda Local. O lastro de cada moeda social deve corresponder a uma moeda oficial do mesmo valor para facilitar o apreçamento dos bens e serviços. O aumento da quantidade de moeda social corresponde ao aumento das transações realizadas pelos participantes da economia local.

Para superar essa escassez, há o Sistema de Crédito Mútuo. Parte da mesma suposição de “a confiança mútua ser maior em comunidades menores”. Nelas, estabelece-se maior coesão social e/ou poder de coerção, devido às relações interpessoais de vizinhança e clientela. Troca-se competição antagônica por cooperação mútua, ou seja, concorrência por solidariedade.

O que fazer? É simples organizar um site de acesso exclusivo aos associados de determinada comunidade, onde se registrarão os créditos e os débitos de cada qual em relação às horas de trabalho empregadas, seja na produção de algum bem vendido, seja na prestação de algum serviço.

No nome de quem comprou o bem ou contratou o serviço registra-se um *débito* e no nome de quem ofertou o bem ou o serviço registra-se um *crédito*. Este poderá se

usado, por exemplo, na compra de pães de um padeiro pertencente à rede. O débito poderá ser saldado, por exemplo, na prestação de um serviço, se tem a habilidade, para algum associado. Vai se registrando tudo em planilha eletrônica com cálculo automatizado do “banco de horas-de-trabalho” visível a todos com senha de acesso.

Uma avaliação de risco por trás desse transparente Sistema de Crédito Mútuo é o *oportunista* (ou “caroneiro”). Ele busca apenas acumular débitos. Se não os pagar, perderá a confiança dos outros e, portanto, crédito. A lógica econômica é aumentar a demanda para ocupar a capacidade ociosa de empresa e profissionais daquela comunidade. Com essa economia de escala, eles poderão abaixar seus preços, para tornar seus produtos mais competitivos, incentivando a compra no local e não em outro bairro, cidade ou país.

Tal Sistema de Permuta é possível também em escala metropolitana com certa impessoalidade, pois é análogo aos Clubes de Troca estabelecidos até mesmo entre grandes empresas capitalistas. Há o exemplo de permuta entre o acúmulo de pontos de fidelidade a cartão do crédito e os pontos de fidelidade (“milhas”) com companhias aéreas. Concluo dando a sugestão de se permitir a troca de pontos de fidelidade (“milhas”) por ingressos nos lugares mais caros dos estádios de futebol. Temos os vistos vazios, devido aos preços superiores.

Bitcoin: Nova Forma para Velha Especulação

A visão liberal da história enxerga qualquer moeda apenas como uma mercadoria a mais, escolhida segundo critério de comodidade e/ou segurança por um mercado auto regulável, sem a arbitrária intervenção estatal. Assim, a história monetária se reduziria à pesquisa das distintas características essenciais ou requisitos físicos da moeda-mercadoria.

Nesse sentido, essa visão se confunde com a numismática, isto é, a ciência das moedas. *Numisma* é a moeda cunhada por senhores feudais, daí a etimologia da expressão “senhoriagem”: esse tributo se pagava como reconhecimento de um senhorio. Referia-se ao direito do concessionário da cunhagem da moeda para paga ao soberano. Na época contemporânea, se transformou na diferença entre o valor real – poder aquisitivo de fato – e o valor nominal da moeda: aquele com o qual o Estado emissor paga seus funcionários e fornecedores.

Na verdade, os atributos físicos requisitados para ser uma moeda pouco importam para nos entendermos sua essência. Por exemplo, a pedra-moeda, na Ilha de Yap, na Micronésia, não oferecia muita facilidade de manuseio e transporte como ocorre

quando pequena quantidade corresponde a grande valor. Esculpia-se a pesada moeda e a fincava na terra como símbolo de riqueza atribuída pela comunidade aos detentores.

É mera curiosidade saber *o sal* ter sido escolhido, para evitar falsificações, por sua indestrutibilidade e inalterabilidade – exceto com liquidez, quando vira água salgada do mar. Daí o pagamento de “salário”. *Pecus* (gado) não permite divisibilidade, para dar trocos, e uma boa moeda tem de permitir múltiplos e submúltiplos. Um boi todo “marcado” em seu couro o dificulta ser transferível pelo portador.

Pecus está na etimologia de *pecuniário* – relativo a dinheiro – e *peculato*: crime de desvio de um patrimônio ou valor público por funcionário com acesso a eles em razão da sua função. É crime específico do servidor público (ou equiparado como político profissional em “cargo de confiança”) e trata-se de um abuso de confiança pública.

As formas de moeda foram se transformando em direção à sua “invisibilidade” material: moeda-mercadoria - metal-cunhado - papel-moeda conversível - moeda fiduciária (não-conversível) - moeda bancária (escritural). Houve progressiva desmaterialização.

A moeda-bancária, por exemplo, exigiu a constituição do sistema bancário, o uso generalizado do cheque com câmara de compensação, e a percepção de a reconversão ao lastro monetário, isto é, ao encaixe bancário, não ser solicitada por todos clientes ao mesmo tempo. Toda *fidúcia* está baseada em confiança. Logo, todas as formas de moeda se respaldam em crença: ação de crer na possibilidade de alguma coisa. É espécie de convicção íntima ou opinião adotada com fé quase religiosa. O especulador a respeito do futuro sempre “quer crer”.

Qual é a inovação financeira da moeda eletrônica ou digital? Não ser baseada em fidúcia estatal, ou seja, não ser emitida por um Estado nacional, mas sim estar circulando em escala mundial através de rede de computadores ligada pela internet. Bit é a sigla para *Binary Digit* [dígito binário], constitui a unidade de informação em computador ou cibernética equivalente ao resultado de uma escolha entre duas alternativas.

Os *nerds* em tecnologia, no caso, os *Cyberpunk* ou Ciberanarquistas, se cansaram de reunir “alta tecnologia e baixa qualidade de vida” (*High tech, Low life*). Buscaram elevar a qualidade de sua vida. Para isso, mesclaram ciência avançada, como as tecnologias de informação e a cibernética, com algum grau de mudança radical na ordem social.

Leigos em Economia Monetária, durante a crise mundial de 2008 descobriram o poder do sistema bancário multiplicar moeda como fruto do efeito de rede, no caso,

regulado pela Autoridade Monetária estatal. Não aceitando a submissão da sociedade aos poderes governamentais de “salvar bancos grandes demais para falir”, e adotando uma ação coletiva oposta, radicalmente, à autoridade do Estado, os Ciberanarquistas inovaram ao criar uma moeda digital fora da regulação estatal.

Há conceitos simples por trás dessa inovação monetária. Moeda é um ativo – forma de manutenção de riqueza – comumente oferecido ou recebido pela compra ou venda de bens e serviços. Moeda oficial é o recebido pelo Estado como pagamento de imposto. Já dinheiro é um ativo monetário, criado pelas forças do mercado e/ou pelo poder do Estado, com aceitação geral – legal e social – para desempenhar todas suas funções.

Quais são essas funções? Meio de circulação, medida de valor, reserva de valor, capacidade liberatória de dívida, padrão de pagamento diferido, enfim, instrumento de poder econômico. Para ser dinheiro, uma moeda tem de cumprir as três primeiras funções, ou seja, ser meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor.

O *bitcoin*, por exemplo, é uma moeda internacional aceita por ainda relativamente poucos especuladores só como reserva de valor e unidade de conta. Portanto, é um dinheiro parcial, não pleno, pois seu uso disseminado como meio de pagamento dependeria de mais rapidez no processamento das transações e da redução de custos de transação. A oferta e a demanda determinam sua cotação. No caso de *bitcoin*, a oferta está dada em cerca de 16,5 milhões de unidades em circulação. Em seu caso, a demanda cria a oferta, ao contrário do apregoado pela Lei de Say? Cria no mesmo ritmo de conversão entre moedas oficiais e criptomoeda?

No início, após 2009, o uso de moedas virtuais era mais para o tráfico de drogas. Os usuários entravam em sites na internet (“*deep web*”) e compravam produtos ilícitos pagando com *criptomoedas* e os recebiam via Correios. Hoje, há pelo menos oito tipos de condutas criminosas. Por exemplo, empresa de fachada atuante na venda de mercadorias recebe créditos proveniente de outras empresas especializadas em vendas pela internet para posterior distribuição de dinheiro a pessoas físicas.

Outro esquema usa cartões de crédito e empresas fictícias para movimentação e pagamento de faturas de cartão em valores maiores dos devidos. Assim se constitui um crédito no meio de pagamento, posteriormente, sacado no Brasil ou exterior.

Outro crime citado é o chamado “*ransomware*”: ataques em escala mundial com um vírus sequestra dados de empresas e pessoas e condiciona a liberação ao pagamento de valores em moedas virtuais. Também se compra e vende imóveis por valores abaixo do mercado com posterior pagamento das diferenças via *criptomoedas*.

Há, além disso, a constituição de empresa de fachada com atuação em comércio internacional, para abrir uma conta em corretora de moeda virtual. Ela passa a centralizar a movimentação de moedas digitais de diversas pessoas físicas, como se fossem clientes independentes. Por exemplo, os recursos transferidos para a corretora de moeda virtual são utilizados para compra de *bitcoins* no Brasil e posterior venda em outros países, com objetivo de remeter recursos para o exterior. Assim, operações fictícias de comércio exterior e corretoras de câmbio realizam remessa ilegal de divisas.

Um *efeito de rede*, também designado externalidade de rede ou busca de economias de escala, é o efeito de um adquirente de um ativo sobre seu valor para outros compradores. Quando o efeito de rede estiver presente, o valor dessa forma de riqueza depende do número de aquisições realizado por outras pessoas.

Quanto mais *bitcoins* adquirem os especuladores, mais valioso se torna a moeda digital para cada proprietário. Isso cria uma externalidade positiva mesmo porque um deles pode comprar uma *criptomoeda* sem a intenção de criar valor para os outros utilizadores dela, mas acaba por fazê-lo. As redes sociais *online* funcionam da mesma forma retro alimentadora. As moedas virtuais alcançam maiores cotações quanto mais compradores aderirem.

Depoimentos de “celebridades” ou imaginários sucessos alheios, quando todo o ser humano se imagina superior aos outros, aquecem essa febre especulativa, validando a profecia autorrealizável. Compra-se porque a cotação está subindo e esse valor cresce porque está se comprando. Torna-se o clássico caso de Pirâmide da Felicidade (ou *Esquema Ponzi*) quando as novas entradas determinam os ganhos de quem sai antes da explosão da bolha especulativa. Ela não tem fundamentos em geração de empregos e renda, mas sim está inflada com base em mera troca de propriedades.

Externalidades de rede negativas também poderão ocorrer quando os utilizadores das *criptomoedas* para ganhos fáceis reverterem suas expectativas face aos “mineradores” ou validadores das transações. Usando um computador potente, estes ficam testando uma combinação de letras e números até encontrar a chave correta do próximo bloco da cadeia. O *blockchain* é o protocolo da confiança em registros compartilhados.

No caso do *bitcoin*, um novo bloco é adicionado à cadeia a cada dez minutos. O minerador ou grupo de mineradores, conseguindo descobrir a chave antes dos outros, fica com a recompensa. Hoje é de 12,5 *bitcoins* a cada intervalo. Com o tempo, o prêmio vai diminuir em quantidade. Em congestionamentos de rede, os “mineradores” podem registrar maior quantidade de um ativo com menor valor.

Assim como os efeitos positivos de rede podem criar um ciclo de *feedback* positivo quando a rede se torna mais valiosa e mais pessoas se juntam a ela, o inverso também é verdadeiro. Em todas as bolhas, os espertos *insiders* saíram antes de sua explosão e os idiotas *outsiders* constataram ter entrado para a inflar – e ficar com “o mico-preto”.

CAPÍTULO 14 – Debate entre Economistas

Dependência de Trajetória Caótica

Primeira Lei dos Economistas: “*para cada um, existe outro igual e contrário*”. Segunda Lei dos Economistas: “*ambos estão errados*”. Eles representam subcastas de natureza ocupacional com conflitos de interesses entre si quando interpretam interesses econômicos de outras castas.

Recentemente, o Estado de Bem-Estar Social estava sendo construído no Brasil pela aliança entre a casta dos trabalhadores organizados e/ou sindicalizados e a subcasta dos sábios desenvolvimentistas. Apesar de vitoriosa em quatro eleições presidenciais seguidas, foi golpeada por uma aliança entre as castas dos mercadores-industriais-financeiras, dos aristocratas oligárquicos regionalistas no Poder Legislativo e dos sábios do Poder Judiciário. Estas contaram com o apoio explícito da subcasta dos sábios neoliberais-midiáticos e da subcasta dos guerreiros-policiais federais.

Daí com o viés heurístico de auto atribuição de sucesso (e de fracasso aos outros), em um processo de validação ilusória, onde só participa de debate midiático quem se apresenta como porta-voz da casta dos mercadores, o debate plural no País foi interdito. Na imprensa unilateral, a partir de uma crítica contumaz e recorrente ao apelidado de “Nova Matriz Macroeconômica”, passou-se a discriminar os economistas social-desenvolvimentistas.

Esta “Matriz” foi a adoção pela diretoria do Banco Central do Brasil, no início do Governo Dilma, de uma “fredda para arrumação” da economia brasileira. Estava em pleno ritmo de crescimento no ano anterior. O BIS recomendava a todos os bancos centrais afiliados uma macroeconomia prudencial exigente de maior capitalização dos bancos e menor alavancagem financeira.

Depois, com a queda de preços das *commodities* a partir de setembro de 2011, adotou-se uma depreciação gradual da moeda. Apesar disso, conseguiu manter a taxa de inflação abaixo do teto da meta até 2014. Foi forjada em conjunto com a “cruzada da Dilma” contra juros e *spreads* bancários disparatados. Tentou-se compensar o aumento do custo unitário do trabalho (CUT) e do custo dos insumos importados, para as empresas não-financeiras, com desoneração fiscal e redução do preço da energia elétrica.

A “lua-de-mel” com a Presidenta, quando a *função popularidade* das medidas econômicas atingiu a política, levou sua aprovação a cerca de 2/3 do eleitorado. Porém, a “revolta dos vinte centavos” lhe custou muito caro. As jornadas de junho de 2013

foram detonadas um mês e meio após o Banco Central voltar a elevar a taxa de juro. Em nome de que?!

A quebra de oferta condições climáticas atípicas, observadas em janeiro e fevereiro de 2013 – estiagem ocorrida, em todos os verões, até o ano de 2016 –, impactaram negativamente a produção de grãos e de produtos pecuários. Além disso, a escassez de chuvas contribuiu para o ONS determinar o acionamento de grande parte do parque termoelétrico. Tudo isso se refletiu no IPCA e motivou um falso alarmismo econômico pré-eleitoral de modo a impulsionar a sanha da elevação da taxa de juro. Os investidores desprevenidos foram pegos com títulos de dívida pública prefixados e sofreram perda pelo efeito riqueza, isto é, marcação-a-mercado. O ódio político foi reflexo no coração da dor no bolso...

Oportunisticamente, nas “jornadas de junho”, a direita perdeu a vergonha e saiu do armário”, onde se tinha metido desde o estertor da ditadura militar. A campanha eleitoral de 2014 começou um ano antes. Apesar disso, Dilma foi reeleita, pois a recuperação da economia pelo crédito anticíclico direcionado pelos bancos públicos levou à queda do desemprego tanto em 2013 quanto em 2014 para cerca de 6,5% da PEA, os níveis mais baixos de toda série temporal. Quanto a este objetivo principal da casta dos trabalhadores, a “Nova Matriz Macroeconômica” obteve sucesso.

Porém, o novo mandato começou com o discurso de ajuste fiscal e a quebra das promessas do programa social-desenvolvimentista vitorioso na campanha eleitoral. Sob pressão da casta dos mercadores-financeiros e aplausos da subcasta dos sábios-midiáticos neoliberais, Joaquim Levy representou a volta da “Velha Matriz Neoliberal” derrotada em quatro eleições (2002, 2006, 2010 e 2014): *liberou geral*.

O choque nos preços administrados (alta de 18%) foi responsável por 38,4% da taxa de inflação de 10,87% em 2015. O repasse cambial representou mais 14,7% dessa taxa. O corte da capitalização dos bancos públicos pelo Tesouro Nacional e de incentivos creditícios e fiscais para investimentos levou à Grande Depressão. A taxa de desemprego saiu de 6,5% no fim de 2014 e foi a 13,5% da PEA. O PIB per capita caiu em termos reais de R\$ 30.300 a preços de 2014 para R\$ 25.700 em 2016. Caiu -4,3% em 2015 e -4,2% em 2016.

Com este “estelionato eleitoral” a *função política atingiu a economia*. O locaute empresarial nos investimentos preparou o ambiente político propício ao golpe na democracia eleitoral. O vice-presidente golpista nomeou uma equipe econômica liderada pelo ex-presidente do *Bank of Boston* e pelo ex-economista-chefe do Itaú-Unibanco. Eles implementam o programa governamental dos derrotados em 2014.

A Segunda Lei dos Economistas estabelece ambos os lados – “iguais e contrários” – estarem errados. Então, temos de considerar a economia como um Sistema Complexo. Sendo assim, o estado inicial da trajetória caótica responsável pela atual conjuntura econômica não tem a possibilidade de ser completamente definido. Isto porque decisões *ex-ante* são registradas *ex-post*, isto é, a partir do “ponto de chegada” presente. A conjuntura econômica é composta de fatos transcorridos em um processo socioeconômico e político ainda em andamento – sem início preciso!

Há dependência de trajetória caótica quando se afasta progressivamente das condições iniciais. Esta imprecisão dos dados iniciais e os eventos políticos e econômicos interdependentes se refletem na qualidade da previsão capaz de ser feita sobre o estado futuro desse Sistema Complexo. Fora os aleatórios “cisnes negros”, na história não há eventos independentes. Por isso, não há condições de cálculo de probabilidades a respeito do futuro incerto. Os cenários são diversos e imprecisos.

A Grande Depressão não tem o ônus social repartido igualmente. Nela, se intensifica o conflito distributivo com a queda das participações na renda das castas produtoras e o crescimento das participações na renda das castas dos mercadores-financeiros. Como reagirão as castas dos trabalhadores e dos sábios desenvolvimentistas na eleição presidencial? Provavelmente, elas não se aliarão, novamente, à subcasta dos mercadores-industriais apoiadores do golpe de Estado. Terão condições de ganharem a eleição isoladamente? E, no caso de vitória, conseguirão governar com maioria no Congresso?

Velha Matriz Neoliberal versus Nova Matriz Macroeconômica

Não há motivo para se tripudiar, exultando-se por uma suposta vitória com base em um golpe na democracia, humilhando ou zombando do rival ou concorrente. Logo após o golpe semiparlamentarista, um colunista neoliberal escreveu o seguinte (FSP, 05/06/16): “a heterodoxia brasileira argumenta que o ajuste fiscal de 2011 tirou a economia dos eixos e que os estímulos fiscais de 2012-2014 foram ineficazes. Ou seja, colocaram os heterodoxos errados na Fazenda. Teremos de esperar um novo governo de esquerda para tentarmos a heterodoxia correta”. Fora o contumaz reducionismo simplório ao relacionar o complexo contexto macroeconômico às decisões pessoais dos *policy makers*, ele acha graça em não poder tratar “os heterodoxos” em bloco uniforme.

É atribuído a Paul Joseph Goebbels, o ministro da Propaganda de Adolf Hitler na Alemanha Nazista, a orientação utilizada à exaustão no debate sobre política econômica no Brasil: “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”.

Uma mentira contumaz é “de 1994 até 2008, a política econômica seguiu receituário neoliberal”. Evidentemente, é contra factual dizer, nesse período, ter havido sempre o mesmo uso dos instrumentos de política econômica. Não só porque a carga tributária e o gasto social se elevaram, mas também porque houve mudança do regime de banda cambial para câmbio flexível, em 1999, e política de crédito após 2003. Se isso não basta para caracterizar outro regime, lembra-se de um ajuste fiscal mais forte ter sido implementado a partir do primeiro mandato do Governo Lula.

Porém, a inteligência binária, tipo “2 neurônio (sic)”, dos debatedores midiáticos reduz tudo ao maniqueísmo entre “ortodoxia” e “heterodoxia”. Ora, se é para ser maniqueísta, isto é, adotar a visão do mundo dividido em poderes opostos e incompatíveis, o economista deveria esclarecer se o modelo Mundell-Fleming, com o qual quase todos os economistas se orientam, é ortodoxo (“neoclássico”) ou heterodoxo (“keynesiano”)?

De acordo com a síntese desse modelo, via análise combinatória entre quatro instrumentos – política monetária, política fiscal, política cambial e política de controle de capital –, obtém-se dezesseis arranjos possíveis para obter crescimento da renda e do emprego em conjunto com o equilíbrio do balanço de pagamentos. Qualquer economista bem formado sabe: esse modelo combina, racionalmente, pensamento de extração keynesiana com modelo de equilíbrio geral de origem walrasiana. Este exemplo ilustra como é empobrecedor esse debate surdo, onde só se fala e nada se escuta, entre seitas econômicas.

Se é para fazer reducionismo, existe má ou boa política econômica apenas de acordo com a consistência do uso de diversos instrumentos de maneira adequada à determinada conjuntura econômica. Então, é demonstração de pobreza de espírito defender o “tripé macroeconômico” – superávit primário, câmbio flexível e meta inflacionária – como um dogma válido em todos os tempos e lugares.

O partidário apaixonado, extremado de uma doutrina ou posição religiosa, política ou filosófica, em geral é seguidor de um ou outro pensador em seu modo de pensar e de agir. Se ele lhe obedece cegamente, é antes de mais nada um intransigente e intolerante com (boas) ideias alheias. Arrogantemente, imagina-se com o monopólio da inteligência racional.

Economistas bem formados são plurais. Conhecem os raciocínios das diversas correntes de pensamento econômico, superando a dicotomia entre ortodoxia e heterodoxia. E assim sabem escolher os instrumentos certos, ou seja, tomar decisões práticas em determinadas conjunturas. É “vício ricardiano” deduzi-las diretamente da abstração.

Para ter um debate profícuo, é necessário afastar a mentira repetida *a la* Goebbels. O confronto entre as apelidadas, jocosamente, Nova Matriz Macroeconômica e Velha Matriz Neoliberal é válido apenas para a caricatura política. Empobrece as ideias.

Para não ser “engenheiro-de-obra-feita” (com a fácil sabedoria *ex-post*) e se entender a mudança no regime fiscal-monetário, no primeiro mandato do Governo Dilma, é necessário se recolocar no contexto de 2011. A estimativa oficial era a de a relação entre dívida líquida e PIB, então em 36,4%, tenderia para 31,3% em 2014. A equipe econômica concluiu poder mudar o regime fiscal-monetário, fazendo inclusive desonerações fiscais. Somando a diminuição das tarifas de energia elétrica, abriria espaço relativo nos custos das empresas industriais para uma progressiva depreciação da moeda nacional. As empresas estavam sem competitividade internacional, devido à moeda nacional apreciada – em 31/07/2011, a cotação era de apenas R\$ 1,55/US\$.

A equipe observou o fluxo comercial e de capital com o resto do mundo e a dedução foi a situação brasileira estar bem adequada para alterar a relação câmbio/juros. Só não observou a tendência de queda da relação lucro / salário pelo contínuo aumento do custo unitário do trabalho, dado o maior poder de barganha sindical com baixa taxa de desemprego. Pior, depois do primeiro semestre com o “regime macroprudencial”, surpreendeu-se com a explosão da bolha de *commodities* em setembro de 2011. Finalmente, a crise mundial tinha chegado plenamente ao País exportador dependente de boa relação de trocas.

Deu-se início à denominada “Cruzada da Dilma” contra os maiores juros reais do mundo. Isso era correto. O incorreto foi quando se impôs uma perda de capital aos investidores, inclusive empresas não-financeiras, ao forçar a troca de títulos pós-fixados por prefixados, e depois, em abril de 2013, voltando a elevar os juros. Eles reagiram à perda de riqueza financeira cortando gastos, seja de consumo, seja de investimentos, para sua recomposição patrimonial. Com a consequente desaceleração econômica, mas ainda se mantendo baixa a taxa de desemprego até o final de 2014, naturalmente, caiu a produtividade.

Os neoliberais ainda não provaram a diferença da defasagem da NMM (Nova Matriz Macroeconômica) com seus efeitos imediatos positivos e da VMN (Velha Matriz Neoliberal) com seus resultados imediatamente negativos. Afinal, houve dez anos (2005-2014) com taxa de inflação abaixo do teto da meta inflacionária (6,5%) contra 10,7% de inflação em 2015 (VMN), devido ao choque liberalizante de tarifas públicas e elevação dos preços de combustíveis quando a cotação do petróleo estava em queda. Houve também queda contínua do desemprego de 12,3% da PEA em 2003 para 4,8% da PEA em 2014 contra taxa de desemprego de 10,2% em 2015 (VMN).

Registrou-se a criação líquida de 14.453.000 vagas formais no mercado de trabalho entre 2003 e 2014 (1.204.416 vagas em média anual) contra perda de 1.625.000 vagas em 2015 (VMN). Finalmente, face à queda da taxa de juros real de 12,8% aa em 2003 para 2,2% aa em 2013 (NMM) contrapõe-se a elevação do juro real até 6,3% aa em 2016 (VMN). Pior, a VMN continua com o austericídio (austeridade + suicídio) após o golpe.

Carta-Aberta a Porta-Voz da Direita

Caro Colega,

aqui eu lhe respondo por não ter o palanque pré-eleitoral de quem se arvora em porta-voz da direita brasileira na “grande imprensa burguesa”. Imagino você ter dado um sorrisinho esnobe com tal expressão *old-fashioned*, típica de “jovens dos anos 1960”. Estes, em sua desqualificação de toda minha geração, “são os idosos da segunda década do século 21 sequestrados por um patético complexo de Peter Pan”.

Com seu prestígio junto à casta dos mercadores-financistas, poderia se esforçar para atuar como um membro digno da casta dos sábios-intelectuais públicos ou midiáticos. Verdadeiros sábios conseguiriam “fazer uma ponte” para a troca de ideias entre a direita e a esquerda brasileiras. Isso é imprescindível na construção de um ambiente civilizado de tolerância e não de ódio mútuo como o atual.

Qual não foi minha decepção ao me deparar com o título de artigo assinado por ti: “Esquerda precisa desapegar de crenças e fazer avaliação honesta de anos FHC”. Lembrei-me, de imediato, da velha piada corporativa: “1ª. Lei dos Economistas: para cada um, existe outro igual e contrário; 2ª. Lei dos Economistas: ambos estão errados”. E refleti: “direita não se desapega de crenças e faz avaliação desonesta de anos Lula/Dilma”.

Como os economistas buscaram o status científico da Física, adotando a ideia newtoniana de equilíbrio, você deve se lembrar da Primeira Lei de Newton: “um objeto em repouso ficará em repouso a não ser caso uma força resultante não nula aja sobre ele”. Dado o início de sua campanha de difamação, saio do meu repouso para reagir às suas provocações. Elas visam, antes de tudo, “desprestigiar a candidatura Lula”. Valem-se de inverdades ou, no popular não-tucanês, mentiras.

Lógico, não repetirei o surrado clichê nazista a respeito de repetição de “pós-verdades”, para dar um “ar moderninho”. Na verdade [repetição proposital], a direita brasileira repete, insistentemente, desde quando se deparou, para sua surpresa, com o

sucesso popular do governo Lula, dois chavões típicos de cérebros de “2 neurônio” (sem S):

1. tudo de bom ocorrido no governo Lula foi repetição do já acontecido no governo FHC;
2. tudo de diferente, ocorrido no governo Lula, foi mera sorte de obter um contexto mundial favorável a seu governo.

Há década venho explicando a incoerência lógica dessa argumentação. Como sou professor brasileiro, tenho o ofício de nunca desistir de ensinar. Desta vez, tentarei desenhar para você.

Como você não demonstrou nenhuma evidência empírica para sua comparação. Com sua sofisticada formação você não “brigará contra os números”. Sugiro a leitura das 170 séries temporais e gráficos publicados pelo Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, em sua reedição atualizada com dados de 1995 a 2016: “*Vinte Anos de Economia Brasileira*”. Um desenho resume quase todos os gráficos com taxas de crescimento de variáveis. Fica fácil de você entender: um **U** com a reversão em 2003, quando se observa em conjunto a Era Neoliberal (1995-2002) e a Era Social-Desenvolvimentista, e um **U invertido** a partir de 2015, quando voltou a Velha Matriz Neoliberal e a economia brasileira entrou em Grande Depressão.

Em 2015, Joaquim Levy, ministro da Fazenda imposto pela casta de mercadores-financeiros, adotou as pregações de sábios economistas-chefes de bancos em favor de ações discricionárias favoráveis a acionistas de empresas e concessões paraestatais: “liberou geral”. Resultado: choque tarifário - choque cambial - choque inflacionário - choque de juros - queda de -7% no PIB - quase 14 milhões de desempregados. Portanto, atribuir a “duas patologias do petismo” (intervencionismo e Orçamento como fonte ilimitada de recursos) como responsáveis pelo quadro atual é falso, em termos científicos. A hipótese não se confirma pelas estatísticas.

Além disso, você não se apercebeu da incoerência lógica de seu discurso. Só a direita o respeita e repete sem pensar. Veja bem, em um momento, você afirma: “Lula pôde colher os frutos de anos de arrumação de casa, inclusive da política econômica estritamente ortodoxa que praticou no primeiro mandato, e teve a fortuna do *boom de commodities*”. Verifique a inconsistência política do argumento: a partir de 2003 se colhe os benefícios de um governo tão impopular sem sucesso em fazer seu sucessor; a partir de 2015 se colhe os malefícios de um governo tão popular capaz de fazer seu sucessor e o reeleger.

Qual é dedução entrelinhas de sua pregação? O povo não sabe votar e reconhecer quem lhe faz bem! Esta típica atitude conservadora e esnobe da elite

socioeconômica brasileira discrimina “os de fora de seu mundinho”, menosprezando a democracia. Esta “elite” demonstra não ser uma elite intelectual e democrata.

O argumento conservador é ilógico assim: uma malfadada política econômica foi condenada nas urnas em 2002, mas o Partido dos Trabalhadores, depois de lhe fazer total oposição, “dá um tiro-no-pé”, mirando sua base eleitoral, comete um estelionato eleitoral e a mantém! Por que?! Evidentemente, tal argumento ilógico só é incorporado por quem, como os esnobes tucanos paulistanos, se acha portador do monopólio da inteligência e da virtude de fazer o que é necessário e correto – para si e não para todos.

Mas não é só a arrogância do autoelogio (e menosprezo pela inteligência alheia) é demonstrada por essa argumentação canhestra. Soma o tradicionalíssimo menosprezo uspiano pelo populismo classificado como “clara herança varguista”. Você afirma: “Fernando Henrique não era populista e compartilhava com a população as limitações e as possibilidades do Estado”. Nas entrelinhas, reconhece também o fracasso neoliberal em seu propósito de “enterrar o entulho varguista”. O PSDB juntou-se aos golpistas de 2016 para enterrar a CLT varguista com a reforma trabalhista. Os tucanos estão tão felizes quanto pintos no lixo!

Volto à sua questão: “por que FHC é visto como um governante de direita, quando de fato foi socialdemocrata?” Evidentemente, seu partido da socialdemocracia brasileira é *fake*. É tão falso quanto sua tese: “o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi socialdemocrata – em qualquer lugar do mundo, quem aumenta a carga tributária e o gasto social será caracterizado dessa forma – e não há, no desenho das políticas públicas, diferença entre FHC e Lula 1 (2003-2006), período que chamei de ‘Malocci’ (combinação de Pedro Malan e Antonio Palocci, ministros da Fazenda dessa fase)”.

Perguntinhas indiscretas: antes de 2003 houve política de crédito? Política de financiamento habitacional popular? Mobilidade social?

Esse seu critério economicista – a economia determina a política – para julgamento de “o que é socialdemocracia” é equivocado em termos econômicos, sociais e políticos. Em outra passagem, você apresenta outra definição de socialdemocracia mais realista: “o PT era (...) o verdadeiro partido socialdemocrata brasileiro. Trata-se de agremiação com sólidas raízes nos movimentos sociais e sindicais. Nada mais normal que seja vista como uma legenda disposta a batalhar por políticas de esquerda”.

Eu classifico as políticas públicas adotadas pelo PT como social-desenvolvimentistas. O social-desenvolvimentismo brasileiro é a socialdemocracia nos trópicos. Adequou a aliança entre a casta dos trabalhadores sindicalizados e a casta dos sábios-intelectuais de esquerda à prática de política econômica keynesiana em conjunto

com políticas sociais ativas. Obteve melhor distribuição de renda sem, no entanto, avançar em distribuição de riqueza a não ser pela política massiva de financiamento da democracia da propriedade. A aquisição da moradia representa a maior riqueza de famílias populares.

Na prática, os europeus usam o termo *socialdemocracia* para designar os movimentos socialistas com pretensões de mover-se, rigorosa e exclusivamente, no âmbito das instituições liberal-democráticas. Aceitam, dentro de certos limites, a função positiva do mercado e mesmo a propriedade privada. A socialdemocracia, com efeito, diversamente do ocorrido com o *reformismo*, aceita as instituições liberal democráticas, mas considera-as insuficientes para garantir uma efetiva participação popular no poder e tolera o capitalismo. Difere nisso do *socialismo revolucionário*. Considera os tempos ainda “não amadurecidos” para transformar as primeiras e abolir radicalmente o segundo.

Finalmente, quanto à política econômica keynesiana, você conhece minha discordância radical de seu neoclassicismo atemporal e mecanicista, inspirado na Física newtoniana. Não é questão de “crença”, mas sim de falseamento científico do modelo de convergência para um pressuposto equilíbrio geral. Este arcabouço mental abstrato adota uma prática totalmente equivocada, típica de discurso demagógico de político profissional. Diz adotar receita de dona-de-casa seguindo seu orçamento doméstico.

Você se assume como pré-keynesiano ao “tratar o Orçamento como fonte limitada de recursos”. Esta atitude retrógrada produziu um desequilíbrio ainda mais profundo nas contas públicas pela queda da arrecadação fiscal com a Grande Depressão. Esta foi provocada pelos ministros da Fazenda Levy e Meirelles, *fiscalistas* (considerando o ajuste fiscal tudo a fazer no Estado) e *neoliberais* (encarregando O Mercado porventura fazer algo mais) como você. Desapegue de suas crenças e faça uma avaliação honesta da responsabilidade de suas ideias pela atual conjuntura.

O *beabá keynesiano*, inspirado no Plano *New Deal* de Franklin Roosevelt para superar a Grande Depressão norte-americana nos anos 30, ensina, face às expectativas pessimistas das iniciativas particulares, cabe ao gasto público substituir o gasto privado. Nestas circunstâncias depressivas, não cabe (e nem se consegue) fazer “ajuste fiscal”. Políticas públicas proativas devem ser realizadas, mesmo sendo à custa de déficit orçamentário e endividamento público. Depois da retomada do crescimento econômico sustentado, as finanças públicas obterão as condições propícias para se recuperarem.

Caro Colega, entenda essa carta-aberta como um sinal de apreço por ti, esforçando-me (e torcendo) para você recuperar a tolerância necessária para um debate intelectual e político profícuo e exemplar entre nossas hostes.

Diálogo entre Economistas

Uma das mais belas ideias da Economia é, a partir da divisão de trabalho e do comércio, a violência da conquista é substituída pela empatia com o parceiro comercial. Quando um indivíduo consegue sentir qual é o interesse do outro, ao se colocar no seu lugar, desperta a vontade de cooperar e propor algo capaz de atender a ambos interesses.

A empatia existente na casta dos mercadores é necessária também na conversação entre dois ou mais membros da casta dos sábios economistas. Estes não devem nunca perder a capacidade de dialogar com seus colegas com pensamento distinto. Inclusive para testar suas ideias e não cometer erros. O diálogo abaixo exemplifica um “diálogo entre surdos”?

Neoliberal (N): – Aproveitamos a atual oportunidade política de acesso ao Poder Executivo para transformar o capitalismo de compadrio em capitalismo de livre-mercado com concorrência perfeita.

Desenvolvimentista (D): – O pior oportunismo acontece quando um político diz não lhe importar a impopularidade. Comete estelionato eleitoral com a implementação de um programa governamental não eleito. Porém, não se esqueça: o político governista irá se submeter a futuro escrutínio.

(N): – A aprovação da reforma cortará os elevados benefícios da Previdência Social no Brasil, frente a padrões internacionais, elevará a poupança doméstica no longo prazo e reduzirá a expansão dos gastos públicos, contribuindo para o declínio definitivo da taxa natural de juros. Mesmo esta taxa sendo hipotética, *a priori*, conseguimos a estimar de modo a estabelecer corretos juros de mercado.

(D): – É uma falsa hipótese. Poupança *ex-post* é um resíduo contábil obtido pela diferença entre fluxos de renda e de consumo em dado ano civil. É registrado apenas para equilibrar as Contas Nacionais estimadas com base em partidas dobradas. Não tem nada a ver com o *funding* total de financiamento, isto é, o M4 mais o déficit do balanço de transações correntes e as emissões no mercado de capitais. Este ultrapassa o valor do PIB brasileiro. O importante, em economia de endividamento bancário, é o financiamento — e não o chamado por você de “poupança” na Contabilidade Social.

(N): – Quanto maior o prazo de uma operação de financiamento, maior é o risco envolvido, portanto, mais elevados devem ser os juros. Não devem ser subsidiados abaixo da taxa de juro de mercado.

(D): – Mas esta lógica de mercado em curto prazo não pode ser a lógica de financiamento em longo prazo de investimento em infraestrutura. Nele, durante o período de maturação, há apenas saídas e não entradas de caixa.

(N): – Se não houvesse a contrapartida do crédito direcionado por bancos públicos, o aperto monetário do Banco Central do Brasil seria muito maior, arrochando mais salários e provocando maior desemprego. Este aumento da potência da política monetária resolveria o problema da inflação mais rapidamente. O mal, feito de uma vez só, seria mais rápido e eficiente...

(D): – Você se esquece da assimetria da política monetária? Ela é eficiente para colocar a economia em uma Grande Depressão, mas ineficiente para a retirar dela. Quanto mais se aprofundar essa depressão, sem crédito direcionado anticíclico, mais difícil será a retomada do crescimento sustentado. Não lhe importa os efeitos colaterais gerados como a perda de renda e ocupações por parte de gente pobre?

(N): – Eu me preocupo com a manutenção real do poder aquisitivo dos salários e evito a eutanásia dos rentistas, caso a taxa de inflação ultrapasse a taxa de juro prefixada. Os juros do crédito com recursos livres estavam no “céu” porque os juros do crédito com recursos direcionados estavam no “inferno”.

(D): – Você trata um preço básico, isto é, os juros Selic, arbitrado pelo COPOM, como fosse um destino ao qual estaríamos irremediavelmente submetidos. Apesar do visível pacto da diretoria do Banco Central com a renda da casta dos rentistas, aliás, à qual pertence, você sempre a defende. Parece a considerar um ser onipotente e onisciente, praticamente sobrenatural. Você não a considera responsável, ou mais adequadamente, culpada por suas decisões.

(N): – Antes, o Banco Central tinha de dar uma overdose na alta da taxa de juros porque os empréstimos do BNDES não eram afetados. A fixação da TJLP era feita de uma forma discricionária e independente do ciclo monetário. A nova TLP será formada pela variação do índice oficial do regime de metas de inflação, o IPCA, e uma taxa de juros mensal prefixada com base no rendimento real do maior instrumento de captação de recursos de longo prazo do governo, as Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs) de cinco anos. Este costuma oscilar na mesma direção dos apertos e afrouxamentos nos juros.

(D): – Sim, a NTN-B se reporta à oscilação da Selic na marcação-a-mercado de sua taxa de juros prefixada. A política monetária do Banco Central tirará a autonomia da política de crédito do BNDES. E resta ser demonstrada sua hipótese da nova TLP reduzir custos fiscais e ampliar a potência da política monetária em benefício de toda a sociedade. Uma grande depressão provocada e prolongada, artificialmente, em

atendimento apenas ao interesse da elevação da renda do capital financeiro pela política monetária, não terá mais freios amortecedores sob forma de crédito direcionado. De agora em diante, não haverá só mais corte de consumo na demanda agregada, mas também de investimentos na expansão da oferta agregada!

(N): – As empresas tomavam empréstimos do BNDES pagando a TJLP em valor menor relativo ao custo de captação do Tesouro, cuja referência é a taxa Selic vigente. Este subsídio implícito representa um custo anual aos contribuintes calculado pela multiplicação dessa diferença percentual pelo estoque do crédito do Tesouro ao BNDES.

(D): – Na verdade, este cálculo é tão leviano como uma “conta-de-padeiro”. O *custo* deveria ser calculado como uma média ponderada entre os indexadores de todos os títulos de dívida pública, considerando os deságios estabelecidos nos leilões dos títulos prefixados. E o *benefício* deveria contabilizar, entre outros, os dividendos pagos pelo BNDES ao Tesouro Nacional, a arrecadação fiscal propiciada pela multiplicação da renda, o maior nível de empregos, a maior oferta agregada propiciada pelo financiamento da ampliação da capacidade produtiva.

(N): – Nossa ideia é os subsídios passarem a ficar explícitos no Orçamento para serem submetidos ao crivo da sociedade e serem reavaliados periodicamente pelos nossos representantes no Congresso Nacional.

(D): – Primeiro, quem confia nesses “representantes” eleitos com financiamento corrupto? Segundo, os orçamentos paralelos, não aprovados por congressistas e administrados pela casta de sábios-tecnocratas, têm uma longa tradição no Brasil. Eles permitiram agilidade na implementação de programas governamentais para o desenvolvimento, tipo “50 anos em 5”, desde a época do nacional-desenvolvimentismo com Getúlio, JK e os ditadores militares.

(N): – Queremos acabar com essa escolha dos “campeões nacionais” por tecnocratas. A partir de agora, será só por critérios de mercado. Quem tiver as melhores condições de os atender, embora seja empresa estrangeira, ganhará a licitação.

(D): – Vocês conseguirão apenas a queda da participação do BNDES no financiamento e a elevação do endividamento externo sujeito ao risco cambial. Este se agravará até uma nova crise cambial reverter tudo. Aí, até o mercado apelará para a volta das instituições desenvolvimentistas. Elas foram responsáveis pela ultrapassagem do nosso atraso histórico, transformando a economia brasileira em uma das maiores emergentes.

(N): – Doravante, o critério de decisões será a comparação entre a taxa interna de retorno de um projeto de longo prazo e a taxa de juros da dívida pública *marcada a mercado* em cada mudança de conjuntura.

(D): – Assim, mesmo um projeto imprescindível para a construção da infraestrutura será considerado como um investimento cujo retorno previsto, sendo inferior à taxa básica, “a sociedade brasileira” não estará disposta a financiar! Com este argumento, vocês provocarão maior desnacionalização da economia brasileira. Apenas o capital estrangeiro obterá taxa de juro menor desse “custo de oportunidade”.

(N): – Ao mudar o custo do crédito direcionado, o governo reduz o peso dos subsídios no Orçamento fiscal e aumenta o crédito sensível à Selic.

(D): – Aumentar o alcance e a potência da política monetária significa, em última análise, elevar o poder não eleito de poucos sábios-tecnocratas determinar todo o futuro econômico da Nação. Tirará todos os anteparos contra uma Grande Depressão que aumenta a renda do capital financeiro em desfavor da renda e emprego do capital produtivo e dos trabalhadores.

(N): – Ora, pela Primeira Lei dos Economistas, para cada um, existe sempre outro igual e contrário...

(D): – Sim. E pela Segunda Lei dos Economistas, ambos estão errados. Porém, você tem o *viés da auto atribuição*: colegas pensando como você estão corretos, discordando, estão errados. Aliás, sofre também o *viés da auto validação ilusória*: por ler apenas colegas da mesma ideologia, pressupõe tudo dito por eles está correto, pois “todos” dizem a mesma coisa. Esta é a falsa prova social.

Capitalismo de Livre Mercado contra Capitalismo de Compadrio

Neoliberais publicam panfletos criticando, obsessivamente, a denominada “Nova Matriz Macroeconômica” (NMM) e louvando o retorno da “Velha Matriz Neoliberal” (VMN). *Obsessão* é uma perturbação mental causada por uma ideia fixa involuntária. Leva o doente à execução repetitiva de determinado ato. A NMM é tratada como fosse uma perseguição diabólica, sugestão atribuída à influência do demônio desenvolvimentista.

Em cérebro binário não há espaço para a compreensão da complexidade do mundo real. Qualquer concepção dualista do mundo em princípios opostos e incompatíveis é maniqueísta e reducionista. Este dualismo segue um dualismo religioso sincretista, segundo o qual existe um conflito cósmico de forças antagônicas do bem

absoluto (a luz do livre-mercado) e do mal absoluto (as sombras do intervencionismo estatal). Então, é dever de “gente de bem”, naturalmente, só neoliberal, lutar pela vitória do bem, ou seja, do livre-mercado idealizado em manuais norte-americanos.

A substituição da TJLP pela TLP vinculada à rentabilidade das NTN-Bancos provocou a crítica de parte da casta dos mercadores brasileiros. Curiosamente, a subcasta de sábios neoliberais defende o capitalismo idealizado como contraponto ao capitalismo real, em uma economia com atraso histórico, implantado por capitalistas de “carne e osso”.

Então, deitam falação sobre a tosca Teoria Neoclássica dos Fundos de Empréstimos. Mas não falam nada a respeito de instituições financeiras brasileiras e estrutura produtiva nacional. Com essa abstração do mundo real, abandonado como sendo apenas “um parâmetro fora-do-modelo”, simplesmente, defendem transformar a realidade de maneira a enquadrar em seu modelo de equilíbrio geral. Pasmem...

Desta mescla da virtude religiosa da parcimônia (“adiamento do consumo presente em troca de consumir mais no futuro”) com a da ambição (“elevar a capacidade produtiva futura devido à ganância por lucro”) nasceria, neste pensamento econômico inspirado no mecanicismo da Física newtoniana, um equilíbrio geral perfeito. A variável taxa de juro a ele se ajustaria.

Neste mundo abstrato, não há espaço para a fixação de uma taxa de juros básica de referência (SELIC) pelo Banco Central para instituições oligopolistas. Estas atuam no mercado interbancário via CDI, estabelecendo um “*mark-down*” (% de CDI) na captação de recursos dos “milhões de poupadores e milhares de investidores” e um “*mark-up*” (*spread* creditício) de modo a cobrir custos administrativos e fiscais, risco de inadimplência e margem de lucro.

Agora, novamente, os neoliberais abandonaram o estudo crítico das premissas, das conclusões e dos métodos dos diferentes ramos do conhecimento científico, tanto das teorias quanto das práticas, afastando a Teoria do Conhecimento, para dar outro salto epistemológico. Deixaram de lado a SELIC, para adotar a NTN-B, mas a ela se reporta na MtM (marcação-a-mercado) de sua taxa de juros prefixada — além de sua correção pós-fixada pelo IPCA —, como referência para o custo de oportunidade. Os juros variáveis da NTN-B passaram a ser vistos como a referência básica para a fixação de todas as demais taxas de juro.

Na realidade, os investidores, sejam PF (Pessoa Física), sejam PJ (investidores institucionais, tesourarias, estrangeiros, etc.), tomam como referência, para suas

decisões, a taxa de juros de curto prazo — SELIC. A “taxa longa” é composta por uma sucessão de “taxas curtas”. O longo prazo é resultante de seguidas conjunturas.

Diferentemente, o critério de decisões imaginado por neoliberais seria a comparação entre a taxa interna de retorno de um projeto estratégico de longo prazo e a taxa de juros da dívida pública *marcada a mercado* em cada mudança de conjuntura.

Assim, um investimento em longo prazo, tipo Ponzi, quando as entradas de caixa ocorrerão após o longo período de maturação — por exemplo, uma hidrelétrica é no mínimo de oito anos — e até lá só ocorrerão saídas de caixa, mesmo sendo imprescindível para a construção da infraestrutura necessária ao País, será descartado. Será considerado pela casta dos sábios-tecnocratas neoliberais como um investimento cujo retorno previsto, sendo inferior à taxa básica, “a sociedade brasileira” não está espontaneamente disposta a financiar.

Com este argumento defendem a privatização desnacionalizante. Os neocolonizados somam a este apelo ao capital estrangeiro uma cutucada crítica aos empresários subdesenvolvidos. Eles não se resignam ao futuro inelutável de “submissão ao Império”.

Apelam até para um populismo demagógico com a finalidade de defenderem seu credo ideológico canhestro de “igualdade de oportunidades”. Para eles, o Estado brasileiro deveria se restringir a financiar as áreas de Saúde e Educação. Deveriam ter acrescentado a Segurança Pública. Na ausência de iniciativas particulares, não haveria ocupações suficientes para empregar a quinta maior população economicamente ativa do mundo e seria de se esperar certa rebeldia social. Aliás, estamos vendo o impacto da Grande Depressão sobre a segurança pública onde o Estado é mínimo: o Rio de Janeiro.

Em síntese, para os neoliberais, ou se financia em condições de mercado produzidas pela maior taxa de juros real do mundo ou não se financia nada. Depois de defenderem essa barbaridade, ainda criticam o corporativismo em defesa de aposentadorias especiais com salário integral. Criticam porque essa postura, supostamente, não incentiva o adiamento do consumo para providenciar a Previdência Complementar.

Esquecem-se de outro detalhe: apenas 8,4% da população ocupada – total de 89,5 milhões de pessoas, sendo a formal com carteira de trabalho apenas 34 milhões – recebem mensalmente acima de cinco salários mínimos (R\$ 4.650,00). Logo, cerca de 7,5 milhões têm as condições mínimas, isto é, eventual sobra de renda acima do nível de sobrevivência familiar, para investir na chamada “poupança” por eles.

Estes sábios-neoliberais se arvoram de entender mais do que os próprios capitalistas sobre o que é melhor para o capitalismo. Contrapõem o capitalismo de livre-mercado, idealizado com concorrência perfeita, ao capitalismo de compadrio. O idealizado pelos neoliberalistas não propicia condições realistas para haver empreendimentos geradores de emprego.

Política Macroeconômica e Retomada do Crescimento

Abandonemos a ideia da inevitável convergência para um pressuposto equilíbrio e adotemos a noção de estarmos em uma dependência de trajetória caótica. Nos afastamos, cada vez mais, de imprecisas condições iniciais. Mas o estado inicial da trajetória caótica pela qual chegamos à atual conjuntura econômica não tem a possibilidade de ser completamente definido. Decisões *ex-ante* têm resultados *ex-post* constatados a partir do “ponto de chegada” atual. O processo socioeconômico e político ainda em andamento, composto de fatos transcorridos, não tem nem um início nem um fim preciso. Nós, economistas, não sabemos de onde viemos e para onde vamos!

Na verdade, não conseguimos nem diferenciar com precisão os efeitos encadeamentos dos limites estruturais e a influência dos fatores conjunturais. Entre 2004 e 2017, a Agropecuária sofreu uma queda de 7,2% do PIB para 5,3% do PIB; a Indústria Geral queda de 28,6% para 21,5%; e os Serviços obteve elevação de 64,7% para 73,2%. A “desindustrialização” – a Indústria de Transformação passou de 17,8% para 11,8% – foi em dimensão tarifas a ponto de ser superada pelo Comércio com sua elevação de 7,7% para 12,7%. Como pesarão essas significativas alterações da estrutura produtiva em futura conjuntura?

Planejamento indicativo e regulação são necessários. Nós, economistas, necessitamos trocar ideias sobre um possível *programa eleitoral* à espera de um candidato de oposição. Desta vez, temos a vantagem de usar as lições positivas da experiência social-desenvolvimentista brasileira, como uma *política social ativa*, para superar as negativas.

Nossa linha-de-partida é constatar: sem uma maioria qualificada no Congresso Nacional não se conseguirá a reversão da PEC dos gastos fiscais. Ela pretende imobilizar quaisquer experiências de atuação anticíclica do Estado brasileiro contra a atual Grande Depressão econômica. Na verdade, esta é a prioridade número um: retomar um crescimento sustentado da renda e do emprego. Ao eleitorado com 14 milhões de desempregados, cujo multiplicador afeta pelo menos 60% dos domicílios brasileiros, interessa isso antes-de-tudo. O programa econômico se dedicará, prioritariamente, a lhes oferecer ocupações – e não a cortar direitos trabalhistas como se faz atualmente.

República é uma forma de governo onde o Chefe de Estado é eleito pelos cidadãos. Estes cumprem deveres para obter direitos. A Ética pública exige impessoalidade no trato da coisa pública. Esta é a característica, particularidade, essência ou estado daquilo impessoal, não personificado. Isto implica em uma crítica ao culto da personalidade e a adoção do critério de nomeação para cargos públicos com base em meritocracia – e não em nomenclatura partidária. É oposto ao nepotismo, um termo utilizado para designar o favorecimento de parentes ou amigos próximos em detrimento de pessoas mais qualificadas para a nomeação em cargos públicos e políticos.

Face à experiência traumática recente, exigir-se-á o controle da *conformidade jurídica* em todas as instâncias do Setor Público Estatal. Isso não poderá significar a expansão da burocracia paralisante e dos paranoicos mecanismos supostos anticorrupção. É necessária uma profunda reforma das licitações. De modo contumaz, ou são cartelizadas ou são anuladas por sabotagem concorrencial dos perdedores. E rever as regras dos concursos públicos nos quais não se pode contratar especialistas.

Quanto à política econômica em curto prazo, caberá um realinhamento gradualista de preços relativos (câmbio, juros, tributos, lucros e salários) favorável à retomada do crescimento. Ele deverá ser realizado sem choques e “esmagamento de lucros” por custos – e nem “estreitamento do mercado interno” por carência de demanda agregada.

Será oportuna uma depreciação competitiva da moeda nacional, a ser feita de maneira gradual. Exigirá, simultaneamente, progressiva diminuição da taxa de juro básica real para o patamar 2% aa. E a reoneração da folha de pagamentos na área fiscal.

Prioritária será a reestruturação tributária com o fim da isenção de (e a elevação da tributação progressiva sobre) renda de Pessoa Física recebedora de lucros e dividendos propiciada pela Lei 9.249 de 26/12/1995. Em compensação, para ampliar a massa de lucros através de maior mercado de consumo popular, enfrentar o desafio político de aprovar o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) em escala nacional em lugar da tributação sobre bens e serviços (ICMS/ISS). Esta é repassada via preços, de maneira regressiva, pois os pobres pagam mais em relação a suas menores rendas.

Inovações financeiras recentes – mudança no crédito rotativo e diferenciação de preços a vista e a prazo – podem ser aprofundadas. O sistema brasileiro de pagamentos via cartões, distribuídos irresponsavelmente sem avaliação de riscos, infla o custo de vida e merece uma revisão. Um desafio será a securitização do crédito imobiliário com compartilhamento de risco pelo avaliador original da operação, outro será a expansão do crédito estudantil securitizado, ou seja, descontado em folha de pagamento.

Quanto à composição de uma Diretoria do Banco Central do Brasil mais plural, será necessário quebrar um tabu, incorporando economistas desenvolvimentistas e não só “representantes de O Mercado”. Juros no Brasil é uma variável determinante de variáveis-chave, mas determinada de maneira arbitrária e disparatada em relação ao resto do mundo. É urgente o fim da caracterização da Autoridade Monetária como uma instituição econômica extrativista. Esta espolia renda da maioria trabalhadora em favor de uma minoria rentista, impondo-lhe a característica inclusiva de fomentar a atividade econômica empregadora. É imperativo o mandato dual para limitar o arbítrio do Banco Central entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego.

Em outras palavras, não haverá condução adequada da política econômica, tanto referente aos encargos financeiros do endividamento público, quanto na tendência à apreciação da moeda nacional, enquanto o juro for uma variável sob o livre arbítrio do Banco Central sem coordenação com os demais instrumentos. A descoordenação provoca a disparidade entre a taxa interna e a externa e eleva o cupom cambial.

As reservas internacionais do Brasil estão acima do nível recomendado puramente por precaução, em qualquer métrica utilizada: há um excesso possível de ser vendido. A venda de ativos dolarizados das reservas precisa ser feita de forma gradual, pois a medida poderá afetar o mercado de câmbio, provocando repercussões sobre as exportações do país. Os recursos obtidos com essa venda deverão ser usados apenas para reduzir o endividamento público e não para fazer investimentos ou gastos correntes, pois senão haverá impacto negativo sobre o resultado primário das contas públicas e, ao diminuir as reservas, piora da dívida líquida em relação à dívida bruta.

O total de Títulos Públicos Federais, somadas aos lastros das Operações Compromissadas nas carteiras dos Fundos de Investimentos Financeiros (FIF), equivale a 82% do estoque total em Mercado. Os FIF detêm 46% deles. No entanto, as Operações de Mercado Aberto somam, atualmente, R\$ 1,158 trilhões. Os títulos em garantia de recompra o FMI os considera como componentes da dívida bruta brasileira. Assim, cabe trocar essas Operações Compromissadas por Depósitos Remunerados no Banco Central. Com isso, haverá diminuição da dívida bruta em um montante equivalente a 18% do PIB, ficando no patamar razoável de 52% do PIB.

Para incentivar investimentos privados dos concessionários de serviços de utilidade pública, o BNDES deve ter *funding* adequado para propiciar taxa de retorno alavancada. Seu menor custo do dinheiro menor “alavanca” o retorno desses investimentos.

Lição positiva da Era Social-Desenvolvimentista (2003-2014) com a expansão da relação crédito / PIB para 56% – e negativa da volta da Era Neoliberal (2015-2017) com o retrocesso dessa relação para 47% – é a interação entre o multiplicador da renda

e o multiplicador monetário, via concessão crédito, propiciar a expansão dos Haveres Financeiros. Eles podem ser captados por produtos financeiros adequados como as Letras Financeiras de 2 a 5 anos. Através delas os bancos lastreiam carteiras com debêntures de infraestrutura, lançadas em operações estruturadas no mercado de capitais.

A redução da taxa de juros implícita na dívida líquida – uma média das taxas de juros e indexadores incidentes sobre os ativos e os passivos da DLSP – depende de redução de subsídios para ter quedas mais expressivas. Mas não se deve repetir o erro de trocar títulos pós-fixados mais baratos e longos por prefixados mais caros e curtos com política equivocada de “fim da indexação” no mercado financeiro.

O rebalanceamento periódico de portfólios pela “regra de 3 terços” (pré, pós e índices de preço) propicia a proteção da riqueza financeira dos trabalhadores, tanto em fundos de pensão, quanto em FIFs. Quem ganha acima do teto do INSS (R\$ 5.645,00 em 2018) necessita ser rentista para manter o padrão de vida durante a longa fase inativa de aposentadoria. Assim, seria um erro político assustar os 11,117 milhões rentistas com a ameaça de quebra de contratos financeiros (“desfinanceirização”), dada a importância do *funding* em títulos e valores mobiliários para lastrear as operações de crédito, inclusive as realizadas por bancos públicos.

Este é um breve apanhado de ideias dispersas para um debate plural entre economistas. Elas poderiam ter contribuído para a retomada e a sustentação do crescimento econômico, a partir de 2019, caso fossem eleitos um governo e uma bancada com maioria social-desenvolvimentistas.

BIBLIOGRAFIA

ACEMOGLU, Daron e ROBINSON, James A. *Porque as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. Rio de Janeiro; Elsevier; 2012.

ARENDDT, Hannah. Introdução de Celso Lafer. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro; Forense Universitária; 1983.

ARMSTRONG, Karen. *Em Nome de Deus: O Fundamentalismo no Judaísmo, no Cristianismo e no Islamismo*. São Paulo; Companhia de Bolso; 2009.

BLAUG, Mark. *A Metodologia da Economia ou Como os Economistas Explicam*. São Paulo; EDUSP - Editora da Universidade de São Paulo; 1993.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada: A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. São Paulo: Editora UNESP; 2004.

CORTELLA, Mario Sergio e RIBEIRO, Renato Janine. *Política: Para Não Ser Idiota*. Campinas; Papirus; 2010.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*. São Paulo: Makron-Books, 1999.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia Em 10 Lições*. São Paulo: Makron-Books, 2000.

COSTA, Fernando Nogueira da; SANTOS, Taciana; SILVA, Daniel Pereira da; ALMEIDA, Samir Luna de. *Economia interdisciplinar*. Campinas: TDIE 261; Dez. 2015. Tb. in RENI - *Revista de Empreendedorismo, Negócios e Inovação*. UFABC Vol. 1, n. 1, semestre 1, 2016.

COSTA, Flôrcia. *Os Indianos*. Coleção Povos & Civilizações. São Paulo; Editora Contexto; 2012.

DEATON, Angus. *A Grande Saída: Saúde, Riqueza e as Origens da Desigualdade*. São Paulo; Intrínseca; 2015.

DEMANT, Peter. *Muçulmano*. São Paulo; Editora Contexto; 2013.

DIAMOND, Jared. *Armas, Germes e Aços: Os Destinos das Sociedades Humanas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001 (original de 1997).

DIAMOND, Jared. *Colapso: Como as Sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso*. Rio de Janeiro: Record; 2005.

DIAMOND, Jared. *O Terceiro Chimpanzé: A Evolução e o Futuro do Ser Humano*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

- DOBELLI, Rolf. *A arte de pensar claramente: Como evitar as armadilhas do pensamento e tomar decisões de forma mais eficaz*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Vol. I: Uma História dos Costumes. Vol. 2: Formação do Estado e Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1995.
- FERGUSON, Niall. *Civilização: Ocidente X Oriente*. São Paulo: Planeta, 2012.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 29ª. ed. Rio de Janeiro; Record, 1994.
- FREY, Bruno. *Política Econômica Democrática: Uma Introdução Teórica*. São Paulo; Vértice; 1987 (original em inglês em 1983).
- GALA, Paulo. *Complexidade Econômica. Uma Nova Perspectiva Para Entender a Antiga Questão da Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro; CICEF-Contraponto; 2017.
- GOMPERTZ, Will. *Isso é Arte?* Rio de Janeiro; Zahar; 2013.
- GREENBLATT, Stephen. *A Virada: O Nascimento do Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras; 2012.
- HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: Uma Breve História da Humanidade*. São Paulo; Editora L&PM; 2015.
- HAUSMAN, Daniel H. (ed.) *The Philosophy of Economics: An Anthology*. Cambridge University Press, 1984, 1994.
- HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo; Companhia de Bolso; 2006.
- KEYNES, John Neville. *The Scope and the Method of Political Economy* [Dimensão e Método da Economia Política]. London, 1891.
- KEYNNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.
- KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2011.
- KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo; Cultrix; 2013.
- LACLAU, Ernest. *A Razão Populista*. São Paulo; Três Estrelas; 2013.
- LE GOFF, Jacques. *A Idade Média e o Dinheiro*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira; 2014. 256 páginas.
- McCRAW, Thomas K. *O Profeta da Inovação: Joseph Schumpeter e a Destruição Criativa*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

MORAES, Reginaldo & PAULA E SÍLVIA, Maitá. *O Peso do Estado na Pátria do Mercado: Os Estados Unidos como País em Desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; 2013: 83 páginas.

MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil: Um Banquete no Trópico*. São Paulo; Editora SENAC; 1999.

NASAR, Sylvia. *A Imaginação Econômica: gênios que criaram a Economia Moderna e mudaram a História*. São Paulo; Companhia das Letras; 2012.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro; Intrínseca; 2014.

PINKER, Steven. *Os Anjos Bons da Natureza: Por Que A Violência Diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras; 2013.

PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da Cidadania* (6a. ed.). São Paulo; Contexto; 2013.

PRIESTLAND, David. *Uma Nova História do Poder: Comerciante, Guerreiro, Sábio*. São Paulo: Companhia das Letras; 2014.

RIBEIRO, Renato Janine. *A Boa Política: Ensaios sobre a Democracia na Era da Internet*. São Paulo; Companhia das Letras; 2017.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ-Contraponto, 2001.

SANTANA, Carlos. *Trajetórias de reformas e mudanças institucionais na semiperiferia: abertura financeira e capacidades estatais no Brasil e Índia*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado defendida no IESP-UERJ; 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo; Companhia das Letras; 2015.

SHIN, Wong K.. *A China Explicada Para Brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2008.

TALEB, Nassim Nicholas. *A Lógica do Cisne Negro: O Impacto do Altamente Improvável*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Best Seller, 2015.

TALEB, Nassim Nicholas. *Antifrágil: Coisas que se beneficiam com o Caos*. Rio de Janeiro: Best Business, 2015.

TREBAT, Nicholas Miller. *O Departamento de Guerra e o Desenvolvimento Econômico Americano: 1776-1860*. RJ: Tese de Doutorado IE-UERJ, s/d.

WAPSHOTT, Nicholas. *Keynes x Hayek: a origem e a herança do maior duelo econômico da história*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

WEBER, Max. *História geral da economia* (Cap. IV). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (Cap. II e V). São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores), 1974.

WINSTON, Robert. *Instinto Humano*. Rio de Janeiro; Globo; 2006.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo: Uma História Mundial de Conquistas, Poder e Dinheiro*. Rio de Janeiro: Paz & Terra; 2010.

SOBRE O AUTOR

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – todos estão com edição esgotada –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018) com edição eletrônica, vários capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com mais de duzentas palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos, etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional, atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Brasil Debate e CartaMaior.

Seu blog Cultura & Cidadania, desde 22/01/2010, recebeu mais de 7,5 milhões visitas.

(<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>)